

Direitos das crianças indígenas em bases internacional, regional e nacional

Assis da Costa Oliveira, Alcineide Neira, Ana Radig Denne Lobão Morais, Anna Carolina Aureliano, Luiza Salvi Carvalho, Neira de Morais e Sofia Tapajós Pereira.

Universidade de Brasília

Brasília, 2024

Alcineide Neira,

Ana Radig Denne Lobão Moraes,

Anna Carolina Aureliano,

Luiza Salvi Carvalho,

Neiara de Moraes

Sofia Tapajós Pereira.

Direitos das crianças indígenas em bases internacional, regional e nacional.

Relatório Técnico Parcial do Grupo de Trabalho de
Legislação e Parcerias Internacionais do Observatório
dos Povos Originários e suas Infâncias.

Coordenação: Assis da Costa Oliveira

Universidade de Brasília

Brasília, 2024

SUMÁRIO

RESUMO	9
1. INTRODUÇÃO	24
2. OBJETIVOS	25
2.1. Objetivo geral	25
2.2. Objetivos específicos	26
3. METODOLOGIA	27
4. PESQUISA A NÍVEL INTERNACIONAL	31
5. PESQUISA A NÍVEL REGIONAL	131
5.1. Complementação da análise jurídica referente ao Brasil	189
5.2. Legislação dos estados subnacionais no Brasil	198
6. RECOMENDAÇÕES:	365
7. ANEXOS	366

Componentes do Grupo de Trabalho de Legislação e Parcerias Internacionais do
Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (CEAM/UnB)



Assis da Costa Oliveira

Coordenador

Professor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB), vinculado ao Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (NEIJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e a Juventude do CEAM. Professor externo do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi docente do Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade. Foi coordenador no Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Bacharel em Direito pela UFPA. Doutorado sanduíche no Programa de Posgrado en Antropología e Historia da Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, com apoio da CAPES. International Visiting Graduate Student na University of Toronto. Membro fundador e secretário de articulação nas Gestões 2012/2014 e 2014/2016 do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Membro do Grupo Temático "Direitos, Infâncias e Juventudes" do IPDMS.

Pesquisador dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (NEIJ/CEAM/UnB); Laboratório das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM/UFPA); Grupo de Direitos Étnicos Moitará da UnB; Cidade, Aldeia Patrimônio da UFPA; Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Violência na Amazônia (NEIVA) da UFPA. Membro da coordenação do capítulo brasileiro do Observatório Latinoamericano y Caribeño de Trata y Tráfico de Personas (ObservaLaTrata). Coordenador da Coluna Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens no Empório do Direito

(<https://emporiოდodireito.com.br/colunas/direitos-de-criancas-adolescentes-e-jovens>).

Áreas e atuação: direitos e políticas públicas de crianças e adolescentes; direitos e políticas públicas das juventudes; direitos indígenas; direitos de povos e comunidades tradicionais; direitos humanos e empresas; políticas de desenvolvimento para a Amazônia; violência sexual; mudanças climáticas; tráfico de pessoas; teoria descolonial; educação em direitos humanos; antropologia do direito.



Ana Radig Denne Lobão Moraes

Pesquisadora

Mestra em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global e Especialista em Direitos Da Criança, do Adolescente e do Idoso. Pesquisadora em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, atualmente com ênfase nos Direitos dos Indígenas Crianças;

Prevenção à Violência Contra Crianças e Adolescentes; Depoimento Especial e Escuta Especializada. Advocacia Especializada em Direitos Humanos, com atuação nas seguintes áreas:-Direitos das Famílias e Sucessões; -Direitos Homoafetivos;-Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens;-Direitos da Mulher;-Direitos da Pessoa com Deficiência. Pesquisadora no Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias e no Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude, ambos na Universidade de Brasília. Avaliadora da InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais (ISSN: 2447-6684), periódico acadêmico semestral eletrônico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB) e ao Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)



Alcineide Neira

Pesquisadora

Graduanda em Relações Internacionais

Colaboradora e pesquisadora no GT de Legislação Nacional e Internacional do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (CEAM/UnB), nas pesquisas *Direitos e Políticas das Crianças Indígenas em Países Latino-Americanos: identificação de experiências, parcerias e subsídios para o contexto brasileiro*; e *Dados e Indicadores de Violência contra as Mulheres Indígenas no Brasil*.



Anna Carolina Aureliano

Pesquisadora

Possui graduação em Relações Internacionais e Mestrado em Relações Internacionais e Integração na América Latina. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres (Grupo Violes) e do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (OPO-INFÂNCIAS). Com trajetória de atuação principalmente com temas relacionados à perspectiva de Gênero, Direitos Humanos, Tráfico de Pessoas e Relações Internacionais.



Luiza Salvi Carvalho

Pesquisadora

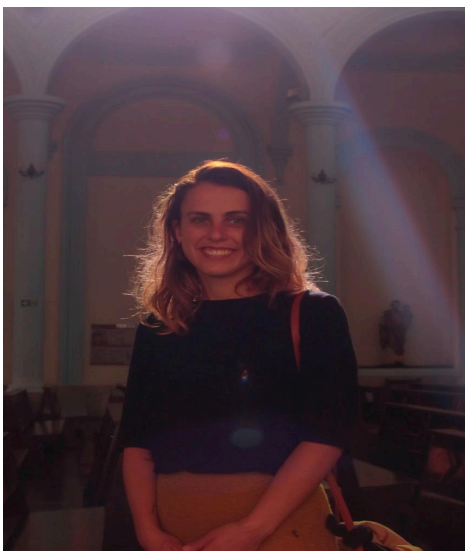
Especialista em políticas públicas, desenvolvimento e relações de gênero com experiência nacional e internacional. PhD em Sociologia, pela Universidade de Essex no Reino Unido, (1995), mestre em Planejamento em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela The London School of Economics and Political Science -LSE, Reino Unido (1988), especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (1983), graduação em Serviço Social, Universidade Católica de Goiás (1978). Entre 2014 e 2019 trabalhou nas Nações Unidas como Diretora Regional de ONU Mulheres para Américas e Caribe, entre 2012-2014 como Coordenadora Residente das Nações Unidas e Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nas Filipinas e entre 2009-2012 nos mesmos postos na Costa Rica. De 2005 a 2008 foi vice Representante do PNUD na Venezuela e anteriormente ocupou diversas posições de chefia no PNUD Brasil. Experiência em docência, investigação e extensão pela Universidade do Norte Fluminense (UENF) onde chefiou laboratório Estado e Sociedade Civil (1995-1999) e na UnB como Professora Convidada do curso de Serviço Social e Pós Graduação em Políticas Sociais (2000-2003). Trabalhou no Governo do Distrito Federal (GDF) em diversas cidades do DF e posteriormente em funções de supervisão e planejamento na Fundação do Serviço Social e Secretaria de Trabalho. Vem atuando principalmente na área do desenvolvimento humano, planejamento e políticas públicas, pobreza e desigualdade, relações de gênero, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e recentemente com infância indígena. Possui diversas publicações nacionais e internacionais sobre pobreza e desigualdade, igualdade de gênero etc Email: luizasalvicarvalho@outlook.



Neira de Moraes

Pesquisadora

Doutora em "Democracia no Século XXI" pela Universidade de Coimbra, especialista em Direito Constitucional pela Universidade Estadual do Ceará e graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Foi coordenadora do Orçamento Participativo da Prefeitura de Fortaleza. Fundadora e coordenadora de projetos da ONG Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará. Trabalhou como consultora ou colaboradora em projetos, nos setores público e privado, ligados ao tema da participação popular e políticas públicas. Foi pesquisadora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) da FGV/RJ. Atualmente, é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE e Pesquisadora Colaboradora na UNB.



Sofia Tapajós Pereira

Pesquisadora

Historiadora, formada pela Universidade de São Paulo, e pós graduada em Políticas Culturais de Base Comunitária, pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. Integra o grupo de pesquisa do Observatório de Povos Indígenas e suas Infâncias. Atua com direito à cultura e à memória.

RESUMO

A presente pesquisa foi produzida no Grupo de Trabalho de Legislação e Parcerias Internacionais do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB) e engloba a análise normativa referente aos direitos das crianças indígenas e ao Direito Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e às Constituições e Códigos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes dos seguintes países: Bolívia; Brasil; Colômbia; Equador; México, Peru e Venezuela.

No que se refere ao Direito Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos, foram analisados os seguintes documentos: OIT, 1989 - Convenção N° 169; ONU, 1989 - Convenção dos direitos da criança; ONU, 2007 - Declaração dos Direitos Indígenas; ONU, 2009, Comentário geral n° 11 da CDC - Crianças indígenas e seus direitos sob a convenção; OEA, 2016 - Declaração americana sobre os direitos dos povos indígenas;

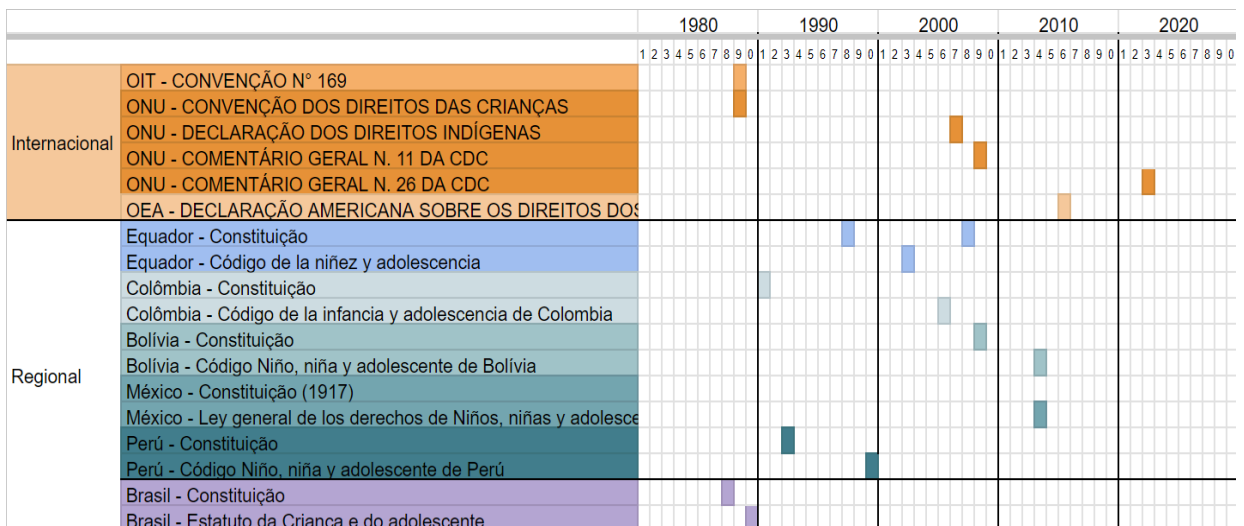
ONU, 2023 - Comentário Geral nº 26 da CDC, objetivando identificar no Cenário Global de Proteção aos Direitos Humanos as normativas internacionais que tratam das temáticas importantes para a proteção jurídica das indígenas crianças.

Quanto aos países Bolívia; Brasil; Colômbia; Equador; México, Peru e Venezuela, apresenta-se contextualização quanto aos seguintes aspectos: Sistema Representativo e Governo Atual e a síntese do Relatório Técnico (em anexo a esta Nota), com os principais grupos de direitos garantidos nas Constituições e nos Códigos das Crianças e Adolescentes em vigor em cada um dos países objetos de estudo.

Destaca-se que todas as análises realizadas levam em consideração o fato de que os indígenas crianças possuem direitos enquanto pertencentes aos dois grupos: étnico e etário, em observância ao art. 1º da Resolução 181 do CONANDA, o qual dispõe que *a aplicação da legislação pertinente à infância e à adolescência nas questões específicas que envolvam Crianças e Adolescentes oriundas dos Povos e Comunidades Tradicionais, deverá considerar as garantias jurídicas presentes na legislação específica dos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como a autodeterminação, as culturas, os costumes, os valores, as formas de organização social, as línguas e as tradições.*

Assim, a separação da pesquisa entre estes dois grupos de direitos é uma escolha metodológica para que se possibilite o direcionamento das políticas públicas, bem como o mapeamento do *status* atual da garantia e efetivação dos direitos dos povos indígenas, das crianças e dos adolescentes.

Abaixo, observa-se uma sistematização cronológica de cada um destes documentos, tanto em nível regional quanto em nível internacional.



Também faz parte desta pesquisa entrevistas realizadas remotamente e transcritas com representantes de organismos internacionais de proteção aos direitos humanos e com pesquisadores referências em estudos dos direitos de infâncias indígenas nos países analisados.

Dessa forma, representando os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos foram entrevistados Luis Pedernera, Presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU e Gladys Acosta Vargas, membro do Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), da ONU. Já quanto aos pesquisadores da América Latina foram entrevistados representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela.

Complementarmente, e em específico ao Brasil, apresentam-se também as normativas federais referentes à Saúde, Educação, Assistência Social, as produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e também leis federais que tratam da temática relativa aos povos indígenas e suas infâncias e, quanto aos estados da federação brasileira: Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal a respeito das normas estaduais que se direcionam a crianças e adolescentes indígenas nos âmbitos da Saúde, Educação, Assistência Social e Sistema de Justiça.

Aqui temos a sistematização cronológica das normativas federais analisadas:

humanos mais aceito na história. Soma-se a ela as análises dos Comentários Gerais nº 11, de 2009 - voltado especificamente para os direitos das crianças indígenas -, e nº 26, mais recente, de 2023, que trata dos direitos das crianças frente à emergência climática.

Está também contemplada a Declaração da ONU dos Direitos Indígenas que, apesar de ter sido aprovada em 2007, começou a ser discutida já em 1985, frente à pressão dos povos indígenas por um marco internacional que melhorasse a relação entre essas populações e os Estados.

Finalmente, há a Declaração da Organização dos Estados Americanos dos Direitos Indígenas, aprovada após 17 anos de discussões, em 2016.

1.1 Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Convenção nº 169

Apesar de contar com certo ineditismo, a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho não é o primeiro instrumento jurídico internacional que versa sobre os direitos de povos originários. Entretanto, ao contrário do Convênio sobre Populações Indígenas e Tribais de 1957, da mesma organização, a Convenção Nº 169 não adota uma postura assimilacionista, garantindo direitos que versam sobre a autodeterminação dos povos, entre outros.

Por se tratar de um documento voltado para os povos originários, as palavras-chaves identificadas se referiam apenas ao marcador etário, sendo elas: Crianças; Adolescentes; Descendentes; Gerações futuras; Famílias; Filhos; Filhas; Meninos; Meninas; Responsáveis; Mãe; Pai; Mães; Pais; Menores de idade; Dependentes; Jovens.

Com este filtro foi localizado o arts. 28 e 29, que tratam, ambos, do Direito à Educação, inclusive em língua materna própria, sem discriminação.

Desde sua adoção, em junho de 1989, a Convenção Nº 169 da OIT, como o primeiro Tratado Internacional no sistema multilateral que trata de forma específica e abrangente os direitos dos povos indígenas, foi ratificada por 23 países no cenário internacional, sendo 15 Estados latino-americanos. Neste sentido, todos os países pesquisados ratificaram a referida Convenção, que entrou em vigor internamente: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru.

1.2 Organização das Nações Unidas (ONU) – Convenção dos Direitos das Crianças

A Convenção dos Direitos da Criança foi analisada à luz das palavras-chave relacionadas à categoria étnica, por se tratar de um documento voltado para os direitos da criança. São elas: Étnica; Identidade; Tradicional(is); Indígenas; Povos; Povos Indígenas; Povos Originários; Povos tradicionais; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.

Os direitos expressos na Convenção que se relacionam à indígenas crianças são, em sua maior parte, garantidores da não discriminação, igualdade, e respeito à identidade, caso dos arts. 2º, 8º, 17, 21, 29 e 30. Neste conjunto de direitos está também, expressamente indicado no documento, a dimensão linguística.

Além destes, há mais dois direitos mais específicos, que não se encaixam no conjunto supracitado. A adoção cultural e etnicamente adequada é garantida pelo art. 20, parágrafo 3º; e o direito à saúde, no art. 24, apesar de este ser voltado apenas para a abolição das práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.

1.3 Organização das Nações Unidas (ONU), 2007 – Declaração dos Direitos Indígenas

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas sistematiza e condensa pela primeira vez em um só documento os direitos humanos individuais e coletivos e as liberdades fundamentais reconhecidas pela Carta das ONU dos Povos Indígenas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim como na Convenção 169, aqui as palavras-chave foram voltadas para a categoria etária.

O direito à educação é citado no anexo à convenção, e em seu art. 14, o qual inclui a não-discriminação e a utilização da língua materna nos processos de aprendizagem. O direito à paz, englobando a proteção e estar a salvo de toda forma de violências, crueldade e opressão é expresso nos arts. 7º, 17, 21 e 22, estes últimos focados também no direito das mulheres. O art. 21 também trata dos direitos econômicos e a proteção contra vulnerabilidade econômica e social.

Finalmente, o direito à identidade, expandido para dimensões como organização social, costumes, crenças, tradições, religiosidade e território e meio ambiente, é trazido nos arts. 13 e 25.

1.4 Organização das Nações Unidas (ONU), 2009 – Comentário Geral nº 11 da Convenção Sobre os Direitos da Criança

O Comentário Geral nº 11 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU é voltado para as crianças indígenas e seus direitos sob a CDC. Por se tratar de um documento voltado especificamente para crianças indígenas, foram utilizadas as duas categorias - etária e étnica - na busca por palavras-chave.

A introdução do documento trata da proteção ao desenvolvimento harmonioso das crianças, assim como o direito de preservar sua própria cultura e identidade, sem discriminação e o reconhecimento que crianças indígenas enfrentam desafios específicos que requerem medidas especiais para garantir a fruição de seus direitos em relação a educação cultural, linguística e etnicamente adequada, a saúde, ao desenvolvimento e a não discriminação. Também trata de deveres da comunidade e das organizações internacionais acerca destas pessoas.

A segunda parte do Comentário Geral nº 11 da CDC trata de seus objetivos e estrutura, a partir do art. 30 da Convenção. Novamente, ressalta-se o direito à não discriminação, o direito à vida, à sobrevivência, ao desenvolvimento e a participar e ser ouvida.

A partir do capítulo 16, volta-se especificamente para o art. 30 da Convenção e obrigações gerais do Estado, tratando do direito individual e coletivo das crianças indígenas de expressarem a sua própria língua, cultura, religião e identidade. Também trata, no capítulo 20, do direito a consultas prévias, culturalmente apropriadas e participativas, que devem ser ativamente realizadas por autoridades ou outras entidades dos Estados Partes. Estes devem também atualizar periodicamente a situação das crianças indígenas em relação aos direitos garantidos pelo art. 30 da CDC.

1.5 Organização dos Estados Americanos (OEA) 2016 – Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2016, traz temáticas novas ao debate, entre elas a autodeterminação. Além disso, a convenção também deixa explícito, ao longo do texto, que as medidas e decisões sobre qualquer assunto que esteja relacionado com a população indígena serão tomadas de maneira conjunta entre Estado e povos indígenas.

Por ser um documento voltado para os direitos dos povos indígenas, as palavras-chave se referem às categorias étnicas.

O art. 7º inaugura os direitos à paz, com a prevenção e erradicação de todas as formas de violência, inclusive em relação às mulheres. O direito a estar a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão é retomado no art. 27.

O direito à identidade, estendido ao direito à integridade cultural e à terra nos diversos âmbitos em que ela possa ser considerada, é tratado nos arts. 13 e 17, no qual também é tratado da convivência familiar e comunitária e da adoção cultural e etnicamente adequada. A não discriminação em relação ao uso das línguas originárias, inclusive na perspectiva educacional, é tratada no art. 15.

1.6 Organização das Nações Unidas (ONU), 2023 – Comentário Geral nº 26 da Convenção dos Direitos da Criança

O Comentário Geral Nº 26 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU é voltado para o fortalecimento e a garantia dos direitos das crianças e do meio-ambiente, considerando as mudanças climáticas.

Foram utilizadas as palavras-chave referentes aos marcadores étnicos.

O direito à não discriminação e seus desdobramentos, e o direito às terras tradicionais, por mais que estejam presentes na maior parte dos documentos elencados acima, nos parágrafos 14 e I, 49 do presente comentário são diretamente relacionados ao meio ambiente, seja pela não discriminação ambiental direta ou indireta, seja pela proteção ambiental natural voltada para a proteção territorial.

O direito à vida, à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento está presente no parágrafo K, 58, assim como a necessidade dos estados considerarem as crianças indígenas, seus conhecimentos e tradições, nas respostas aos danos ambientais. Este último ponto também é abordado no parágrafo 102.

2. Âmbito Regional: Constituições Federais e Códigos de Direitos das Crianças e adolescentes – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela

No sentido de compreender as bases normativas e de políticas públicas voltadas às crianças indígenas dos cinco países da América Latina (*Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela*) para esta análise, observa-se necessário investigar seus contextos nacionais para uma aproximação com cada um deles. Assim, foi

verificado convergências e contradições em seus avanços e os desafios constantes da promoção da cidadania das infâncias indígenas na América Latina.

Trazendo o cenário regional, no sentido de resgatar a memória das possíveis conquistas e conhecimentos acumulados, com o propósito de pesquisar a região dando ênfase em suas próprias realidades e conceitos em resposta às demandas sociais que convidam a pensar as subjetividades desses compromissos de uma epistemologia do Sul Global.

E, assim, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país, a partir de uma busca em seus Códigos e Constituições tendo como categorias chave as dimensões etárias e étnicas e direcionando a categoria etária para a pluralidade das crianças e adolescentes que compõem o pertencimento étnico dos povos originários.

Equador e Bolívia são exemplos de países que, após intenso debate e luta social, definiram-se como países plurinacionais, consagrando em suas Constituições a plurinacionalidade como uma ferramenta descolonial.

Identificou-se conforme anexo de quadro dos dispositivos normativos que contém a relação de seus textos na íntegra, seus arcabouços legais para a garantia de direitos com menções às categorias de análise.

2.1 Bolívia

Bolívia, oficialmente Estado Plurinacional da Bolívia, tem sua história marcada pela intensa atuação imperialista, expressa pelos interesses das grandes corporações mineradoras e petrolíferas. No final do século XX, estimulados pelos escassos resultados das reformas neoliberais e como forma de resistência, tem-se um enfraquecimento eleitoral dos partidos conservadores e aumento da importância dada aos indígenas na política eleitoral que transformaram o campo político. Isso originou uma cisão institucional dos sujeitos políticos, na medida em que não apenas os partidos, mas também os movimentos sociais, sindicatos e comunidades tiveram a capacidade política de influenciar na gestão pública, por meios parlamentares e atos militantes (bloqueio de estradas, mobilizações, marchas etc), em direção a um sistema estatal de democracia multicultural que incorpora os povos originários como sujeitos coletivos de cidadania.

Em 2009, entrou em vigência uma nova Constituição Política que define um modelo estatal inédito – Estado Plurinacional – que se caracteriza pelo pluralismo

jurídico, econômico, linguístico, cultural e político a partir do reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas.

A sua Constituição atual, como o 17º texto constitucional da história republicana do país, teve sua aprovação em referendo. Em seu art. 2º, trata da garantia à autodeterminação como um marco desse reconhecimento e no art. 30 aprofunda os direitos dos povos originários com temas relacionados aos conhecimentos tradicionais, sistema jurídico indígena, educação intercultural, consulta e autogoverno. No art. 35 enfatiza-se o direito à saúde, à medicina tradicional e à seguridade social. Do art. 58 ao 61 defende-se o direito à identidade étnica e sociocultural às crianças e adolescentes indígenas. O acesso à justiça e o reconhecimento dos sistemas jurídicos indígenas são objeto dos arts. 119, 179, 190, 191 e 192.

No Código das Crianças e Adolescentes, o art. 1º trata do Sistema Plurinacional Integral das meninas, meninos e adolescentes para a garantia de seus direitos como corresponsabilidade do Estado, da família e de toda a sociedade. O art. 13 aprofunda a organização do Sistema Plurinacional Integral da Criança e do Adolescente. A definição dos integrantes do Sistema Plurinacional de Proteção Integral da criança e do adolescente, e o reconhecimento das autoridades indígenas como parte dele, está nos Artigos 161 e 162.

O art. 12 trata dos Princípios da igualdade, da não discriminação e da diversidade cultural, com perspectiva de gênero. O art. 17 aborda o direito a nível de vida adequado com abordagem intercultural. O art. 19 do direito à saúde sem discriminação. O art. 23 da prevenção à gravidez na adolescência com abordagem intercultural. O art. 113 do direito ao registro civil em abordagem intercultural. Nos arts. 115 e 116 do direito à educação com enfoque intracultural, intercultural e plurilingue (no Brasil não tem o intracultural e é bilíngue). Para a garantia de educação sem racismo e discriminação. O art. 262 garante o direito ao intérprete, abarcando as crianças indígenas.

Em contradição, identificou-se no art. 258, que trata do infanticídio, a adoção do tratamento penal que compromete o diálogo intercultural.

2.2 Brasil

Serão analisadas, quanto ao Brasil, as principais informações acerca dos Direitos dos Indígenas Crianças nos textos da Constituição Federal vigente e do Estatuto da

Criança e do Adolescente, seguindo o alcance da pesquisa realizada nos demais países e complementarmente as normas brasileiras federais de proteção a crianças e adolescentes indígenas, assim como quanto aos seguintes estados da federação brasileira: Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.

2.3 Colômbia

Oficialmente República da Colômbia, tem uma longa tradição de governo constitucional. A divisão político-administrativa da Colômbia organiza o país para fins administrativos em departamentos, distritos, municípios e territórios indígenas.

Enquanto o Brasil ainda engatinha no processo de consulta a comunidades indígenas e tradicionais a respeito de leis e projetos que interferem em suas vidas, outros países da América Latina, como a Colômbia, já estão bem mais avançados na aplicação desse mecanismo, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989. Há no país, atualmente, um efetivo reconhecimento da obrigação internacional de ouvir esses grupos étnicos. Um dos fatores que ajudam a entender o lugar que a Colômbia ocupa nesse cenário é o fato de que o país foi o segundo do mundo a ratificar a Convenção 169, apenas dois anos depois de ter sido adotada pela OIT e treze anos antes do Brasil. Além disso, contribuíram as interpretações progressistas sobre esse mecanismo por parte da Corte Constitucional e, principalmente, a existência de movimentos indígenas e afro-colombianos bastante fortes e combativos, que colocaram a consulta como um elemento central de suas reivindicações e se viram ainda mais fortalecidos por ela.

A Constituição política vigente foi proclamada a 4 de julho de 1991. Nos arts. 1º, 2º e 7º defende-se o reconhecimento da pluralidade étnica e cultural. Os direitos fundamentais das crianças e adolescentes figuram nos arts. 44, 45 e 50. O art. 68 aborda a educação e o respeito à identidade no ambiente de ensino com educação bilíngue e intercultural. De acordo com os arts. 246, 286, 329, 330, que trata dos territórios indígenas, estariam regulamentados de acordo aos usos e costumes das comunidades tradicionais, podendo exercer funções jurisdicionais dentro do âmbito territorial.

No Código da Infância e Adolescência, os arts. 13 e 37 interpelam o direito aos costumes como fontes do direito e versa das liberdades fundamentais das crianças e adolescentes. Os arts. 28, 41, 118 e 205 referem-se à educação básica com respeito à identidade cultural, ao idioma, aos valores dos povos e culturas distintas entre os povos

e grupos étnicos, garantindo a etnoeducação às infâncias indígenas. Os arts. 3º, 4º, 58, 59, 70, 143 e 156 levantam o direito à representação, adoção e fala que os adolescentes pertencentes a comunidades indígenas serão julgados segundo as normas e procedimentos próprios de sua comunidade.

2.4 Equador

Oficialmente República do Equador, tem a sua história marcada por grande instabilidade política, golpes pelo poder e mudanças na Constituição do país. A nova Constituição, de 2008, é a primeira no mundo a reconhecer legalmente os direitos da natureza e dos ecossistemas, e adotar um princípio indígena relacionado ao bem-viver como modelo de desenvolvimento.

A conjuntura política atual expõe uma repressão a organizações indígenas e a diversos setores sociais. Violência que já provocou várias mortes, dezenas de feridos, alguns de suma gravidade, crianças atacadas com gás lacrimogêneo e centenas de presos arbitrariamente. Para compreender a gravidade da situação atual do Equador, a taxa de homicídios quintuplicou entre 2016 e 2022, tornando o Equador o país mais violento da América Latina. Dada a forma ambígua como o governo equatoriano lida com o Direito Internacional Humanitário, identifica-se uma grande preocupação com a segurança e com os direitos dos povos originários, os quais enfrentam múltiplas ameaças.

A atual constituição equatoriana plurinacional foi feita em Assembleia Constituinte eleita em 2007 e aprovada por referendo em 2008 e define o Equador como um Estado pluricultural e multiétnico. Dentre os artigos que tratam da pluralidade étnica e cultural como direitos coletivos estão: 1º, 6º, 57, 83, 156, 347 e 380. As normas relativas aos direitos das crianças e adolescentes são enfocadas nos arts. 44 a 46. As questões territoriais e de jurisdição são inseridas nos arts. 56, 57, 60, 171, 242, 257 e 259.

No Código das Crianças e Adolescentes, os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 36 tratam da proteção integral, e o art. 44 dos direitos culturais das crianças indígenas. Os arts. 33, 34, 38, e 249 abordam a educação, diversidade e identidade cultural de acordo a seus valores espirituais, culturais, religiosos, linguísticos, políticos e sociais.

Nos arts. 153, 180, 225 e 310 têm-se os interesses difusos e coletivos, assim como o direito à representação e adoção.

2.5 México

O México, oficialmente Estados Unidos Mexicanos, é uma democracia pluripartidarista que nos últimos 13 anos teve duas alternâncias de governo a nível federal e múltipla alternância a nível estatal e municipal. Desde 1934, a diferença do resto da América Latina e da maioria dos países europeus, o México teve a cada seis anos, sem interrupções, eleições e mudanças de governo de maneira pacífica, sem golpes de estados, rebeliões ou interrupções de ordem Constitucional.

Com a criação do Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI), em dezembro de 2018, ficou registrado um ato rumo ao pleno reconhecimento e exercício dos direitos dos povos indígenas mexicanos. O INPI é a instância do Governo do México que impulsiona a implementação dos direitos dos povos Indígenas, estando em concordância com o estipulado em instrumentos internacionais, respeitando suas culturas e identidades.

A Revolução Mexicana de 1910 culminou na promulgação da Constituição de 1917 e a emergência do atual sistema político do país.

Seus artigos iniciais defendem o Direito à não discriminação e o Direito dos Povos Indígenas à livre determinação e autonomia como um marco constitucional, bem como o Direito à educação, à interculturalidade e ao ensino das línguas indígenas do país, com uma educação plurilíngue. O art. 18 trata do Sistema Integral de Justiça para os adolescentes.

A Lei Geral de Direitos das Crianças e Adolescentes considera, em seu art. 2º, os aspectos culturais e, no art. 6º, a interculturalidade. Os arts. 13, 39, 63, 64 e 83 da não discriminação, liberdade de religião e cultura. O art. 4º trata da múltipla discriminação que pode ter simultaneamente condições que afetem seus Direitos.

Nos arts. 10º e 116 vemos medidas de proteção especial para as crianças que se encontrem em situação de vulnerabilidade por circunstâncias de caráter de identidade cultural, origem étnica ou práticas tradicionais. Os arts. 57 e 58 abordam questões educacionais e de ação afirmativa.

2.6 Peru

Oficialmente República do Peru, é um país sul-americano que passou por períodos de alternância entre turbulência política, crise fiscal e crescimento econômico.

Sucessivos governos democráticos foram constantemente interrompidos por golpes de Estado. Na década de 1990 foi implementado um modelo neoliberal, cujas bases continuam em vigor.

Nos dias atuais, o Peru é uma das repúblicas presidencialistas democráticas mais desiguais do mundo, com 1% da população detendo 30% da riqueza. Desde 2016, o país vem enfrentando sucessivas trocas de presidente por impeachment e renúncias. Foram seis presidentes em seis anos. E a crise não parece estar próxima do fim. A falta de governabilidade e de condições para o cumprimento dos mandatos, aliada à inexistência ou descontinuidade de políticas públicas são preocupantes.

A aprovação da Lei de consulta aos Povos Indígenas pelo Congresso do Peru representa um avanço importante no país e no resto da América Latina em relação aos direitos destes povos, como um compromisso por parte do Estado peruano para atender a demanda atual dos povos indígenas em serem consultados sobre as medidas que os afetem diretamente, particularmente em projetos da indústria extrativa em seus territórios ou ao redor.

A Constituição atual, promulgada em 31 de dezembro de 1993, nos arts. 2º e 19 defende o reconhecimento da pluralidade de identidades étnicas e culturais. O art. 4º fala da proteção em situação de abandono. Os arts. 14, 15 e 17 remetem à Educação com liberdade de crença em ambiente de ensino e educação bilíngue e intercultural, com respeito à identidade no ambiente de ensino. O art. 89 aborda a questão territorial das comunidades tradicionais dando autonomia interna e afirmando ser imprescindível ter a propriedade dos territórios étnicos.

O Código das Crianças e Adolescentes, em seus arts. 5º e 7º tratam, especialmente, do Direito à igualdade e do Direito aos costumes como fontes do Direito. O art. 15 destaca a Educação básica com respeito à identidade cultural, ao idioma, aos valores dos povos e culturas distintas das próprias e com preparação para a amizade entre os povos e grupos étnicos. Finalmente, o art. 180 trata do direito à representação nas Ações de defesa de crianças e adolescentes que tenham caráter difuso e sejam individuais ou coletivos, podendo ser demandante na Ação os Pais, dentre outros, o Ministério Público, as Associações que atuam na proteção de crianças e adolescentes, o Município e os responsáveis.

2.7 Venezuela

Venezuela, oficialmente República Bolivariana da Venezuela, é uma república federal presidencialista com sufrágio para mandato de 6 anos. Suas fronteiras são delimitadas com o Mar do Caribe, com a Colômbia, com o Brasil e com a Guiana. O país é amplamente conhecido por suas vastas reservas de petróleo, pela diversidade ambiental do seu território e por seus recursos naturais.

A Revolução Bolivariana de Hugo Chávez impulsionou a criação da atual Constituição de 1999, que consagrou a existência de cinco poderes: executivo, legislativo, judiciário, cidadão e eleitoral. Durante os 14 anos que governou a Venezuela, foram adotadas políticas sociais muito importantes realocando os lucros do petróleo e de setores estratégicos da economia em benefício do povo.

Com a morte de Chávez em 2013, Nicolás Maduro assume o poder. Em fevereiro de 2014, milhares de venezuelanos protestaram contra o níveis crescentes de violência criminal, inflação e pela escassez crônica de produtos básicos devido às políticas do governo federal. Sendo reeleito em 2018 em uma eleição controversa, não reconhecida pela oposição e por grande parte da comunidade internacional.

Há anos, o país é alvo de sanções e bloqueios impostos pelos EUA e pela Europa. Tendo vivenciado, nas últimas décadas, diversas crises políticas e econômicas, que contribuíram para a deterioração da infraestrutura local e para a emigração da população. E, atualmente, o país enfrenta uma crise socioeconômica e política grave, com hiperinflação, escassez de produtos básicos, alta criminalidade e censura da imprensa.

Pela primeira vez em sua história republicana, a Venezuela aprovou na Constituição de 1999 direitos específicos aos povos indígenas que vivem no país, formulada por uma Assembleia Nacional Constituinte, integrada inclusive por representantes indígenas. Dedicando o Capítulo VIII aos Direitos dos Povos Indígenas com os arts 119 a 126 e o Capítulo IX aos Direitos Ambientais.

Esse conjunto de direitos constitucionais visa assegurar aos povos originários a demarcação territorial, a identidade étnica, medicina tradicional, saúde integral, propriedade intelectual e participação política. Bem como garantir como um direito e um dever, a proteção do meio ambiente.

Os arts 54, 58 e 78 falam do combate ao Tráfico de crianças e adolescentes e do acesso à informação, sem censura. Os arts 75 e 260 tratam da adoção e jurisdição no âmbito dos povos indígenas.

A Lei Orgânica para a proteção de crianças e adolescentes defende a diversidade étnica dos povos originários e o princípio da não-discriminação nos arts 3 e 36. O direito à saúde e à medicina tradicional aparecem no art 41 e a educação intercultural bilíngue no art 60. As questões de jurisprudência e processuais para crianças e adolescentes indígenas estão destacadas nos arts 179 e 550.

1. INTRODUÇÃO

No contexto de reivindicação e afirmação da cidadania dos povos indígenas na América Latina, o que se observa desde meados da década de 1980 é um crescente protagonismo dos movimentos indígenas nas arenas nacionais e internacionais pela conquista da condição de sujeitos coletivos de direitos e de pessoas com cidadanias marcadas por uma base intercultural, descolonial e antirracista.

Um olhar mais atento ao que se convencionou denominar de movimento do constitucionalismo intercultural dos povos indígenas, isto é, ao processo político de criação ou reforma de constituições políticas nos países latino-americanos a partir da década de 1980, verifica-se uma temporalização das mudanças constitucionais em cada país, tendo por marcadores objetivos a implementação de tratados internacionais de direitos humanos dos povos indígenas, a saber: a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI), de 2007; e, a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas (DADPI), de 2016.

O Brasil se localiza no primeiro grupo de países que tiveram reformas constitucionais com inclusão de demandas indígenas como direitos constitucionais, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Outros países seguiram, desde então, esse percurso político-jurídico-institucional, sendo que os países que compõem a presente pesquisa (Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela) possuem normativas constitucionais de direitos indígenas de períodos posteriores ao brasileiro.

O que se vislumbra, com isso, é a compreensão de como se pode promover um intercâmbio de experiências de normatização e consequente materialização de políticas públicas para as crianças indígenas, tendo por referencial temporal os marcos constitucionais e infraconstitucionais existentes nestes países, e por marco político a

necessidade de ampliar a integração entre as iniciativas latino-americanas de atendimento da cidadania das crianças indígenas.

Ao mesmo tempo, tem-se a necessidade de compreender melhor como o bloco internacional dos direitos das crianças indígenas, que perpassa os campos jurídicos dos direitos indígenas e dos direitos das crianças, de modo a identificar os parâmetros atuais para utilização nas lutas sociais e na análise comparada dos países

Assim, o presente relatório objetiva apresentar o panorama inicial da legislação que Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela possuem na área dos direitos das crianças indígenas, buscando também abordar o campo do direito internacional das crianças indígenas, de modo a trabalhar em um enfoque multinível de pesquisa, assim como quanto aos seguintes estados da federação brasileira: Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.

Consta neste relatório também as transcrições das entrevistas realizadas remotamente com representantes de organismos internacionais de proteção aos direitos humanos e com pesquisadores referências em estudos dos direitos de infâncias indígenas nos países analisados.

Dessa forma, representando os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos foram entrevistados Luis Pedernera, Presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU e Gladys Acosta Vargas, membro do Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), da ONU. Já quanto aos pesquisadores da América Latina foram entrevistados representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Identificar, produzir e disseminar conhecimentos sobre experiências internacionais de direitos e políticas públicas voltadas para as infâncias indígenas de modo a subsidiar as iniciativas brasileiras e a articulação regional de promoção, proteção e controle dos direitos dos povos originários e suas infâncias.

2.2. Objetivos específicos

a) Compreender as bases normativas e de políticas públicas voltadas às crianças indígenas na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela, e por organismos internacionais, por meio da realização de uma pesquisa comparada sobre a forma como têm produzido direitos, políticas públicas, jurisprudências e resistências voltadas às infâncias indígenas, mediante pesquisa bibliográfica, documental e realização de entrevistas.

b) Desenvolver articulações com instituições e entidades de países latino-americanos e organismos internacionais para fomentar a construção de rede regional de atuação com os povos originários e suas infâncias.

c) O terceiro objetivo específico desta pesquisa é a realização das visitas técnicas para conhecer experiências desenvolvidas em alguns dos países latino-americanos abarcados na pesquisa, o que não ocorreu em virtude da falta de apoio financeiro.

d) Como proposições de advocacy, participação na produção de duas propostas de Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que visam o aprimoramento do atendimento intercultural de crianças e adolescentes pertencentes a povos originários, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais: a primeira proposta trata dos parâmetros para a aplicação da consulta livre, prévia e informada pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a segunda trata da escuta protegida, conceituando o atendimento realizado pelos próprios membros de povos e comunidades tradicionais às crianças vítimas e testemunhas de violência, estabelecendo que esse atendimento deve ser reconhecido pela rede de proteção e coordenado com as ações da referida rede, em anexo.

e) Publicação de artigos, que estão em fase de elaboração para submissão em periódico no segundo semestre de 2024.

3. METODOLOGIA

A base metodológica do projeto está fundamentada nos aportes advindos da metodologia empregada na pesquisa em 28 países² das metodologias de tomada de depoimento especial (Santos, Viana e Gonçalves, 2017) e no uso do método comparado em direitos e políticas públicas (Dutra, 2016; Heinen, 2017; Maia e Jacinto, 2018).

Segundo Heinen (2017), o método de direito comparado tem sido utilizado para o estudo do sistema jurídico estrangeiro de modo a possibilitar seu conhecimento e análise, além da relação comparativa com outro sistema jurídico, quase sempre o nacional. Trata-se de “maneira de produzir conhecimento a partir da comparação de dois ou mais institutos ou regras do direito positivo diversos, a fim de esclarecê-los mediante o confronto, ou por meio dele procurar oferecer soluções jurídicas” (Heinen, 2017, p. 174).

Para o foco da pesquisa do presente projeto, por se tratar de análise comparada que visa construir subsídios de (re)leitura das práticas nacionais de produção normativa e de política pública, é evidente a necessidade de realizar uma coleta adequada dos instrumentos político-jurídicos no Brasil, e de seu entendimento teórico, para que se possa conduzir o trabalho comparativo com outros contextos nacionais latino-americanos.

Outro aspecto é o uso da técnica denominada de bola de neve para auxiliar no rastreamento das experiências normativas e político-institucionais, e dos contatos com pessoas indígenas e não-indígenas estratégicas que atuam em cada contexto nacional.

Esta técnica é adequada em pesquisas qualitativas, especialmente quando o universo da pesquisa é relativamente difícil de ser acessado ou abordagens mais formais não atingiriam bons resultados. Como supracitado, trata-se de um processo onde as pessoas ou grupos participantes no início da investigação passam a indicar eles mesmos outros participantes, grupos, ou organizações que compartilhem da mesma experiência e interesses, gerando cadeias de referências. Como consequência, há a precisa identificação e mapeamento de indivíduos, grupos, comunidades ou redes, até então não necessariamente conhecidos ou conectados entre si.

A identificação e expansão da amostra feita por indicação dos próprios participantes asseguram três pontos fundamentais: 1) mantém a precisão e foco do

objeto da pesquisa; 2) garante a necessária diversidade de participantes que, dado a expansão da amostra, vão continuamente trazendo novos elementos, temas e problemáticas relevantes e complementares para o entendimento do objeto da pesquisa; 3) quando realizada com o devido cuidado e o tempo necessário, a técnica tende naturalmente a atingir o chamado ponto de saturação, ou seja, quando o universo da investigação se encontra satisfatoriamente coberto ou contemplado (Handcock e Gile, 2011).

A técnica bola de neve se mostra então bastante adequada para o objeto de investigação desta pesquisa. Além dos elementos citados acima, principalmente a precisão na identificação de novos participantes, a pesquisa se beneficiará diretamente também do reconhecimento e militância dos envolvidos com o tema, sua experiência na promoção e defesa dos direitos dos povos originários.

Quanto aos resultados do presente Relatório Técnico, este apresenta análise normativa referente aos direitos de indígenas crianças em três níveis: internacional; regional e nacional, construída mediante o estudo detalhado das principais normas referentes, quanto à categoria étnica, aos direitos dos povos indígenas e, no que tange à categoria etária, aos direitos direcionados a crianças e adolescentes, com as ressalvas à categoria adolescência e as particularidades culturais dos povos indígenas quanto aos marcadores de idades e ciclos da vida.

A construção da metodologia utilizada para a construção deste Relatório Técnico foi realizada de forma dialogada entre os membros do Grupo de Trabalho Legislação e Parcerias Internacionais do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias, com a consequente definição do alcance da pesquisa; objetivos; divisão interna de tarefas; prazos e escolha das normas a serem estudadas e, também, os limites e profundidade dos resultados almejados.

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada realizou-se nos seguintes passos: análise completa dos documentos, à vista de identificar quais os direitos dispostos e, também, contradições internas, levando em consideração o fato de que as Constituições são documentos políticos antes de serem documentos jurídicos; escolha das palavras-chave a nortearem a pesquisa e a criação de tabelas individuais para cada norma estudada, com destaque para os direitos garantidos.

À nível internacional, foram analisados os seguintes documentos: OIT, 1989 - Convenção N° 169; ONU, 1989 - Convenção dos direitos da criança; ONU, 2007 - Declaração dos Direitos Indígenas; Comentário geral n° 11 (2009) - Crianças indígenas

e seus direitos sob a convenção; OEA, 2016 - Declaração americana sobre os direitos dos povos indígenas; ONU, 2023 - Comentário Geral n. 26 da CDC, objetivando identificar no Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos as normativas internacionais que tratam das temáticas importantes para a proteção jurídicas dos indígenas crianças.

Quanto ao âmbito regional, apresenta-se quanto aos países Bolívia; Colômbia; Equador; México, Perú e Venezuela introdutoriamente e com o objetivo de proporcionar a contextualização individual quanto aos seguintes aspectos: Sistema Representativo; Governo Atual; Constituição em vigor e Código das Crianças e Adolescentes em vigor.

Em continuidade, quanto às Leis e demais normas brasileiras que incidem aos indígenas crianças, apresentam-se neste relatório as que seguem: Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 1973; Constituição da República Federativa do Brasil – 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente – lei nº 8.069 – 1990; Lei nº 9.836, 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; Decreto nº 3.156, 1999 - Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do Sistema único de Saúde; Portaria 1163/GM, 1999 - Dispõe sobre as Responsabilidades na Prestação de Assistência à Saúde dos Povos Indígenas no Ministério da Saúde; Resolução nº 304, de 09 de agosto de 2000, Conselho Nacional de Saúde – CNS - Resolve: aprovar normas para pesquisas envolvendo seres humanos – área de povos indígenas; Portaria nº 254, 2002, aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; Portaria nº 1.130, 2015, Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do SUS; Portaria nº 1.397, 2017, Dispõe sobre a estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – Estratégia AIDPI e sua implementação e execução no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS); Decreto nº 11.798, 2023, Aprova a Estrutura Regimental e Quadro demonstrativo; Portaria nº 1.317, 2017, Adequa o registro das informações relativas a estabelecimentos que realizam ações de atenção à saúde para as populações indígenas no CNES; portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, Institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA contribui para esta regulamentação mediante as seguintes Resoluções: Resolução nº 91 de 2003 do CONANDA, dispõe sobre a aplicação das disposições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente à família, à comunidade, à sociedade, e

especialmente à criança e ao adolescente indígenas; Resolução nº 181 de 2016, dispõe sobre os parâmetros para a interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil; Resolução nº 197 de 2017, dispõe sobre a instituição de Grupo Temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais e Resolução nº 214 de 2018, a qual apresenta recomendações aos Conselhos de Direitos (estaduais, distrital e municipais) visando a melhoria da participação de crianças, adolescentes e demais representações de povos e comunidades tradicionais no controle social dos direitos de crianças e adolescentes e a Resolução nº 228 de 2022, instituindo Grupo Temático para avaliar e propor estratégias, articulação de políticas públicas e serviços para a proteção, prevenção, atendimento e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes de povos originários e comunidades tradicionais.

O Conselho Nacional de Justiça, no mesmo sentido, orienta e regulamenta a temática referente aos indígenas crianças nos seguintes documentos: Resolução nº 287 de 2019, no que se refere a procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário; Resolução nº 299 de 2019, dispondo sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017; Manual de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais – Conselho Nacional de Justiça – 2021; Resolução nº 454 de 2022, estabelecendo diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao judiciário de pessoas e povos indígenas e Resolução nº 524 de 2023, responsável por estabelecer procedimentos para o tratamento de adolescentes e jovens indígenas em caso de apreensão, de representação em processo de apuração de ato infracional ou de cumprimento de medida socioeducativa no âmbito da Justiça da Infância e Juventude ou juízos que exerçam tais competências.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mediante a Resolução nº 230 de 2021, disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais.

O Conselho Nacional de Educação incide na temática no Parecer nº 14, de 1999; Parecer nº 13, de 2012 e Resolução nº 5, de 2012 e o Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Cidadania na Resolução nº 20, de 2020, dispondo sobre acesso de família pertencentes a Povos Indígenas aos benefícios e serviços ofertados no âmbito da Rede Socioassistencial, estando disposto neste Relatório normas complementares a esta e referentes à educação indígena.

Internamente, foram pesquisadas também as normas nas áreas da educação, saúde, assistência social, justiça e educação nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

As normas citadas acima estão dispostas a seguir, em tabelas nas quais constam as palavras-chave utilizadas para a pesquisa; dispositivo legal e respectivo texto e referências ao direito/dever de/a/ao aos quais se refere, proporcionando a identificação de como os direitos dos indígenas crianças estão apresentados no Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, regionalmente, no Brasil; Bolívia; Colômbia; Equador; México, Peru e Venezuela e também quanto aos seguintes estados da federação brasileira: Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.

Consta neste relatório também as transcrições das entrevistas realizadas remotamente com representantes de organismos internacionais de proteção aos direitos humanos e com pesquisadores referências em estudos dos direitos de infâncias indígenas nos países analisados.

Dessa forma, representando os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos foram entrevistados Luis Pedernera, Presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU e Gladys Acosta Vargas, membro do Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), da ONU. Já quanto aos pesquisadores da América Latina foram entrevistados representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela referências na pesquisa e defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas nos respectivos países.

4. PESQUISA A NÍVEL INTERNACIONAL

O presente documento tem por objetivo sintetizar as leituras de marcos internacionais voltados para o direito das crianças e/ou direitos de povos indígenas, a

partir do levantamento da presença de palavras-chave relacionadas a marcadores étnicos e/ou etários.

O primeiro documento apresentado é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989. Também conhecida como Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, é, junto com a Convenção dos Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU), o marco mais antigo dentre os aqui abordados, e foi ratificado por 23 países, sendo a maior parte de países latino-americanos.

Desde sua adoção, em junho de 1989, a Convenção N° 169 da OIT, como o primeiro Tratado Internacional no sistema multilateral que trata de forma específica e abrangente dos direitos dos povos indígenas, foi ratificada por 23 países no cenário internacional, sendo 15 Estados latino-americanos. Neste sentido, todos os países pesquisados ratificaram a referida Convenção, que entraram em vigor internamente: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru.

A supracitada Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, do mesmo ano, por outro lado, foi ratificada por 196 países, sendo o instrumento internacional de direitos humanos mais aceito na história. Soma-se a ela as análises dos Comentários Gerais n° 11, de 2009 - voltado especificamente para os direitos das crianças indígenas -, e n° 26, mais recente, de 2023, que trata dos direitos das crianças frente à emergência climática.

Está também contemplada a Declaração da ONU dos Direitos Indígenas que, apesar de ter sido aprovada em 2007, começou a ser discutida já em 1985, frente à pressão dos povos indígenas por um marco internacional que melhorasse a relação entre essas populações e os estados.

Finalmente, há a Declaração da Organização dos Estados Americanos dos Direitos Indígenas, aprovada após 17 anos de discussões, em 2016.

OIT, 1989 - CONVENÇÃO N° 169		
Palavras-Chave utilizadas: <u>Menções à categoria étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Povos; Povos Indígenas; Povos Originários; Povos tradicionais; Comunidades Camponesas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 28, 1	Sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena ou na língua mais comumente falada	Crianças Educação: utilização da

	no grupo a que pertençam. Quando isso não for viável, as autoridades competentes deverão efetuar consultas com esses povos com vistas a se adotar medidas que permitam atingir esse objetivo.	língua materna e processos próprios de aprendizagem
Art. 29, 1	Um objetivo da educação das crianças dos povos interessados deverá ser o de lhes ministrarem conhecimentos gerais e aptidões que lhes permitam participar plenamente e em condições de igualdade na vida de sua própria comunidade e na da comunidade nacional.	Crianças Educação; Não discriminação

ONU, 1989 - CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Palavras-Chave utilizadas:

Menções à categoria étnica: Étnica; Identidade; Tradicional(is); Indígenas; Povos; Povos Indígenas; Povos Originários; Povos tradicionais; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.

Dispositivo Legal	Texto	Palavra-chave; Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 2º, 1	Os Estados – partes respeitarão os direitos previstos nesta Convenção e os assegurarão a toda criança sujeita à sua jurisdição, sem discriminação de qualquer tipo, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, impedimentos físicos, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.	<u>Étnica</u> Não discriminação
Art. 8, 1	Os Estados-partes se comprometem a respeitar o direito da criança, de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferências ilícitas.	<u>Identidade</u> Respeito à identidade
Art 8, 2	No caso de uma criança se vir ilegalmente privada de algum ou de todos os elementos constitutivos de sua identidade, os Estados-partes fornecer-lhe-ão assistência e proteção apropriadas, de modo que sua identidade seja prontamente restabelecida.	<u>Identidade</u> Respeito à identidade
Art. 17	incentivarão os órgãos de comunicação a ter particularmente em conta as necessidades lingüísticas da criança que pertencer a uma minoria ou que for indígena;	<u>Indígena</u> Direito à língua e identidade

Art. 20, 3	Esses cuidados poderão incluir, inter alia, a colocação em lares de adoção, a Kafalah do direito islâmico, a adoção ou, se necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção para as crianças. Ao se considerar soluções, prestar-se-á a devida atenção à conveniência de continuidade de educação da criança, bem como à origem étnica, religiosa, cultural e lingüística da criança.	<u>Étnica</u> Adoção cultural e etnicamente adequada
Art. 24º, 3	Os Estados-partes adotarão todas as medidas eficazes e adequadas para abolir práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.	<u>Tradicionais</u> Direito à saúde
Art. 29, 21c	imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores <u>nacionais</u> do país em que reside, aos do eventual país de origem e aos das civilizações diferentes da sua;	<u>Identidade cultural</u> Direito à língua e identidade
Art. 29, 21d	preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena;	<u>Indígena</u>
Art. 30	Nos Estados-partes onde existam minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, ou pessoas de origem indígena, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou que seja indígena o direito de, em comunidade com os demais membros de seu grupo, ter sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma.	<u>Étnicas</u> <u>Indígena</u> Direito à língua e identidade Liberdade de expressão

ONU, 2007 - DECLARAÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS

Palavras-Chave utilizadas:

Menções à categoria etária: Crianças; Adolescentes; Descendentes; Gerações futuras; Famílias; Filhos; Filhas; Meninos; Meninas; Responsáveis; Mãe; Pai; Mães; Pais; Menores de idade; Dependentes; Jovens.

Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
ANEXO	Reconhecendo, em particular, o direito das famílias e comunidades indígenas a continuarem compartilhando a responsabilidade pela formação, a educação e o	<u>Crianças</u> <u>Família</u> <u>Filhos</u>

	bem-estar dos seus filhos, em conformidade com os direitos da criança,	<p>Educação – utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem</p> <p>Convivência familiar e comunitária - prioridade de ocorrer no seio da comunidade ou junto a membros da mesma etnia</p>
Art. 7	2. Os povos indígenas têm o direito coletivo de viver em liberdade, paz e segurança, como povos distintos, e não serão submetidos a qualquer ato de genocídio ou a qualquer outro ato de violência, incluída a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.	<p><u>Criança</u></p> <p>Direito à paz e a estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p>
Art. 13	1. Os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los.	<p><u>Gerações futuras</u></p> <p>Direitos sociais e culturais; Organização social; costumes; línguas; crenças e tradições; direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.</p>
Art. 14	2. Os indígenas, em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado, sem discriminação. 3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à	<p><u>Crianças</u></p> <p>Educação – utilização da língua materna e processos próprios de</p>

	educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.	aprendizagem.
Art. 17	2. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas específicas para proteger as crianças indígenas contra a exploração econômica e contra todo trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou que possa ser prejudicial à saúde ou ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança, tendo em conta sua especial vulnerabilidade e a importância da educação para o pleno exercício dos seus direitos.	<u>Crianças</u> Estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Direito à Educação.
Art. 21	2. Os Estados adotarão medidas eficazes e, quando couber, medidas especiais para assegurar a melhora contínua das condições econômicas e sociais dos povos indígenas. Particular atenção será prestada aos direitos e às necessidades especiais de idosos, mulheres, jovens, crianças e portadores de deficiência indígenas.	<u>Crianças</u> Direitos das mulheres, da pessoa idosa, de jovens e de pessoas com deficiência.
Art. 22	1. Particular atenção será prestada aos direitos e às necessidades especiais de idosos, mulheres, jovens, crianças e portadores de deficiência indígenas na aplicação da presente Declaração. 2. Os Estados adotarão medidas, junto com os povos indígenas, para assegurar que as mulheres e as crianças indígenas desfrutem de proteção e de garantias plenas contra todas as formas de violência e de discriminação.	<u>Crianças</u> <u>Jovens</u> Direitos das mulheres, da pessoa idosa, de jovens e de pessoas com deficiência. Estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
Art. 25	Os povos indígenas têm o direito de manter e de fortalecer sua própria relação espiritual com as terras, territórios, águas, mares costeiros e outros recursos que tradicionalmente possuam ou ocupem e utilizem, e de assumir as responsabilidades que a esse respeito incorrem em relação às gerações futuras.	<u>Gerações futuras</u> Organização social; costumes; línguas; crenças e

		tradições; direitos originários sobre as terras que tradicionalmen te ocupam.
--	--	---

COMENTÁRIO GERAL Nº 11 (2009) Crianças indígenas e seus direitos sob a Convenção		
Palavras-Chave utilizadas: Crianças; Adolescentes; Descendentes; Gerações futuras; Famílias; Filhos; Filhas; Meninos; Meninas; Responsáveis; Mãe; Pai; Mães; Pais; Menores de idade; Dependentes; Jovens.		
Posição no texto	Texto	Palavra-chave; Referência ao direito/dever de/a/ao:
Cap.1 - Introdução	No preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes levam em consideração “ <i>a devida importância às tradições e aos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança</i> ”. Enquanto que todos os direitos contidos na Convenção se aplicam para todas as crianças, indígenas ou não, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi o primeiro tratado de direitos humanos a incluir referências específicas a crianças indígenas em uma série de disposições.	<u>Crianças</u> , <u>Famílias</u> Respeito à Proteção ao desenvolvimento harmonioso das Criança
Cap. 2- Introdução	O artigo 30 da Convenção determina que “ <i>Nos Estados Partes que abrigam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, ou populações autóctones, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou a um grupo autóctone o direito de ter sua própria cultura, professar ou praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma em comunidade com os demais membros de seu grupo</i> ”.	<u>Crianças</u> , <u>Meninos</u> , <u>Meninas</u> <u>Povos</u> Direito de Preservar a sua Própria Cultura
Cap. 3 - Introdução	Além disso, o artigo 29 da Convenção estabelece que “ <i>a educação da criança deve estar orientada no sentido de preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de entendimento, paz, tolerância, igualdade de gênero e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos, e populações autóctones</i> ”.	<u>Crianças</u> , <u>Meninos</u> , <u>Meninas</u> Criança responsável Sociedade livre, Tolerância, Igualdade de gênero
Cap. 4 - Introdução	O artigo 17 da Convenção também faz menção específica de que os Estados partes devem “ <i>incentivar</i>	<u>Criança</u>

	<i>os meios de comunicação no sentido de dar especial atenção às necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou indígena”.</i>	Povos Originários
Cap. 5 - Introdução	As referências específicas às crianças indígenas na Convenção são indicativos do reconhecimento de que elas requerem medidas especiais a fim de fazerem gozo de seus direitos. O Comitê sobre os Direitos da Criança levou constantemente em consideração a situação das crianças indígenas em suas revisões de relatórios periódicos dos Estados Parte da Convenção. O Comitê observou que crianças indígenas enfrentam significativos desafios ao exercerem seus direitos e emitiu recomendações específicas para esse efeito em suas observações finais. As crianças indígenas continuam a sofrer séria discriminação em diversas áreas, contrariando o artigo 2 da Convenção, inclusive no acesso à saúde e à educação, o que motivou a necessidade de adotar este comentário geral.	<u>Criança</u> Criança Indígena
Cap. 6 - Introdução	Somado à Convenção sobre os Direitos da Criança vários tratados de direitos humanos têm desempenhado um papel importante na abordagem da situação das crianças indígenas e na não discriminação de seus direitos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, e a Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966.	<u>Criança</u> Criança Indígena
Cap. 7 - Introdução	A Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, de 1989, contém previsões que avançam quanto aos direitos dos povos indígenas, e destaca especificamente os direitos das crianças indígenas na área da educação.	<u>Criança</u> Direito da Criança à Direito à Educação
Cap. 8 - Introdução	Em 2001, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas designou um Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, posteriormente confirmado pelo Conselho de Direitos Humanos em 2007. O Conselho solicitou ao Relator Especial que prestasse atenção especial à situação das crianças indígenas e várias recomendações incluídas em seus relatórios anuais e de missão se concentraram em sua situação específica.	<u>Criança</u> Criança Indígenas, Promoção, Proteção dos Direitos
Cap. 9 - Introdução	Em 2003, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas realizou sua segunda sessão sobre o tema crianças e jovens indígenas e, no mesmo ano, o Comitê sobre os Direitos da Criança realizou seu Dia	<u>Criança</u> Criança, Jovens Indígenas,

	de Discussão Geral sobre os direitos das crianças indígenas e adotou recomendações destinadas principalmente aos Estados Partes, mas também às entidades das Nações Unidas, aos mecanismos de direitos humanos, à sociedade civil, aos doadores, ao Banco Mundial e aos bancos regionais de desenvolvimento.	Direitos específicos
Cap. 10 - Introdução	Em 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que fornece orientações importantes sobre os direitos dos povos indígenas, incluindo referência específica aos direitos das crianças indígenas em diversas áreas.	<u>Criança</u> Criança Indígenas, Inclusão específica
Cap.11- Objetivos e estrutura	Este comentário geral sobre os direitos das crianças indígenas, conforme previsto pela Convenção sobre os Direitos da Criança, baseia-se nos desenvolvimentos legais e nas iniciativas descritas acima.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Direitos Específicos
Cap.12 - Objetivos e estrutura	O objetivo principal deste comentário geral é fornecer aos Estados orientações sobre como implementar suas obrigações sob a Convenção com relação às crianças indígenas. O Comitê baseia este comentário geral em sua experiência na interpretação das disposições da Convenção em relação às crianças indígenas. Além disso, o comentário geral é baseado nas recomendações adotadas após o Dia de Discussão Geral sobre crianças indígenas em 2003 e reflete um processo consultivo com as Partes interessadas, incluindo as próprias crianças indígenas.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Direito de Inclusão Especifica
Cap. 13 - Objetivos e estrutura	O comentário geral tem como objetivo explorar os desafios específicos que impedem as crianças indígenas de desfrutar plenamente de seus direitos e destacar as medidas especiais necessárias a serem tomadas pelos Estados para garantir o exercício efetivo dos direitos das crianças indígenas. Além disso, procura incentivar boas práticas e destacar abordagens positivas na implementação prática dos direitos das crianças indígenas.	<u>Criança</u> Criança Indígenas, Implementação prática de Direitos
Cap.14 - Objetivos e estrutura	O artigo 30 da Convenção e o direito ao gozo da cultura, religião e língua são elementos-chave neste comentário geral; no entanto, seu objetivo é explorar as várias disposições que exigem atenção especial em sua implementação em relação às crianças indígenas. É dada especial ênfase à inter relação entre as disposições relevantes, destacando-se os princípios gerais da Convenção, tal como identificados pelo Comitê, como a não discriminação, os melhores interesses da criança, o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento e o direito de ser ouvido.	<u>Criança</u> Criança Indígenas A não Discriminação Direito à vida Direito a ser ouvido

<p>Cap. 15 - Objetivos e estrutura</p>	<p>O Comitê observa que a Convenção contém referências a crianças pertencentes a minorias e crianças indígenas. Algumas referências neste comentário geral podem ser relevantes para crianças de grupos minoritários e o Comitê pode decidir no futuro preparar um comentário geral especificamente sobre os direitos das crianças pertencentes a grupos minoritários.</p>	<p><u>Criança</u> Da Direito Criança Indígena Étnico</p>
<p>Cap16 - Art.30 e obrigações gerais do Estado</p>	<p>O Comitê recorda a estreita ligação entre o artigo 30 da Convenção sobre os Direitos da Criança e o artigo 27 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Ambos os artigos fornecem especificamente o direito, em comunidade com outros membros de seu grupo, de desfrutar de sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião ou usar seu próprio idioma. O direito estabelecido é concebido como individual e coletivo e é um importante reconhecimento das tradições e valores coletivos das culturas indígenas. O Comitê observa que o direito de exercer direitos culturais entre os povos indígenas pode estar intimamente associado ao uso do território tradicional e ao uso de seus recursos.</p>	<p><u>Criança</u> Povos Originários Direitos Territoriais Cultura Direito à língua e identidade.</p>
<p>Cap. 20 - Art.30 e obrigações gerais do Estado</p>	<p>Com base em suas revisões dos relatórios dos Estados Partes, o Comitê dos Direitos da Criança observou que, na implementação de suas obrigações sob a Convenção, muitos Estados Partes não dão atenção suficiente aos direitos das crianças indígenas e à promoção de seu desenvolvimento. O Comitê considera que medidas especiais por meio de legislação e políticas para a proteção de crianças indígenas devem ser realizadas em consulta com as comunidades envolvidas⁵ e com a participação de crianças no processo de consulta, conforme previsto no artigo 12 da Convenção. O Comitê considera que as consultas devem ser ativamente realizadas por autoridades ou outras entidades dos Estados Partes de uma maneira que seja culturalmente apropriada, garantir a disponibilidade de informações a todas as partes e assegurar comunicação e diálogo interativos.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Medidas Especiais Comunidade Participação Consulta</p>
<p>Cap.21 - Art.30 e obrigações gerais do Estado</p>	<p>O Comitê insta os Estados Partes a garantirem que seja dada atenção adequada ao artigo 30 na implementação da Convenção. Os Estados Partes devem fornecer informações detalhadas em seus relatórios periódicos sob a Convenção sobre as medidas especiais tomadas a fim de garantir que as crianças indígenas possam usufruir dos direitos previstos no artigo 30.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Direito Criança Da</p>
<p>Cap. 22 - Art. 30 e</p>	<p>O Comitê enfatiza que as práticas culturais previstas no artigo 30 da Convenção devem ser exercidas em</p>	<p><u>Criança</u></p>

<p>obrigações gerais do Estado</p>	<p>con- formidade com outras disposições da Convenção e sob nenhuma circunstância podem ser justificadas se forem consideradas prejudiciais à dignidade, à saúde e ao desenvolvimento da criança.⁶ Se práticas prejudiciais estiverem presentes, como casamentos precoces e mutilação genital feminina, o Estado Parte deve trabalhar em conjunto com as comunidades indígenas para garantir sua erradicação. O Comitê insta veementemente os Estados Partes a desenvolverem e implementarem campanhas de conscientização, programas de educação e legislação que visem a mudar atitudes e abordar os papéis e estereótipos de gênero que contribuem para práticas prejudiciais.</p>	<p>Comunidades indígenas, Práticas prejudiciais, Educação, Conscientização, Estereótipos de gênero.</p>
<p>Cap23 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação</p>	<p>O Artigo 2 estabelece a obrigação dos Estados Partes de assegurar os direitos de cada criança sob sua jurisdição, sem discriminação de qualquer tipo. A não discriminação foi identificada pelo Comitê como um princípio geral de importância fundamental para a implementação de todos os direitos consagrados na Convenção. As crianças indígenas têm o direito inalienável de serem livres de discriminação. A fim de proteger eficazmente as crianças contra a discriminação, é uma obrigação do Estado Parte garantir que o princípio de não discriminação esteja refletido em toda a legislação nacional e possa ser aplicado diretamente e adequadamente monitorado e executado por meio de órgãos judiciais e administrativos. Remédios eficazes devem ser oportunos e acessíveis. O Comitê ressalta que as obrigações do Estado Parte se estendem não apenas ao público, mas também ao setor privado.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Discriminação, Estado Parte, Princípio de não discriminação.</p>
<p>Cap. 24 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação</p>	<p>Como afirmado anteriormente no comentário geral no. 5 do Comitê sobre medidas gerais de implementação, a obrigação de não discriminação requer que o Estado identifique ativamente crianças individualmente e em grupo, cujo reconhecimento e realização de direitos podem exigir medidas especiais. Por exemplo, o Comitê destaca, em particular, a necessidade de a coleta de dados ser desagregada para permitir a identificação de discriminação ou possível discriminação. Abordar a discriminação pode, além disso, exigir mudanças na legislação, administração e alocação de recursos, bem como medidas educacionais para mudar atitudes.</p>	<p><u>Criança</u> Discriminação, Medidas especiais, Coleta de dados, Mudanças legislativas, Educação.</p>
<p>Cap 25 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da</p>	<p>O Comitê, por meio de sua extensa revisão dos relatórios dos Estados Partes, observa que as crianças indígenas estão entre aquelas crianças que requerem medidas positivas para eliminar condições que causam discriminação e assegurar o gozo dos direitos</p>	<p><u>Criança</u> Crianças Indígenas, Medidas</p>

<p>Convenção) Não-discriminação</p>	<p>da Convenção em níveis iguais com outras crianças. Em particular, os Estados Partes são convidados a considerar a aplicação de medidas especiais para assegurar que as crianças indígenas tenham acesso a serviços culturalmente apropriados nas áreas de saúde, nutrição, educação, recreação e esportes, serviços sociais, habitação, saneamento e Justiça juvenil.</p>	<p>especiais, Acesso a serviços culturalmente apropriados.</p>
<p>Cap. 26 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação.</p>	<p>Entre as medidas positivas requeridas pelos Estados Partes, está a coleta de dados desagregados e o desenvolvimento de indicadores para identificar as áreas existentes e potenciais de discriminação das crianças indígenas. A identificação de lacunas e barreiras ao gozo dos direitos das crianças indígenas é essencial para implementar medidas positivas apropriadas por meio de legislação, alocação de recursos, políticas e programas.</p>	<p><u>Criança</u> Crianças Indígenas Políticas de desenvolvimento, implementação positiva</p>
<p>Cap. 27 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação.</p>	<p>Os Estados Partes devem assegurar que a informação pública e as medidas educacionais sejam tomadas para lidar com a discriminação de crianças indígenas. A obrigação do artigo 2, em conjunto aos artigos 17, 29.1 (d) e 30 da Convenção, exige que os Estados desenvolvam campanhas públicas, material de divulgação e currículos educacionais, tanto nas escolas como para os profissionais, focados nos direitos das crianças indígenas e na eliminação.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Promoção de Educação Inclusiva</p>
<p>Cap. 28 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação.</p>	<p>Em seus relatórios periódicos ao Comitê, os Estados Partes deveriam identificar medidas e programas adotados para abordar a discriminação de crianças indígenas em relação à Declaração e ao Programa de Ação adotados na Conferência Mundial de 2001 contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Relacionada.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Medidas e Programas Específicos.</p>
<p>Cap.29 - Princípios gerais (arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção) Não-discriminação</p>	<p>Na concepção de medidas especiais, os Estados Partes devem considerar as necessidades das crianças indígenas que podem enfrentar múltiplas facetas de discriminação e também levar em conta a situação diferente das crianças indígenas em situações rurais e urbanas. Uma atenção especial deve ser dada às meninas, a fim de garantir que gozem de seus direitos em igualdade de condições com os meninos. Os Estados Partes devem, além disso, assegurar que medidas especiais abordem os direitos das crianças indígenas portadoras de deficiência.</p>	<p><u>Criança Meninos, Meninas</u> Direito da criança Indígenas Portadora de deficiência. Discriminação</p>
<p>Cap.30 - Melhor interesse da criança.</p>	<p>A aplicação do princípio do melhor interesse da criança às crianças indígenas requer atenção especial. O Comitê observa que o melhor interesse da criança é concebido tanto como um direito coletivo quanto</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas,</p>

	individual, e que a aplicação desse direito às crianças indígenas como um grupo requer a consideração de como o direito se relaciona com os direitos culturais coletivos. As crianças indígenas nem sempre receberam a consideração distinta que merecem. Em alguns casos, sua situação particular foi obscurecida por outras questões de maior interesse para os povos indígenas (incluindo direitos à terra e representação política). ¹³ No caso das crianças, o melhor interesse da criança não pode ser negligenciado ou violado em detrimento aos melhores interesses do grupo.	Direito da Criança Direitos culturais coletivos.
Cap.31 - Melhor interesse da criança	Quando as autoridades do Estado, incluindo os órgãos legislativos, buscam avaliar o melhor interesse de uma criança indígena, elas devem considerar os direitos culturais da criança indígena e sua necessidade de exercer esses direitos coletivamente com os membros de seu grupo. No que diz respeito à legislação, a políticas e programas que afetam as crianças indígenas em geral, a comunidade indígena deve ser consultada e ter a oportunidade de participar do processo sobre como o melhor interesse das crianças indígenas em geral pode ser decidido de maneira culturalmente sensível. Tais consultas devem, na medida do possível, incluir a participação efetiva de crianças indígenas.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Participação efetiva das crianças indígenas
Cap.32 - Melhor interesse da criança	O Comitê considera que pode haver uma distinção entre o melhor interesse de cada criança e o melhor interesse das crianças como um grupo. Nas decisões relativas a uma criança, normalmente uma decisão judicial ou uma decisão administrativa, é o melhor interesse da criança individualmente que é a principal preocupação. No entanto, considerar os direitos culturais coletivos da criança é parte da determinação do melhor interesse da criança.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Direitos Culturais
Cap. 33 - Melhor interesse da criança	O princípio do interesse superior da criança requer que os Estados tomem medidas ativas pelos sistemas legislativo, administrativo e judicial que sistematicamente apliquem o princípio, considerando a implicação de suas decisões e ações sobre os direitos e interesses das crianças. ¹⁴ Para efetivamente garantir os direitos das crianças indígenas, tais medidas incluiriam treinamento e conscientização entre categorias profissionais relevantes sobre a importância de se considerar os direitos culturais coletivos em conjunto com a determinação do melhor interesse da criança.	<u>Criança</u> Criança Indígena Políticas de inclusão Interesse superior da criança Treinamento, Direitos culturais coletivos.
Cap.34 - O direito à vida, à sobrevivên	O Comitê observa com preocupação que um número desproporcionalmente alto de crianças indígenas vive em extrema pobreza, uma condição que tem um impacto negativo em sua sobrevivência e	<u>Criança</u> Crianças indígenas,

<p>cia e ao desenvolvimento</p>	<p>desenvolvimento. Além disso, o Comitê está preocupado com as altas taxas de mortalidade infantil e de bebês, bem como com desnutrição e doenças entre crianças indígenas. O Artigo 4 obriga os Estados Partes a abordar os direitos econômicos, sociais e culturais ao máximo de seus recursos disponíveis e, quando necessário, com cooperação internacional. Os artigos 6 e 27 proporcionam o direito das crianças à sobrevivência e ao desenvolvimento, bem como a um padrão de vida adequado. Os Estados devem ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança indígena a implementar este direito, fornecendo assistência material culturalmente apropriada e programas de apoio, particularmente no que diz respeito à nutrição, vestuário e moradia. O Comitê enfatiza a necessidade de que os Estados Partes tomem medidas especiais para assegurar que as crianças indígenas desfrutem do direito a um padrão de vida adequado e que elas, juntamente com indicadores de progresso, sejam desenvolvidas em parceria com povos indígenas, inclusive crianças.</p>	<p>Sobrevivência, Desenvolvimento, Direitos econômicos, sociais e culturais, Assistência, Nutrição, Vestuário, Moradia, Medidas especiais</p>
<p>Cap.35 - O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento</p>	<p>O Comitê reitera sua compreensão do desenvolvimento da criança como estabelecido em seu comentário geral no 5, como um “conceito holístico abrangendo o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral, psicológico e social da criança”.¹⁵ O Preâmbulo da Convenção enfatiza a importância das tradições e valores culturais de cada pessoa, particularmente com referência à proteção e desenvolvimento harmonioso da criança. No caso das crianças indígenas cujas comunidades mantêm um estilo de vida tradicional, o uso da terra tradicional é de significativa importância para o seu desenvolvimento e aproveitamento da cultura.¹⁶ Os Estados Partes devem considerar atentamente o significado cultural da terra tradicional e a qualidade do ambiente natural, enquanto garantem o direito das crianças à vida, sobrevivência e desenvolvimento, ao máximo quanto possível.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Identidades Culturais Desenvolvimento, Terra tradicional, Ambiente natural.</p>
<p>Cap. 36 - O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento</p>	<p>O Comitê reafirma a importância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e apela aos Estados para que se envolvam com os povos indígenas, incluindo crianças, a fim de assegurar a plena realização dos ODMs com relação às crianças indígenas.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Direito política a de inclusão</p>
<p>Cap.37 - O direito à vida, à</p>	<p>O Comitê considera que, em relação ao artigo 12, há uma distinção entre o direito da criança como indivíduo a expressar sua opinião e o direito de ser</p>	<p><u>Criança</u></p>

sobrevivência e ao desenvolvimento	ouvido coletivamente, o que permite que as crianças, como grupo, participem das consultas sobre os assuntos que as envolvem.	Criança Indígena Direito de voz e ser ouvido
Cap.38 - O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento	No que diz respeito à criança indígena individualmente, o Estado Parte tem a obrigação de respeitar o direito da criança de expressar sua opinião em todos os assuntos que a afetam, diretamente ou por meio de um representante, e dar a devida importância a essa opinião de acordo com a idade e a maturidade da criança. A obrigação deve ser respeitada em qualquer processo judicial ou administrativo. Levando em conta os obstáculos que impedem as crianças indígenas de exercer esse direito, o Estado Parte deve proporcionar um ambiente que estimule a livre opinião da criança. O direito de ser ouvido inclui o direito à representação, interpretação culturalmente apropriada e o direito de não expressar sua opinião.	<u>Criança</u> Criança Indígena Individual Direito de Expressão Direito de ser ouvido, Representação, Interpretação culturalmente apropriada.
Cap. 39 - O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento	Quando o direito é aplicado às crianças indígenas como um grupo, o Estado Parte desempenha um papel importante na promoção de sua participação e deve garantir que sejam consultadas sobre todos os assuntos que as afetam. O Estado Parte deve desenhar estratégias especiais para garantir que sua participação seja efetiva. O Estado Parte deve assegurar que este direito seja aplicado em particular no ambiente escolar, ambientes de cuidados alternativos e na comunidade em geral. O Comitê recomenda que os Estados Partes trabalhem em estreita colaboração com as crianças indígenas e suas comunidades para desenvolver, implementar e avaliar programas, políticas e estratégias para a implementação da Convenção.	<u>Criança</u> Criança Indígena Direito coletivo
Cap. 40 -Direitos civil e liberdades (arts. 7, 8, 13-17 e 37 (a) da Convenção) Acesso à informação	O Comitê ressalta a importância de que os meios de comunicação prestem especial atenção às necessidades linguísticas das crianças indígenas, de acordo com os artigos 17 (d) e 30 da Convenção. O Comitê dos Partes a apoiarem as crianças indígenas a terem acesso à mídia em seus próprios idiomas. O Comitê enfatiza o direito das crianças indígenas de acessar informações, inclusive em suas próprias línguas, para que possam exercer efetivamente seu direito de serem ouvidas.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Direito acesso às informações, mídias Necessidades Linguísticas Participação Efetiva Direito a serem ouvidas
Cap. - 41 Registro de	Os Estados partes são obrigados a garantir que todas as crianças sejam registradas imediatamente após o	<u>Criança</u>

nascimento , nacionalidade e identidade	nascimento e que adquiram uma nacionalidade. O registro de nascimento deve ser gratuito e universalmente acessível. O Comitê está preocupado que as crianças indígenas, em maior medida do que as crianças não indígenas, permaneçam sem registro de nascimento e corram maior risco de ficarem apátridas.	Crianças indígenas, Registro de nascimento, Nacionalidade, Risco de apatridia.
Cap.- 42 Registro de nascimento, nacionalidade e identidade	Portanto, os Estados partes devem adotar medidas especiais para garantir que as crianças indígenas, inclusive as que vivem em áreas remotas, estejam devidamente registradas. Essas medidas especiais, a serem acordadas após consulta às comunidades envolvidas, podem incluir unidades móveis, campanhas periódicas de registro de nascimento ou a designação de escritórios de registro de nascimento dentro das comunidades indígenas para garantir a acessibilidade.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Garantia de registro adequado, Medidas Especiais
Cap. - 43 Registro de nascimento, nacionalidade e identidade	43.Os Estados Partes devem assegurar que as comunidades indígenas sejam informadas sobre a importância do registro de nascimento e das implicações negativas de sua ausência no gozo de outros direitos para crianças não registradas. Os Estados partes devem assegurar que as informações disponíveis para esse fim estejam disponíveis para as comunidades indígenas em seus próprios idiomas e que as campanhas de conscientização pública sejam realizadas em consulta com as comunidades envolvidas.	<u>Criança</u> Registro de nascimento, Campanhas de conscientização, Consulta.
Cap. – 44 Registro de nascimento, nacionalidade e identidade	Além disso, levando em conta os artigos 8 e 30 da Convenção, os Estados partes devem assegurar que as crianças indígenas possam receber nomes indígenas da escolha de seus pais de acordo com suas tradições culturais e com o direito de preservar sua identidade. Os Estados partes devem implementar legislação nacional que forneça aos pais indígenas a possibilidade de selecionar o nome de sua preferência para seus filhos.	<u>Criança, Pais, Responsáveis.</u> Nome, Identidade.
Cap. - 45 Registro de nascimento, nacionalidade e identidade	O Comitê chama a atenção dos Estados para o artigo 8 (2) da Convenção, que afirma que uma criança que tenha sido privada ilegalmente de alguns ou de todos os elementos de sua identidade deve receber assistência e proteção apropriadas para restabelecer rapidamente sua identidade. O Comitê encoraja os Estados Partes a levar em conta o artigo 8 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que estabelece mecanismos efetivos para prevenir e retificar qualquer ação que prive os povos indígenas, inclusive as crianças, de suas identidades étnicas.	<u>Criança</u> Identidade, Assistência, Proteção, Povos indígenas.

<p>Cap. 46 - Ambiente familiar e cuidado alternativo (arts. 5, 18 (parág. 1-2), 9-11, 19-21, 25, 27 (parág. 4) e 39 da Convenção)</p>	<p>O Artigo 5 da Convenção exige que os Estados Partes respeitem os direitos, responsabilidades e deveres dos pais ou, se for o caso, os membros da família ou comunidade ampliada de fornecer, de maneira consistente com o desenvolvimento progressivo das capacidades de todas as crianças, direção e orientação apropriadas no exercício pela criança dos direitos reconhecidos na Convenção. Os Estados Partes devem assegurar que medidas efetivas sejam implementadas para salvaguardar a integridade das famílias e comunidades indígenas, auxiliando-as em suas responsabilidades de criação das crianças, de acordo com os artigos 3, 5, 18, 25 e 27 (3) da Convenção.</p>	<p><u>Crianças,</u> <u>Família,</u> Direito da Criança Responsabilidade e deveres dos pais/responsáveis.</p>
<p>Cap.47 - Ambiente familiar e cuidado alternativo (arts. 5, 18 (parág. 1-2), 9-11, 19-21, 25, 27 (parág. 4) e 39 da Convenção)</p>	<p>Os Estados Partes devem, em cooperação com as famílias e comunidades indígenas, coletar dados sobre a situação familiar das crianças indígenas, incluindo crianças em acolhimento e processo de adoção. Tais informações devem ser usadas para projetar políticas relacionadas ao ambiente familiar e cuidados alternativos para crianças indígenas de uma maneira culturalmente sensível. A manutenção do melhor interesse da criança e a integridade das famílias e comunidades indígenas devem ser consideradas primordiais nos programas de desenvolvimento, serviços sociais, saúde e educação que afetam as crianças indígenas.</p>	<p><u>Criança,</u> <u>Família</u> <u>Comunidades</u> <u>Elaboração de políticas sobre o ambiente familiar e cuidados.</u></p>
<p>Cap.48 - Ambiente familiar e cuidado alternativo (arts. 5, 18 (parág. 1-2), 9-11, 19-21, 25, 27 (parág. 4) e 39 da Convenção)</p>	<p>Além disso, os Estados devem sempre assegurar que o princípio do melhor interesse da criança seja considerado primordialmente em qualquer situação de cuidado alternativo de crianças indígenas e, de acordo com o artigo 20 (3) da Convenção, tenha em devida conta a conveniência de continuidade da educação da criança em seu contexto étnico, religioso, cultural e linguístico. Nos Estados Partes onde as crianças indígenas são super representadas entre as crianças separadas do ambiente familiar, medidas políticas específicas devem ser desenvolvidas em consulta com as comunidades indígenas para reduzir o número de crianças indígenas em cuidados alternativos e evitar a perda de sua identidade cultural. Especificamente, se uma criança indígena for colocada sob cuidado fora de sua comunidade, o Estado-parte deve tomar medidas especiais para garantir que a criança possa manter sua identidade cultural.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Cuidado alternativo Identidade cultural Acesso à saúde</p>
<p>Cap. – 49 Saúde básica e</p>	<p>Os Estados Partes devem assegurar que todas as crianças tenham o mais alto padrão de saúde possível e tenham acesso aos serviços de saúde. As crianças</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas</p>

<p>bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da Convenção)</p>	<p>indígenas frequentemente sofrem de pior saúde do que as crianças não indígenas, devido, entre outros, a serviços de saúde inferiores ou inacessíveis. O Comitê observa com preocupação, com base em suas revisões dos relatórios dos Estados Partes, que isso se aplica tanto aos países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos.</p>	<p>Acesso à saúde Disparidades de saúde</p>
<p>Cap.– 50 Saúde básica e bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da Convenção)</p>	<p>O Comitê insta os Estados Partes a adotarem medidas especiais para assegurar que as crianças indígenas não sejam discriminadas e desfrutem do mais alto padrão de saúde possível. O Comitê está preocupado com as altas taxas de mortalidade entre crianças indígenas e observa que os Estados Partes têm o dever positivo de garantir que as crianças indígenas tenham acesso igual aos serviços de saúde e de combater a desnutrição, bem como a mortalidade infantil, de bebês e materna.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Igualdade de acesso à saúde mortalidade infantil</p>
<p>Cap.– 51 Saúde básica e bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da Convenção)</p>	<p>Os Estados Partes devem tomar as medidas necessárias para garantir facilidade de acesso aos serviços de saúde para crianças indígenas. Os serviços de saúde precisam, na medida do possível, ser baseados na comunidade e planejados e administrados em cooperação com os povos interessados.²⁰ Uma consideração especial deve ser dada para assegurar que os serviços de saúde sejam culturalmente sensíveis e que as informações sobre eles es- tejam disponíveis nas línguas indígenas. Deve-se dar atenção especial à garantia de acesso a cuidados de saúde para povos indígenas que residem em áreas rurais e remotas ou em áreas de conflito armado ou que sejam trabalhadores migrantes, refugiados ou deslocados. Os Estados Partes devem, além disso, prestar atenção especial às necessidades das crianças indígenas com deficiência e assegurar que os programas e políticas relevantes sejam culturalmente sensíveis.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígena Acesso igualitário à saúde serviços de saúde culturalmente sensíveis</p>
<p>Cap.– 53 Saúde básica e bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da</p>	<p>Os Estados devem tomar todas as medidas razoáveis para garantir que as crianças indígenas, famílias e suas co- munidades recebam informações e educação sobre questões relacionadas à saúde e cuidados preventivos, como nutrição, amamentação, cuidados pré e pós-natais, saúde da criança e do adolescente, vacinação, doenças transmis- síveis (em particular HIV/Aids e tuberculose), higiene, saneamento ambiental e os perigos dos pesticidas e herbicidas.</p>	<p><u>Criança</u>, <u>Famílias</u>. Criança e Adolescentes, Indígenas Educação em saúde</p>

Convenção)		Informação preventiva
Cap.– 54 Saúde básica e bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da Convenção)	Em relação à saúde do adolescente, os Estados devem considerar estratégias específicas para fornecer aos adolescentes indígenas acesso a informações sexuais e reprodutiva, serviços, inclusive sobre planejamento familiar e contraceptivos, os perigos da gravidez precoce, a prevenção do HIV/Aids e a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (DSTs). O Comitê recomenda que os Estados Partes levem em conta seus comentários gerais No. 3 sobre HIV/Aids e os direitos da criança (2003) e no 4 sobre a saúde do adolescente (2003) para esse propósito.	<u>Adolescentes</u> Saúde do adolescente indígena Acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva.
Cap. – 55 Saúde básica e bem estar (arts. 6, 18 (para. 3), 23, 24, 26, 27 (parág. 1-3) da Convenção)	Em alguns países, as taxas de suicídio para crianças indígenas são significativamente mais altas do que para crianças não indígenas. Em tais circunstâncias, os Estados Partes devem projetar e implementar uma política para medidas preventivas e assegurar que recursos financeiros e humanos adicionais sejam alocados aos cuidados de saúde mental para crianças indígenas de uma maneira culturalmente apropriada, após consulta com a comunidade afetada. Para analisar e combater as causas fundamentais, o Estado Parte deve estabelecer e manter um diálogo com a comunidade indígena.	<u>Criança</u> Saúde mental de crianças indígenas Medidas preventivas de suicídio, consulta com a comunidade indígena.
Cap.56 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)	O artigo 29 da Convenção estabelece que os objetivos da educação para todas as crianças devem ser direcionados, entre outros objetivos, para o desenvolvimento do respeito pela identidade, língua e valores culturais da criança e para civilizações diferentes. Outros objetivos incluem a preparação da criança para uma vida responsável em uma sociedade livre, com o espírito de entender a paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena. Os objetivos da educação aplicam-se à educação para todas as crianças e os Estados devem assegurar que estes sejam adequadamente refletidos nos currículos, conteúdo dos materiais, métodos de ensino e políticas. Os Estados são encorajados a se referir ao comentário geral do Comitê no 1 sobre os objetivos da educação para orientação adicional.	<u>Criança Responsável.</u> Identidade, Língua, Valores culturais, Sociedade livre,
Cap.57 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da	A educação de crianças indígenas contribui tanto para o desenvolvimento individual e comunitário quanto para sua participação na sociedade em geral. A educação de qualidade permite que as crianças indígenas exerçam e gozem dos direitos econômicos,	<u>Criança</u> Criança Indígenas

<p>Convenção)</p>	<p>sociais e culturais para seu benefício pessoal, bem como para o benefício de sua comunidade. Além disso, fortalece a capacidade das crianças de exercer seus direitos civis a fim de influenciar os processos de política pública para uma melhor proteção dos direitos humanos. Assim, a implementação do direito à educação de crianças indígenas é um meio essencial para alcançar o empoderamento individual e a autodeterminação dos povos indígenas.</p>	<p>Educação de crianças indígenas Respeito pela identidade cultural Empoderamento individual, autodeterminação dos povos indígenas.</p>
<p>Cap. 58 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>A fim de assegurar que os objetivos da educação estejam alinhados com a Convenção, os Estados Partes são responsáveis por proteger as crianças de todas as formas de discriminação, conforme estabelecido no artigo 2 da Convenção, e por combater ativamente o racismo. Este dever é particularmente pertinente em relação às crianças indígenas. A fim de implementar efetivamente esta obrigação, os Estados Partes devem assegurar que os currículos, materiais educacionais e livros didáticos de história forneçam um retrato justo, preciso e informativo das sociedades e culturas dos povos indígenas.²⁶ Práticas discriminatórias, como restrições ao uso de roupas culturais e tradicionais, devem ser evitadas no ambiente escolar.</p>	<p><u>Criança</u> Crianças Indígenas Proteção contra discriminação Combate ao racismo, currículos escolares inclusivos,</p>
<p>Cap. 59 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>O artigo 28 da Convenção estabelece que os Estados Partes assegurarão que o ensino primário seja obrigatório e esteja disponível a todas as crianças com base na igualdade de oportunidades. Os Estados Partes são encorajados a tornar o ensino secundário e profissional disponível e acessível a todas as crianças. No entanto, na prática, as crianças indígenas têm menos probabilidade de estar matriculadas na escola e continuam a ter taxas mais altas de abandono e analfabetismo do que as crianças não indígenas. A maioria das crianças indígenas reduziu o acesso à educação devido a uma variedade de fatores, incluindo instalações educacionais e professores insuficientes, custos diretos ou indiretos para a educação, bem como a falta de currículos culturalmente ajustados e bilíngues, de acordo com o artigo 30. Além disso, crianças indígenas são frequentemente confrontadas com discriminação e racismo no ambiente escolar.</p>	<p><u>Criança</u> Crianças Indígenas Acesso desigual à educação, abandono escolar Analfabetismo Beiras educacionais para crianças indígenas Falta de instalações adequadas Falta de professores, Custos educacionais, currículos culturalmente ajustados, Discriminação e racismo no ambiente escolar.</p>

<p>Cap; 60 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>Para que as crianças indígenas gozem de seu direito à educação em pé de igualdade com as crianças não indígenas, os Estados Partes devem assegurar uma série de medidas especiais para esse fim. Os Estados Partes devem alocar recursos financeiros, materiais e humanos direcionados para implementar políticas e programas que visam especificamente melhorar o acesso à educação para crianças indígenas. Conforme estabelecido pelo artigo 27 da Convenção no 169 da OIT, os programas e serviços de educação devem ser desenvolvidos e implementados em cooperação com os povos interessados para atender às suas necessidades específicas. Além disso, os governos devem reconhecer o direito dos povos indígenas de estabelecer suas próprias instituições e instalações educacionais, desde que tais instituições atendam aos padrões mínimos estabelecidos pela autoridade competente em consulta com esses povos.²⁷ Os Estados devem empreender todos os esforços razoáveis para assegurar que as comunidades indígenas estejam cientes do valor e da importância da educação e do significado do apoio da comunidade para a matrícula escolar.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Reconhecimento do direito de estabelecer instituições educacionais próprias, Medidas especiais para melhorar o acesso à educação, Recursos direcionados,</p>
<p>Cap. 61 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>Os Estados Partes devem assegurar que as instalações da escola sejam facilmente acessíveis onde as crianças indígenas vivem. Se necessário, os Estados-Partes devem apoiar o uso de mídia, como transmissões de rádio e programas de educação a distância (internet-based) para fins educacionais e estabelecer escolas móveis para povos indígenas que praticam tradições nômades. O ciclo escolar deve levar em conta e procurar ajustar-se às práticas culturais, bem como às estações agrícolas e aos períodos cerimoniais. Os Estados Partes devem apenas estabelecer internatos fora das comunidades indígenas quando necessário, pois isso pode desestimular a matrícula de crianças indígenas, especialmente meninas. Internatos devem obedecer a padrões culturalmente sensíveis e ser monitorados regularmente. Também devem ser feitas tentativas para garantir que as crianças indígenas que vivem fora de suas comunidades tenham acesso à educação de uma maneira que respeite sua cultura, idiomas e tradições.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Meninas Adaptação do ciclo escolar às práticas culturais, Respeito à cultura Idiomas e tradições</p>
<p>Cap. 62 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>O artigo 30 da Convenção estabelece o direito da criança indígena de usar sua própria língua. Para implementar este direito, a educação na própria linguagem da criança é essencial. O artigo 28 da Convenção 169 da OIT afirma que as crianças indígenas devem ser ensinadas a ler e escrever em</p>	<p><u>Criança</u> Direito à própria língua, Educação na língua materna,</p>

	<p>sua própria língua, além de terem a oportunidade de obter fluência nas línguas oficiais do país.²⁸ Os currículos bilíngues e interculturais são critérios importantes para a educação de crianças indígenas. Os professores de crianças indígenas devem, na medida do possível, ser recrutados dentro das comunidades indígenas e receber apoio e treinamento adequados.</p>	<p>currículos bilíngues e interculturais,</p>
<p>Cap. 63 - Educação (arts. 28, 29 e 31 da Convenção)</p>	<p>Com referência ao artigo 31 da Convenção, o Comitê observa os muitos benefícios positivos da participação em esportes, jogos tradicionais, educação física e atividades recreativas e conclama os Estados a garantir que as crianças indígenas desfrutem do exercício efetivo desses direitos.</p>	<p><u>Criança</u></p> <p>Criança Indígenas Participação em esportes Jogos tradicionais, educação física</p>
<p>Cap. 64 - Medidas protetivas especiais (arts. 22, 30, 38, 39, 40, 37 (b)-(d), 32-36 da Convenção)</p> <p>Crianças em conflitos armados e crianças refugiadas</p>	<p>Por meio de revisões periódicas dos relatórios dos Estados Partes, o Comitê concluiu que as crianças indígenas são particularmente vulneráveis em situações de conflito armado ou em situações de agitação interna. As comunidades indígenas frequentemente residem em áreas cobiçadas por seus recursos naturais ou que, por remotas, servem como base para grupos armados não-estatais. Em outras situações, as comunidades indígenas residem nas proximidades de fronteiras ou fronteiras que são disputadas pelos Estados.</p>	<p><u>Criança</u></p> <p>Criança Indígenas Vulnerabilidades, conflitos internos</p>
<p>Cap. 65 - Medidas protetivas especiais (arts. 22, 30, 38, 39, 40, 37 (b)-(d), 32-36 da Convenção)</p> <p>Crianças em conflitos armados e</p>	<p>As crianças indígenas em tais circunstâncias foram e continuam a enfrentar riscos de serem vítimas de ataques contra suas comunidades, resultando em morte, estupro e tortura, deslocamento, desaparecimentos forçados, testemunho de atrocidades e separação dos pais e da comunidade. O ataque às escolas por forças armadas e grupos têm negado às crianças indígenas o acesso à educação. Além disso, crianças indígenas são recrutadas por forças armadas e grupos e forçadas a cometer atrocidades, às vezes até contra suas próprias comunidades.</p>	<p><u>Criança</u></p> <p>Ataques, Mortes, Estupro, Tortura, Deslocamento, Desaparecimentos forçados, Testemunho de atrocidades, Separação dos pais, Acesso à educação,</p>

crianças refugiadas.		
Cap.66 - Medidas protetivas especiais (arts. 22, 30, 38, 39, 40, 37 (b)-(d), 32-36 da Convenção) Crianças em conflitos armados e crianças refugiadas.	<p>O artigo 38 da Convenção obriga os Estados Partes a garantir o respeito às regras do direito humanitário, a proteger a população civil e a cuidar das crianças afetadas por conflitos armados. Os Estados Partes devem prestar atenção especial aos riscos que as crianças indígenas enfrentam nas hostilidades e tomar medidas preventivas máximas em consulta com as comunidades envolvidas. Atividades militares em territórios indígenas devem ser evitadas na medida do possível, o Comitê relembra o artigo 30 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas a este respeito.³⁰ Os Estados Partes não devem exigir o recrutamento militar de crianças indígenas com menos de 18 anos de idade. Os Estados Partes são encorajados a ratificar e implementar o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.</p>	<p><u>Criança</u></p> <p>Proteção das crianças indígenas em situações de conflito armado.</p>
Cap. 67 - Medidas protetivas especiais (arts. 22, 30, 38, 39, 40, 37 (b)-(d), 32-36 da Convenção) Crianças em conflitos armados e crianças refugiadas	<p>As crianças indígenas que foram vítimas de recrutamento em conflitos armados devem receber os serviços de apoio necessários para a reintegração em suas famílias e comunidades. Em conformidade com o artigo 39 da Convenção, os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social de uma criança vítima de qualquer forma de exploração, abuso, tortura ou qualquer outra forma de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante ou conflitos armados. No caso de crianças indígenas, isso deve ser feito com a devida consideração ao histórico cultural e linguístico da criança.</p>	<p><u>Criança, Família</u></p> <p>Reintegração de crianças indígenas vítimas de recrutamento em conflitos armados.</p>
Cap. 68 - Medidas protetivas especiais (arts. 22, 30, 38, 39, 40, 37 (b)-(d), 32-36 da Convenção)	<p>As crianças indígenas que foram deslocadas ou se tornaram refugiadas devem receber atenção especial e assistência humanitária de maneira culturalmente sensível. O retorno seguro e a restituição de bens coletivos e individuais devem ser promovidos.</p>	<p><u>Criança</u></p> <p>Criança Indígenas Assistência Humanitária Culturalmente sensível Retorno Seguro, Restituição de bens coletivos e individuais.</p>

Crianças em conflitos armados e crianças refugiadas.		
Cap. 69 - Exploração econômica	<p>O Artigo 32 da Convenção estabelece que todas as crianças devem ser protegidas contra exploração econômica e contra realizar qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou ser prejudicial à saúde da criança ou física, mental, espiritual, moral ou desenvolvimento social. Além disso, a Convenção da OIT no 138 (Convenção sobre Idade Mínima) e a Convenção no 182 (Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil) estabelecem parâmetros para distinguir o trabalho infantil que necessita de abolição, por um lado, e trabalho aceitável feito por crianças, incluindo tais atividades que permitam que crianças indígenas adquiram habilidades de subsistência, identidade e cultura, por outro. O trabalho infantil é um trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e dignidade e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental.</p>	<p><u>Criança</u> Proteção contra exploração econômica de crianças indígenas</p>
Cap.70 - Exploração econômica	<p>As disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança referem-se ao uso de crianças na produção e tráfico ilícito de drogas (art. 33), exploração sexual (art. 34), tráfico de crianças (art. 35), crianças em conflitos armados (art. 38). Essas disposições estão intimamente relacionadas à definição das piores formas de trabalho infantil sob a Convenção no 182 da OIT. O Comitê observa com grande preocupação que as crianças indígenas são desproporcionalmente afetadas pela pobreza e em particular risco de serem usadas em trabalho infantil, especialmente suas piores formas, como escravidão, trabalho forçado, tráfico de crianças, inclusive para o trabalho doméstico, uso em conflitos armados, prostituição e trabalho perigoso.</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Vulnerabilidade e Exploração Laboral</p>
Cap.71 - Exploração econômica	<p>A prevenção do trabalho infantil explorador entre as crianças indígenas (como no caso de todas as outras crianças) requer uma abordagem baseada em direitos para o trabalho infantil e está intimamente ligada à promoção da educação. Para a efetiva eliminação do trabalho infantil explorador entre as comunidades indígenas, os Estados Partes devem identificar as barreiras existentes à educação e os direitos e necessidades específicos das crianças indígenas em relação à educação escolar e à formação profissional. Isso requer esforços especiais</p>	<p><u>Criança</u> Criança Indígenas Direitos para a prevenção do trabalho infantil exploratório entre as</p>

	para manter um diálogo com as comunidades indígenas e os pais sobre a importância e os benefícios da educação. As medidas para combater o trabalho infantil exploratório requerem, além disso, análise das causas estruturais da exploração infantil, coleta de dados e elaboração e implementação de programas de prevenção, com alocação adequada de recursos financeiros e humanos pelo Estado Parte, a ser realizada em consulta com os indígenas, comunidades e crianças.	comunidades indígenas_
Cap.72 - Exploração sexual e tráfico	Os artigos 34 e 35 da Convenção, levando em consideração as disposições do artigo 20, convocam os Estados a assegurarem que as crianças sejam protegidas contra a exploração e abuso sexual, bem como o sequestro, venda ou tráfico de crianças para quaisquer fins. O Comitê está preocupado com o fato de que as crianças indígenas cujas comunidades são afetadas pela pobreza e migração urbana correm um alto risco de se tornarem vítimas de exploração sexual e tráfico. As meninas, particularmente aquelas que não são registradas no nascimento, se tornam especialmente vulneráveis. A fim de melhorar a proteção de todas as crianças, inclusive indígenas, os Estados Partes são encorajados a ratificarem e implementarem o Protocolo Facultativo sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.	<u>Criança Meninas Meninos</u> Proteção de crianças indígenas contra exploração sexual e tráfico.
Cap. 73 - Exploração sexual e tráfico	Os Estados devem, em consulta com as comunidades indígenas, incluindo crianças, projetar medidas preventivas e alocar recursos financeiros e humanos para sua implementação. Os Estados devem basear medidas preventivas em estudos que incluam documentação sobre os padrões de violações e análise de causas raízes.	<u>Criança</u> Participação efetiva da comunidade e crianças indígenas
Cap.74 – Justiça Juvenil	Os artigos 37 e 40 da Convenção asseguram os direitos das crianças dentro e em interação com os sistemas judiciais do Estado. O Comitê observa com preocupação que o encarceramento de crianças indígenas é muitas vezes desproporcionalmente alto e, em alguns casos, pode ser atribuído à discriminação sistêmica dentro do sistema judiciário e/ou da sociedade. ³² Para lidar com essas altas taxas de encarceramento, o Comitê chama a atenção dos Estados Partes do artigo 40 (3) da Convenção exigindo que os Estados tomem medidas para lidar com crianças alegadas como, acusadas de ou reconhecidas como tendo infringido a lei penal, sem recorrer a processos judiciais, sempre que apropriado. O Comitê, em seu comentário geral no 10 sobre os direitos da criança na justiça juvenil (2007) e em suas	<u>Criança</u> Encarceramento o Medidas alternativas

	observações finais, têm consistentemente afirmado que a prisão, detenção ou prisão de uma criança pode ser usada apenas como uma medida de último recurso.	
Cap. 75 – Justiça Juvenil	Os Estados Partes são encorajados a tomar todas as medidas apropriadas para apoiar os povos indígenas a projetar e implementar sistemas tradicionais de justiça restaurativa, desde que esses programas estejam de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção, especialmente com o melhor interesse da criança. ³⁴ O Comitê chama a atenção dos Estados Partes para as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, que incentivam o desenvolvimento de programas comunitários para a prevenção da delinquência juvenil. ³⁵ As partes interessadas devem procurar apoiar, em consulta com os povos indígenas, o desenvolvimento de políticas, programas e serviços comunitários que considerem as necessidades e a cultura das crianças indígenas, suas famílias e comunidades. Os Estados devem fornecer recursos adequados aos sistemas de Justiça juvenil, inclusive aqueles desenvolvidos e implementados pelos povos indígenas.	<u>Criança</u> <u>Família</u> Direito da Criança Justiça Restaurativa
Cap. 76 - Justiça Juvenil	Os Estados Partes são lembrados de que, de acordo com o artigo 12 da Convenção, todas as crianças devem ter a oportunidade de serem ouvidas em qualquer processo judicial ou penal que as afete, seja diretamente ou por meio de um representante. No caso de crianças indígenas, os Estados Partes devem adotar medidas para assegurar que um intérprete seja fornecido gratuitamente, se necessário, e que a criança tenha garantia de assistência legal, de maneira culturalmente sensível.	<u>Criança</u> Acesso a um intérprete, se necessário Assistência legal de forma culturalmente sensível,
Cap. 77 - Justiça Juvenil	Os profissionais envolvidos na aplicação da lei e no judiciário devem receber treinamento apropriado sobre o conteúdo e o significado das disposições da Convenção e seus Protocolos Opcionais, incluindo a necessidade de adotar medidas especiais de proteção para crianças indígenas e outros grupos específicos.	<u>Criança</u> Criança Indígena Adotar medidas especiais
Cap.– 78 Obrigações e monitoramento dos Estados Parte sobre a implement	O Comitê lembra aos Estados Partes que a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança obriga os Estados a tomarem medidas para assegurar a realização de todos os direitos na Convenção para todas as crianças dentro de sua jurisdição. O dever de respeitar e proteger exige que cada Estado Parte garanta que o exercício dos direitos das crianças indígenas seja totalmente protegido contra quaisquer atos das autoridades legislativas, judiciais ou	<u>Criança</u> Direitos da Criança Garantir direitos do Estado

ação da Convenção.	administrativas ou por qualquer outra entidade ou pessoa dentro do Estado Parte.	
Cap.– 79 Obrigações e monitoramento dos Estados Parte sobre a implementação da Convenção.	O Artigo 3 da Convenção exige que os Estados Partes assegurem que, em todas as ações relativas a crianças, o melhor interesse da criança seja uma consideração primordial. O Artigo 4 da Convenção requer que os Estados Partes tomem medidas para implementar a Convenção até o limite máximo de seus recursos disponíveis. O Artigo 42 estabelece que os Estados Partes são também obrigados a assegurar que crianças e adultos recebam informações sobre os princípios e disposições da Convenção.	<u>Criança</u> Direitos da Criança Implementação da Convenção
Cap.– 80 Obrigações e monitoramento dos Estados Parte sobre a implementação da Convenção	A fim de implementar efetivamente os direitos da Convenção para crianças indígenas, os Estados Partes precisam adotar legislação apropriada de acordo com a Convenção. Recursos adequados devem ser alocados e medidas especiais devem ser adotadas em diversas áreas, a fim de assegurar efetivamente que as crianças indígenas desfrutem de seus direitos em igualdade com as crianças não indígenas. Devem ser envidados esforços adicionais para coletar e desagregar dados e desenvolver indicadores para avaliar o grau de implementação dos direitos das crianças indígenas. Para desenvolver os esforços de políticas e planejamento de maneira culturalmente sensível, os Estados Partes devem consultar as comunidades indígenas e diretamente com as crianças indígenas. Profissionais que trabalham com crianças indígenas devem ser treinados sobre como considerar os aspectos culturais dos direitos das crianças.	<u>Criança</u> Criança Indígenas Implantação Legislação
Cap.– 81 Obrigações e monitoramento dos Estados Parte sobre a implementação da Convenção	O Comitê pede que os Estados Partes, quando for o caso, melhor integrem as informações em seus relatórios periódicos ao Comitê sobre a implementação dos direitos das crianças indígenas e sobre a adoção de medidas especiais a esse respeito. Além disso, o Comitê solicita aos Estados Partes que intensifiquem os esforços para traduzir e divulgar informações sobre a Convenção e seus Protocolos Opcionais e o processo de denúncia entre comunidades indígenas e crianças, a fim de que elas participem ativamente no processo de monitoramento. As comunidades indígenas são incentivadas também a utilizar a Convenção como uma oportunidade para avaliar a implementação dos direitos de suas crianças.	<u>Criança</u> Participação efetiva da comunidade Implementação
Cap.– 82 Obrigações e	Finalmente, o Comitê insta os Estados Partes a adotarem uma abordagem baseada em direitos às crianças indígenas, com base na Convenção e em	<u>Criança</u> Fortalecimento

monitoramento dos Estados Parte sobre a implementação da Convenção	<p>outras normas internacionais relevantes, tais como a Convenção no 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A fim de garantir o monitoramento efetivo da implementação dos direitos das crianças indígenas, os Estados Partes são instados a fortalecer a cooperação direta com as comunidades indígenas e, se necessário, buscar a cooperação técnica de agências internacionais, incluindo entidades das Nações Unidas. O empoderamento das crianças indígenas e o exercício efetivo de seus direitos à cultura, à religião e ao idioma fornecem uma base essencial de um Estado culturalmente diversificado em harmonia e cumprimento de suas obrigações de direitos humanos.</p>	Direito da Criança.
---	--	----------------------------

OEA, 2016 - DECLARAÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS		
Palavras-Chave utilizadas: Crianças; Adolescentes; Descendentes; Gerações futuras; Famílias; Filhos; Filhas; Meninos; Meninas; Responsáveis; Mãe; Pai; Mães; Pais; Menores de idade; Dependentes; Jovens.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave;</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 7	<p>Os Estados adotarão as medidas necessárias, em conjunto com os povos indígenas, para prevenir e erradicar todas as formas de violência e discriminação, em especial contra as mulheres e crianças indígenas.</p>	<u>Crianças</u> Estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Direitos das mulheres.
Art. 13	<p>Os povos indígenas têm direito a sua própria identidade e integridade cultural e a seu patrimônio cultural, tangível e intangível, inclusive o histórico e ancestral, bem como à proteção, preservação, manutenção e desenvolvimento desse patrimônio cultural para sua continuidade coletiva e a de seus membros, e para transmiti-lo às Gerações Futuras.</p>	<u>Gerações futuras.</u> Organização social; costumes; línguas; crenças e tradições; direitos originários sobre as terras

		que tradicionalmente ocupam.
Art. 15	<p>1. Os povos e pessoas indígenas, em especial as crianças indígenas, têm direito a todos os níveis e formas de educação, sem discriminação.</p> <p>4. Os Estados, em conjunto com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes para que as pessoas indígenas, em especial as crianças, que vivam fora de suas comunidades, possam ter acesso à educação em suas próprias línguas e culturas.</p>	<p><u>Crianças</u></p> <p>Direito à não discriminação;</p> <p>Educação – utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem.</p>
Art. 17	<p>1. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade. Os povos indígenas têm o direito de preservar, manter e promover seus próprios sistemas de família. Os Estados reconhecerão, respeitarão e protegerão as diferentes formas indígenas de família, em especial a família extensa, bem como suas formas de união matrimonial, filiação, descendência e nome familiar. Em todos os casos, se reconhecerá e respeitará a igualdade de gênero e geracional.</p> <p>2. Em assuntos relativos à custódia, adoção, ruptura do vínculo familiar e assuntos similares, o interesse superior da criança será considerado primordial. Na determinação do interesse superior da criança, os tribunais e outras instituições relevantes terão presente o direito de toda criança indígena, em comum com membros de seu povo, de desfrutar de sua própria cultura, de professar e praticar sua própria religião ou de falar sua própria língua e, nesse sentido, será considerado o direito indígena do povo respectivo e seu ponto de vista, direitos e interesses, inclusive as posições dos indivíduos, da família e da comunidade.</p>	<p><u>Família Geracional</u></p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária; Consideração e respeito à identidade social e cultural; costumes; tradições e instituições.</p> <p><u>Crianças Família</u></p> <p>Adoção cultural e etnicamente adequada.</p>
Art. 27	Os Estados, em conjunto com os povos indígenas, deverão adotar medidas imediatas e eficazes para eliminar práticas de exploração do trabalho com respeito aos povos indígenas, em especial as crianças, as mulheres e os idosos indígenas.	<p><u>Crianças</u></p> <p>Estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência,</p>

		crueldade e opressão.
Art. 30	<p>a) Não recrutarão crianças e adolescentes indígenas para servir nas forças armadas em nenhuma circunstância;</p> <p>b) Tomarão medidas especiais e efetivas, em colaboração com os povos indígenas, para garantir que as mulheres e crianças indígenas vivam livres de toda forma de violência, especialmente sexual, e garantirão o direito de acesso à justiça, à proteção e à reparação efetiva dos danos causados às vítimas.</p>	<u>Crianças</u> <u>Adolescentes</u>

ONU, 2023 - COMENTÁRIO GERAL N. 26 DA CDC		
<p>Palavras-Chave utilizadas: <u>Menções à categoria étnica:</u> Étnica; Identidade; Tradicional(is); Indígenas; Povos; Povos Indígenas; Povos Originários; Povos tradicionais; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.</p>		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Par. 14	<p>Os Estados têm a obrigação de efetivamente evitar a discriminação ambiental direta e indireta, proteger contra ela e remediá-la. As crianças em geral, e certos grupos de crianças em particular, enfrentam obstáculos maiores para o pleno exercício de seus direitos, devido a formas de discriminação variadas e interseccionais; esses incluem aqueles especificamente proibidos pelo Artigo 2 da Convenção, quando faz referência a “qualquer outra condição”. O impacto dos danos ambientais tem efeito discriminatório sobre certos grupos de crianças, especialmente crianças indígenas, crianças pertencentes a grupos minoritários, crianças com deficiência e crianças que vivem em ambientes propensos a catástrofes ou vulneráveis ao clima.</p>	<u>Indígenas</u> Direito à não discriminação;
K, par. 58	<p>58. As crianças indígenas são afetadas desproporcionalmente pela perda de biodiversidade, pela poluição e pelas mudanças climáticas. Os Estados devem considerar com atenção os impactos dos danos ambientais, tais como o desmatamento, nas terras e nas culturas tradicionais dos povos originários e na qualidade do ambiente natural, garantindo ao mesmo tempo os direitos à vida, à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento das crianças indígenas. Os Estados devem tomar</p>	<u>Indígenas</u> <u>Tradicionais</u> <u>Povos originários</u> <u>Identidade</u> Especificidades do impacto climático nas comunidades indígenas;

	<p>medidas para engajar significativamente as crianças indígenas e suas famílias na resposta aos danos ambientais, inclusive danos causados pelas mudanças climáticas, levando em conta e integrando às medidas de mitigação e adaptação conceitos das culturas indígenas e conhecimentos tradicionais. Embora enfrentem riscos únicos, as crianças de comunidades indígenas também podem atuar como educadoras e defensoras: se for transmitido e apoiado, a aplicação do seu conhecimento tradicional pode reduzir o impacto dos riscos locais, e fortalecer a resiliência. Medidas comparáveis devem ser tomadas em relação aos direitos das crianças pertencentes a grupos minoritários não indígenas cujos direitos, modo de vida e identidade cultural estão intimamente relacionados à natureza.</p>	<p>Direito à vida, à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento das crianças indígenas.</p>
I, par. 49	<p>As crianças não devem ficar sujeitas a despejos forçados sem que tenha sido previamente disponibilizado alojamento alternativo adequado – inclusive realojamentos associados a projetos de desenvolvimento e de infraestruturas que estejam tratando de questões energéticas e/ou ações de adaptação e mitigação climática. As avaliações dos impactos sobre os direitos das crianças devem ser um pré-requisito para tais projetos. Deve ser dada atenção especial à preservação das terras tradicionais das crianças indígenas e à proteção da qualidade do meio ambiente natural para a fruição dos seus direitos, incluindo o direito a um nível de vida adequado.</p>	<p><u>Tradicionais Indígenas</u></p> <p>Direito às terras tradicionais e proteção do meio ambiente natural e fruição dos seus direitos.</p>
Par. 102	<p>Nas medidas de adaptação, incluindo medidas de redução do risco de desastre, e de preparo, resposta e recuperação, deve-se dar a devida importância às opiniões das crianças. As crianças devem estar preparadas para compreender o impacto que as decisões relacionadas ao clima exercem em seus direitos, e devem ter oportunidade de participar, de forma significativa e efetiva, nos processos de tomada de decisão. Nem a concepção, nem a implementação de medidas de adaptação devem discriminar grupos de crianças em risco elevado, tais como crianças pequenas, meninas, crianças com deficiência, crianças em situações de migração, crianças indígenas e crianças em situações de pobreza ou conflito armado. Os Estados devem tomar medidas adicionais para garantir que as crianças em situações de vulnerabilidade, afetadas pelas mudanças climáticas, usufruam dos seus direitos, inclusive respondendo às causas subjacentes da vulnerabilidade.</p>	<p><u>Indígenas</u></p> <p>Não discriminação</p>

- ENTREVISTAS

Foram realizadas duas entrevistas com membros do da Organização das Nações Unidas: Luis Pedernera, Presidente do Comitê dos Direitos da Criança e Gladys Acosta Vargas, membro do Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Entrevista 01:

Entrevistado: Luis Pedernera - Presidente do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas

Luis (0:06)

Nasci na Fronteira.

Assis Da Costa Oliveira (0:08)

É? Pois é, então conhece os dois lados. Vou falar em português, tudo bem?

Luis (0:15)

Sim.

Assis Da Costa Oliveira (0:18)

Aliás, é super natural para você. É, até me lembrei que conversamos antes, também em português. Mas veja, acho que uma questão interessante, Luís, é conhecermos um pouco da trajetória das pessoas com quem conversamos. Gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória, especialmente sobre os direitos das crianças indígenas e o seu trabalho no comitê.

Luis (1:02)

Eu trabalho com o comitê e na sociedade civil. Quando entrei no comitê, comecei a realizar algumas consultorias. Em 2017, ingressei oficialmente no comitê e estou no meu segundo mandato, já terminando. Fui o primeiro presidente latino-americano e de língua espanhola. Atualmente, estou na vice-presidência e sou o ponto focal para represálias a defensores de direitos no comitê.

Assis Da Costa Oliveira (4:40)

São Tomé e Príncipe.

Luis (4:42)

Sim, São Tomé e Príncipe. Foi um exercício interessante, pois foi um trabalho de afinar as abordagens, como a questão da tolerância zero. No nosso comitê, falamos de tolerância zero de uma maneira que não aumente a violência.

Assis Da Costa Oliveira (5:13)

Entendo.

Luis (5:16)

Foi um aprendizado interessante. Depois que terminei a presidência, pude desfrutar mais do trabalho. Foi muito desgastante estar na presidência durante a pandemia e a crise econômica. Fui presidente dos presidentes dos comitês, um período de muito trabalho.

Assis Da Costa Oliveira (6:07)

Sim.

Luis (6:08)

Minha opinião é que, depois, pude desfrutar mais do meu trabalho e me retirar um pouco dos muitos grupos em que estava envolvido. Durante a minha presidência, coordenamos diversas observações gerais e decisões. Quando cheguei ao comitê, havia quatro casos sob o protocolo opcional, e agora temos mais de 150 decisões tomadas.

Assis Da Costa Oliveira (7:19)

Paulo.

Luis (7:19)

Sim, temos muitos casos pendentes para adoção. Comparando com o sistema Interamericano, estamos em um bom ritmo.

Assis Da Costa Oliveira (7:31)

Sim.

Luis (7:37)

E o outro ponto que comentei é que permite definir um padrão, considerando a condição das crianças. Por exemplo, estava observando o caso com a Corte Interamericana, que já está tomando nossos posicionamentos sobre o meio ambiente.

Assis Da Costa Oliveira (8:03)

Hum.

Luis (8:04)

Sim, é interessante ver um voto discordante no caso dos irmãos Henrique, onde falam sobre uma jurisprudência verde. E aí citam um outro Comentário Geral, relacionado ao caso Greta e ao caso do clima. Nosso Comitê não admitiu o caso, mas observamos que, em questões de câmbio climático, a extraterritorialidade não necessariamente precisa seguir a nacionalidade. Assim, o comitê pode considerar um caso de cambio climático onde o peticionário não seja nacional do país em questão. Isso se relaciona a uma opinião consultiva da Corte Interamericana 36. É interessante ver a citação pela corte.

Assis Da Costa Oliveira (8:51)

Hum.

Luis (9:03)

Parece-me que isso é muito interessante e...

Assis Da Costa Oliveira (9:13)

Muito interessante, muito interessante. Bem, antes de continuar, vou pedir para a Alcineide se apresentar. Aliás, acho que Sofia e Ana também não se apresentaram. Podem se apresentar, por favor?

Alcineide Cordeiro (9:39)

Boa tarde. Desculpe, estou um pouco nervosa, mas é uma honra estar aqui. Eu me chamo Alcineide, sou do povo Piratapuya e estudante de Relações Internacionais na UnB. Gostaria de agradecer imensamente, não apenas como pesquisadora, mas também como acadêmica indígena, contribuindo para estudos voltados para nosso povo. Estou muito honrada de fazer parte desta equipe e acredito que todos aqui, especialmente o nosso coordenador, professor Assis, e os demais colegas, como a Sofia, contribuem muito para esta pesquisa. Gostaria de registrar que está sendo muito enriquecedor compartilhar esses saberes. Desde já, agradeço pela honra e presença do senhor, que contribui muito para os direitos humanos, especialmente os direitos das crianças indígenas. Muito obrigado.

Assis Da Costa Oliveira (11:27)

Obrigado, Alcineide. Ana, Sofia, podem se apresentar na ordem que preferirem.

Ana Radig Morais (11:35)

Boa tarde. Boa tarde, colegas. Boa tarde, Luís. Agradeço também muito pela sua participação. Eu sou Ana Radig Morais, sou ativista na defesa dos direitos da criança e adolescente, pesquisadora nessa área e advogada.

Assis Da Costa Oliveira (12:01)

E compartilho da percepção da Alcineide. É uma honra ter você conosco nessa pesquisa. Agradeço também pela sua disponibilidade. Para nós, do grupo, é muito importante ter a sua participação e colaboração. Sofia, por favor.

Sofia Tapajós (12:14)

Bom, boa tarde de novo, né? A gente já deu um oi rápido quando entrei. Eu sou a Sofia, historiadora de São Paulo, no Brasil, e também faço parte desse grupo de pesquisa, aprendendo cada vez mais com pessoas tão dedicadas. Agradeço novamente pelo seu tempo, presença e disponibilidade. Já está sendo muito enriquecedor.

Assis Da Costa Oliveira (12:38)

Luísa está conosco, mas com algum problema para abrir o áudio. Ela está em Genebra e também atuou muito tempo em organismos internacionais. Luísa, se puder se apresentar, seria ótimo. Para contextualizar, Luís, fizemos uma conversa mês passado com Gladys Acosta, da CEDAW, sobre a resolução 39 da CEDAW, que discute mulheres e meninas indígenas. Essa é uma resolução muito interessante, discutimos sobre seu contexto de elaboração e desafios de implantação pelos estados. Mas queria voltar contigo, Luís, porque sua apresentação inicial foi muito interessante. Tenho duas perguntas: nas comunicações individuais, vocês têm recebido demandas focadas em crianças indígenas? Se sim, quais países têm tido maior recorrência dessas demandas? E sobre os 11 clusters, como vocês têm trabalhado o enfoque para as crianças indígenas?

Luis (14:39)

OK. Não tenho certeza, teria que revisar, mas não temos nenhuma decisão específica sobre crianças indígenas. Temos o caso Camila, uma menina indígena peruana estuprada pelo pai. Ela ficou grávida aos 13 anos e foi ao serviço de saúde solicitar um aborto por estupro, mas não foi atendida. Teve um aborto espontâneo e foi

criminalizada. O comitê considerou isso uma violação grave. Quando cheguei ao comitê, só tínhamos quatro decisões, todas sobre crianças migrantes na Espanha, em processos de determinação de idade e deportação. Como presidente, fui a Málaga para cursos de verão e um professor ativo na apresentação de casos no comitê perguntou o que significa "reparação efetiva" para o comitê. Voltei e falei para detalharmos melhor a reparação. No caso Camila, o comitê mudou a jurisprudência internacional sobre aborto, considerando que o impedimento ao acesso ao aborto é uma violação do direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento de uma menina, diferente do caso de mulheres adultas.

Assis Da Costa Oliveira (15:58)

Hum.

Luis (16:04)

Sim, por interesse superior da criança nos processos de deportação, é importante considerar que... Eu, sendo presidente do comitê, fui a Málaga para os cursos de verão da universidade e participei de uma aula com ativistas de migrantes, incluindo Médicos Sem Fronteiras e Bombeiros Sem Fronteiras, todos trabalhando no Mediterrâneo resgatando crianças. Foi aí que um professor da universidade de Málaga, muito ativo na apresentação de casos ao comitê, me perguntou: "Luiz, quando o comitê fala que o estado tem que fazer uma reparação efetiva, o que isso significa exatamente?"

Então, voltei ao comitê e discuti com os membros. Os autores e as vítimas estavam nos perguntando o que o comitê quer dizer com "reparação efetiva". Percebemos que precisávamos ser muito mais concretos e eu sugeri que, nos próximos casos, detalhássemos o que consideramos uma reparação. Assim, chegamos ao caso Camila, que, para mim, é a reparação mais completa que já fizemos.

Nesse caso, o comitê mudou a jurisprudência internacional sobre aborto para focar na situação das meninas, que não é a mesma das mulheres adultas. O impedimento ao acesso ao aborto foi considerado uma violação da vida privada das mulheres pela Corte Interamericana, pelo Comitê de Direitos Humanos e pelo Comitê da CEDAW. Porém, para nós, não poderia ser apenas uma violação da vida privada, pois se tratava de uma menina, uma criança em processo de desenvolvimento. Portanto, ajustamos a jurisprudência e consideramos que era uma violação do artigo 6: o direito à vida, à

sobrevivência e ao desenvolvimento. Portanto, ajustamos a jurisprudência e consideramos que era uma violação do artigo 6: o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento.

Assis Da Costa Oliveira (21:29)

Sim.

Luis (21:30)

Que o sistema de saúde nunca se interessou em falar com ela de acordo com sua cultura, sua concepção; sempre impôs sua visão. Camila, para mim, é a decisão mais completa porque...

Assis Da Costa Oliveira (21:59)

De que ano?

Luis (22:01)

Foi ano passado.

Assis Da Costa Oliveira (22:02)

Muito recente.

Luis (22:04)

Sim. O comitê tomou a decisão e eu viajei ao Peru, onde me reuni com todas as autoridades. Foi o primeiro caso forte da América Latina. Encontrei muita receptividade por parte das autoridades, inclusive do Ministério de Relações Exteriores do Peru, que tem um sistema de monitoramento das decisões.

Assis Da Costa Oliveira (22:35)

Do Peru?

Luis (22:36)

Sim, do Peru. O ministério tem um sistema de monitoramento das decisões. Ao mês da decisão do caso Camila, apareceu outra menina, desta vez de 11 anos, estuprada pelo pai e pelo tio. Também indígena, do interior do Peru. A organização feminista apresentou o caso com solicitação de medida cautelar, e nós imediatamente...

Assis Da Costa Oliveira (23:16)

Hum.

Luis (23:20)

Emitimos a cautelar para interromper a gravidez. A menina estava nas 14 semanas, e os médicos da comunidade não queriam realizar o aborto. Eu me comuniquei com a UNICEF, que falou com a ministra da Mulher, e finalmente trasladaram a criança de helicóptero para Lima.

Assis Da Costa Oliveira (23:47)

Hum.

Luis (24:10)

E aí realizaram o aborto. Hoje, a menina está bem, mas foi um período muito difícil. Nós recebemos um vídeo de Camila ao final, onde ela estava muito agradecida, esperando que o Peru cumpra com as obrigações da decisão.

Assis Da Costa Oliveira (24:30)

Entendo.

Luis (24:39)

Para mim, foi um bom resultado porque o comitê concretizou a condição de criança, impactando positivamente a CEDAW, o Comitê de Direitos Humanos e até a Corte Interamericana. A corte agora tem casos de crianças grávidas por violência e acredito que a decisão do comitê pode influenciar.

Sobre crianças indígenas, eu não conheço casos específicos, mas pode ser que haja algum em processo de adoção da decisão.

Assis Da Costa Oliveira (25:44)

Sim.

Luis (25:44)

Até agora, não tomamos nenhuma decisão específica sobre crianças indígenas, exceto o caso Camila, que incorporou elementos fundamentais para reconhecer a condição da menina indígena, traduzindo a decisão para sua língua nativa.

Assis Da Costa Oliveira (26:04)

Perfeito, muito interessante, muito interessante.

Luis (26:08)

Em relação a isso...

Assis Da Costa Oliveira (26:10)

E esse caso, sobre a sentença e os documentos...Que tipo de acesso é possível ter?

Luis - 26:20 Não, isso. Eles são públicos, eu.

Assis Da Costa Oliveira - 26:23 Ah, tá bom?

Luis - 26:24 Eu. Eu é. Aqui tem teatro aqui, eu vou colocar aqui. É? Um.

Assis Da Costa Oliveira - 26:38 O endereço?

Luis - 26:40 Ê vou... aqui. Eu. E nós temos uma base de jurisprudência que você pode. Você é muito nova, é mais este aqui. É, essa é uma base que tem todas as recomendações e você pode fazer a busca pelo comitê e por padrões de texto.

Assis Da Costa Oliveira - 27:12 Certo?

Luis - 27:13 Você pode colocar "indígenas" e pode aparecer. Comitê de direitos da criança. E aí aparece, eu vou buscar, eu vou. Buscar a base de jurisprudência e um beijo para vocês. E uma vez que o comitê toma a decisão, ela é publicada e tem a Universidade de Leyden, que ela tem o observatório dos direitos da criança.

Assis Da Costa Oliveira - 27:33 Tá certo? Tá ótimo, ótimo.

Luis - 27:49 E eles comentam as nossas decisões. Eu. Eu sou muito próximo ao comitê, muito próximo à presidenta atual, que é minha colega da África do Sul. Ela é diretora do diploma de direitos da criança. Em Leide, mas Leyden comenta. Ele comenta as nossas decisões mais relevantes e, em 2019, eu falei com eles que isso era muito necessário.

Assis Da Costa Oliveira - 28:18 O quê? Olha que legal.

Luis - 28:28 O comitê precisa se olhar não só no espelho. Tem que ter uma visão crítica de fora, para que o comitê possa ser criticado.

Assis Da Costa Oliveira - 28:38 Sim, que bom.

Luis - 28:44 E o comitê pode avançar. Eu, eu envio depois.

Assis Da Costa Oliveira - 28:52 Tudo bem, tudo bem, não precisa ser agora.

Luis - 28:53 Por quê? Está em inglês e em espanhol, porque no momento que eu era presidente, eu falei que era necessário traduzir para o espanhol, para a América Latina, e a corte constitucional do México pagou o processo de traduzir toda a web para o espanhol.

Assis Da Costa Oliveira - 29:07 Sim. Você entendeu? Sim. Não.

Luis - 29:22 É. Então é interessante, é a.

Assis Da Costa Oliveira - 29:25 Sim, claro, muito interessante. E sobre os outros, os 11 clusters que você falou?

Luis - 29:33 Sim, nós. Eu. Eu posso enviar, é um documento de Word. Eu posso enviar logo por e-mail.

Assis Da Costa Oliveira - 29:47 Sim, tudo bem.

Luis - 29:49 Aqui é esse aí, live. Aí tem o observatório, de Leyden.

Assis Da Costa Oliveira - 29:54 Amigão.

Luis - 29:54 Em caso de você querer, eu posso fazer o contato com o decano ou com a minha colega. Aham, Skeleton, mas é agora. É, aham, é. Ela tem o apoio de uma estagiária que é estudante de direito, mas ele é de Minas Gerais.

Assis Da Costa Oliveira - 30:18 Olha.

Luis - 30:19 Sim, é. É muito boa, é.

Assis Da Costa Oliveira - 30:24 E vive em Belém.

Luis - 30:24 E com?

Assis Da Costa Oliveira - 30:26 É onde? É Suíça?

Luis - 30:28 Leyden é nos Países Baixos.

Assis Da Costa Oliveira - 30:33 Ah, entendi.

Luis - 30:36 Sim.

Assis Da Costa Oliveira 30:36

Senhor.

Luis 30:38

Nós fizemos este ano o evento da celebração dos 10 anos do protocolo em lei, no mês de abril.

Assis Da Costa Oliveira 30:49

Muito legal.

Luis 30:49

É, e o Glass ter o comitê dividiu a comissão em 10 ou 11 clusters. Essa é o que chamamos de estrutura de diálogo. É uma forma de organizar melhor. Nós podemos ter uma leitura transversal da comissão e, por exemplo, colocar na parte dos princípios gerais, que é um cluster, a discriminação. E aí, tem crianças indígenas. Então, a situação do Paraguai foi examinada. Agora, a situação das crianças indígenas no Paraguai é terrível, e nós colocamos discriminação contra crianças indígenas e colocamos uma recomendação. Mas no setor que nós vamos mais a fundo no diálogo, se chama medidas especiais de proteção, especialmente de proteção, e ali tem migrantes, indígenas, minorias.

Assis Da Costa Oliveira 31:51

O ruim.

Luis 32:25

E aí tem um título de crianças indígenas. Nessa parte, o exame é dirigido por quatro colegas nossos. Cada grupo de tarefa é formado por quatro colegas, que são os que têm a obrigação de ler todos os documentos do país e são encarregados de conduzir o

diálogo com o estado. Então, são eles que preparam as principais perguntas. Se eu não faço parte do grupo de trabalho, posso fazer perguntas de seguimento. Se há coisas que são pouco claras ou se tenho alguma informação, posso fazer perguntas de seguimento. Não posso dirigir o diálogo, esses são os quatro colegas, mas é obrigação deles fazer alguma pergunta sobre se num país tem indígenas e sobre crianças indígenas. A sessão começa.

Assis Da Costa Oliveira 33:35

Sim.

Luis 33:51

Na tarde, e na primeira parte da tarde nós perguntamos do cluster um até o seis. Chega sobre aplicação da lei até direito à família e entorno familiar. Aí tem princípios gerais, legislação, direitos civis e políticos, violência e entorno familiar. A segunda parte vai começar na manhã do dia seguinte. Aí tem educação, saúde, deficiência, meio ambiente, medidas especiais de proteção e dois protocolos. Aí tem justiça juvenil, migrantes e exploração e abuso sexual, tráfico de pessoas, trabalho infantil. Eu envio para vocês para que vocês.

Assis Da Costa Oliveira 35:09

Não, tranquilo, tranquilo.

Luis 35:10

E aí, prioritariamente, se não apareceu antes, em casos de discriminação, violência, tem muito cruzamento. Por exemplo, violência. Nós agora, no Paraguai.

Assis Da Costa Oliveira 35:26

Cruzamento, isso.

Luis 35:33

Tínhamos a questão das terras.

Assis Da Costa Oliveira 35:44

A retirada das terras, né? Das crianças do território.

Luis 35:48

Então, eu era coordenador do Paraguai e minha colega da Bulgária colocou três

perguntas sobre violência contra crianças indígenas na questão das terras. E logo após, em indígenas, a pior pobreza, desnutrição, os piores resultados da educação. Todos se concentram na população indígena. Então, você pode falhar na educação ou pode optar por ir direto aos indígenas e aí faz toda essa pergunta.

Assis Da Costa Oliveira 36:37

Sim, sim.

Luis 36:38

E a outra questão, com você falando de Gladys, Gladys foi uma grande amiga e.

Assis Da Costa Oliveira 36:44

Ai, que bacana.

Luis 36:45

E eu fui designado o ponto focal para a coordenação desse comentário geral sobre crianças indígenas. Eu era o ponto de contato com a saída para esse comentário geral.

Assis Da Costa Oliveira 36:58

Fala comigo.

Luis 37:04

Geralmente, o que se trata é que seja uma pessoa de uma região que tenha grupos indígenas, que tenha bom relacionamento com eles. Eu fui presidente quando Gladys era presidenta da central, então sou muito próximo e trabalhamos juntos no comentário geral 39.

Assis Da Costa Oliveira 37:32

Ai, que bacana. Bacana, não? Muito bom. E só para aproveitar, qual é a tua avaliação desse comentário 39 e como vocês têm no comitê de alguma forma utilizado ele, enfim.

Luis 37:56

É. Meu comitê sempre está de olho no que acontece nos outros comitês. Essa é a prática histórica.

Assis Da Costa Oliveira 38:09

Ah.

Luis 38:14

Porque nosso interesse é que o comitê de direitos humanos reconheça a condição particular da criança. Não é uma prática de outro comitê, mas conceda a nós, que somos muito próximos. Temos um comentário geral sobre práticas nocivas em conjunto, e essa prática de fazer um comentário sobre mulheres e crianças, e meninas indígenas, a CEDAW fez a imitação para que o comitê nomeasse um ponto focal. Isso fortalece as relações. Nós podemos preparar um documento e enviar, mas a estratégia da CEDAW e a nossa estratégia é fornecer o vínculo e, nomeando um ponto focal, toda a comunicação seja institucionalizada.

Assis Da Costa Oliveira 39:20

Hum.

Luis 39:26

Para mim, foi muito interessante. Eu tomei conhecimento de muitas coisas, fiquei assombrado com os povos indígenas da América do Norte. Eu participei da Confederação de Mulheres Indígenas da América do Norte e fiquei apavorado com os testemunhos, fundamentalmente do processo educativo. Está tudo sendo alterado pela contaminação da terra, e as mulheres falavam que já não podiam ensinar as crianças em contato com a terra porque a terra está contaminada, a semente está contaminada e as crianças não podem mexer as mãos na terra porque tem pesticidas, tem veneno. Para mim, era uma situação muito nova e isso me permitiu transladar a meus colegas do comitê esse aprendizado e ficar de olho no que logo vamos ter em conta quando os países virem. Então, para mim, foi muito bom, eu acho.

Assis Da Costa Oliveira 40:41

Hum.

Luis 41:02

Eu penso que o documento da CEDAW será um documento bom. Eles têm essa potencialidade de reconhecer a condição das meninas, não só das mulheres.

Assis Da Costa Oliveira 41:21

Ah.

Luis 41:21

E isso é um processo de crescimento dos comitês. Eu penso.

Assis Da Costa Oliveira 41:28

Sim, claro. E aqui, só antes de você passar para Ana e para Sofria, para os e Neide aqui, mas queria só perguntar mais uma coisa, Luiz, porque o comitê tem uma observação geral, né? Que é o número 11, que é voltada para as crianças indígenas.

Luis 41:47

Sim.

Assis Da Costa Oliveira 41:49

Inclusive, este ano ela completa 15 anos de implantação, que é sempre uma data simbólica e importante. Queria te perguntar com relação a essa observação, que tipo de medidas ou como é que vocês têm feito para que ela possa ser impulsionada junto aos países? Ou nos exames que vocês têm feito? De que forma ela é utilizada para poder também fazer essa cobrança de cumprimento dos direitos da convenção com essa especificidade para as crianças indígenas?

Luis 42:26

Bom, se você pegar 11 documentos de recomendações do comitê, você pode observar que o comitê, quando fala de crianças indígenas, vai fazer uma referência ao comentário geral 11. Como você disse, ele completa 15 anos. Eu penso que com o tempo as coisas vão amadurecendo. Eu creio que é necessário um ajustamento do documento em algumas partes, na nova lógica que estamos fazendo. Não são documentos novos, mas o comitê sempre vai usar o comentário geral porque é a interpretação oficial do tratado com aterrissagem na condição de indígena. Então, o comitê permanentemente faz referência ao comentário geral.

Assis Da Costa Oliveira 43:32

Ah.

Luis 43:48

No comentário geral 26, no primeiro borrador, minha história com esse comentário... eu fazia parte do grupo de trabalho sobre meio ambiente do comitê. Quando decidimos o comentário, eu me anotei para estar no grupo que lidera o processo de definição, mas

quando olhei, havia praticamente 14 colegas no grupo de trabalho. Eu disse: "Não, não, isso não é um grupo, é outro comitê", então eu priorizei minha região. Eu falei: "Vou fazer uma consulta na América Latina e no Caribe", porque no primeiro borrador percebi a falta da riqueza que a América podia oferecer na questão do ambiente, no câmbio climático. O parágrafo sobre indígenas era praticamente três linhas. Nós fizemos uma consulta regional em Buenos Aires. Nesse momento, falei com a defensora dos direitos da criança da Argentina. Eu disse: "Marisa, você me apoia numa consulta regional? Quero fazer uma consulta para toda a região, para fornecer os documentos para o comentário geral." E ela disse: "Luiz, eu aceito." Ali mesmo, ela chamou o ministro de relações exteriores.

Assis Da Costa Oliveira 46:11

Olha só.

Luis 46:12

O ex-ministro Santiago Cafiero.

Assis Da Costa Oliveira 46:15

Sim, sim, do governo anterior.

Luis 46:18

A Marisa falou com Santiago e disse: "Estou aqui com o Luiz Pederneira. Ele me ofereceu uma consulta" e o Santiago respondeu: "Marisa, todo o apoio do governo da Argentina para a consulta." Nós reunimos 300 pessoas em Buenos Aires, de governos, sociedade civil, academia, agências das Nações Unidas e 50 crianças.

Assis Da Costa Oliveira 46:37

Não.

Luis 46:47

E dentro dessas 50 crianças, havia crianças indígenas do Amazonas, do Peru e do Brasil. Tinha crianças da Argentina e do Chile também, e foi incrível. Os parágrafos do comentário geral são 11. Ao final da consulta geral, eu disse: "Isso não pode ser submetido a votação. Vamos fazer uma leitura pública e tem que ser por aclamação." E foi assim que adotamos a Declaração de Buenos Aires.

Luis 47:48

Foi incrível. Em um momento, entrei na reunião das crianças e encontrei uma criança indígena, uma menina, falando. Ela dizia: "Antes do começo do inverno, vou com minha família ao bosque para pegar madeira para nos aquecermos no inverno, mas quando começa a primavera, voltamos ao bosque para plantar o que tiramos da natureza."

Assis Da Costa Oliveira 48:12

Olha que legal.

Luis 48:13

Isso era a síntese mais clara da relação dos povos originários com a terra e que, para os ocidentais, é incompreensível.

Assis Da Costa Oliveira 48:30

Sim, sim.

Luis 48:30

O comentário geral começa com algumas partes das declarações das crianças. Uma é a declaração de uma criança indígena do Amazonas, e está textual no comentário geral o que ela diz. Ela estava toda com sua vestimenta tradicional, foi muito forte.

Assis Da Costa Oliveira 49:01

Ah.

Luis 49:05

Foi muito, muito bom. Eu sempre falo que Mandela dizia que a comissão é um documento vivo, não é? Ela não ficou no ano 1989, mas nós temos que ir fazendo releituras para trazer a comissão à nossa vida atual, e isso faz com que a comissão não pare no tempo. Nós temos que fazer esse processo com crianças que vivem as condições do mundo que estamos deixando para eles. Eles têm que fazer um movimento em nosso.

Assis Da Costa Oliveira 49:56

Sim.

Luis 50:02

Nosso sistema de vida. Nós, permanentemente, penso que essa tensão, essa necessidade

de trazer o comentário 11 para uma releitura, de pensar como incorporamos essa perspectiva.

Assis Da Costa Oliveira 50:27

Perfeito, muito bom, não?

Assis Da Costa Oliveira 50:30

Eu falo muito.

Assis Da Costa Oliveira 50:30

Mas é ótimo. E se eu, que na verdade pergunto muito aqui, vou passar aqui? Sophia Annals e Neide Luiza. Se não, eu fico aqui quase que uma conversa de café aqui com. Fiquem à vontade, pessoal. Tem alguma questão, Ana? Fique à vontade, Ana?

Ana Radig Morais 50:53

Luiz, eu tenho uma pergunta referente à sua atuação em uma análise de país por país, não de uma forma geral. Em alguns casos, você conseguiu identificar violações específicas quanto a crianças indígenas, por serem indígenas? Você falou sobre a falta de adequação dos serviços prestados, até mesmo no caso Camila, no qual não foi traduzido para ela, o atendimento no decorrer dos atendimentos que ocorrerão, né? Até que se chegasse a decisão na qual foi traduzida para a língua dela. Mas para além disso, há questões que você trouxe também específicas quanto a meninas indígenas, foram violências sexuais e são violências que acontecem contra todas as crianças. Mas você conseguiu identificar que no caso de crianças indígenas, essas violências não só as sexuais, mas outros tipos de violências? Elas são feitas de uma forma diferente, que leve a. Vou te dar um exemplo, por que que eu te pergunto isso? Acompanhei um caso aqui no Brasil em que uma menina indígena foi estuprada, mas ela também foi amarrada em um tronco de árvore e abandonada. No mesmo ano ocorreu algo parecido, mas Ela Foi jogada de um penhasco. Então são violências que têm talvez algo por trás muito maior que eu identifico como um amedrontamento da comunidade toda em geral, para que se retire daquele território específico ou outros casos. Então, o que me incomoda muito é não conseguir, possivelmente sozinha, não vou conseguir. Por isso, esses espaços de conversa são muito importantes. Identificar se essas violências contra crianças indígenas, se algum momento você conseguiu identificar como violências simbólicas, também não só contra o corpo delas, mas que tentassem agredir toda essa coletividade e

também sobre resistências do próprio estado para coibir essas violências específicas. E também algo que eu identifico sozinha, mas que talvez seja percebido por outras pessoas também, e aí talvez fortaleça essa minha percepção da própria repercussão social de violências contra crianças indígenas. A comoção social, tanto dos órgãos que iriam investigar e julgar, mas também da população de uma forma geral mesmo. Eu tenho acompanhado aqui no Brasil alguns casos e tenho percebido, mas nos outros países você percebe também algo nesse sentido?

Luis 53:55

Antes, aí li por 6. Olhar página de jurisprudência e.

Assis Da Costa Oliveira 54:00

Ah, perfeito, muito obrigado, viu? Já vi tudo aqui.

Luis 54:05

OK. Obrigado, Ana, pela pergunta. Nos outros, uma questão importante é que nós falamos em função da informação que recebemos. Então, é muito importante que a informação seja disponibilizada para o comitê. Entretanto, o comitê não tem informação, vai ser muito difícil falar sobre esses assuntos. Eu conheço que forma parte de uma violência simbólica contra os povos originários, porque muitas vezes eles fazem carne no corpo das crianças. No exame da Argentina, no ano 2018, eu perguntei sobre a violência simbólica dos. Eles denominam, eles crioulos, então são filhos da alta sociedade branca no interior do Chaco, e eles vão jogar futebol no cemitério dos indígenas.

Assis Da Costa Oliveira 55:20

Crioulos?

Luis 55:20

É, e eles permanentemente atrapalham. E cita a reação da comunidade e. No caso deles, eles foram amedrontar três crianças, três meninas indígenas, e que estavam no terreno sagrado. As meninas saem correndo e eles capturam uma e violam um sistema de justiça da Argentina até o momento que já tinha passado 2 anos, não havia determinado nenhuma responsabilidade no estupro, não tinha. Todo o sistema de justiça, todo o sistema está pensado para a impunidade. Então, a violência simbólica é parte de um processo estrutural, que se relaciona ao corpo das meninas e dos meninos, mas também

ataca a Terra, a moradia. Isso se repete na Argentina, Paraguai e Chile. Mais grave disso é que essa forma de violência logo continua em todos os indicadores de qualidade de vida, acesso à educação, saúde. Todos os piores são nesses grupos, não só criança indígena, preto, migrante e de capacidade. Esse é o na América, tudo se dizer é agora. Nós examinamos Guatemala, Guatemala tem 50% da população indígena e somos os que estão piores nas condições de vida. Eles nem sequer são reconhecidos nas línguas. Eles falam Monte de línguas derivadas da língua Maia, mas eles são impedidos do acesso à cultura, do reconhecimento da língua, das tradições. A situação de postigo, mento permanente é incrível. E tem uma violência estrutural que provém do estado na Guatemala, tenho particularmente a violência dos grupos e de maras que vai direito do com a com as meninas não. Eles pegam meninas para roubar menina sequestrada, para fazê-las esposas. É para fazer parte do crime organizado. Então ele para mim é muito terrível. Agora nós examinamos Paraguai, Guatemala e Salta, vista a que eles são os que estão piores. Mas na Austrália, eu. Eu me lembro no 2019, os problemas dos aborígenes australianos é terrível. E eles continuam com a discriminação legitimada socialmente. Eles vivem em guetos afastados. Eles foram sacados das suas terras, e ele foram colocados nos piores lugares pra viver. São permanentemente perseguidos, então. É, não é? O comitê precisa de informação para fazer as recomendações. É por isso as AOO que você faz em por poderia nós ajudar muito para o processo de exame aos AE no caso do Brasil, é. É porque se vocês é nós acerca nessa informação, seguramente ela vai fazer parte do processo de exame no país. E Ela E Eu falo em terminar os individuais mais eu recebo informação confiável e seguro que eu vou é colocá-la No No no diálogo. E é essa forma que nós temos pra fazer uma recomendação no nós, não podemos fazer recomendações sobre coisas que nos acham se planteado no diálogo. Não é preciso plantear no diário. É. Então é muito importante o trabalho. Como que você faz em para? É? É que o comitê tome nota e faça as perguntas para uma Futura recomendação. É na parte, na primeira, no primeiro link. Aí, vocês no uri, ele ele o primeiro, aí vocês.

Assis Da Costa Oliveira 1:02:14

Se sim.

Luis 1:02:18

Busca no órgão do crescimento, depois podem colocar em inglês, é em inglês, vai aparecer as mais recentes que não foram traduzidas, mas podem por em espanhol e indígenas. Aí vai sair todo é nosso na no kloster, que aparece por povos indígenas, vai

aparecer. E a outra questão, Ana, é nós? É o comitê, como não pode fazer segmento das recomendações no início do documento de recomendações. Nós vamos colocar até 6 questões que são prioritárias para o país. Não sou um questionar que o país já deve se pôr a trabalhar. Então nós a aí muito aparece situação dos povos indígenas na América e indígenas. Violência indígena aparece permanentemente. Não sei se a clareia ou.

Ana Radig Morais 1:03:33

Muito bem. Sim, perfeitamente, muito obrigado.

Assis Da Costa Oliveira 1:03:40

É só uma, é assim. Eu tenho uma última questão sem Sofia Luiza oscilei. Também querem colocar outras questões, mas você falou já de alguns exames. Eu queria só te perguntar, Luís. Além do exame brasileiro, que está marcado para maio do próximo ano, dentre esses países que a gente tá com uma atenção mais específica, Peru, México, Equador, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Que eu esqueci de incluir alguns. Algum deles está no calendário de vocês para um período mais esse ano, o próximo ano?

Luis 1:04:14

Se Equador agora em setembro, Peru e precession agora em setembro e o exame será em janeiro. É México, é, agora é o exame. Eu coordeno o grupo de México é enorme. É o mesmo que Brasil.

Assis Da Costa Oliveira 1:04:40

Isso, com certeza.

Luis 1:04:42

É, é Argentina, é. Agora é Equador, é Argentina. E México? É Honduras, é Honduras, será em janeiro o exame. E que já Peru, Peru, é agora precessão janeiro. Sessão e Colômbia, Colômbia é janeiro precessão e setembro do ano que vem?

Assis Da Costa Oliveira 1:05:23

Maio, se eu tenho.

Luis 1:05:25

Sim, é. Tudo depende de nós. Agora adotamos o procedimento simplificado, que é um sistema diferente. O procedimento simplificado é quando o comitê envia uma lista de questões e o estado tem que preparar o relatório com base nessas perguntas.

Assis Da Costa Oliveira 1:05:44

O quê?

Luis 1:05:50

Então, o processo é muito mais. Tem muita mais interação com a sociedade civil, academia, crianças, porque para fazer as perguntas nós recebemos informação das partes interessadas, mas esse sistema é um relógio.

Assis Da Costa Oliveira 1:05:57

Ah, entendi.

Luis 1:06:13

É, nós enviamos a pergunta, o estado tem 1 ano para fazer o relatório. É imediato, ele envia o relatório e, aos 3 meses, a pressão e os 3 meses acessar é. É um relógio. Outro sistema que o estado envia um informe, que o sistema do Brasil é, é o sistema Cristiano. Se você vai deixar de usar, porque dá muito as disponibilidades?

Assis Da Costa Oliveira 1:06:41

Muito.

Luis 1:06:47

A posição do país, se ele prepara o relatório e envia, é mais. Eles se descansam muito aqui, como se aqui como.

Assis Da Costa Oliveira 1:06:58

Descansa.

Luis 1:07:02

É, para mim, o futuro e eu. O terceiro protocolo é. É porque esse é o terceiro protocolo, permite o 11 na.

Assis Da Costa Oliveira 1:07:22

Que vai ser sobre o quê? Quer saber o que é?

Luis 1:07:25

O teu não, o terceiro protocolo sobre comunicação, esses individuais.

Assis Da Costa Oliveira 1:07:30

Assim, sem comunicação, está.

Luis 1:07:32

Esse, para mim, é o futuro. Por que? Porque ele facilita a interação com o país. Nós tomamos a decisão e damos um prazo de 100, 30 dias para que o país informe as medidas para o cumprimento. E eu recebi em janeiro, não recebemos o informe de cumprimento e o cumprimento das decisões do comitê ronda 99%. Então, é um dado bom.

Assis Da Costa Oliveira 1:08:09

Tive, com certeza.

Luis 1:08:10

E para para. Não, não ser um órgão jurisdicional não é competência, quase jurisdicional, é o nível de cumprimento. É muito bom, a interação com o governo. O estado é muito mais forte e o outro que a outra possibilidade é as pesquisas, é que pranteia o terceiro protocolo. Esse, todavia, está num processo de exploração, mas é muito mais. Não, não é muito mais, menos requisitos de formalidade e o comitê se toma o protocolo. Fala que no momento que o comitê receba informações críveis de violações graves ou sistemáticas, o comitê pode abrir o inquérito confidencial ao estado. Nós é o primeiro. Foi contra o Chile por as mortes das crianças nos lugares de proteção do senami ele, ele está encerrado e está publicado na web agora. Nós acabamos de encerrar o segundo, eu, eu. Eu fui um no 2 investigadores com a minha colega da África do Sul, que é contra um país da região. Eu não posso revelar toda a via, mas está concluído, esta decisão. É um caso muito forte para contra um país da região e ele vai ser publicado em setembro e nós temos o outro em processo contra um país da Europa já já se realizou porque os inquéritos esse fazem com visita ao país.

Assis Da Costa Oliveira 1:10:03

Um.

Luis 1:10:20

E esses? Já a visita já foi feita e está para adotar decisão em setembro. E outro é o outro, para um país da região que o eu, eu, eu estou no equipe de mas esses. Esse pode ser porque são o comitê tem que determinar se houve violação grave ou sistemática e aqui

pode a situação dos povos originários, é uma situação interessante para poder tensionar o comitê para abrir um inquérito sobre a situação.

Assis Da Costa Oliveira 1:11:11

Sim, sim, com certeza. É só sobre isso, quer dizer, você falou repassar o comitê essas informações, isso pelo procedimento padrão tem alguma formalidade que tem que ser seguida, né?

Luis 1:11:28

É, não, não.

Assis Da Costa Oliveira 1:11:29

Você vê?

Luis 1:11:32

Não, não. No caso do Chile, foi uma deputada que creio que ela enviou informação das mortes de crianças no cinema. E o comitê de, de, de deliberou e determinou que havia suspeita de uma violação grave ou sistemática. E, comunique uma. Nós temos que receber a informação. Pode ser informação enviada ao comitê, ou pode ser que eu, pesquisando, encontrei isso para mim, e eu coloco na agenda do comitê. Mas não há formalidades. O processo é reservado, e ao final, a prática é que mais investigações chegam. Adelante, som Sedam e o comitê de pessoas com incapacidade. Mas Sedam e a nós para determinar nossas Reg nas regras. Nós vamos a experiência da Sedam será o aqui, então é a prática da CEDAW, ela comunica o país. E no prazo de 6 meses, a Sedam publica o informe na web. Como nós, só temos uma cerrada de publicada, é com o Chile. O que aconteceu foi o comitê tomou a decisão de violação da convenção, comunicou ao governo. Nesse momento, o governo, ao mês da da da. Da notificação, ele publicou na web do Ministério de Relações Exteriores de ofício. E isso facilitou a situação foi no governo de Pinheiro. Aqui, ele publicou.

Assis Da Costa Oliveira 1:13:49

Sim.

Luis 1:13:49

É, então, mas tem. Temos, é, neste caso, é, neste caso que nós, que vai ser publicado o

muito, muito, não, o país foi o primeiro a abrir as portas, depois errou, mas o tema era muito delicado. Quando vocês tomem conhecimento, é um tema delicado.

Assis Da Costa Oliveira 1:14:14

Entendi. Sim, é só para entender. E aí, já encerrando, porque eu estou comparando com um procedimento de admissibilidade da Comissão Interamericana que exige o esgotamento das instâncias internas.

Luis 1:14:29

Não é isso? Isso para casos individuais, se é casos, é como o caso Camila tem que é, tem que cumprir as requisitos da formalidade do artigo 7 do protocolo.

Assis Da Costa Oliveira 1:14:44

Ah, tá.

Luis 1:14:44

Não, não pode ser anônima. É 1 ano depois dos últimos, é do esgotamento dos recursos internos. Eu, uma série de requisitos.

Assis Da Costa Oliveira 1:15:00

Tá aí, tá.

Luis 1:15:02

E, mas é na situação do comitê tem o esgotamento. Para mim é, e a postura geral do comitê é que tem alguns elementos que podem ser equiparáveis à denegação de justiça, como o prolongamento do tempo, a efetividade do remédio que podem a cortar o esgoto é o percurso até o esgotamento dos recursos. Porque a condição da criança, o tempo é muito, muito importante, então um. Mas é caso se é necessário cortar o recursos, então ele tem que ser muito mais restrito.

Assis Da Costa Oliveira 1:15:54

É?

Luis 1:15:58

É.

Assis Da Costa Oliveira 1:15:58

Certo?

Luis 1:16:00

É, no caso, a ação da Greta, nós não admitimos por falta de esgotamento dos recursos internos.

E foi uma pena, porque o Cássio era muito importante.

Ela é.

Disse que seis crianças demandaram no Brasil, Argentina, Turquia, França e Alemanha por emissões de gases de efeito estufa.

E aí mostramos toda a potencialidade do protocolo que foi...

Amicus curiae, o comitê solicitou diretamente ao comitê de meio ambiente. O comitê atual fez audiência e, no processo de casos, audiência é muito excepcional, mas nós escutamos as crianças, escutamos os estados, o relatório, e corrigimos.

Assis Da Costa Oliveira 1:16:51

O.

Luis 1:17:00

Aí nós não admitimos o caso por falta de esgotamento. Os estados demonstraram que podiam chegar às instâncias previstas no país, mas não chegaram.

E aí, para mim, havia uma debilidade na argumentação dos autores. É uma lástima, mas nessa decisão nós dissemos que o comitê, em caso de algo mais revolucionário, consideraria legítima a reclamação de uma criança contra um país que não seja seu próprio país.

O comitê considerará legítima a reclamação porque a extraterritorialidade, em casos de meio ambiente, não necessariamente está ligada à nacionalidade.

Para comparar, um caso que o comitê tomou foi o dos filhos de franceses que se radicalizaram e foram combater ao ISIS.

O comitê tem uma decisão contra a França e contra a Finlândia. Os avós e tios dessas crianças, que foram para a Síria e Afeganistão combater no ISIS, os pais foram mortos e as crianças, no ano passado e no ano anterior...

Assis Da Costa Oliveira 1:18:37

O.

Luis 1:18:46

Eles estavam sozinhos no campo de refugiados de Al-Hol e outros, que ficam na Síria, sob controle curdo. Eles estavam sem acesso à saúde e educação, e eram cerca de 80 crianças entre 5 e 12 anos. Os avós, que moram na França, pediram ao estado que as repatriasse, mas o estado disse não. Essas crianças possivelmente se radicalizaram, representando um problema para a França.

O comitê determinou que os familiares esgotaram os recursos internos e foram ao comitê. E o comitê declarou admissível e determinou a responsabilidade extraterritorial da França e da Finlândia. São dois casos contra os dois países, e a França potencialmente estava violando o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento.

Eu e meu colega da Bélgica tivemos um voto concorrente, parcialmente discordante, porque consideramos que havia uma violação do artigo 37, referente a tratamento cruel, inumano e degradante. O comitê determinou violação do artigo 37(b), privação arbitrária da liberdade, e nós consideramos violação do artigo 37(a). Meu colega da Bélgica e eu temos muitos votos discordantes, porque minha postura é...

Assis Da Costa Oliveira 1:20:35

O ran?

Luis 1:20:44

É. É de não fechar as portas para as crianças, é sempre deixar uma porta aberta, caso seja razoável.

Nós, nesse caso, consideramos a França responsável extraterritorialmente pelos seus nacionais. As crianças são francesas, mas no caso das mudanças climáticas, não era o mesmo.

O que estamos dizendo é que um menino das Ilhas Marshall pode reclamar ao Brasil, e o Brasil vai ser responsável extraterritorialmente pelas emissões.

E eu, minha postura, eu... Eu decidi os votos discordantes. São 900 palavras, mais ou menos, de tudo.

Então, eu tenho um voto com meu colega da Venezuela sobre casos de roubo de crianças na época do franquismo.

Em 1984, uma família se apresentou porque o esgotamento terminou no ano em que a

Espanha ratificou e entrou em vigor o terceiro protocolo, em 2014. Por isso, o comitê declarou admissível, mas eu...

Não falo mais. Eu tive um caso de deportação de uma mãe dinamarquesa para a Somália com um bebê. A mãe era da Somália e apresentou-se ao comitê reclamando violação dos artigos 2, 3 e 19, interesse superior e violência contra a criança.

Porque havia um risco certo de que a menina fosse entregue para casamento e mutilação genital. Então, o comitê declarou que havia a violação dos artigos 3 e 19.

No processo de redação, colocamos um parágrafo indicando que a mutilação genital é equiparável à tortura, colocando-a no mesmo padrão da CEDAW e do comitê de direitos humanos, considerando a mutilação uma forma de tortura.

Quando colocamos esse parágrafo, eu levantei a mão e propus que era violação do artigo 37(a), tratamento cruel, inumano e degradante.

E o comitê?

Disse, Luís, nós vimos a possibilidade da Dinamarca de fazer uma defesa. Então eu argumentei que o protocolo não exige representação formal, não é necessário um advogado que represente as crianças. O comitê tem um papel pedagógico sobre normas de uso corrente, então aplicando o princípio de "jura novit curia", eu invoquei a violação do artigo 37.

Logo após, sucederam três casos. No segundo, meu colega da Bélgica se somou ao meu voto discordante, no terceiro, minha colega do Japão se somou ao meu voto.

Agora, nesta sessão, eu falei: colegas, não podemos continuar ignorando que é um problema de defesa da Dinamarca. A Dinamarca já sabe que há três membros que têm uma opinião dissidente, e agora minha colega do Japão, que é muito estratégica, diz que agora tem que ser a posição de todo o comitê, de violação do artigo 37.

Agora, todo o comitê aceitou essa postura. Minha posição é essa: não fechar as portas, sempre deixar uma possibilidade, entendendo que são crianças, não são adultos.

Assis Da Costa Oliveira 1:25:36

Sim.

Sim, sim.

Luis 1:25:42

E o comitê tem um papel pedagógico aí.

Assis Da Costa Oliveira 1:25:45

E como você falou da evolução, né? Do direito da criança, para que possa cada vez mais estar condizente com a contemporaneidade das situações e desses outros direitos que vocês também têm trabalhado, como das mudanças climáticas. Então, Luis, da minha parte, eu não sei se o pessoal tem alguma outra pergunta, mas da minha parte eu queria te agradecer enormemente por esse diálogo, para a gente poder conhecer mais a fundo tanto o trabalho do comitê quanto as questões que têm mobilizado os países que vocês têm monitorado e recebido os casos.

Isso certamente nos ajuda muito a entender esse contexto dos direitos das crianças indígenas. E nós, o Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias, nos colocamos como um agente que vai, de alguma forma, subsidiar o comitê com relatórios e informes que possam trazer algum tipo de subsídio tanto para o Brasil quanto para a América Latina, já que estamos trabalhando a nível de América Latina. Então conte conosco nessa gestão, nessa segunda gestão, para que possamos auxiliar no que for necessário.

Inclusive para o exame que o Brasil vai passar no próximo ano. Eu te agradeço muitíssimo e queria pedir para a gente fazer uma foto aqui.

Vamos fazer uma foto primeiro.

Você quer fazer algum outro comentário final?

Luis 1:27:28

Não, não. Graças a vocês, nós necessitamos de aliados como a academia que ajudem a ver e empurrar a agenda. Se não, é muito fácil nos acomodarmos. Eu já estou terminando meu mandato. Logo nós, os quatro que entramos juntos, vamos sair. Creio que vivemos um momento de muita produção no comitê. Vou sair junto com a presidente e minha colega do Japão.

Luis 1:28:07

Africana, relatora, presidente Jô, Ila Burga, Raquel, minha colega, muito boa. Nós sairemos do comitê em 28/02/2025.

Assis Da Costa Oliveira 1:28:19

Ah, já há uns...

Luis 1:28:21

É, e tanto na Secretaria estão meio tristes, mas nós estamos convencidos de que são dois

períodos, e é necessário renovar. Cada órgão deve seguir atento, porque há uma tendência regressiva muito forte em alguns órgãos. Então, é preciso estar muito vigilante para que os avanços não se percam e que se continue avançando.

Eu estarei lutando em outros lugares, na minha própria posição, mas estarei lutando.

Assis Da Costa Oliveira 1:29:02

Sim. Sim.

Luis 1:29:05

Precisamos ter humildade para reconhecer quando erramos. Não é pior do que aquele membro que, por estar perto, independente, pensa que sabe de tudo. Precisamos ter humildade para reconhecer que há temas que precisamos aprender.

Assis Da Costa Oliveira 1:29:29

Sim, claro.

Luis 1:29:30

Mas às vezes há pessoas que querem parecer que sabem de tudo só porque estão lá.

Assis Da Costa Oliveira 1:29:39

Com certeza, com certeza. Então, aqui, em nome da equipe, a gente agradece.

Quero te falar que a gente vai mandar depois a gravação e a transcrição, tá? Também pediremos autorização para a utilização do material.

E, basicamente, é isso. Nessa parte, o relatório que a gente vai fazer será encaminhado para todas as pessoas que estão participando, como uma contrapartida e um retorno, certamente com a incidência que a gente possa ter junto ao comitê. Tá certo? Muito obrigado.

Luis 1:30:11

Perfeito, perfeito, qualquer coisa, é só avisar.

Assis Da Costa Oliveira 1:30:14

Muito obrigado, Luis. Tudo de bom por aí.

Luis 1:30:17

Como... Como esse Alessandro, um maestro peruano, sempre diz: "A coisa é como plantar batatas, não é?"

Assis Da Costa Oliveira 1:30:29

O run?

Luis 1:30:30

É como plantar batatas, não necessariamente colheremos batatas nobres do que plantamos.

Então, se você estiver comigo, não se preocupe, é parte de um processo coletivo.

Assis Da Costa Oliveira 1:30:40

Sim, claro. Te agradeço muitíssimo, e não só por hoje, mas por todo o processo que temos tido contigo nesse diálogo desde o ano passado, que foi sempre muito produtivo e muito compromissado da sua parte, nos ajudando ainda mais agora. Tá certo?

Luis 1:30:57

Um gosto. E à sua ordem, Agatha, não me molesta.

Assis Da Costa Oliveira 1:31:00

Até mais. Eu também te agradeço.

Luis 1:31:02

Tchau, tchau.

Assis Da Costa Oliveira 1:31:08

Eu disse.

Entrevista 2:

Entrevistada: Gladys Acosta Vargas, membro do Comitê de Acompanhamento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

00:00:02

Yo no quería que el comité se sintiera, qué sé yo, que estábamos invadiendo el territorio, digamos, de la niñez propiamente. Y aunque ya estos dos comités, para decirles en corto, para mí son los más importantes en verdad, para la protección así de los derechos humanos, más de mayor número de personas son estos dos, prácticamente solamente

quedan fuera los hombres mayores de 18 años, que tienen todas las otras convenciones, obviamente, pero es que es mucha gente la que está cubierta por estas dos convenciones, que además son las más ratificadas.

La Convención de la CEDAW [Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres] tiene 189 países y la Convención sobre los Derechos del Niño tiene 192. Entonces, realmente estamos hablando de dos convenciones que son prácticamente de alcance internacional. Y este alcance, como ustedes saben, lo interesante de estas convenciones es que realmente son ley en el país. Que se cumpla o no se cumpla, ese es otro asunto, pero lo que son, son realmente instrumentos de muchísimo poder jurídico. Y entonces, conforme está pasando el tiempo, se está notando más este poder jurídico de esos instrumentos, particularmente estos dos, que yo siempre lo digo, tienen el gran mérito de haber unido, reunido, vamos a decir así, los derechos, los mandatos de la Declaración Universal, porque ustedes saben que la fragmentación de los derechos con los dos pactos internacionales, el Pacto de los Derechos Civiles y Políticos por un lado, y el Pacto de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales por el otro, produjo una cierta bifurcación que, bueno, tiene su explicación. Era la guerra fría, esa es la razón por la cual hay esta bifurcación. Pero cuando llega nuevamente, en este caso CEDAW, en el 1979, reúne todos los derechos y luego en el 1989 llega a la Convención de los Derechos del Niño, vuelve en esta misma línea a reunir todos los derechos.

00:02:29

Y entonces estas dos convenciones son muy potentes y, de alguna manera, la Recomendación General número 39 se inspira de estas dos vertientes, digamos, de fuentes de derecho. Bueno, de todas maneras, digamos, ese es el contexto de esto, pero si yo quisiera que... si ustedes piensan que quieren unas preguntas muy específicas, porque yo puedo seguir explicándoles cómo fue este proceso, pero al mismo tiempo no quiero estar fuera del marco de lo que ustedes tienen como objetivo para esta conversación. Entonces, si ustedes quieren darme un marco más preciso o yo les cuento simplemente de forma más abierta, porque lo que pasa es que realmente yo tengo mucho que decir y tengo que tomar en cuenta el tiempo, lo que ustedes están haciendo, digamos, me encanta el proyecto y desde ya les digo, yo quisiera estar articulada, o sea, de alguna manera, eso seguro, cuenten conmigo y seguro que hay otra gente que tiene mucho más conocimiento que yo que también quisiera estar articulada, pero esta es una

causa realmente - yo les digo en corto - la causa indígena es una causa que cuida el futuro de la humanidad, esa es su importancia, no es solamente una cuestión de que pobrecitos los indígenas ahora tienen derechos, no. Yo creo, yo les digo, lo que yo he estudiado todo este tiempo y todo el camino recorrido me ha mostrado claramente que es un poco al revés de lo que la gente piensa, la gente piensa pobres indígenas, tenemos que darles derechos, en cambio en realidad es pobre humanidad que se quedó, que borraron este gran aporte indígena, que como ustedes saben, nosotros lo hemos visto en los momentos de consulta, están por todas partes en el mundo, o sea, no es que solo América Latina y el Caribe tenemos aquí, no, están en todas partes.

Entonces, y lo sorprendente son las conexiones que pueden establecer entre sí, es algo sorprendente, para mí fue sorprendente, yo no tenía...yo no soy antropóloga, yo soy socióloga y soy abogada, pero yo no conocía, digamos en profundidad, aparte de los cursos que uno ha llevado en la universidad, la etnología, la antropología, donde se ve algo de esto, pero yo no conocía en profundidad cómo puede ser que que sean tan conectados, cómo puede ser que tengan estas cosmovisiones tan articuladas, tan similares, a mí me sorprendió tremendamente.

Entonces, creo yo, que esto tiene, por eso les digo, para mí es que si ustedes están trabajando en esto, ojalá que puedan visualizar esta importancia estratégica, que no es solamente la protección de la naturaleza, yo creo que es una manera de proteger a las personas de vínculos entre sí, o sea, es realmente una manera de vivir que ha sido desconocida y han tratado de eliminarla como cosmovisión, como todo, viene las religiones, o sea, los sistemas políticos, todo ello para borrarlos, pero me parece que ustedes como académicos pueden volver a poner sobre el tapete, digamos, lo que es una riqueza de la humanidad. Y, entonces, yo lo veo así. Bueno, pero si ustedes quieren darme alguna pauta de por dónde quieren ir, por favor vengan.

00:06:45

Bueno, muchas gracias por ya aceptar esta invitación de largo plazo y continuar este diálogo, una alianza más profunda... Luisa y Sofía estructuraron un guión para dejarte algunas preguntas, una de ellas es esta, entonces yo quiero dejar acá. Luisa y Sofía adelante.

00:07:10

Yo pensaba que pudiéramos hacer así, tú empiezas, va diciéndonos cómo fue que tu

experiencia que más nos ha mostrado hoy, que cómo puedes compartir con nosotros, cómo fue la CEDAW, la constitución de esta recomendación, cuales son los países que tú ves, de los grupos indígenas, las redes que están más articuladas y avanzadas, los derechos, los derechos más innovadores... Y yo tengo una sola pregunta Gladys, porque yo sé, anticipé a mis colegas, yo sabía que tú ibas a hacer este plato lleno, que uno no sabe por dónde empieza. Pero yo tengo una pregunta que me muero de ganas de hacerte. ¿Qué fue que tú tuviste que dejar fuera de la recomendación y que le gustaría que estuviera, o por presión o por negociación? Pero eso se puede decirlo después. Pero ahora lo que yo sugeriría era que avance y si sentimos que hay algo que en el rotero no fue completamente informado, le preguntamos también. Así está muy bien.

00:08:29

Entonces bueno, vamos entonces a ver, vamos a medir el tiempo. ¿Son cuánto tiempo tenemos?

00:08:39

¿Dos días?

00:08:46

Porque no sé si el Microsoft tiene tiempo.

00:08:52

No, no tiene límites.

00:08:54

Ya, perfecto. Yo la verdad estoy tranquila en el tiempo hoy día, así que por mí podemos pasar de una hora, o una hora y media, tranquilamente, desde mi punto de vista. Si ustedes pueden para, digamos, avanzar al máximo posible.

No, a ver, en primer lugar, todas las les digo, no es la primera entrevista que tengo sobre sobre esto y ya me he dado cuenta por dónde van las cosas, y una de las cosas que quiero desde el comienzo decir es que yo he aprendido que lo central es la historia. Es decir, en este momento se han dado las condiciones históricas para que se produzca este esta Recomendación General número 39. No es mi mérito para nada, hubiera sido otra

persona la que hubiera estado aquí en ese momento y hubiera pasado igual. O sea, yo sí creo que la historia es así, es como que va poniendo los peldaños y a quien le toca estar en ese momento, digamos, a él le toca.

00:10:14

Entonces, así lo siento. Este comité ya tenía varias solicitudes que habían venido de organizaciones de mujeres indígenas, recuerdo mucho las guatemaltecas, pero no solamente ellas, inclusive hay una carta desde el año 2004, me parece, del foro permanente, donde dicen que el comité debería, digamos, interpretar la convención en favor de los derechos de las mujeres indígenas. O sea, esto no es un invento del comité, o sea, acá esto está dando vueltas en distintas organizaciones, fundamentalmente organizaciones de mujeres indígenas, pero no solamente, como digo, el foro permanente sobre asuntos indígenas de la ONU no es una organización de base, es una organización interestatal, entonces ellos también lo dijeron. Entonces estas voces que unas se formalizaron en cartas hacia el comité y otras simplemente lo dijeron y fue rodando por ahí. Por eso digo que la historia lo fue construyendo. Entonces eso llegó al comité y en realidad yo venía con la idea, en primer lugar porque soy peruana, vengo de un país donde sí que han sufrido los pueblos indígenas gravemente, era la meca de la colonia, así que ahí fue la guerra a muerte. Y los historiadores ya mostraron claramente que eso no fue nada tranquilo. En los 300 años de dominación española hubo 104 sublevaciones indígenas.

00:12:12

La última, la importante, la de Túpac Amaru en 1770, que prácticamente le da la estocada a la colonia, a pesar de que la colonia reaccionó, mató 100000 personas en ese momento, que era mucha gente, y arrasaron con la sublevación de Túpac Amaru. Pero prácticamente ya de ahí, en 1821 ya es la independencia del Perú. O sea, pasan ya muy pocos años entre la sublevación de Túpac Amaru y ya la caída del imperio. Lo que quiero decir es la historia es la que manda aquí. Entonces nosotros, y digo nosotros porque yo formé un grupo, más o menos consulté en el comité para tener un grupo primero informal, con quién trabajar. Consulté y me dijeron sí, informalmente tú puedes, pero tenemos una agenda de recomendaciones generales. Cuando yo llegué estaba en discusión la recomendación general sobre el acceso a la justicia, la número 33. Imagínense, se ha probado, se adoptaron la de la Justicia, que donde estuvo Silvia

Pimentel justamente, que era, fue la líder de esa recomendación general.

00:13:34

también ya ahí logramos poner cuestiones indígenas. Entonces lo que pasó desde que por lo menos desde yo llegué en el 2015. Entonces de ahí en adelante yo lo que traté fue de introducir los elementos vinculados a la protección de derechos de las mujeres indígenas en cada una de las recomendaciones generales que se estaban aprobando. Entonces comenzamos con el de acceso a la justicia, la número 33. La número 34 fue sobre las mujeres rurales, donde también metimos la cuestión indígena, sabiendo claramente que las mujeres indígenas están en todas partes, no solamente en el ámbito rural, pero pusimos ahí también, y no es lo mismo la protección de las mujeres rurales que la protección de las mujeres indígenas. Eso lo discutimos en ese momento, fue cuando se estaba elaborando entonces la número 34.

00:14:37

Luego vino la número 35, que es sobre violencia, que es una recomendación general que retoma la número 19, que fue también la primera sobre violencia, y donde también discutimos el tema de cómo las mujeres indígenas necesitan una protección especial, porque definitivamente la violencia se ejerce más sobre ellas que sobre el resto de las mujeres. Bueno, eso fue la número 35. La número 36 fue sobre el derecho a la educación, donde también se incluyeron los derechos de las mujeres indígenas. La número 37 fue sobre los desastres naturales y la protección ambiental, ahí también el conocimiento indígena entró. Y de ahí vino la número 38, que es sobre temas de tráfico en contexto de migración global, donde también de alguna manera eso está. Pero de ahí vino la 39. Entonces, cuando pasa, todas esas han sido adoptadas, recién nos dieron la luz verde para la 39. Así que yo presenté mi nota conceptual en el año 2017, imagínense, y recién se aprobó en octubre del 2022.

00:16:03

Entonces, yo he esperado prácticamente cinco años, o sea, se terminó, se aprobó en el 2020, en plena pandemia, la número 38. Y ahí recién, en plena pandemia, me autorizaron a formar ya un grupo de trabajo reconocido, y tuvimos dos años para para, digamos, todo el proceso de elaboración de esta recomendación general que ustedes conocen, pero cuyo proceso, como les digo, comienza con estas solicitudes, las que

llegaron y las que no llegaron, las orales, y ustedes saben, los pueblos indígenas son orales, orales. Así que la cantidad de conversaciones que tuvimos en la época de la pandemia a través de estos medios, de estas plataformas, con las mujeres indígenas, fue increíble. No les puedo decir cuántas fueron, fueron cientos. Cada día alguien quería hablar, quería decir, y bueno, yo estaba en mi casa, así como estamos ahora, así hablábamos y hablábamos y hablábamos, y ellas organizaban reuniones y me decían ¿quieres venir a escuchar? Quiero.

00:17:26

Y así escuché, escuché, escuché, porque eso sí que yo creo que es la clave, escucharlas. No es que nosotros les decimos a ellas, sino que nosotros las tenemos que escuchar. Así comenzó. El proceso ha sido de una larga escucha, y creo que en esta larga escucha, por suerte, también tuvimos porque era tomar notas de aquello que podía ser un contenido de la Recomendación General. O sea, era escucharlas primero y luego imaginar cómo podía eso traducirse a este lenguaje terrible que tenemos en Naciones Unidas. Porque yo siempre les dije claramente este no es su documento, este es el documento del comité, es un documento que tendrá el lenguaje de las Naciones Unidas, no será su documento, pero vamos a hacer lo posible porque refleje sus puntos de vista, pero no va a ser su documento. Ustedes tienen miles de otros caminos para hacer sus documentos, sus propios puntos de vista. Este es el punto de vista de un órgano de tratado de Naciones Unidas, pero que está recogiendo los insumos de ustedes mismas, de sus luchas, de sus problemas y de lo que quieren ver protegido.

00:19:02

Entonces, lo que les digo es que estos dos años últimos, del 20 al 22, fueron de una riqueza. Yo creo que no está escrito, lamentablemente no hay cómo de verdad poner todos estos elementos, digamos, en un documento que pueda dar idea de lo que esto fue. Lo que sí puedo decirles es que el equipo que tuvimos, que como pasa siempre en la ONU, y eso Luisa lo sabe muy bien, la ONU es un espacio donde si hay buenas alianzas, puede producir cosas extraordinarias, tiene condiciones para hacer producciones innovadoras, tiene todo para eso, pero tiene que haber estas alianzas que cruzan, por decir, los funcionarios de Naciones Unidas con las organizaciones no gubernamentales internacionales externas, que ya estaban abriendo sus compuertas al mundo indígena, que tenían recursos que podían financiar las reuniones de las mujeres

indígenas, las propias cantidades de organizaciones de mujeres indígenas, y ya había algunas que eran de orden internacional. Así que nosotros les dijimos: Miren, no podemos seguir escuchando las pequeñas organizaciones, no vamos a tener tiempo, tenemos que pedirles a las organizaciones que tienen, digamos, alcance internacional, las organizaciones indígenas de mujeres que tienen alcance internacional, que recojan de sus bases y nos traigan eso que han recogido de sus bases para poder avanzar. Entonces, el proceso yo lo he encontrado muy genuino y muy movilizador, porque fue así. Entonces las redes en sus reuniones internacionales siempre tenían como tema esta recomendación general futura, y ponían a grupos de trabajo dentro de esas organizaciones internacionales a pensar el asunto, ¿qué debería contener esta recomendación general? Y eso nos mandaban. Entonces nosotros hemos tenido un permanente flujo de información de las reuniones indígenas que llegaban, y por supuesto, el comité también proactivamente se relacionó con los órganos de Naciones Unidas, digamos, de los pueblos indígenas, básicamente dos, con el Foro, el Foro Permanente de la ONU en Nueva York, que se reúne en Nueva York.

00:21:58

Y entonces varias veces hemos tenido reuniones, o sea, la Secretaria del Foro ha venido a Ginebra, nos ha dado muchos inputs y nos ha alimentado, digamos, este deseo de cumplir con ellos. Y asimismo, el grupo de expertos que se reúnen en Ginebra nos invitaban cada cada año a decir cómo va y cómo va la recomendación general. Así que hemos tenido muchísima colaboración internacional organizada. O sea, lo único que no podíamos hacer era las voces individuales que hubiéramos querido, pero ya no podíamos, o sea, decidimos nosotros vamos a tener que trabajar solo con las organizaciones. Y eso fue, así fue como hicimos las consultas, porque una vez que uno tiene un texto, y nosotros teníamos este texto que lo pasábamos desde el inicio de la nota conceptual, yo la pasé directo a las organizaciones, ustedes hagan y deshagan con la nota conceptual, que era lo que iba a hacer. En la nota conceptual estaba lo que iba a ser la recomendación general, pero obviamente era un proyecto de idea de lo que debería ser. De ahí vinieron los borradores,.

00:23:25

Empezaron los borradores a circular ya con el equipo que estaba redactando, que era como les cuento, venían las ideas y nosotros decíamos a ver, ¿esto cómo lo podemos

poner? ¿Y luego les mandábamos a ellas, les parece que así refleja? A veces decían no, así no queremos que digan esto. Bueno, fue así, un ida y venida, ida y venida, pero ustedes no pueden imaginar lo que ha sido ese. Y yo le tengo mucha admiración al equipo que trabajó conmigo, porque han trabajado, les digo, noche y día, fines de semana, no había límite, porque conforme llegaban las cosas de las mujeres, ellos decían bueno, ¿cómo lo ponemos? ¿A ver, les parece así, les parece así? Y regresaba otra vez donde ellas.

00:24:14

Así ha sido, de verdad, no estoy exagerando. Y tengo que decir también que cuando esto sucedió, en una época donde ya estaba en crisis la economía del Secretariado, o sea, de la oficina del Alto Comisionado, que ahora la crisis es mucho peor, pero ya en esa época empezó la crisis, no había dinero para las recomendaciones generales, o sea, el Secretariado no tenía recursos para eso. Y ustedes saben, un comité está como no es pues una organización no gubernamental que sabe dónde llamar. Entonces yo dije son los Estados los que nos tienen que ayudar. Y la Ayuda del Estado de los EE.UU. mexicanos fue la salvación para nosotros, porque fueron ellos los que cuando les pedimos, sabiendo que México, porque yo decía hay que pedirles a los países que han sido defensores de las causas indígenas en la ONU y en nuestra región era México. Y la verdad es que México inmediatamente la misión ante la ONU dijo si, vamos a hacer el pedido y ta, ta, ta, ta, llegó el pedido al país, inmediatamente vino la respuesta, inmediatamente ellos han financiado al equipo que redactaba y han financiado las consultas regionales, inclusive les quedó de ese fondo para hacer una cosa que están haciendo ahora, que es como unas versiones en idiomas indígenas de la recomendación general.

00:26:01

O sea, la verdad que México cuando se acababa la plata decía por favor, nos falta. Ahí va. Así ha sido el compromiso de México. Yo le tengo mucho agradecimiento a México por eso y también porque nos acogió para la consulta regional, la única que se pudo hacer en vivo, porque en persona, porque acuérdense que estábamos saliendo en la pandemia, entonces todavía en algunos sitios era difícil, pero dijimos: Hagámoslo en nuestra región presencial. Y llegaron 70 dirigentes de todas las organizaciones importantes de América Latina, inclusive Brasil, por supuesto, y el Caribe. Vinieron

inclusive de Canadá y de los EE.UU. aunque ustedes saben que los EE.UU. no ha ratificado la convención, sin embargo, las indígenas en Norteamérica, en los EE.UU. dijeron Nosotros también queremos estar y vinieron.

00:27:03

Bueno, y Australia no?

00:27:10

Australia estaba, pero Australia,, digamos, no nos dio dinero en ese momento, pero creo que no hubo necesidad de pedirle. Australia probablemente hubiera ayudado, pero estaban los grupos de mujeres de Australia.

00:27:28

Ha modificado Australia su posición, porque en la época de la declaración de la ONU sobre los derechos de los pueblos indígenas Australia se abstuvo. Pero cambió su posición. Cambió, cambió su posición. Muy bien Australia, sí. Y las mujeres australianas, las mujeres indígenas, uy, son extraordinarias. Australia y Nueva Zelandia, realmente potentes, realmente potentes. Bueno, la cuestión es que ya las mujeres indígenas estaban en relación entre ellas, o sea, no es que esto las ha unido, digamos, por primera vez.

00:28:13

Ellas ya estaban vinculadas desde antes, entonces esto ha afianzado, digamos, fue un elemento que fue fácil justamente de coordinar, porque ya estaban, ya estaban unidas. Ellas siempre ponen como es como momento inicial de sus vínculos internacionales, Beijing. Y yo me acuerdo de la reunión indígena en Beijing, en Guairú. Yo nunca había visto una cosa tan colorida. Era una reunión de cientos de mujeres indígenas con unos colores, yo recuerdo que me impresionó eso en esa época. Yo en esa época todavía no trabajaba sobre ese tema, pero las vi y claro, conocí algunas de América Latina, pero las vi todas con sus colores. Y a partir en todas las consultas que tuvimos, siempre nos dijeron que el 1995 fue el inicio verdaderamente de ese vínculo internacional entre las organizaciones.

00:29:22

O sea, empezaron a crear organizaciones.

00:29:27

Por eso lo tomamos como punto de partida. ¿Cuando hice la nota conceptual dijimos estudiar la documentación desde ahí, porque claro, seguro que hay cosas antes, pero uno tiene que comenzar en algo, en algún momento tiene que poner una referencia. Así que pusimos la referencia en 1995 y de ahí arrastrear los documentos.

00:29:52.

En estas consultas hubo momentos en que se hicieron grupos de niñas. ¿Cómo fue este mensaje de las niñas? ¿Cómo llegó?

00:30:11

Eso es un punto interesante porque varias veces lo planteamos, ¿pero saben qué? No se logró, no se logró. Yo diría que en las consultas había jóvenes, pero no diría niñas. Había, digamos, gente que tenía 17, 18 años. Sí, pero no llegamos. Lo hablamos muchísimas veces, porque evidentemente que las niñas indígenas tienen mucho que decir, pero no logramos que las organizaciones se hicieran cargo de esa parte. O sea, ellas lo que dijeron es que era muy bien que lo pusiéramos, pero la consulta propiamente no se llegó a hacer con niños indígenas. Es un pendiente, porque de verdad que sí se necesita ese input de las propias niñas indígenas.

00:31:19

Y esto tiene una buena historia. ¿Usted, tú viniendo de UNICEF, tienes memoria de alguna otra consulta que se hizo con niños y niñas donde se resultó que haya resultado buenos, una buena solución, algo así? ¿Porque me parece una logística muy compleja, no?

00:31:43

Eso, exacto. Es muy compleja porque de hecho alguna vez que nosotros invitamos a alguna joven, y recuerdo que cuando todavía estaba, yo ya estaba, ya había ido a UNWomem, y era una conferencia sobre la mujer en Brasil, justamente, y queríamos que viniera una joven indígena adolescente, y era todo complicado porque los permisos notariales para los viajes y eso, y claro, no se pudo, y mandaron a una chica que ya

había cumplido 18 años, que era por supuesto muy joven también, y además que había sido curiosamente esa persona que vino en el año 2010 a Brasil a la conferencia sobre la mujer en Brasilia. Después, unos años después, entró de congresista al Perú. O sea, una peruana era entró de congresista cuando tenía 30 y pico de años. Si tenía, ya tenía, no, veinte e pico de años tenía cuando fue congresista. Y es una tremenda líder ahora. No, pero lo que voy es que no se logró eso.

00:32:58

Y lo que sí UNICEF ha tenido, si que ha habido algunos esfuerzos de hacer, digamos, no sé si llamarle consultas propiamente, pero sí reuniones con niñez indígena. Hubo una época en que había inclusive una articulación con líderes, hombres y mujeres, me acuerdo, indígenas. Pero creo que eso ya no existe ahora, aunque cada vez que lo planteo en algunas cosas que tengo con UNICEF, y de hecho ahora estoy en una cosa muy interesante, que es una un equipo que se llama un grupo de referencia sobre una evaluación de género que está haciendo UNICEF, extraordinariamente potente, porque en el año 2025 tiene que volver a proyectar su política de género, y por eso están haciendo esta evaluación. Y ahí evidentemente también va a entrar este tema. Pero a lo que voy es que sí, Unicef tenía dentro de sus planes el tema de la niñez indígena. De hecho, cuando yo era representante en Argentina, hicimos todo un proyecto educativo para la niñez indígena. Pero digamos que hay que mirar eso con más, digamos, profundidad. En este momento no podría decirles exactamente en qué está o cuál fue verdaderamente el recorrido que hizo UNICEF al respecto.

00:34:32

Porque me llamó mucho la atención el punto 14 de la comentación general, es genial, porque dice que la niña indígena, ella tiene que tener liderazgo y participación, es fundamental para el disfrute de los derechos al territorio. Es como que al revés. O sea, para tener el disfrute del territorio, de la cultura, del ambiente, es necesario el liderazgo y participación. Yo me quedé pensando en este artículo, es el artículo 1, Gladys. Eso está como leí varias veces, porque es una inversión, ¿verdad? Nosotros siempre pensamos que tiene que asegurar todo para poder tener acceso al liderazgo y participación, y aquí al revés.

Tiene que asegurar el liderazgo y participación. Me encantó a la niña indígena, me

encantó esto, porque esto es para un país se ve obligado a generar procesos de promoción a la niña indígena, de promoción del liderazgo y de la participación de la niñez. Eso me pareció buenísimo, Gladys. Eso una de las cosas más innovadoras que me encontré aquí en la recomendación.

00:35:59

Sí, y yo creo que está influida por un debate que es cada vez más claro y que va a salir ahora en la recomendación general número 40, que es sobre la participación de las mujeres en la toma de decisiones. Porque no es la participación política nada más, porque ha habido una especie de limitación de andar mirando la participación solamente para el campo de la política prácticamente electoral. Entonces, esta recomendación, la número 40, retoma esta idea más potente de ir a la toma de decisiones, que implica toda la participación en la comunidad, toda esa cosa que le llamamos el liderazgo, que es en todas partes, no solamente esto ya va a salir pronto, está en la última etapa.

00:37:00

Sobre este proceso político que tú decías que México lo apoyó, ¿hubo algún otro otro país o grupo de nuestra región que se puso también al apoyar y echar adelante las demandas y traer? Porque yo creo que en la constitución de una recomendación hay mucho influjo de influencias y disputas. ¿Pero en este caso, quién eran los aliados que se reciben?

00:37:29

Mira, se podría eso, está eso es público también, porque los procesos de las recomendaciones generales tienen muchas consultas. Una de ellas es con los estados. Se hace una consulta con los estados, en realidad, primero se presenta la idea a una reunión donde están los miembros de la sociedad civil también, pero los estados partes también están presentes, y generalmente los estados partes solicitan la palabra en ese proceso. Entonces eso todo eso está documentado, ¿no? Porque está ahí en los archivos del comité, y ahí no tengo todos los estados que participaron, pero sí hubo por lo menos 30 países que participaron y que tomaron la palabra y que mandaron notas diciendo que estaban totalmente a favor de que existiera esta recomendación general sobre los derechos de las niñas y mujeres indígenas. Entonces sí había una una simpatía, digamos, algunos países obviamente ya sabemos que no les gusta el tema indígena, o sea, es claro que, por ejemplo, la China habla de campesinos, no habla de indígenas, o sea, no hay un

reconocimiento de pueblos indígenas propiamente. Entonces, algunos países no tienen el reconocimiento así explícito, pero creo que en el mundo en general hay una simpatía para para los pueblos indígenas.

00:39:27

Pero todo eso está, está ahí, se puede mirar los países que tomaron la palabra. Sí, pero lo que sí es cierto es que en el caso de México sí fue, digamos, un acompañamiento más directo, más cercano, y a tal punto, como digo, que esta consulta que fue muy, muy importante, fue el rol de UNICEF en esa consulta, porque como nadie, ninguna agencia de las que estaban vinculadas, como ONU Mujeres, no tenían el propio secretariado, la oficina del alto comisionado, no tenían suficiente infraestructura para apoyar esta consulta, que era una consulta que iba a ser muy relevante. Así que bueno, yo acudí al representante de UNICEF, que inmediatamente nos puso a disposición su equipo de comunicaciones, así que tuvimos... eso está filmado, han hecho entrevistas con los líderes, todo, o sea, un proceso bien interesante en el cual UNICEF sí apoyó sustancialmente para que esto quede. De todas maneras, el otro día que estaba yendo a una cuestión de capacitación indígena en Quito, pedí a UNICEF que me mandaran, pero no lo tenían a la mano, no sé qué pasó, no me mandaron. Pero bueno, está, o sea, se puede conseguir también esa información. Bueno, entonces creo que el proceso de consulta fue interesante.

Creo que, a veces, los contenidos solo se entienden porque se comprende el proceso histórico de construcción. Eso es lo que hizo que salga tan interesante, porque de verdad, las primeras conversaciones que tuvimos con las mujeres indígenas, y esto sí hay que decirlo, nos dijeron que ellos no estaban de acuerdo con la definición de discriminación que usaba el comité. Pero nosotros no nos sentimos no nos sentimos representadas ahí. Ustedes no usan la palabra racismo. Y es verdad, nosotros no usábamos la palabra racismo. Si ustedes no entienden lo que es el racismo, y ustedes no lo van a entender, tienen que estar en la piel de nosotros. Y la verdad es que yo por eso cada vez que hablaba de todo este proceso, yo les dije algo, y lo digo todavía: Uno para hacer este trabajo necesita eso que se llama un cambio de piel, porque hay que desaprender un montón de cosas que tenemos en la cabeza metidos, que vienen de la cultura colonial, neocolonial, llamémoslo como sea, pero eso es lo que hemos nosotros somos occidentalistas en nuestra manera de pensar, y entonces eso ellos la captan inmediatamente.

00:42:43

Y eso fue lo que lo que nos dijeron desde el comienzo. Ustedes acá tienen que ponerse otros anteojos. Y eso del cambio de piel creo que vale para todo aquel que quiera entender qué pasa en el mundo indígena, porque no es solamente qué pasa con las mujeres y las niñas indígenas, porque ellas siempre nos dijeron esto. Oigan, si ustedes piensan así como tienen una especie de anticuerpos al feminismo occidental, sacar las mujeres a un costado no, no, no. Nosotros pertenecemos a un pueblo, nos dijeron siempre. No pretendan sacarnos a nosotros de nuestro pueblo. O sea, nosotros somos parte de nuestro pueblo. Y entonces todo tiene que ser coherente con ser parte del pueblo. Y por esa razón ustedes encuentran en la recomendación general tantos elementos que son elementos que uno los podría leer desde el punto de vista de la defensa de lo que conocemos en general como defensa de los pueblos indígenas, pero que está en la boca de las mujeres, porque ellas dicen: esto también somos nosotros.

00:44:00

Y creo que la definición, esta central que tienen, que también fue desde el inicio, dos cosas nos dijeron, aparte de lo del racismo, nos dijeron: ustedes tienen que entender que nuestro cuerpo también es el territorio. Entonces el concepto es cuerpo-territorio. La violencia contra las mujeres se tiene que ver así. No podemos hacer como ustedes hacen, que cortan, sacan su cuerpo en forma individual y el territorio, la tierra no tiene nada que ver. Nosotros no es así. Inclusive nos dijeron las que vivimos en zonas urbanas, las que y tienen ahora hay toda una discusión sobre eso, ¿no? Como las que viven en zonas urbanas, que son indígenas, que se reconocen como indígenas, tienen un vínculo con su territorio. Es muy interesante escucharlas porque es otro discurso, pues bueno, cuerpo, territorio, entonces era era una cuestión.

00:45:07

Y la otra cosa que nos dijeron desde el inicio, ustedes hacen una especie de división entre derechos individuales y derechos colectivos que para nosotros no existe. Ustedes tienen que entender que hay una unidad absoluta entre individualidad, derechos individuales y colectividad, derechos colectivos. Entonces esta recomendación general tiene que comenzar ahí, en esta fusión absoluta entre derechos individuales y derechos colectivos. Bueno, eso fue toda una discusión, pero está como si ustedes leen el texto,

eso está ahí navegando todo el tiempo de lo individual o colectivo, porque también tuvimos las conversaciones, o sea, no se puede borrar la parte individual.

00:45:59

Sí, el 19, el ítem 19 deja esto muy claro “los derechos individuales de las mujeres y niñas indígenas nunca deben ser descuidados o vulnerados en la búsqueda del interés colectivo del grupo, ya que este respecto de ambas dimensiones, que el respeto de ambas dimensiones de sus derechos humanos es esencial”. Pero me gustó, Gladys, porque considerando que ellos no viven solo individuales, tienen una relación con el otro mundo occidental, es muy importante que los derechos individuales sean protegidos.

00:46:42

Y hay una tensión también ahí, porque evidentemente eso también discutimos mucho. La justicia indígena a veces no reconoce bien los derechos individuales de las mujeres, y eso es algo que ellas ya lo tienen identificado y por esa razón están planteando que ellas quieren ser parte de la justicia indígena.

00:47:06

Sí, sí, aquí en Brasil hay un estado, Assis lo sabe muy bien, incluso es una iniciativa de la Coordinadora del Grupo del Pueblo, de la Coordinadora de FUNAI, Wapichana, que están escribiendo los estatutos dentro de los grupos indígenas de este estado de Roraima, están escribiendo los derechos de las mujeres con sus parejas y dentro de sus de sus pueblos. Y todas las punitivas, las sanciones están escritas y se van al derecho, como se llama, constitucional, ¿verdad? A partir de cierto momento se extrapola para el derecho occidental como el homicidio, pero antes de esto hay toda una manera de tratar la violencia doméstica. Es un mensaje claro de la clareza, este de claro que pasan por violencia doméstica, las tiene.

00:48:18

Claro, exactamente.

00:48:19

Y Gladys. Sí, bueno, hay tantas cosas que platicaste que uno piensa, bueno, ahora quiero preguntar esto y después viene otra cosa, después viene otra cosa, que son

muchas cosas interesantes. Pero una primera cuestión de lo que platicaste es esta nota conceptual ya viene de qué tipo de construcción ¿Fue una construcción tuya o algo más? Bueno, saber un poco cómo se dio esta primera versión de un documento que después fue trabajado desde muchas manos, entonces quería un poco comprender esto. La segunda cosa que me parece importante que puedes profundizar un poco es justamente, digamos, cómo está el proceso de monitoreo, qué tipo de, tal vez de avances están viendo en algunos países para la incorporación de la Recomendación. Poco también comprender tal vez junto con esto, qué países tal vez son más interesantes que tengo avanzado más en proponer un poco de políticas para las mujeres y niñas indígenas a nivel mundial, no solamente de América Latina, tal vez tenga una cierta convergencia.

Y también me parece interesante, Gladys, que puedas un poco también profundizar, porque esto está en el documento de una forma muy, hay una énfasis, ¿no? Incluso hay una parte en que se habla que los derechos constitucionarios indígenas pueden ser un obstáculo para el enfrentamiento, el combate a la discriminación de género contra las mujeres y niñas indígenas. Entonces un poco, y tú vives en un país que Perú, que tiene una constitución política y que tiene una tradición de reconocimiento de los sistemas jurídicos indígenas a largo plazo, y que también con la serie de disputas... Entonces un poco comprender también tal vez cómo estás viendo este proceso de, no sé si la palabra sería armonización, porque tal vez no sería, pero este diálogo entre lo que la Recomendación propone y lo que las organizaciones indígenas tienen de trabajo, porque esto que practicas. Entonces, bueno, viví en México un par de meses y allá las mujeres me dijeron, hablaba que no, Brasil no hay reconocimiento del sistema jurídico, no hay Brasil, oficialmente no hay Brasil. Tenemos algunas, algunos paros, alguna jurisprudencia, pero no hay oficialmente reconocimiento. Y ellos nos decían, bueno, esto sí es muy importante, pero vea, el reconocimiento también pasa por una definición de las deficiencias, por así decirlo, que no consigue avanzar internamente esta jurisdicción indígena, sobre todo en la perspectiva de género. Estuve allá en Oaxaca y en Chiapas también conviviendo un poco, ellos hablaban mucho, las mujeres hablaban mucho de esta situación.

00:51:23

La Coordinación Nacional de Mujeres Indígenas también tiene una serie de críticas, pero quería un poco comprender contigo, abrieron la nota conceptual según el

monitoreo y tal vez, tal vez buenas prácticas de implementación que tengan ahí observado, y tercero, esta definición y está cómo están pensando esta perspectiva de un poco de proponer, hay una crítica al derecho conceptual o la jurisdicción indígena y tal vez lo que está vendiendo en Perú, en otros países que están acompañando sobre esto, una cierta actualización desde una perspectiva de género de estos procesos internos de resolución de conflictos, estas tres cosas.

00:52:15

Bueno, a ver, comienzo por lo de la nota conceptual. La nota conceptual sí fue una cosa más particular mía, lo trabajé con una colega que había trabajado en el sistema interamericano, estaba de paso por el Perú, entonces simplemente le dije “¿quieres trabajar conmigo sobre esto?” Y me dijo sí, claro que sí. Entonces nos pusimos las dos ahí a buscar y escribimos esta nota conceptual que yo después llevé al comité. Eso también es público, o sea, lo pueden acceder, la idea era recoger estas desde Beijing, sobre todo la documentación. Esta nota conceptual está más centrada en eso, en documentación que llegó a nuestras manos y ya se había elaborado en el sistema interamericano un primer informe en el 2017, muy bueno, que se llama Mujeres indígenas, justamente, que seguramente ustedes lo conocen. Ese fue muy importante. Yo cuando vi ese informe dije uff, esto tiene que avanzar, porque ya era una cosa sistemática sobre la condición y los derechos de las mujeres indígenas.

00:53:49

Entonces esta nota conceptual simplemente trata de... era para explicarle al comité por qué era importante. Siempre las recomendaciones generales como comienzan con una nota conceptual que se aprueba. La diferencia en este caso fue que yo la hice aprobar en el 2017, cuando todavía no tenía la autorización formal de iniciar el proceso, que recién se inició en el 2020. Entonces, pero, como ya tenía las ideas que venía desde antes, entonces dije es mejor comenzar este proceso informalmente. Además que es así con el mundo indígena, o sea, en primer lugar su oralidad hace que eso ayude. Entonces por eso es que con eso iniciamos esto que fue la consulta, pero que la consulta formal recién fue en el 2021, o sea, estamos hablando de 2017 al 2021. Todo eso corrió por todas partes así, reuniones aquí, reuniones allá, era desordenado, vamos a decir así, el proceso, pero muy rico, como hemos dicho.

00:55:00

Entonces eso es la nota conceptual, que yo creo que fue un dinamizador, sin lugar a dudas, de un debate. Entonces las mujeres indígenas decían esto sí y esto no, todo sobre la nota conceptual, pero yo les trataba de explicar, pero eso todavía no es el documento, no es más que el comienzo. Pero bueno, entonces así fue, dinamizador sacar una nota conceptual y hacer que discutan sobre la nota conceptual en todas las reuniones posibles. Eso desordenadamente, oralmente, en todas las formas posibles. El monitoreo de esto, bueno, ustedes saben que la principal acción de este Comité es a través de los informes periódicos de los Estados Partes, ese es el principal mecanismo que tiene el Comité. Entonces, lo que ya estaba sucediendo antes, por lo menos lo vi desde que yo llegué, es que las mujeres indígenas empezaron a motivarse mucho más para ir al Comité. Y se produjo inclusive una discusión dentro de la sociedad civil, porque la sociedad civil producía y produce eso que llaman los informes sombra, que son los informes que van al comité justamente para iluminar lo que el estado parte propone. Y entonces las mujeres indígenas empezaron a decir que estos informes sombra, que generalmente lo hacía el conjunto de las ONGs, en un país que se reunían y producían este documento, dijeron esos documentos a nosotros no nos representan.

00:56:46

Y entonces me preguntaron, yo dije hagan sus documentos, pero nada impide, o sea, díganles que ustedes quieren hacer sus propios documentos. Y de hecho empezaron a llegar pequeños documentos, mucho más, vamos a decir, orales, escritos, más de esa forma, que eran sobre realidades vividas por las mujeres indígenas. Entonces, este mecanismo de los Estados parte, de revisión de los informes de los Estados parte, se vuelve interesante según lo que llega de la sociedad civil, porque nosotros no podemos inventarnos de la nada como comité nosotros tenemos que tomar lo que nos viene, lo que nos mandan como informes. Y de hecho ustedes pueden mirar, porque eso es público también, cada país y la lista de documentos que manda la sociedad civil. Y entonces ahí empezaron a aparecer justamente los elementos de las mujeres indígenas que propiciaban que los miembros del Comité pudieran hacer preguntas específicas a un Estado parte sobre qué pasaba con su población indígena. Obviamente que el Comité puede, sin necesidad de que le llegue ningún informe, si escucha que en ese país y sabe que en ese país hay población indígena, puede preguntar algo sobre esto. Pero es mucho más interesante hacerlo cuando uno tiene un elemento que viene directo de las mujeres

que están diciendo esto está pasando en nuestros pueblos, esto es lo que está, la política en realidad es esta, el gobierno está diciendo que es esto, pero en realidad es esto otro. Entonces creo que eso, el monitoreo va a depender más de la capacidad del movimiento indígena de seguir estos procesos formales, que hay dos.

00:58:58

Lo que viene este, que es el principal de los informes periódicos y el Protocolo Facultativo tiene dos acciones centrales. Una son los casos, que de hecho también ya empezaron a aparecer casos indígenas muy importantes de discusión de jurídica con los estados. Y por el otro lado están las investigaciones que hace el comité, que de hecho una gran investigación que hizo el comité fue sobre las mujeres indígenas canadienses desaparecidas, que tuvo tremendo impacto en Canadá ese informe. Pero esos son mecanismos del Protocolo Facultativo que impresiona, son complejos y que duran bastante tiempo, no es inmediato, no es una cosa rápida. Entonces eso es para el monitoreo. Ahora, el tema de la relación entre el derecho consuetudinario indígena y el derecho, digamos, de los estados, en primer lugar es una relación compleja, porque evidentemente ahí hay diferencias. La cosmovisión indígena tiene, digamos, una serie de elementos que los estados no reconocen adecuadamente. Sin embargo, ya hay una casuística bien nueva, y yo creo, bueno, ni tan nueva, porque ya desde el comienzo de, o sea, todo el siglo XXI, ya tiene una discusión formal que se puede estudiar.

01:00:43

Solamente les pongo como un ejemplo, tanto se habló de que los castigos de la justicia indígena eran castigos equivalentes a tortura prácticamente hasta que leí una sentencia de la Corte Constitucional de Colombia, les puedo dar la referencia luego, que donde la Corte Constitucional reconoce que no son tortura el hecho que sean latigazos. Inclusive, hay una descripción de lo que llaman el Cepo, no sé si ustedes conocen eso de que ponen las manos dentro de una cosa de madera, les amarran las manos ahí y dependiendo de la falta que hayan tenido y los ponen por horas en el Cepo, a veces con lluvia, a veces afuera, a veces adentro, dependiendo de la gradación del daño que han causado, pero nunca les impide trabajar, o sea, lo sueltan para que vaya a trabajar y luego regresa al Cepo. O sea, es una cosa muy especial. Pues la Corte Constitucional colombiana llegó a la conclusión de que eso era una forma de castigar que era mucho menos perniciosa que la cárcel y que además tenía un elemento adicional positivo

poquísima reincidencia, porque además no es solamente ese castigo físico, sino que tienen que ir a pedir perdón a la familia, por ejemplo, en el caso de la violencia contra la mujer, tienen que ir a pedir perdón a la familia, tienen que pedir perdón a la comunidad en su conjunto, tienen que pedir perdón en los lugares sagrados y decir por qué lo hicieron y cómo van a garantizar que no lo van a volver a hacer. O sea, tienen unos sistemas de justicia, evidentemente que vistos desde desde nuestro sistema occidental, bueno, en un momento parece que se dijo que era tortura eso, ¿no? Pero bueno, ya está discutiéndose el fondo del asunto y eso es lo que me parece que es importante, que tiene que haber más y más, porque hay contradicciones y de hecho ya me ha tocado a mí misma ir a reuniones con dirigentes indígenas que piensan que lo que estoy hablando es una influencia colonial, que los derechos de las mujeres es una cuestión colonial, que ellos no reconocen. O sea, hay una pelea interna dentro del movimiento indígena, que no es menor. Pero bueno, las cosas son así, o sea, no hay nada, no se puede avanzar sin contradicción.

01:03:45

Eso es lo que yo creo que hay que hay que hay que entender. Hay contradicciones y las contradicciones van a venir de distintos lados y también vienen de adentro, pero las más fuertes vienen de afuera.

01:04:04

Perfecto, muchas gracias, Gladys. ¿Fíjate, Luisa, quieres...? ¿Luisa?

01:04:13

Sí.

01:04:16

Porque estás conduciendo el proceso con el guión. Porque creo que haya respondido el primer bloque. Si quieres poner alguna otra cosa, cambiamos para el segundo bloque.

01:04:28

Yo tengo una cosa que no he respondido, por si acaso todavía hay algo que no he respondido, pero lo tengo presente porque porque dijo a Luisa para después. Es lo que quedó fuera, lo que quedó fuera, bueno, siempre hay cosas que quedan fuera. A ver, yo

creo que esta, repito un poco lo que dije al comienzo, esta recomendación general va a haber que mirarla con ojos históricos, porque responde a este momento, es decir, responde a la circunstancia en que estamos en una época de extractivismo, estamos en una época, o sea, tiene mucho de esas cosas que que son de la economía mundial, digamos, que está en discusión. Las mujeres indígenas en el Ecuador me decían a ver, ¿por qué quieren sacar el petróleo acá en nuestra tierra? ¿Eso es a ver, usted aceptaría que le saquen la sangre del cuerpo? ¿A ver, por qué usted no acepta que le saquen la sangre del cuerpo? Entonces ahí hubo toda una discusión porque ellos podrían aceptar que se saque un poquito del petróleo, pero no que se haga el tipo de explotación de petróleo que se hace, que es hasta agotar la fuente de lo que hay ahí. Entonces ella lo hacía, lo ponía en paralelo con la sangre del cuerpo.

01:06:11

Entonces lo que quiero decir es que hay muchos elementos de la recomendación general que están relacionados al momento actual. Seguro que si dentro de 10 o 20 años se revisa esto, van a decir “Uy, eso era de inicios del siglo 21, ahora ya hay otra cosa, eso ya quedó en el pasado”. Así va a ser. Esta está muy marcada por la contemporaneidad de hoy. Ahora, creo que seguro que hay cosas que se han quedado fuera. De hecho, aquí hay que decir que el comité no es que no tiene diferencias de opinión. Ustedes pueden imaginar lo que es un comité de 23 miembros de distintos países, de distintos puntos de vista, o sea, y que funciona a través de un mecanismo básicamente de la unanimidad. O sea, nosotros todas las discusiones que hemos tenido para la aprobación de este texto han sido pero largas discusiones.

01:07:26

Cada cierto tiempo se presentaba los avances y entonces ahí empezaba la discusión. Entonces, evidentemente que hay elementos que se quedan fuera, o sea, la negociación, como bien dijo Luisa, hace que en ciertas cosas hay elementos que se quedan fuera. Voy a poner solamente uno, obviamente no se puede poner todo en parte porque también saben, hay una cierta confidencialidad de esas cosas, pero voy a poner un uno que realmente fue una discusión y que hubo que hacer una fina negociación. Había sectores de mujeres indígenas que planteaban, por ejemplo, que la cosmovisión indígena tenía una manera de ver el tema de la sexualidad como los dos espíritus, o sea, todo un tema de los dos espíritus, que hay personas que tienen los dos espíritus y tienen un desarrollo

muy, muy aceptable desde mi punto de vista. Y yo digo que hasta más avanzado de lo que ahora hablan de lo fluido y de todo eso, o sea, el mundo indígena lo tiene, pero hace tiempo en primer lugar, que conocen muy bien que los animales lo tienen, el intersex es una cuestión que lo conocen muy bien. Hay plantas que las conocen así como intersex también, o sea, en plantas, en animales, pero en personas ellos no tenían hasta que no fueron colonizados por las religiones, porque las religiones sí que influyeron ahí. Pero todavía queda gente que sabe cómo era antes y que ha recogido de lo de antes, y que todavía tienen esta manera de ver toda esta cuestión de los dos espíritus. Bueno, cuando hablamos de eso en el comité, ardió Troya,: “¿Qué es eso?”,

“No, de ninguna manera.” ¿Nosotros no vamos... qué es eso de los dos espíritus? “No, no, no, no”. Bueno, entonces, finalmente tuvimos que llegar a la fórmula que la consideraban aceptable, que era poner LGBT, o sea, no la G, sino LBTI, como lesbiana, bisexual, o sea, el *Transgender* and intersex, o sea, las cuatro categorías y nada más. O sea, cuando lo indígena es muchísimo más amplio y mucho más tranquilo, y tienen mucho menos dificultades en el tema de la sexualidad que nuestra sociedad es, digamos, poscoloniales, la colonización con las iglesias trajo una cosa terrible con el control del cuerpo. Entonces eso, por ejemplo, fue una discusión, pero yo diría que fue, fue curiosamente es lo que más recuerdo, así hay otros temas, pero menos, me parecieron que fueron menos emotivos dentro del comité de la discusión, pero siempre hay puntos a negociar.

01:11:25

Gladys, nosotros teníamos varias cuestiones, una de ellas muy importante, la que Assis ya ha mencionado, sobre cuál fue la la rapidez de la incorporación de estas recomendaciones por los países. ¿Qué sientes tú? ¿Y después que incorporan, después que asumen, que asignan, que firman, cómo esto transforma, cómo ustedes están viendo las transformaciones hacia lo interno de cada país, en adoptando las recomendaciones, transformando sus propias leyes, reflejando en planes, en políticas, en presupuestos? ¿Cómo? Danos un poco la idea de cómo esto está ocurriendo, por favor.

01:12:15

Bueno, en primer lugar, esos son procesos, yo diría, influidos por muchos otros factores. De ninguna manera, o sea, los órganos de tratado, en realidad, a pesar de su fuerza jurídica, cuando ya se está en una discusión en un tribunal, porque es ahí donde se

siente la fuerza verdaderamente de los órganos de tratados y de los tratados mismos, es cuando es una discusión jurídica en un tribunal, sobre todo en altas instancias de los tribunales. Ahí es donde esto, digamos, tiene su mayor relevancia. Creo que la política va variando de acuerdo a otros factores que no son, lamentablemente, los órganos de tratados. Por ejemplo, yo ahora que soy parte de esta misión de observación electoral internacional para el tema de la paridad en México, evidentemente estoy mirando lo que llaman las acciones afirmativas en México, que para nosotros son las medidas especiales de carácter temporal del artículo cuarto, que en los EE.UU. que no es de la convención, pero que tenían porque habrán eliminado también acciones afirmativas. Estas acciones afirmativas en México básicamente se usan para población indígena, para población afrodescendiente, los afromexicanos, para las personas que tienen alguna forma de discapacidad, incluso para las minorías sexuales, las diversidades sexuales, más o menos para ellos usan, ahora, para la política estamos hablando. Entonces, un país como México, por ejemplo, ha elaborado procedimientos muy específicos para poder garantizar y aún así, aún así, cuando nos hemos reunido con las mujeres indígenas, nos han dicho que todavía eso no funciona bien, o sea, no es fácil la implementación. Y, como digo, ellas nos han hecho una serie de críticas, bueno, básicamente que las elecciones en realidad están dominadas por los partidos políticos, partidos políticos no son permeables a las acciones legislativas, no. Y por lo tanto, la participación política de ellas está con muchas trabas, con muchas trabas. Y en realidad ellas quisieran que gracias, digamos, a todos esos instrumentos internacionales influyendo dentro de los estados, en este caso México, debería reconocerse el poder de las asambleas propiamente indígenas para la postulación de las candidaturas para la acción afirmativa, en lugar de que sean los partidos políticos. Entonces, por ejemplo, eso es algo que están diciendo que así debería ser. Ahora, del dicho al hecho, o sea, nosotros estamos diciendo que por supuesto tienen que haber acciones afirmativas para que garanticen la participación política, pero a lo que voy es que echa la ley, hecha la trampa, o sea, se dan los pasos y luego se vienen las fuerzas que tiran para atrás. Y creo que eso es así en todo, en todo.

01:16:07

Y el otro gran, la otra gran dificultad es toda esta demanda de las mujeres en la toma de decisiones, como decíamos al comienzo, que no es solamente la participación política, sino la toma de decisiones en sus comunidades, la toma de decisiones en la justicia

indígena, todo eso, eso tiene una serie... El patriarcado dentro de las comunidades indígenas es fuerte, bien fuerte. Entonces yo digo que cualquier cosa que se escriba y que se apruebe y que esto pero sí no se cambia eso bien abajo. Y esa es una pelea que solamente la pueden llevar ellas. Por eso son las mujeres indígenas organizadas las que pueden controlar o imponer de alguna manera, una forma de mayor respeto a sus derechos. Pero es una cosa muy, muy, digo yo, difícil. Ahora, en algunas comunidades los hombres están de acuerdo. ¿Qué hace que en unas comunidades sí y en otras comunidades no?

01:17:10

Yo no puedo claramente decir, no, pero lo que sí veo es la resistencia, o sea, a mayor avance en los derechos, mayor resistencia de quienes no quieren que las cosas cambien. ¿Y hay en los dos lados, en el lado del Estado y también hay en el lado de los propios pueblos indígenas, que prefieren tener una dirigencia, o sea, hombres dirigiendo, los mismos de siempre, y no darle al las mujeres el lugar que les corresponde. Pero ahora con esta ahora hay unos fenómenos nuevos, pues, por ejemplo, en México se está discutiendo mucho la cuestión de la participación indígena de la gente que vive en las zonas urbanas. O sea, las mujeres que viven en la zona urbana nos estaban diciendo no, bueno, y nosotras también somos indígenas, ¿Cómo entramos en este juego? ¿O sea, cómo va a ser el reconocimiento de la población indígena que ya está fuera de su comunidad?

01:18:20

Eso se pasa en Brasil, también está pasando. ¿Gladys, sobre esto, tú crees que la Corte Interamericana nos coloca nuestra región en una situación un poco más ventajosa en relación, de más ventaja en relación al resto del mundo? Porque hay creado mucho, muchísimas jurisprudencias la Corte Interamericana. ¿Pero qué le parece? ¿Estoy muy optimista?

01:18:43

No, no, no. Es más, siempre cuando tenemos las conversaciones con los grupos de mujeres en general de América Latina, no solamente indígenas, pero sí hay una, cuando se presenta un caso paradigmático importante, generalmente deciden por la jurisdicción interamericana. Prefieren ir a la Corte, o sea, prefieren ir a la Comisión primero y luego

a la Corte, que ir por la vía internacional, que es los órganos de tratado. Entonces, me parece que es algo, nuestra región, digamos, que lo está manejando así, si uno mira los casos. Pero yo les estoy diciendo también que en este concepto de litigio estratégico que se llama, estamos diciendo que algunos casos deberían ir a la jurisdicción internacional de los órganos de tratados. Tienen que mirar bien cuáles, porque la influencia es diferente. O sea, cuando sale de órganos de tratados, de todas maneras el impacto internacional es mayor que cuando está en la Corte Interamericana.

01:20:03

Eso no quiere decir que la Corte Interamericana no sea muy efectiva, y lo es. La Corte Interamericana tiene una tremenda influencia en nuestra región. Y por eso hay que cuidar, ahora está en elecciones la Corte. Hay que cuidar a los que van a la Corte, porque también se está viendo una lamentable tendencia a que entren personas que no son idóneas, que estén eligiendo personas que no son idóneas. Imagínense, hay un candidato a la Corte ahora, que como gran orgullo dice que él no sabe nada de derechos humanos. ¿Cómo puede un candidato y esto de...?

01:20:43

¿Qué país, por favor?

01:20:45

Paraguay.

01:20:46

Ah, Paraguay. Sí, cambió el gobierno, está muy, muy feo el proceso. Pensé que fuera de Argentina.

01:20:56

No, no, no, pero por favor, o sea, es inaceptable que un candidato a la corte diga eso. Imagínense si es elegido. O sea, ese es el problema, yo creo que ahora hay problemas porque hay sectores muy cavernarios, hay que decirlo, que están interesados en contra controlar estas Cortes. Así que igual los comités, o sea, el otro día vi una candidatura, porque también el comité cada dos años se reúne. Vi la candidatura de Omán en el comité CEDAW y Omán. ¿Escuché que dirigió en la CSW, dirigió un grupo de trabajo

que se llamaba los derechos de la familia, justamente para contradecir, no? Al resto
Y eso, el que dirigió es, o y era la voz de esa comisión, de ese comité que formaron en la
CSW [Comissão do Status das Mulheres], que hasta el final puso trabas a las posiciones
finales, al documento final. Y luego veo que está de se candidateando al comité. Uno es
peligroso.

01:22:12

Es muy articulado, muy, muy bien organizado, no hay ingenuidad en eso. No hay
ingenuidad

01:22:25

y pero hay que tener los ojos abiertos, creo yo.

01:22:25

Total.

01:22:27

Luisa, bueno, queremos muchas cosas también preguntarte, pero quería preguntar para
Sofía si quiere poner algo que tenga interés también de que ha escuchado y si quiere
también poner alguna información, porque estamos acá muy entusiasmado yo y Luisa y
no nos olvidemos que Sofía también está acá con nosotros. Tal vez quiera poner alguna
información, alguna pregunta o algo que quiera volver de lo que platicó Gladys para un
poco que profundizar. No sé, Sofía, quédate libre también para para poner el diálogo.

01:23:04

Gracias. Pero ahora igual que está muy interesante.

Entonces solo escuch lo que viene a decir Gladys.

01:23:12

Todo bien. Continuar.

01:23:16

Yo quiero decirles algo que me pareció interesante, que fue una conversación que
tuvimos al inicio cuando estábamos discutiendo la Recomendación, la nota conceptual
de la Recomendación General 39, y que ahora de alguna manera vuelve y es por qué me

han preguntado por qué no se incluían ahí también los derechos de las mujeres afrodescendientes.

01:23:44

Sí, también.

01:23:46

Entonces ahí yo les explicaba lo que fue nuestra reflexión al inicio.

01:23:54

Y tribal también, si tuviera.

01:23:56

Claro, claro, claro, exacto. O sea, claro que tribal se acerca más a indígenas desde África. Sí, en África generalmente lo que yo he visto es que tribal e indígena más o menos lo ponen igual, porque el concepto indígena en África es bien difícil de... mucho más difícil de...

01:24:24

Sí, igual el concepto afro en Caribe, es muy difícil escuchar la cuestión afrocaribe.

01:24:32

No, pues es que son todos, son todos. Claro, pero este asunto sí lo varias veces ha aparecido, me lo han preguntado y yo digo lo que yo pienso. Obviamente puedo estar equivocada, ¿no? Pero a mí me impresionaba mucho la diferencia histórica. Yo creo que la historia marca. Una cosa es haber sido transportados en barcos como esclavos, desde África, y otra cosa es haber sido expoliados de sus tierras en su propio lugar de origen. Entonces hay una diferencia en la historia que es muy, muy fuerte. Sin embargo, México me ha mostrado algo que me ha dejado pensando tremendamente, porque en la reunión que tuvimos con las mujeres afro mexicanas, por lo menos, bueno, si eran como 50, por lo menos 10 de las 50, cuando tomaban la palabra decía yo soy afroindígena. Entonces, a ver, ¿entonces qué es eso?

01:25:48

Yo ya me puse a pensar, digamos, a mirar más en detalle, y encontré algunos estudios que dicen que en la época cuando México tuvo en un momento que se llamaba la Nueva España, México tuvo la mayor cantidad de esclavos en la región. Después Brasil, obviamente es, pero tuvo la mayor cantidad de esclavos y los españoles usaban los esclavos para controlar a los indígenas, los esclavos afro. Y entonces los hombres, los esclavos, se juntaban con mujeres indígenas y se empezaron a difuminar como esclavos negros, o sea, racialmente inclusive. Y de hecho, en la reunión, las que decían que eran afroindígenas, uno las miraba y decía pero de afro no tienen nada. Y no, justamente lo que ha pasado es que es una mezcla tan fuerte, que viene pues desde la colonia, tan fuerte que racialmente es lo que pasó. Los estudios en Perú sobre la sobre la raza que era tan importante en la época colonial, cuando nacía un hijo de español e indígena, lo primero era ¿cómo ha salido?, ¿de qué color ha salido?

01:27:28

Lo primero. Y cuando salía blanco, inmediatamente lo captaban para la administración española. O sea, si salía oscuro, se iba con los indígenas. O sea, era una una selección racial del propio mestizaje. Pero en México estamos hablando del mestizaje entre la población afro, negra, esclava con los indígenas que estaban ahí, las mujeres indígenas que estaban ahí. Y, ya ahora, la identidad es una identidad en esa zona muy mezclada afroindígena. Y por lo tanto yo ya dije “uy, mi teoría se fue al hoyo”, porque yo tenía argumentado que el origen histórico era... pero ahora hay otro origen histórico acá. Por lo tanto, por lo tanto, aparecen nuevas cosas.

01:28:28

Eso solamente para decirles que una vez más... Y ahora si las mujeres afro deciden que quieren tener una recomendación general para protección de los derechos de las mujeres afrodescendientes, van a tener que incluir algo de las afro indígenas.

01:28:45

Claro. Y ahí también puedes incluir las mujeres gitanas, que también tiene su configuración propia, pero tiene que hacer una decisión, una opción. Y lo que vamos a trabajar ahora, este contexto histórico, como siempre has platicado, la historia es muy importante de esta dimension. Luisa, que está ya, yo sé que está en Australia, ya casi... pobre, dormida, amaneciendo ya.

01:29:15

Imagino que haya sido muy difícil para ti también en toda esta discusión separar solo niñas, y por qué no niños? Yo me imagino porque si fue la discusión centrada, bueno, promocionada más por las mujeres, saben el problema que tienen por ser mujeres, pero también tiene una visión muy, muy total, muy abragante de su de sus dependientes, de sus niños, de sus hijos e hijas, entonces debe haber sido difícil. ¿Crees que tiene algo, que tiene una visión separada? ¿Las mujeres logran tener una visión separada entre niñas y niños, no? En términos de derechos, de ventajas, de...

01:30:06

Bueno, definitivamente en el caso de los Comités, ustedes saben que está existiendo ahora, está en camino y hace años ya, un proceso de armonización entre los Comités, armonización de los mandatos. Todos los mandatos de los Comités están armonizados en realidad. Pero por esa razón, por el tema de los mandatos, es que nosotros tuvimos esta discusión con el Comité de los Derechos del Niño, justamente para no pisar encima del mandato de la Convención de los derechos del niño. Entonces ellos aceptaron que tanto ellos como nosotros tienen que cuidar de las niñas, porque la CEDAW cuida a todas las mujeres de cualquier edad, y por lo tanto las niñas están incluidas. Pero ellos al tener el mandato sobre los niños, las niñas y los adolescentes del mundo, también tienen que tratar el tema de las niñas. Entonces no lo vieron nunca como una contradicción. Y evidentemente hay cuestiones de género que nosotros cuando estamos protegiendo los derechos de las niñas, tenemos que hablar de los niños, tenemos que también incluir a los niños, pero lo tenemos que hacer con el cuidado de no, digamos, introducirnos en el territorio de la otra Convención, aunque es holístico el conjunto de los instrumentos de derechos humanos, todos están relacionados. En realidad lo que nos da la unidad es la declaración de los derechos humanos, la Declaración Universal nos da la unidad.

01:31:57

Entonces todos estamos en ese marco de la Declaración Universal, y los mandatos están adentro, todos, y todos tienen interacción entre todos. Por eso es que, por ejemplo, el Comité sobre la Tortura ha tratado muy bien el tema de la violencia contra la mujer, y de hecho cuando van los estados lo tratan, porque hay formas de violencia contra la mujer que están equiparadas a la tortura, y por eso el Comité contra la Tortura trata

igual. Nosotros tratamos temas que están en la Convención de los Derechos del Niño, como el de Convención de los Derechos Niños trata temas nuestros, pero no hay forma de proteger, yo me acuerdo de estas discusiones en UNICEF, cómo se va a proteger los derechos de los niños si no se protegen los derechos de las mujeres que son sus padres? Imposible, no hay forma. Entonces UNICEF tiene que proteger los derechos de las mujeres por eso, porque son ellas las que traen a la vida a los niños, y son las que en primer lugar se ocupan de ellos, aunque lo que queremos es que los padres también se ocupen de ellos. Pero, o sea, son esas cosas donde todo está mezclado. Y yo creo que mientras más comprendamos la interacción de todo, mejor se protegen los derechos. Pero todavía hay una distancia enorme entre lo que es el mundo, la visión desde los derechos de los órganos de tratados y lo que pasa en los estados parte.

01:33:25

Y los avances son sobre todo formales. Si ustedes miran los avances, los avances vienen en la formalidad. Y la formalidad es muy precaria porque va al vaivén de la política. Y entonces se aprueba una muy buena ley, viene otro congreso que deshace esa buena ley que aprobamos y así, y empiezan a modificarla, y empiezan a quitarle esto, quitarle el otro, y otra vez, otra vez tiene que venir otro gobierno, otro Senado, otra Cámara de Diputados que dice no, esto fue corregido por el anterior, pero no debería. O sea, es una lucha de la política terrible que incide en el ejercicio de los derechos.

01:34:08

Total.

01:34:09

Hay que conocer en detalle eso para poder proteger mejor. Y claro, cuando hay buenos jueces, eso se rectifica en el Poder Judicial, pero si no hay buenos jueces...

01:34:23

Creo Assis, es que nuestro rotero está bastante, bastante bien.

01:34:29

Yo tengo solo dos cuestiones más, y.

01:34:31

Ahí después de la cuestión vamos para la parte de la explotación de Gladys. ¿Cómo vamos a planificar la explotación?

01:34:41

Pero Gladys, son muchas cosas interesantes y tu experiencia y tus conocimientos son increíbles. Ya me quedo acá muy agradecido, sinceramente. Es una aula, una clase, y para mí es algo muy, muy interesante de pensar después la continuidad, porque seguramente vamos a tener muchas cosas para hacer juntos, más allá de esta de esta primera conversación. Bueno, hay dos cuestiones solo que quiero platicar contigo y ahí después, por ahora, este momento histórico, ahora no tengo más otras. Una es que me pareció muy interesante y tal vez una coraje de ustedes, las mujeres que están en CEDAW, sobre todo las mujeres indígenas, pero usted de poner esto que es difícil de tener un documento oficial de Naciones Unidas, esta información que está en el Párrafo 12, que es básicamente decir que las políticas de asimilación son políticas de genocidio cultural. Y solamente destacar este punto, no se repite en otro momento esta información. Y acá quería un poco pensar, estoy contigo, un poco de este desafío que es pensar este tipo de acogimiento institucional, porque estamos hablando acá de políticas de internamiento forzados en colegios, instituciones, que fue muy fuerte.

01:36:14

Bueno, platicaste de Canadá en 920, que pasó Australia por una política de residential school, que fue una política muy con graves situaciones de derivación de derechos para niñas, niños, las familias, con consecuencias intergeneracionales, todo el proceso de Reconciliación del Estado canadiense empieza por un proceso de reconocimiento de los daños que esta política de Residential School ha traído. Yo fui para Canadá a estudiar este proceso, justamente para conocer cómo el Estado empieza por construir una nueva relación con los pueblos indígenas en Canadá a partir de esta dimensión de un cierto reconocimiento de los dueños de Residential School. Y me quería preguntar un poco para ti, porque no es algo que faltó, pero que tal vez entrar un poco más en estas discusiones de las políticas de internamiento. No sé cómo fue, cómo piensas este proceso dentro de la discusión, porque tal vez algo que podría tener un avance también en cómo pensar estas dimensiones, estas políticas que son las innovacionistas, pero que también son políticas de protección. Tenemos en todos los países políticas de

internamiento que son de protección contra la violencia. Y si hay ahí alguna información o algo que pueda adicionar de tal vez de directrices o de posibilidades de pensar un avance de esta discusión. Entonces un poco esto. ¿Y la otra pregunta quieres que haga ahora o después de una vez?

01:37:57

La otra pregunta es más regional y acá pensando justamente los países que estamos en curso, interesados en hacer un avance ahora que Colombia, Perú, Bolivia, Ecuador, México, ya practicaste muchísimo de México, abaste también había dicho que en Colombia hay una jurisprudencia muy interesante, pero quería un poco preguntar de cómo estás viendo el avance en estos países en relación a las discusiones que la recomendación propone. Tal vez pensando también de acá la incidencia del enlace continental de mujeres indígenas, lo que ellas están haciendo o tal vez utilizando para la incidencia en estos países y sobre todo como está en Perú y Chirapaque es una organización de importancia regional, tal vez lo que también está observando en Perú, Chirapaque está asumiendo en sus políticas esta recomendación, un poco también pensando en cómo la roca en cine, organizaciones indígenas están trabajando con esta recomendación en nuestra región. ¿Obviamente son muchos países, yo quiero tal vez trabajar con estos cinco países que sería más interesante en este momento de la investigación, pero un poco comprendiendo también lo que están, cómo están utilizando para adentro y para afuera, no? Pensando sus políticas internamente, junto con los pueblos indígenas y pensando junto al estado. Entonces un poco esto, la cuestión del internamiento, las políticas de internamiento 1, poco también la cuestión de cómo en América Latina está viendo esta utilización de la recomendación por las organizaciones indígenas, de mujeres indígenas.

01:39:52

Sobre la primera parte, yo creo que muchas de estas cuestiones sobre internamiento, políticas asimilacionistas, de alguna manera el concepto de reparación está atrás, o sea que los estados parte asuman que tienen que reparar, tienen que hacerse cargo de la historia, eso también lo pusimos, o sea, el pasado no ha desaparecido, el pasado está ahí y los estados tienen que hacerse cargo de ese pasado y los efectos están ahí todavía. Entonces creo que hay que llegar a formas de reparación que no necesariamente son solamente pecuniarias, por supuesto, también son y de hecho en los tribunales se discute

sobre reparaciones que son económicas, y de hecho Canadá, por ejemplo, lo tiene muy en cuenta, pero también hay otro tipo de reparaciones más simbólicas, más que queden en el corazón de la gente, vamos a decir así, que es lo que también hay que buscar, porque no solamente es que no quiero que sea como una mirada capitalista, yo creo que en los pueblos indígenas no hay eso. ¿Y es más, aunque el dinero evidentemente es el vehículo para obtener una serie de cuestiones, pero de los pueblos, yo les digo, de lo que yo escucho, son un poco metalizadas, o sea, es el verdadero pueblo indígena, no estoy hablando que hay algunos dirigentes que están hasta corruptos, porque hay corrupción en el mundo indígena y sería, no? Pero hay el reconocimiento de ciertos hechos históricos tan dañinos, tan destructivos como ese, tiene que ver con esto de lo que es una reparación. Y creo que hay que imaginar, todavía no está claro cuál sería esta reparación, pero eso es algo que hay que discutir justamente con ellos, cuál sería una reparación, digamos, que ellos esperarían como pueblos, eso para decir el asimilacionismo en los temas del genocidio, o sea, todas esas cosas que han pasado en la historia, o sea, los gobiernos lo pueden decir Ay, eso no tuvo nada que ver con nosotros. Son representantes del estado, el estado no ha desaparecido, o sea, el estado se tiene que hacer cargo de su pasado. Eso es para esa parte, yo creo, no está escrito todavía el final de eso. Yo creo que esto es una discusión de orden jurídico bien fuerte.

01:42:56

¿Qué cosa es lo que puede lograr obligar a los estados a hacerse cargo de esta reparación por todos estos hechos? No solamente es no volverlo a hacer, porque el principio de no repetición evidentemente está ahí, pero no solamente es no volverlo a hacer, es reparar lo que hicieron. Entonces yo creo que estas son cosas que están ahí, tienen que evolucionar, digamos. Ahora, evidentemente las organizaciones mencionadas, todas son relevantes. O sea, acá esto que les cuento, que acabo de venir de México, por lo menos de las eran como 30 mujeres indígenas de alto rango, por lo -20 de ellas mencionaron a la etnia, que eran parte de la etnia. O sea, la etnia es una organización realmente fuerte, realmente importante. ¿Ellos han sido muy consultadas por nosotros y han estado muy presentes en la discusión de además tienen unas abogadas indígenas de primera, de verdad extraordinarias, no? Ya hay una masa crítica con, como llamamos, de profesionales indígenas que son extraordinarias.

01:44:21

Ciertos países más que otros, por ejemplo, Guatemala tiene muy buenos profesionales indígenas, México, pero por ejemplo Perú no, Perú tiene poquísimas profesionales indígenas. ¿Justamente eso conversábamos con chirapas, por qué Perú no logra saltar la valla? Y yo creo que tenemos la respuesta. Las políticas educativas han sido muy regresivas en las zonas indígenas. ¿O sea, este concepto que yo también lo escuché en Guatemala, una vez me dijo un empresario, me dijo, cuando yo era representante de Unicef ahí, me dijo para qué los indígenas quieren saber más? Con que lean y escriban eso, eso les enseñamos en las escuela, suficiente para trabajar, no necesitan más. ¿Un poquito de matemáticas para que sumen y resten y nada más, qué más que necesitan? ¿Ah, esa era su manera de pensar que así debían ser las escuelas básicas, nada más para eso, no?

01:45:24

Entonces creo que tiene que haber un esfuerzo y las organizaciones yo creo que ya están detrás de eso, para que hayan más profesionales y indígenas que tienen otro punto de vista y tienen que ser agrónomos, científicos, tienen que entrar a todas las arenas, porque así es como se va a realmente rectificar esto, porque lamentablemente esto no va a ser una rectificación rápida. Es una cosa, como hemos dicho, va a haber momentos históricos en donde será más avanzado, otros menos. O sea, por ejemplo, yo veo que Chile, que tiene un liderazgo mapuche tan extraordinario, más difícil. ¿Uy, Chile tiene una legislación horrible, pero eso no lo ha cambiado ni los gobiernos progresistas, siguen diciendo que son terroristas las acciones que suceden en los pueblos indígenas, hasta ahora dicen eso, los tienen en la ley antiterrorista, no? Chile es algo terrible. ¿Pero a lo que voy es que sí hay, obviamente cuando uno habla con la gente boliviana es otra cosa, no? Ya, o sea, ahí ha pasado una revolución, no la quieren ver así, pero es realmente como una revolución. O sea, cuando yo me acuerdo la primera vez que vi el parlamento de arriba, todos los sombreros de las mujeres ahí se veía así como una masa de sombreros indígenas, me impresionó.

01:46:53

Pero es que es así, ya están en el nivel que tienen que estar y falta. ¿Y los blancos están calladitos porque qué van a hacer? Tienen que hacer. Ese es un país mayoritario, se dice 60 %, yo creo que son más del 60 % en el Perú, que eran en un momento más, ahora dice que son 32, %, es el colmo, cada vez son menos. Los guatemaltecos dicen que hay

genocidio estadístico. Entonces yo creo que hay que mirar los países con cuidado, hay que mirar con cuidado cuáles son los países que definitivamente el Ecuador, acabo también de estar ahí y veo que están preocupadísimos con lo que está pasando, porque es un momento de todos los avances y ahora para atrás, que es un poco lo que pasa en todas partes. Así que yo creo que sí hay una organización que hay que incluir en tu lista, porque no solamente es la etnia, es el Fimi, que es el Foro Indígena, el Foro Internacional de Mujeres Indígenas, que es una organización donde muchas de la etnia están en el Fimi, pero en el Fimi están de otras partes del mundo también, porque son internacionales. Ellas nos ayudaron mucho en las cosas, consultas en África, en Asia.

01:48:14

Bueno, Asia es el país que tiene más pueblos indígenas, es el más grande de pueblos indígenas. Pero bueno, entonces el Fimi es una organización que también tiene muchísimo potencial, el Foro Internacional de Mujeres Indígenas, y creo que estas organizaciones van a crecer. Hay otra organización que me pareció muy interesante también, que es el Filac, no sé si lo conocen. El FILAC es el Fondo Indígena para.

01:48:47

América Latina, Latina Caribe.

01:48:50

Ese también participó muy activamente en las consultas. Tienen una secretaría de género muy potente. ¿Y también ellos me parece que cuidan un aspecto fundamental, que es el acceso a los recursos que hay que cuidar, no? Porque eso los pueblos indígenas, las iniciativas de los pueblos indígenas tienen que tener recursos.

01:49:15

¿Dónde está Mirna?

01:49:17

Mirna está ahí.

01:49:19

De Nicaragua.

01:49:21

Claro, estaba como presidenta, pero ahora ya no es la presidenta. O sea, ahora hay otro presidente, pero sigue, sigue ahí.

01:49:32

¿Y Tarsila?

01:49:33

Está en Tarsila está en Fimi ahora.

01:49:38

Ah, en Fimi, qué bueno. Está en la dirección.

01:49:42

Sí. ¿Pero sigue en Chirapac, no? ¿Sí, Chirápac forma parte del cine, no? Que dicho sea de paso, me dijo que está en Brasil ahora. Romaina. Sí, en Romaira.

01:50:00

Joraima. Yo creo que, bueno, podríamos hablar con las dos, con Mirna y con Tarsila.

01:50:11

Definitivamente, definitivamente. Me parece que ambas han estado muy vinculadas a esta.

01:50:18

¿Y algunos contactos del foro también que se pueda tener cuando tengas el foro internacional?

01:50:25

Ah, del foro. Del foro de las Naciones Unidas, eso está.

01:50:28

Del Foro Internacional de Mujeres Indígenas.

01:50:30

Ah, no, el foro internacional Yo creo que contra la secretaria ejecutiva de ese foro es Teresa Zapeta, que es guatemalteca.

01:50:42

Sí, la conozco muchísimo.

01:50:46

Ella trabajó en ONU Mujeres. Qué muy bueno.

01:50:54

Gracias.

01:50:56

¿Antes de terminar, puedes enviarme el contacto de Tarsila y de Mirna, por favor?

01:51:04

De Tarsila tengo de Mirna. De Mirna ya no tengo, pero se puede.

01:51:08

Pero yo encuentro de Mirna por Dorotea.

01:51:11

Por Dorotea. Te mando el de Tarsila.

01:51:16

Ya, de mi parte, solo agradecer una vez más, ya no tengo más preguntas y muchísimas, muchísimas gracias por toda la información y por la simpatía de persona que nos conocía y es una persona increíble. Y seguramente que vamos a tener otras oportunidades, ojalá de conocer, de estar presencialmente, porque sería espléndido. Y tenemos intención también de hacer otras actividades en este proyecto más más adelante, eventos y otras cosas más. Seguramente. Queremos contar contigo.

01:51:53

Está bien, pueden contar conmigo. Y claro, el tiempo es lo que a uno le limita. Pero una de las cosas que de mi cambio de piel fue que ahora que con las responsabilidades, digamos, del comité, voy a dedicarme a esta temática.

01:52:15

Bueno, venga a trabajar con nosotros.

01:52:19

Y tengo que decirles que estoy sorprendida del impacto de la recomendación general. ¿Estoy sorprendida, o sea, donde voy me dicen y eso es algo que yo no la verdad no hubiera pensado que se iba a difundir tan rápidamente, no? Tan rápidamente y que iba a tener semejante semejante interés la gente. Pero lo leen, o sea, me ha sorprendido encontrarme las personas comentando aspectos específicos. Bueno, Luisa lo hace porque obviamente ella es una especialista del asunto, pero lo he visto con personas que no necesariamente son del mundo académico.

01:53:05

Pero está muy simpática, usando la palabra de así se está muy simpática y fácil de leerla. ¿No está cuidamos mucho esos pesados de la ONU, no? Pero está bastante bonita de fluida.

01:53:19

Gracias a las mujeres indígenas. Ella nos decía eso no se entiende.

01:53:25

Qué interesante también.

01:53:28

Ellas nos ayudaron realmente a poner en un lenguaje clave sensibilidad. ¿Sí, nos ayudaron bastante, porque en general la ONU tiende a ser un lenguaje críptico, muy técnico, no? Bueno, yo les quiero también agradecer, porque la verdad que existe un grupo como ustedes, y aunque Sofía no ha dicho mucho, pero le miro su carita de que está realmente involucrada. Gracias, Sofía. Gracias a Cis. Y por supuesto, Luisa, te

agradezco mucho que me hayas contactado para esto. Y la verdad es que voy a colaborar con ustedes. Encontremos la manera, como digo, los seres humanos somos limitados en tiempo, pero encontraremos la manera de hacer esto y también los vínculos con las organizaciones, que es lo más importante, sin duda.

01:54:26

Yo quisiera pedir una foto.

01:54:30

Sí, claro.

01:54:31

Una un, dos, tres. Ahora, una vez más, para no dejar problema. Ahora sí, de nuevo. Gracias.

01:54:43

¿Entonces, lo puedes mandar a Luisa para que me la mande?

01:54:46

Sí, sí, la envío ahorita.

01:54:48

Muy bien, muy bien. Un gusto. Entonces ya tenemos cómo encontramos.

01:54:52

Hasta luego.

01:54:54

Gracias.

01:54:54

Gracias.

01:54:57

Buenas noches, Luisa.

01:55:00

Y felicitaciones por el lindo trabajo. Maravilloso. Una huella maravillosa.

01:55:09

Gracias. Gracias. Hasta pronto. Adiós.

5. PESQUISA A NÍVEL REGIONAL

Contextualização por país:

PAÍS	Sistema Representativo	Governo atual	Constituição	Código das Crianças e Adolescentes
Bolívia	República democrática Estado Plurinacional (2009)	Luis Arce 2020 a 2025 (esquerda)	Constitución Política del Estado de Bolívia	Código Niño, niña y adolescente de Bolívia
Brasil	República Federativa	Luís Inácio Lula da Silva (2023 a 2026) (esquerda)	Constituição da República Federativa do Brasil	Estatuto da Criança e do Adolescente
Colômbia	República constitucional	Gustavo Petro 2022 a 2026 (1º presidente de esquerda)	Constitución Política de la República de Colombia	Código de la Infancia y la Adolescencia de Colombia
Equador	República democrática Estado Plurinacional (2008)	Daniel Noboa 2023 a 2025 (direita; eleição antecipada; repressão)	Constitución de la República del Ecuador	Código de la Niñez y adolescencia de Ecuador

		aos indígenas; assassinatos de políticos)		
México	República constitucional	Andrés Manuel López Obrado 2018 a 2024 (esquerda)	Constitución Política de los Estados Mexicanos	Ley general de los derechos de Niños, niñas y adolescentes de México
Perú	República democrática	Dina Boluarte 2022 a 2026 (direita; repressão; sucessivos impeachments e renúncias)	Constitución Política del Perú	Código Niño, niña y adolescente de Perú
Venezuela	República Presidencialista	Nicolás Maduro	Constitución de la República Bolivariana de Venezuela -	Ley Orgánica para la Protección del Niño, Niña y Adolescente

No sentido de compreender as bases normativas e de políticas públicas voltadas às crianças indígenas de 6 países da América Latina (***Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela***) para esta análise, observa-se necessário investigar seus contextos nacionais para uma aproximação com cada um deles quanto a suas formas de governo, historicamente situadas, para trazer suas conjunturas políticas internas e fazer um levantamento de dados relativo a cada país. Com um quadro próprio, relacionando os dados que são apresentados em seguida.

BOLÍVIA

Bolívia, oficialmente Estado Plurinacional da Bolívia (em castelhano: Estado Plurinacional de Bolivia; em quíchua: Buliwya Mamallaqta; em aimará: Wuliwya Suyu; em guarani: Tetã Volívia), é um país localizado no centro-oeste da

América do Sul. Faz fronteira com o Brasil ao norte e leste, Paraguai e Argentina ao sul, Chile e Peru ao oeste.

Antes da colonização europeia, a região andina boliviana fazia parte do Império Inca — o maior império da era pré-colombiana. O Império Espanhol invadiu e conquistou essa região no século XVI. Após declarar independência em 1809, dezesseis anos de guerras se seguiram antes do estabelecimento da república, instituída por Simón Bolívar, em 6 de agosto de 1825. Desde então, o país tem passado por períodos de instabilidade política, ditaduras e problemas econômicos.

A Bolívia é uma república democrática, dividida em nove departamentos. Geograficamente, possui duas regiões distintas, o altiplano a oeste e as planícies do leste, cuja parte norte pertence à bacia Amazônica e a parte sul à Bacia do Rio da Prata, da qual faz parte o Chaco boliviano. A população boliviana, estimada em 10 milhões de habitantes, é multiétnica. A principal língua falada é o espanhol, embora o aimará e o quíchua também sejam comuns. Além delas, outras 34 línguas indígenas são oficiais.

Com obrigatoriedade do voto a partir dos 18 anos de idade, a política da Bolívia ocorre em um quadro de uma república representativa democrática presidencial, onde o presidente é o chefe de Estado, chefe de governo e chefe de um pluriforme sistema multi-partidário. O presidente e o vice-presidente são eleitos por voto direto para mandato de 5 anos, com direito a uma reeleição. Nas eleições presidenciais de dezembro de 2005, Evo Morales venceu seu principal opositor, Jorge Quiroga, ao obter 53,74%, tornando-se o primeiro indígena a chegar ao poder na Bolívia (ficou de 2006 a 2019).

O poder legislativo é investido no governo e nas duas câmaras do parlamento. Tanto o poder judiciário quanto o poder eleitoral são independentes do executivo e do legislativo. A Constituição Política da Bolívia é o 17º texto constitucional da história republicana do país. Entrou em vigência em 7 de fevereiro de 2009, após a aprovação do texto em referendo.

Os nove departamentos da Bolívia receberam maior autonomia pela lei de Descentralização Administrativa de 1995, embora os principais dirigentes departamentais continuem a ser nomeados pelo governo central. As cidades e vilas bolivianas são governadas por presidentes de câmara e conselhos diretamente eleitos.

A história boliviana foi marcada pela intensa atuação imperialista, expressa pelos interesses das grandes corporações mineradoras e petrolíferas. Da segunda metade do século XIX até a metade da década de 1930, a Bolívia envolveu-se em conflitos

territoriais com seus vizinhos latino-americanos, que custaram ao país perdas significativas de território, incluindo uma saída soberana para o mar. Algo parecido ocorrera com o Tratado de Petrópolis em 1903, mediante o qual a Bolívia cedeu ao Brasil a província do Acre, na Amazônia, em troca de 2,5 milhões de libras esterlinas.

A ditadura militar da Bolívia (1964-1982), ocasionou retrocessos sociais evidentes a longo prazo, demonstrados pelos indicadores sociais. Em outubro de 1982, os militares abandonaram o governo, entregando a administração estatal ao Congresso legitimado na eleição de 1980. Em meio a mobilizações sociais, o Congresso, com maioria de direita, escolheu o presidente esquerdista Hernán Siles Zuazo, dando início a um novo ciclo de governos democráticos. No final do século XX, estimulados pelos escassos resultados das reformas neoliberais e como forma de resistência, tem-se um enfraquecimento eleitoral dos partidos conservadores e aumento da importância dada aos indígenas na política eleitoral que transformaram o campo político. Isso originou uma cisão institucional dos sujeitos políticos, na medida em que não apenas os partidos de inscrição individual, mas também os movimentos sociais, sindicatos e comunidades tiveram a capacidade política de influenciar na gestão pública, por meios parlamentares e atos militantes (bloqueio de estradas, mobilizações, marchas etc), em direção a um sistema estatal de democracia multicultural que incorpora os povos originários como sujeitos coletivos de cidadania.

Abre-se o caminho para que o ex-presidente Evo Morales (2006-2019) seja o candidato do MAS na eleição presidencial de 2025. A divisão dentro da esquerda da Bolívia começou no final de 2021 e era motivada pelo desejo de Morales de ser novamente candidato em 2025, enquanto Arce planeja um segundo mandato.

E, assim, com a contextualização das conjunturas à nível interno, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país:

Lista de menções às palavra-chave:

Categoria etária: Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes;

Categoria étnica: Plurinacional; Autodeterminación; Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Intérprete; Sociocultural; Interculturalidad; Intraculturalidad; Plurilingue.

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE BOLÍVIA

Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Artículo 2º	<p>Artículo 2.</p> <p>Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.</p>	<u>Autodeterminação</u>
Artículo 30	<p>CAPÍTULO CUARTO DERECHOS DE LAS NACIONES Y PUEBLOS INDÍGENA ORIGINARIO CAMPESINOS</p> <p>Artículo 30. [...]</p> <p>II. En el marco de la unidad del Estado y de acuerdo con esta Constitución las naciones y pueblos indígena originario campesinos gozan de los siguientes derechos: [...]</p> <p>3. A que la identidad cultural de cada uno de sus miembros, si así lo desea, se inscriba junto a la ciudadanía boliviana en su cédula de identidad, pasaporte u otros documentos de identificación con validez legal.</p> <p>4. A la libre determinación y territorialidad.</p> <p>5. A que sus instituciones sean parte de la estructura general del Estado. [...]</p> <p>9. A que sus saberes y conocimientos tradicionales, su medicina tradicional, sus idiomas, sus rituales y sus símbolos y vestimentas sean valorados, respetados y promocionados. [...]</p> <p>12. A una educación intracultural, intercultural y plurilingüe en todo el sistema educativo.</p> <p>13. Al sistema de salud universal y gratuito que respete su cosmovisión y prácticas tradicionales.</p> <p>14. Al ejercicio de sus sistemas políticos, jurídicos y económicos acorde a su cosmovisión.</p> <p>15. A ser consultados mediante procedimientos apropiados, y en particular a través de sus instituciones, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles. En este marco, se respetará y garantizará</p>	<p>Principais direitos indígenas com interface com os direitos das crianças indígenas</p> <p>Identidade e registro civil</p> <p>Autodeterminação Autogoverno</p> <p>Conhecimentos tradicionais</p> <p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Sistema Jurídico Indígena</p>

	<p>el derecho a la consulta previa obligatoria, realizada por el Estado, de buena fe y concertada, respecto a la explotación de los recursos naturales no renovables en el territorio que habitan.</p>	<p>Consulta</p>
<p>Artículo 35</p>	<p>SECCIÓN II DERECHO A LA SALUD Y A LA SEGURIDAD SOCIAL Artículo 35. I. El Estado, en todos sus niveles, protegerá el derecho a la salud, promoviendo políticas públicas orientadas a mejorar la calidad de vida, el bienestar colectivo y el acceso gratuito de la población a los servicios de salud. II. El sistema de salud es único e incluye a la medicina tradicional de las naciones y pueblos indígena originario campesinos. [...] Artículo 42. I. Es responsabilidad del Estado promover y garantizar el respeto, uso, investigación y práctica de la medicina tradicional, rescatando los conocimientos y prácticas ancestrales desde el pensamiento y valores de todas las naciones y pueblos indígena originario campesinos.</p>	<p>Saúde</p> <p>Medicina tradicional</p>
<p>Artículos 58 hasta 61</p>	<p>SECCIÓN V DERECHOS DE LA NIÑEZ, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD Artículo 58. Se considera niña, niño o adolescente a toda persona menor de edad. Las niñas, niños y adolescentes son titulares de los derechos reconocidos en la Constitución, con los límites establecidos en ésta, y de los derechos específicos inherentes a su proceso de desarrollo; a su identidad étnica, sociocultural, de género y generacional; y a la satisfacción de sus necesidades, intereses y aspiraciones. Artículo 59. [...] V. El Estado y la sociedad garantizarán la protección, promoción y activa participación de las jóvenes y los jóvenes en el desarrollo productivo, político, social, económico y cultural, sin discriminación alguna, de acuerdo con la ley. [...] Artículo 61.</p>	<p>Crianças e adolescentes</p> <p>Direito à identidade étnica e sociocultural</p> <p>Participação de jovens sem discriminação</p>

	<p>I. Se prohíbe y sanciona toda forma de violencia contra las niñas, niños y adolescentes, tanto en la familia como en la sociedad.</p> <p>II. Se prohíbe el trabajo forzado y la explotación infantil. Las actividades que realicen las niñas, niños y adolescentes en el marco familiar y social estarán orientadas a su formación integral como ciudadanas y ciudadanos, y tendrán una función formativa. Sus derechos, garantías y mecanismos institucionales de protección serán objeto de regulación especial.</p>	<p>Proteção no trabalho e reconhecimento das atividades familiares e sociais</p>
Artículo 65	<p>Artículo 65.</p> <p>En virtud del interés superior de las niñas, niños y adolescentes y de su derecho a la identidad, la presunción de filiación se hará valer por indicación de la madre o el padre. Esta presunción será válida salvo prueba en contrario a cargo de quien niegue la filiación. En caso de que la prueba niegue la presunción, los gastos incurridos corresponderán a quien haya indicado la filiación.</p>	<p>Direito à filiação</p>
	<p>CAPÍTULO SEXTO EDUCACIÓN, INTERCULTURALIDAD Y DERECHOS CULTURALES SECCIÓN I EDUCACIÓN [...] Artículo 80. [...] II. La educación contribuirá al fortalecimiento de la unidad e identidad de todas y todos como parte del Estado Plurinacional, así como a la identidad y desarrollo cultural de los miembros de cada nación o pueblo indígena originario campesino, y al entendimiento y enriquecimiento intercultural dentro del Estado.</p>	
Artículo 119	<p>TÍTULO IV GARANTÍAS JURISDICCIONALES Y ACCIONES DE DEFENSA CAPÍTULO PRIMERO GARANTÍAS JURISDICCIONALES [...] Artículo 119. I. Las partes en conflicto gozarán de igualdad de oportunidades para ejercer durante el proceso las facultades y los derechos que les asistan, sea por la vía ordinaria o por la indígena originaria campesina.</p>	<p>Acesso à Justiça</p>
Artículos 179 y 190 hasta 192	<p>TÍTULO III ÓRGANO JUDICIAL Y TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PLURINACIONAL</p>	<p>Reconhecimento dos Sistemas</p>

	<p>CAPÍTULO PRIMERO DISPOSICIONES GENERALES</p> <p>[...]</p> <p>Artículo 179.</p> <p>I. La función judicial es única. La jurisdicción ordinaria se ejerce por el Tribunal Supremo de Justicia, los tribunales departamentales de justicia, los tribunales de sentencia y los jueces; la jurisdicción agroambiental por el Tribunal y jueces agroambientales; la jurisdicción indígena originaria campesina se ejerce por sus propias autoridades; existirán jurisdicciones especializadas reguladas por la ley.</p> <p>II. La jurisdicción ordinaria y la jurisdicción indígena originario campesina gozarán de igual jerarquía.</p> <p>CAPÍTULO CUARTO JURISDICCION INDÍGENA ORIGINARIA CAMPESINA</p> <p>Artículo 190.</p> <p>I. Las naciones y pueblos indígena originario campesinos ejercerán sus funciones jurisdiccionales y de competencia a través de sus autoridades, y aplicarán sus principios, valores culturales, normas y procedimientos propios.</p> <p>II. La jurisdicción indígena originaria campesina respeta el <u>derecho a la vida</u>, el derecho a la defensa y demás derechos y garantías establecidos en la presente Constitución.</p> <p>Artículo 191.</p> <p>I. La jurisdicción indígena originario campesina se fundamenta en un vínculo particular de las personas que son miembros de la respectiva nación o pueblo indígena originario campesino.</p> <p>II. La jurisdicción indígena originario campesina se ejerce en los siguientes ámbitos de vigencia personal material y territorial:</p> <p>1. Están sujetos a esta jurisdicción los miembros de la nación o pueblo indígena originario campesino, sea que actúen como actores o demandado, denunciados o querellantes, denunciados o imputados, recurrentes o recurridos.</p> <p>2. Esta jurisdicción conoce los asuntos indígena originario campesinos de conformidad a lo establecido en una Ley de Deslinde Jurisdiccional.</p> <p>3. Esta jurisdicción se aplica a las relaciones y hechos jurídicos que se realizan o cuyos efectos se producen dentro de la jurisdicción de un pueblo indígena originario campesino.</p> <p>Artículo 192.</p>	<p>Jurídicos Indígenas</p>
--	---	--------------------------------

	<p>I. Toda autoridad pública o persona acatará las decisiones de la jurisdicción indígena originaria campesina.</p> <p>II. Para el cumplimiento de las decisiones de la jurisdicción indígena originario campesina, sus autoridades. podrán solicitar el apoyo de los órganos competentes del Estado.</p> <p>III. El Estado promoverá y fortalecerá la justicia indígena originaria campesina. La Ley de Deslinde Jurisdiccional, determinará los mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígenaoriginaria campesina con la jurisdicción ordinaria y la jurisdicción agroambiental y todas las jurisdicciones constitucionalmente reconocidas.</p>	
--	--	--

LEY N° 548. CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE DE BOLÍVIA		
<u>Lista de menções às palavra-chave:</u>		
Categoría etária: Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes; Categoría étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.		
Dispositivo Legal	Texto	Palavra-chave: Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 1°	ARTÍCULO 1. (OBJETO). El presente Código tiene por objeto reconocer, desarrollar y regular el ejercicio de los derechos de la niña, niño y adolescente, implementando un Sistema Plurinacional Integral de la Niña, Niño y Adolescente , para la garantía de esos derechos mediante la corresponsabilidad del Estado en todos sus niveles, la familia y la sociedad.	<u>Sistema Plurinacional Integral de la Niña, Niño y Adolescente</u>
Art. 3°	ARTÍCULO 3. (MARCO COMPETENCIAL). En aplicación del Parágrafo II del Artículo 297 de la Constitución Política del Estado, se asigna la competencia privativa de codificación sustantiva y adjetiva en materia de niña, niño y adolescente, al nivel central del Estado.	CONTRADIÇÃO: Competência privativa de normatização, desconsiderando os sistemas jurídicos indígenas.
Art. 12	ARTÍCULO 12. (PRINCIPIOS). Son principios de este Código: [...]	Princípios da igualdade, da não

	<p>c) Igualdad y no Discriminación. Por el cual las niñas, niños y adolescentes son libres e iguales con dignidad y derechos, y no serán discriminados por ninguna causa;</p> <p>d) Equidad de Género. Por el cual las niñas y las adolescentes, gozan de los mismos derechos y el acceso a las mismas oportunidades que los niños y los adolescentes; [...]</p> <p>f) Diversidad Cultural. Por el cual a las niñas, niños y adolescentes se les reconoce y respeta su identidad y pertenencia a una cultura;</p>	<p>discriminação e da diversidade cultural</p> <p>Articulação com perspectiva de gênero</p>
Art. 13	<p>ARTÍCULO 13. (SISTEMA PLURINACIONAL INTEGRAL DE LA NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE).</p> <p>I. Está compuesto por el Sistema Plurinacional de Protección Integral de la Niña, Niño y Adolescente, y el Sistema Penal para Adolescentes; es el conjunto articulado de órganos, instancias, instituciones, organizaciones, entidades y servicios que tienen como objetivo primordial garantizar el pleno goce de los derechos de las niñas, niños y adolescentes. Para el cumplimiento de los fines del Sistema Plurinacional Integral, el presente Código establece los lineamientos del Plan Plurinacional, Planes Departamentales y Municipales de las niñas, niños y adolescentes, y sus respectivos Programas, en el marco de la Política Pública, sin perjuicio de que se creen otros programas por las instancias competentes.</p> <p>II. El Sistema funciona en todos los niveles del Estado, a través de acciones intersectoriales de interés público, desarrolladas por entes del sector público y del sector privado.</p>	<p>Organização do Sistema Plurinacional Integral da Criança e do Adolescente</p>
Artículo 17	<p>ARTÍCULO 17. (DERECHO A UN NIVEL DE VIDA ADECUADO).</p> <p>I. Las niñas, niños y adolescentes, respetando la interculturalidad, tienen derecho a un nivel de vida adecuado que asegure su desarrollo integral, lo cual implica el derecho a una alimentación nutritiva y balanceada en calidad y cantidad, que satisfaga las normas de la dietética, la higiene y salud, y prevenga la mal nutrición; vestido apropiado al clima y que proteja la salud; vivienda digna, segura y salubre, con servicios públicos esenciales. Las madres, padres, guardadoras o guardadores, tutoras</p>	<p>Direito a nível de vida adequado com abordagem intercultural</p>

	<p>o tutores, tienen la obligación principal de garantizar dentro de sus posibilidades y medios económicos, el disfrute pleno de este derecho.</p> <p>II. El Estado en todos sus niveles, debe garantizar el ejercicio pleno de este derecho, respetando la pertenencia de la niña, niño y adolescente a una nación y pueblo indígena originario campesino, afroboliviano e intercultural.</p>	
Artículo 19	<p>ARTÍCULO 19. (ACCESO UNIVERSAL A LA SALUD). El Estado a través de los servicios públicos y privados de salud, asegurará a niñas, niños y adolescentes el acceso a la atención permanente sin discriminación, con acciones de promoción, prevención, curación, tratamiento, habilitación, rehabilitación y recuperación en los diferentes niveles de atención.</p>	<p>Direito à saúde</p> <p>Não discriminação</p>
Artículo 23	<p>ARTÍCULO 23. (ACCIONES PARA LA PREVENCIÓN DEL EMBARAZO ADOLESCENTE).</p> <p>I. El Ministerio de Salud, en coordinación con las Entidades Territoriales Autónomas, implementará acciones en base a lineamientos de la Política de Salud Familiar Comunitaria e Intercultural.</p>	<p>Prevenção à gravidez na adolescência com abordagem intercultural</p>
Artículo 33	<p>ARTÍCULO 33. (DERECHO AL MEDIO AMBIENTE). Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a un ambiente sano y ecológicamente equilibrado y preservado</p>	<p>Direito ao meio ambiente (relação com CG 26/CDC)</p>
Artículo 52	<p>ARTÍCULO 52. (INTEGRACIÓN A FAMILIA SUSTITUTA).</p> <p>I. Se efectiviza mediante la guarda, tutela o adopción, en los términos que señala este Código y tomando en cuenta las siguientes condiciones:</p> <p>[...]</p> <p>b) Valoración integral del grado de parentesco, la relación de afinidad y afectividad, su origen, condiciones culturales, región y lugar donde vive;</p> <p>[...]</p> <p>e) Se priorizará a las familias que se encuentren en el entorno comunitario de la niña, niño y adolescente;</p>	<p>Direito à convivência familiar e comunitária</p>
Artículo 64	<p>ARTÍCULO 64. (MADRE O PADRE MIGRANTE). En casos de migración de la madre, del padre que tenga la guarda, o ambos, deberán comunicar a la Defensoría de la Niñez y Adolescencia, para su correspondiente tramitación ante la Jueza o Juez de la Niñez y Adolescencia,</p>	<p>Direito à migração e transferência temporária do poder familiar</p>

	para no ser suspendidos de su autoridad, señalando o identificando las personas que se quedarán a cargo y habilitando a esta instancia , para realizar el seguimiento a la situación de las hijas y los hijos.	
Artículo 113	ARTÍCULO 113. (OBLIGACIÓN EN EL REGISTRO) [...] II. Es obligación de la o el Oficial de Registro Civil, respetar los nombres y apellidos originarios asignados por la madre, padre o autoridad de una nación o pueblo indígena originario campesino.	Direito ao registro civil em abordagem intercultural
Artículos 115 y 116	ARTÍCULO 115. (DERECHO A LA EDUCACIÓN). [...] II. Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a una educación de calidad y calidez, intracultural, intercultural y plurilingüe , que les permita su desarrollo integral diferenciado, les prepare para el ejercicio de sus derechos y ciudadanía, les inculque el respeto por los derechos humanos, los valores interculturales, el cuidado del medio ambiente y les cualifique para el trabajo. ARTÍCULO 116. (GARANTÍAS). I. El Sistema Educativo Plurinacional garantiza a la niña, niño o adolescente: a) Educación sin violencia en contra de cualquier integrante de la comunidad educativa, preservando su integridad física, psicológica, sexual y/o moral, promoviendo una convivencia pacífica, con igualdad y equidad de género y generacional; b) Educación, sin racismo y ninguna forma de discriminación, que promueva una cultura pacífica y de buen trato; [...] d) Prácticas y el uso de recursos pedagógicos y didácticos no sexistas ni discriminatorios; [...] i) Sensibilización y acceso a la información adecuada y formación oportuna en educación sobre sexualidad integral en el marco de los contenidos curriculares.	Direito à educação com enfoque intracultural, intercultural e plurilingüe. Garantia de educação sem racismo e discriminação Aarticulação com enfoque de gênero e sexualidade.
Artículo 120	ARTÍCULO 120. (DERECHO A LA CULTURA). La niña, niño y adolescente tiene derecho a: a) Que se le reconozca, respete y fomente el conocimiento y la vivencia de la cultura a la que pertenece o con la que se identifica; b) Participar libre y plenamente en la vida cultural y artística de acuerdo a su identidad y comunidad.	Direito à cultural e abordagem para as crianças indígenas

<p>Artículo 123</p>	<p>ARTÍCULO 123. (DERECHO A PARTICIPAR). I. Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a participar libre, activa y plenamente en la vida familiar, comunitaria, social, escolar, cultural, deportiva y recreativa, así como a la incorporación progresiva a la ciudadanía activa, en reuniones y organizaciones lícitas, según su edad e intereses, sea en la vida familiar, escolar, comunitaria y, conforme a disposición legal, en lo social y político.</p>	<p>Direito à participação possíveis abordagens para as crianças indígenas no enfoque comunitário</p>
<p>Artículos 126 hasta 140</p>	<p>ARTÍCULO 126. (DERECHO A LA PROTECCIÓN EN EL TRABAJO). I. Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a estar protegidas o protegidos por el Estado en todos sus niveles, sus familias y la sociedad, en especial contra la explotación económica y el desempeño de cualquier actividad laboral o trabajo que pueda entorpecer su educación, que implique peligro, que sea insalubre o atentatorio a su dignidad y desarrollo integral [...] ARTÍCULO 127. (ACTIVIDADES EN EL MARCO FAMILIAR). I. Las actividades desarrolladas por las niñas, niños y adolescentes en el marco familiar y social comunitario, tienen naturaleza formativa y cumplen la función de socialización y aprendizaje. II. El trabajo familiar y social comunitario no debe, en ningún caso, amenazar o vulnerar los derechos de las niñas, niños y adolescentes que lo realicen, ni privarlos de su dignidad, desarrollo integral y de disfrutar de su niñez y adolescencia, y escolaridad. [...] ARTÍCULO 128. (ACTIVIDADES COMUNITARIAS FAMILIARES). I. Es la actividad de la niña, niño o adolescente, desarrollada conjuntamente con sus familias en comunidades indígena originarias campesinas, afrobolivianas e interculturales. Estas actividades son <u>culturalmente valoradas y aceptadas</u>, y tienen como finalidad el desarrollo de destrezas fundamentales para su vida y fortalecimiento de la convivencia comunitaria <u>dentro del marco del Vivir Bien</u>; construido sobre la base de saberes ancestrales que incluyen actividades de siembra, cosecha, cuidado de bienes de la naturaleza como bosques, agua y</p>	<p>Direito ao trabalho como atividades comunitárias familiares</p>

animales con constantes componentes lúdicos, recreativos, artísticos y religiosos.

II. Este tipo de actividades se desarrollan de acuerdo a normas y procedimientos propios, dentro del marco de la jurisdicción indígena originaria campesina, cuando no constituyan explotación laboral ni amenacen o vulneren los derechos de las niñas, niños y adolescentes.

ARTÍCULO 129. (EDAD MÍNIMA PARA TRABAJAR).

I. Se fija como edad mínima para trabajar, los catorce (14) años de edad.

II. Excepcionalmente, las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, podrán autorizar la actividad laboral por cuenta propia realizada por niñas, niños o adolescentes **de diez (10) a catorce (14) años, y la actividad laboral por cuenta ajena de adolescentes de doce (12) a catorce (14) años,** siempre que ésta no menoscabe su derecho a la educación, no sea peligrosa, insalubre, atentatoria a su dignidad y desarrollo integral, o se encuentre expresamente prohibido por la Ley.

[...]

ARTÍCULO 130. (GARANTÍAS).

I. El Estado en todos sus niveles, garantizará el ejercicio o desempeño laboral de las y los adolescentes mayores de catorce (14) años, **con los mismos derechos que gozan las y los trabajadores adultos.**

II. La protección y garantías a las y los adolescentes mayores de catorce (14) años en el trabajo, **se hace extensible a adolescentes menores de catorce (14) años, que excepcionalmente cuenten con autorización para realizar cualquier actividad laboral** en las condiciones establecidas por las Defensorías de la Niñez y Adolescencia.

[...]

ARTÍCULO 136. (ACTIVIDADES LABORALES Y TRABAJOS PELIGROSOS, INSALUBRES O ATENTATORIOS A LA DIGNIDAD).

[...]

II. Según su naturaleza, se prohíbe:

[...]

d) Pesca en ríos y lagos (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario);

[...]

III. Según su condición, se prohíbe:

a) Trabajo en actividades agrícolas (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo);

	<p>b) Cría de ganado mayor (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo); [...]</p> <p>i) Albañilería (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo).</p>	
Artículo 155	<p>ARTÍCULO 155. (OBLIGACIÓN DE DENUNCIAR).</p> <p>I. Todas las personas, sean particulares, servidoras y servidores públicos, que tengan conocimiento de hechos de violencia en contra de las niñas, niños o adolescentes, están obligados a denunciarlos en un plazo máximo de veinticuatro (24) horas de conocido el hecho, ante las Defensorías de la Niñez y Adolescencia o cualquier otra autoridad competente.</p> <p>II. Ante la ausencia de las instancias descritas en el Parágrafo anterior del presente Artículo, se podrá acudir a las autoridades indígena originario campesinas, quienes según el caso deberán remitir la denuncia ante las instancias competentes.</p>	<p>Obrigaçã de denunciar com reconhecimento das autoridades indígenas (Obs.: o caráter de só reconhecer se houver ausencia das autoridades estatais gera um prejuízo à qualidade desse reconhecimento, que deveria ser complementar em igualdade).</p>
Artículos 161 y 162	<p>ARTÍCULO 161. (INTEGRANTES DEL SISTEMA). El Sistema Plurinacional de Protección Integral de la Niña, Niño y Adolescente-SIPPROINA, está integrado por:</p> <p>a) El Ministerio de Justicia;</p> <p>b) El Consejo de Coordinación Sectorial e Intersectorial para temas de la niña, niño y adolescente;</p> <p>c) El Congreso de los Derechos de la Niña, Niño y Adolescente;</p> <p>d) La Instancia Técnica Departamental de Política Social;</p> <p>e) Las Defensorías de la Niñez y Adolescencia;</p> <p>f) Los Comités de Niñas, Niños y Adolescentes;</p> <p>g) Las organizaciones sociales y la sociedad civil, mediante los mecanismos que establece la Ley de Participación y Control Social;</p> <p>h) Autoridades de las naciones y pueblos indígena originario campesinas;</p> <p>i) Los Juzgados Públicos en materia de Niñez y Adolescencia;</p> <p>j) El Tribunal Constitucional Plurinacional;</p> <p>k) El Ministerio del Trabajo, Empleo y Previsión Social;</p> <p>l) El Ministerio de Planificación del Desarrollo; y</p>	<p>Definição dos integrantes do Sistema Plurinacional de Proteção Integral da criança e do adolescente, e reconhecimento das autoridades indígenas como parte dele</p>

	<p>m) Otras instancias relacionadas con la protección de las niñas, niños y adolescentes.</p> <p>ARTÍCULO 162. (MEDIOS DE PROTECCIÓN).</p> <p>I. Para el logro de sus objetivos, el Sistema Plurinacional de Protección Integral de la Niña, Niño y Adolescente-SIPPROINA, cuenta con los siguientes medios:</p> <p>[...]</p> <p>f) Instancias administrativas a nivel central, departamental, municipal, e indígena originario campesino.</p>	
Artículo 163	<p>SECCIÓN I</p> <p>POLÍTICAS</p> <p>ARTÍCULO 163. (ALCANCE, RESPONSABLES E IMPLEMENTACIÓN)</p> <p>[...]</p> <p>II. En la elaboración, aprobación y vigilancia de las políticas, son responsables la familia, el Estado y la sociedad, de conformidad con las disposiciones de este Código. La participación de la sociedad en la formulación de las políticas deberá incluir prioritariamente la consulta de las niñas, niños y adolescentes, y tomar en cuenta aspectos interculturales e intergeneracionales.</p>	<p>Garantía da consulta com enfoque intercultural às crianças e adolescentes para a elaboração, aprovação e monitoramento das políticas públicas de crianças e adolescentes</p>
Artículo 166	<p>SECCIÓN II</p> <p>PROGRAMAS DE PROTECCIÓN</p> <p>ARTÍCULO 166. (FINALIDAD Y PRIORIDAD).</p> <p>[...]</p> <p>III. El Sistema Plurinacional de Protección Integral, implementará el Plan Plurinacional de la Niña, Niño y Adolescente, el Programa Departamental de la Niña, Niño y Adolescente y el Programa Municipal de la Niña, Niño y Adolescente, desarrollando cada uno en el ámbito de sus competencias el Programa de Centros de Acogimiento y Albergues, el Programa de Orientación Familiar, y Programas de Cuidado Integral y Atención a la Niña o Niño en su primera infancia, entre otros</p> <p>IV. En consideración al Parágrafo III del presente Artículo, y en el ámbito de sus competencias, los diferentes niveles del Estado, privilegiarán:</p> <p>a) Programas para la atención de niñas, niños y adolescentes en situación de calle. Para efectos de la presente Ley, se entiende por niñas, niños o adolescentes en situación de calle, a quienes se han desvinculado total o parcialmente de sus familias, adoptando la calle como espacio de hábitat, vivienda y pernocte, o de socialización,</p>	

	<p>estructuración de relaciones sociales y sobrevivencia;</p> <p>b) Programas específicos para prevenir la asociación de adolescentes en pandillas. Se entiende por pandillas aquellas agrupaciones de adolescentes cuyos fines u objetivos son las actividades ilícitas que pongan en riesgo su vida, la de sus pares o la de terceros; y</p> <p>c) Programas de cuidado integral de la niña o niño en su primera infancia que brinden apoyo a las familias y a las entidades que tengan legalmente a su cargo a niñas, niños y adolescentes en las tareas de cuidado integral, educación, nutrición y protección por la importancia de estos primeros años de vida.</p>	
Artículo 181	<p>ARTÍCULO 181. (CONGRESO QUINQUENAL DE DERECHOS DE LA NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE).</p> <p>I. El Congreso Quinquenal de Derechos de la Niña, Niño y Adolescente es una instancia deliberativa y contralora, integrada mediante la más amplia convocatoria a nivel nacional. Será convocado por el Ministerio de Justicia y participarán en el Congreso, representaciones de las instituciones del nivel central del Estado Plurinacional; representaciones de los Gobiernos Autónomos Departamentales y Municipales; autoridades de la Naciones y Pueblos Indígena Originario Campesinas; representantes de los Comités de Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes y representantes de la sociedad civil relacionados con la labor de atención, prevención y protección de la niña, niño y adolescente, y con la garantía de sus derechos.</p> <p>II. El Congreso de Derechos se reunirá una vez cada cinco (5) años, a fin de aprobar el Plan Plurinacional de la Niña, Niño y Adolescente, y evaluar el cumplimiento del Plan del periodo anterior. Sus decisiones serán de carácter vinculante.</p>	Garantía de participação de autoridades indígenas no Congresso
Artículo 189	<p>SECCIÓN IV NIVEL INDÍGENA ORIGINARIO CAMPESINO</p> <p>ARTÍCULO 189. (RESPONSABILIDADES DE LOS GOBIERNOS INDÍGENA ORIGINARIO CAMPESINOS). Corresponde a los Gobiernos de las autonomías Indígena Originario Campesinas, ejercer las responsabilidades establecidas para los Gobiernos Autónomos Municipales, en su respectiva jurisdicción.</p>	Regulamentação do nível indígena no Sistema Plurinacional de Proteção Integral da Criança e do Adolescente

Artículo 190	<p>SECCIÓN V COMITÉS DE NIÑAS, NIÑOS Y ADOLESCENTES</p> <p>ARTÍCULO 190. (CREACIÓN). Se crean los Comités de Niñas, Niños y Adolescentes, como instancias de participación social, en los niveles central, departamental, municipal e indígena originario campesino. Los gobiernos autónomos departamentales, municipales y autonomías indígena originario campesinas, promoverán y coadyuvarán la conformación de dichos Comités mediante asesoramiento técnico y recursos económicos.</p>	Comitês de Crianças e Adolescentes com enfoque de criação nos territórios indígenas
Artículo 198	<p>SECCIÓN I JURISDICCIÓN Y COMPETENCIA</p> <p>ARTÍCULO 198. (JURISDICCIÓN Y COMPETENCIA).</p> <p>I. La Jueza o el Juez Público en materia de Niñez y Adolescencia, ejerce jurisdicción para resolver las acciones establecidas por este Código. Será competente en el ámbito territorial al que fue designada o designado.</p>	CONTRADIÇÃO. Definição de jurisdição torna exclusivo ao Poder Judiciário Estatal a jurisdição, desconsiderando as jurisdições indígenas.
	<p>CAPÍTULO I SISTEMA PENAL, RESPONSABILIDAD Y GARANTÍAS</p> <p>[...]</p> <p>ARTÍCULO 262. (DERECHOS Y GARANTÍAS).</p> <p>I. La o el adolescente en el Sistema Penal, desde el inicio del proceso, así como durante la ejecución de la medida socio-educativa, tienen los siguientes derechos y garantías:</p> <p>[...]</p> <p>f) A un Traductor o Intérprete. A contar con la asistencia gratuita de una traductora o un traductor, una o un intérprete si no comprende o no habla el idioma o lenguaje utilizado o se trate de adolescente en situación de discapacidad, en los casos que sea necesario;</p>	Direito ao interprete, abarcando as crianças indígenas.
Disposiciones Adicionales	<p>DISPOSICIONES ADICIONALES</p> <p>SEGUNDA.</p> <p>[...]</p> <p>“Artículo 258. (INFANTICIDIO). Se sancionará con pena de presidio de treinta (30) años, sin derecho a indulto, a quién mate a una niña o un niño desde su nacimiento hasta sus doce (12) años, cuando:</p>	CONTRADIÇÃO. Adoção do tratamento penal compromete o diálogo intercultural.

	[...] 5. La muerte sea resultado de ritos, desafíos grupales o prácticas culturales por parte del mismo agresor.	
--	---	--

- ENTREVISTA

Entrevista 3:

Entrevistada: Maritza Helen Acho Chucamani

Assis Da Costa Oliveira 0:07

Oh, bueno, sí, claro.

Ah, Maritza.

Primero gracias por la aceptación para participar con nosotros de este diálogo.

Estamos acá en un, en un proyecto de investigación que está vinculado con el Observatorio de los pueblos originarios y sus infancias, y este proyecto tiene por intención comprender cómo es están construyendo cómo se están implementando los derechos para bañes indígena, niñas, niños y adolescentes indígenas en algunos países de América Latina, entonces Bolivia, Ecuador, Colombia, Perú, México y Venezuela y Brasil, que es donde estamos ubicados en son este conjunto de 6 países, pero más que nada de los 5 países que que andinos y México, que son los países que he avanzado más en procesos de de construcción de derechos indígenas no, entonces nos interesa comprender también cómo se fue bajando ese proceso de los derechos indígenas para la niñez indígena, para el código de niñez y adolescencia y un poco también comprender contigo los conflictos, las dificultades, las experiencias,

bueno, un par de cosas que par nosotros sería interesante platicar contigo y saber también lo que lo que pienso, así también que otras informaciones adicionales de contactos de otros organizaciones o personas que también podríamos hablar también con otras personas más adelante.

Entonces, un poco de esto y que sea decirte también que soy profesor de derechos de la Universidad de Brasilia y acá está con Ana Rodrigues, que hace parte de nuestro grupo de trabajo. Está trabajando con nosotros también esta investigación.

Maritza Helen - Bolivia 2:22

Sí.

Mmm.

¿Bueno que quieres, podría decir para empezar, eh?

Yo en este mundo de lo que son los derechos de los niños y adolescentes he estado desde mis 12 años, he empezado con lo que ha sido el comité municipal y cuando estaba en la escuela, aquí en sexto de primaria, fue el primer año que yo empecé con todo esto del tema de los derechos de los niños y adolescentes, ahí empezó mi primera gestión, prosiguiendo a eso, no sé si me puedes esperar un minutito por favor.

Maritza Helen - Bolivia 3:40

1000 disculpas.

Es que les comento que justo en este momento estoy de viaje, estoy en la casa de mi abuelita y es complicado de tener aquí un espacio propio en el que yo pueda así expresarme sin que me interrumpan un poco van disculpar de verdad.

Ana Radig Morais 3:56

Bien.

Maritza Helen - Bolivia 3:58

¿Eh?

¿Cómo se les iba comentando?

Y aquí lo que se llama la ley 548, que es una ley en la que abarca todo lo que es los derechos de los niños, niñas y adolescentes en general.

En esta ley está lo que es los comités que yo les estaba comentando que fue donde yo empecé por siguiente a ese esa gestión se en esa gestión justo tuve compañeros que vi muchos casos en resalta, hacían de todo lo que son los sobre los derechos de los niños y adolescentes, fuimos a áreas rurales, justo visitamos provincias, llevando algunas cosas porque es muy triste, la verdad, ver como hay familias que aquí en Potosí por ejemplo que es la ciudad donde he nacido, en cómo lo podría expresar, el frío es tremendo, tremendo, se puede. aquí no hay necesidad de utilizar un refrigerador, el el patio es el refrigerador, entonces se hizo una campaña recolectando ropa para llevar a estas zonas a para los niños más afectados.

Eso es lo que yo podría recalcar hasta el momento sobre lo que en Da comentar, y es una parte de mí que yo les puedo contar si quisieran saber algo más.

Ana Radig Morais 5:25

Así.

Assis Da Costa Oliveira 5:32

Volví perdón.

Es que este horario ese día es siempre un poco difícil.

Con tengo mi hijo acá ya necesito ningún cuidado, también la crianza.

Bueno, Maritza, estabas ya platicando sobre tu trayectoria, un poco de tu inserción y actuación de este.

En este asunto Podrías continuar un poco, no sé si ya terminaste o no, pero que interesante comprender también como trabajas esta esta cuestión de los derechos de niños y adolescentes.

Maritza Helen - Bolivia 6:09

Y algo más sobre mi trayectoria ha sido que estado dos años en el comité municipal, luego de eso ya hay otra segunda instancia que es el comité departamental, que fue justo cuando les estaba comentando que hicimos una campaña para llevar ropa a las provincias más necesitadas, también hay otra instancia que ya está el Comité plurinacional, lamentablemente por mi edad ya no pudo ser partícipe de esto, porque para esa elección tenía que tener una edad mínima de 16 años para para ser partícipe del Comité plurinacional, porque los comités son avalados para niños entre los 10 hasta los 18 años, entonces en ese caso yo ya tenía 16 ya cumplidos los 17, entonces ya no podía ser parte de la tercera instancia, que es el Comité plurinacional.

Assis Da Costa Oliveira 7:01

Y bueno, la experiencia del Comité plurinacional, que es una experiencia de participación de adolescentes, que te parece ser interesante en términos de la propuesta, la incidencia, que es posible, y más que eso también pienso que también hay un grupo de gran relevancia de de adolescentes indígenas que también hace parte de su comité o no.

¿Esto algo que no llega a ser tanto o cómo te parece de tu propia experiencia participar?

Maritza Helen - Bolivia 7:30

Mmm.

Sí, hay mucha participación, la lo que es respecto sobre la los niños de origen indígena, ya que son electos por cada municipio por regiones y ahí van todos en general, ahí es

como que todos son unos seas de allá, seas de la ciudad, seas de áreas rurales, todos o no?

Es una participación, la verdad de la que yo, sinceramente, hubiera querido participar y hacer grandes cosas porque estando en el Comité plurinacional se puede hacer muchísimas más grandes cosas como leyes y proyectos, muchas cosas.

Algo que sí cabe resaltar es que siendo parte de los comités municipales y departamentales he visto que las autoridades no te toman mucho la importancia.

Mi primera gestión ha sido de revista.

Así, tal cual solo nos llamaban para eventos: día del niño, que es aquí en abril, que cuando era día del niño ya era de que “ya vamos a mostrar que hemos participado con los niños”, que hay comité municipal, que estamos avalando la ley 548, que hay participación de los niños sobre sus derechos, era como que después de 12 de abril nunca más hasta el fin de año.

Eso ha sido mi primera experiencia en el comité municipal con el alcalde, ahora con el actual alcalde que sigue desde mi segunda gestión es completamente diferente, él nos impulsaba, nos apoyaba, era muy bueno y era como que no, no si vamos a hacer un proyecto para los niños, nos metía en sesión, era como que se va a hacer esto que opinan ustedes desde ese aspecto y como eramos autoridades infantiles era como que sí podemos aplicar o sí no, no nos parece, preferimos cambiar eso. Nnos hacía partícipe de muchas cosas.

Aquí en Bolivia hay lo que es el desayuno escolar que esté a las escuelas es algo que dan todos los departamentos a los niños, entonces nos hacía partícipe de esto porque los desayunos escolares, debo ser sincera, eran feos, no me gustaban y bueno cuando nos empezaron a haber participado era como que no, no solo seremos nosotros porque todos vamos a consumir ese desayuno, entonces hacíamos partícipes a más colegios para que den su opinión respecto a eso. ¿Qué productos pueden y qué productos no?

Era más difícil, era más como participativo. Eso es lo que me gustaba, que desde esa gestión del segun alcade éramos más participativos en todo aspecto.

En ahí fue después que entrara a la departamental, ya lo había comentado y ya como les dije, la plurinacional, no entré. Como te decía medio de un poco del tema, en la plurinacional sí hay lo mismo que en la departamental, en la departamental igual son enviados dos participantes de cada municipio, como disse la ley un hombre y una mujer, 50% de varones, 50% de mujeres. eso es para que haya participación de los dos géneros.

Assis Da Costa Oliveira 10:17

No muy interesante, muy interesante, sí.

¿Y una duda, tal vez es tiene algún tipo de formación para durante el proceso de participación?

En el Comité participa de algún tipo de formación de de de, de, de aprendizaje sobre los Derechos del Niño adolescentes.

Maritza Helen - Bolivia 10:36

¿Sí hay, eh?

La primera vez que entré era por en los colegios o en las escuelas, hay lo que es el gobierno estudiantil, entonces yo en esa época era vicepresidenta de mi escuela, entonces ahí me llegó una invitación a la dirección y la directora dijo ya que vayan dos y vi que de todos los colegios de todas las escuelas estaban mandando dos representantes y ahí antes de la elección se nos informaba sobre los derechos, sobre que teníamos que hacer, que podíamos hacer con los derechos y sobre todo el trabajo en general, que se tenía que hacer. Si nos daban una capacitación.

Ya después de esa capacitación, tu veías si querías participar, si querías armar tu frente y si querías ser parte de este comité, entonces armabas tu base y ya verías ahí quienes podías llevar. ¿Quiénes eran activistas, quiénes en le entraban, quiénes tenían esas ganas de luchar por los derechos de los niños?

Entonces armabas tu plancha, presentabas tu plancha, tus propuestas, tus proyectos.

Basado de eso, los que no participaban, votaban.

Esa es la forma de elección y la forma de participación y capacitación que se nos hacía.

Assis Da Costa Oliveira 11:45

Sí, muy interesante, muy interesante.

Y tú, a partir de que de que edad 12?.

Maritza Helen - Bolivia 11:51

12 o 11 años, he estado en eso hasta mis 18, hasta que la ley ya no me lo ha permitido.

Assis Da Costa Oliveira 11:57

Sí, claro, pero el límite de edad de adolescente no pasó ya para juventud no salió.

Maritza Helen - Bolivia 12:04

No, pero ahora hay enterado, ahorita ya estoy estudiando en Sucre, justo estoy estudiando la carrera de Derecho y en Sucre ahí lo tienes el Comité Juventud de Niños y adolescentes, en lo que también me estoy empapando un poco, porque la verdad me sigue interesando, quiero seguir en estos temas y no, eso estaba viendo que ahora se está creando, lo comité, los comités de juventud aquí en Potosí igual, mis amigas licenciadas me dijeron que si estaba aquí para que sea partícipe, pero como estoy allá, es como que muy complicado esa situación ahorita.

Assis Da Costa Oliveira 12:12

Bueno.

¿Sí, y cómo llegaste a RedSurca, solo para saber?

Porque desde allá que es tu contacto, que que también yo participé de la RedSURca en algun momento, no como adolescente, ni como joven, pero sí como adulto referente de mi país, Brasil, en el Gobierno.

¿Entonces, cómo cómo llegaste y solo un poco para comprender un poco también está inserción?

Maritza Helen - Bolivia 13:00

¿Eh?

Fue mi segunda gestión, justo estaba con uno de los licenciados y justo me comentó sobre el proyecto y yo era de sí quiero, quiero entrar.

O sea, todo lo que me decían que podía participar, podía hacer valer los derechos, me dijeron, vas a hacer conocer sobre los derechos que hay en Bolivia y todo eso, yo era de quiero entrar, quiero empaparme más, me ha gustado siempre esto mucho. Yo la verdad antes de pensar en estudiar Derecho y era como que Medicina, pero un poco miden palpando ya de lo que es todo el tema de la política, los derechos, y era de no no, mi futuro está ahí en Derecho.

Ha sido así la elección, ha sido como que el licenciado ha visto quiénes éramos más participativos, quiénes tenemos compromiso, quienes que dábamos el 100% porque yo, a pesar de todo, a pesar de que tenía clases, actividades extracurriculares, me daba 5 minutos para ir a las reuniones para las actividades, para todo eso.

Todo eso y ahí fue cuando el licenciado me dijo que hay el proyecto de la RedSurca,

porque yo era así muy jovencita todavía cuando me dijo sobre el proyecto, entonces no tenía comprensión de la gran magnitud que es la RedSurca

Entonces me empezó a comentar más y lloré de sí, sí voy a entrar.

Y ahí fue cuando ya entré a la RedSurca entre a unas reuniones.

De entonces tuve complicaciones de salud, pero lo poco que llegué a conocer de la RedSurca me encantó y la verdad, si volviera a participar o si pudiera traer el tiempo y decir desde desde un hospital que siga participando, lo haría.

Assis Da Costa Oliveira 14:24

No es muy muy interesante y la RedSurca sí es muy interesante la interacción que tuvimos con los adolescentes fue increíble, tanto de Brasil, cuando de de de todas los los que son contactos de referencia de cada país de América Latina, entonces un aprendizaje constante.

¿Y ahora tienes qué tipo de vínculo con alguna, estás estudiando, sin duda, ya platicaste de hoy y de derecho, pero tiene algún tipo de vínculo con una alguna organización o algún tipo de institución, algo de esto, solo para saber?

Maritza Helen - Bolivia 15:00

¿Eh?

No todos los vínculos con organizaciones instituciones se ha quedado aquí en Potosí.

El año que yo he salido he decidido de irme a la Universidad, ahorita estoy en la San Francisco, que es una de las universidades más antiguas de Bolivia, de hecho este año cumplido 400 años ya de trayectoria y ahí me he ido a ir por más que todo porque la Universidad es buena.

El plan de estudios también es bueno, aunque creo que todas las universidades son buenas, pero me ha convencido más el hecho de quedarme y a estudiar y allá por eso el único contacto que tengo ahorita es con el Comité de Juventud de allá y estoy empapándome poco a poco, también allá sobre otros temas.

Allá no tengo muchas organizaciones, como son literalmente, soy nueva en todo el lugar, eso, pero sí tengo algunos algunos temas de contacto con las organizaciones que son a nivel nacional aquí en Bolivia, como es el tema de Actitud Verde que ellos han sido los organizadores de los comités plurinacionales y los departamentales, ya que son instancias a un más grandes, donde vienen niños de diferentes para ir de diferentes municipios y ciudades, hacer con hacer parte de los comités.

Assis Da Costa Oliveira 16:11

¿Sí, interesante y bueno, ojalá esto también tenga allí una balance, no?

Y así un poco, también comprender contigo y acá tenemos.

Bueno, déjame decirte que te está acá.

Opción de aire también Alcineide de es una estudiante indígena del pueblo por el pueblo Piratapuya. No sé si el tener está consiguiendo hablar con nosotros para también ha hacer una saudación.

Maritza Helen - Bolivia 20:25

En respecto a lo que son en las leyes de aquí en Bolivia para los niños, niñas, adolescentes, como ya te había dicho, eso es la el Código niño niña docente que es la 548, norma que es para los niños hasta los 12 años y los adolescentes hasta los 18.

Hay diferentes Marcos sobre los niños y adolescentes. De hecho, Bolivia ratifica los convenios internacionales sobre los derechos de los niños, el con las Naciones Unidas, EH?

¿Cómo te podría decir en los?

¿Niños hay un reflejo?

Assis Da Costa Oliveira 21:01

Yo creo que estamos con un problema, ahora se volvió tu tu voz.

No estaba más saliendo, pero ahora volvió.

Maritza Helen - Bolivia 21:08

¿Ah, en qué parte de qué parte me se me ha quedado escuchando?

Assis Da Costa Oliveira 21:13

Le estaba en una parte que ayer Bolivia, que Bolivia había firmado los códigos, los los convenios internacionales y después ibas a hacer una continuidad.

Maritza Helen - Bolivia 21:24

Así es como son los son los convenios con Naciones Unidas, donde los derechos se ven reflejados en las leyes.

Es un pacto con la ley que protege a los a la infancia boliviana, es parte en materia de

los derechos de los niños.

Hay desafíos, sí, me he dado cuenta.

Hay muchos desafíos de los niños indígenas, sobre todo una de las de los más grandes, a pesar de que estamos en el año 2024, es la gran tasa de pobreza que hay en Bolivia y la desigualdad. Son datos alarmantes de la pobreza infantil en pleno año, hasta donde me acuerdo en el 2020 hay un dato de 52.2% de niños indígenas con pobreza extrema frente a un 36% de población indígena, los indígenas, siendo más pobres que los urbanos. Hay mucha, muchísima desigualdad, los niños se enfrentan todavía más a temas más aparte de la pobreza, en hay temas de exclusión, violencia y discriminación.

¿Eh?

Estos temas deben reflejados en lo que es eran los temas educativos.

Bueno, eran reflejados, ya que cuando se mandaba estudiar a un niño, por ejemplo a un área que es más poblada, al niño ser un poco del área rural y con contar con menos recursos que un niño de la ciudad, es muy obvia la diferencia, empezando desde cómo va con su uniforme, de su mochila y de sus materiales, y lamentablemente hay muchos niños, aunque son hijitos de papi y mami que no entienden estos temas de que hay que ser un poco empáticos.

Hay que no, tienes que ser así, hijo, no tienes que ejercer el bullying, em decir em pocas palabras, eso es algo que te puedo decir.

Aunque la educación referente a eso ha avanzado mucho ya que hay más escuelas en las áreas rurales, hay más profesores, hay mejores condiciones.

Estos avances van acompañados con mejor, esos avances deberían ir acompañados con mejores condiciones sociales y económicas.

Es algo que hasta el momento no se ha logrado realizar, también en se se debe reformar todo esto, aun más que todo es un tema legal, es un tema muy, muy, muy complejo.

El otro tema voy a comentar, es un tema muy debatible, lo que es aquí en Bolivia, que es el trabajo infantil, se supone que está prohibido el trabajo infantil, pero el país tiene una aceptación muy interesante respecto a esto, es sobre los 12 años, no es muy clara esta norma, esto está asociado a los temas sociales, temas económicos de los niños de las áreas rurales. Hay niños que trabajan, pero los del campo son como que no trabajan porque necesitan el dinero en algunos casos, pero hay muchos casos donde tienen que trabajar para ayudar a sus padres.

Es como que en el campo se tienen que cosechar, los niños van y ayudan, les ayudan a sus papás, esto es un tema muy diferente a lo que se vive aquí en las ciudades, que es el

trabajo infantil que vemos niños en la calle vendiendo dulces en altas horas de la noche, saliendo de las discotecas, niños mecánicos, incluso aquí en Potosí que son las minas que es en Cerro Rico, hay niños que trabajan. Es un tema del que la verdad se ha debatido mucho y yo como ya te había comentado en lo que estaba en lo comité, había niños que trabajaban, aquí se los conoce como NAT [Niños, niñas y adolescentes trabajadores], es una organización donde van los niños trabajadores y se les da cierto apoyo económico.

De hecho, había una ley que aquí en Bolivia que en Potosí decían que el día del niño, niña trabajador, y si no me equivoco es celebrado el 9 de diciembre.

O bueno recordado el 9 de diciembre se les hace la entrega a estos niños que trabajan aquí en la ciudad.

O es de parte de estas organizaciones se les hace la entrega de una mochila con material escolar, ya que de ese es una forma de que el Gobierno diga que estamos apoyando la educación y todos esos aspectos, eso es lo que yo te podría decir a él, efecto a lo que son los temas de ley y educación de los niños aquí en Bolivia, sobre todo de los temas que indígenas.

Assis Da Costa Oliveira 25:45

En verdad, cantidad de información muy interesante y tal vez esta del trabajo infantil, ya que, como platicaste el Código de Infancia de Bolivia tiene una, una construcción diferenciada de cómo reconoce el trabajo infantil. Tiene una parte sí de explotación laboral que es prohibida, pero en la otra parte de trabajo comunitario no, que es lo que está en código y está ya la posibilidad de incluir participar de varios tipos de trabajos comunitarios como algo normativamente posible, no, entonces esto esta parte del trabajo comunitario que platicaste ya, esto tiene una cierta cómo es el proceso a través de no sé de de control o de fiscalización o de articulación entre lo que es hecho en trabajo comunitario con una cierta protección de los niños y niñas.

Y esto ocurre no ocurre, es algo muy difícil de de hacer un poco el monitoreo, el proceso de de de de yo quiero de no no controlen, sentido de, como si fuera posible hacer una cierta la prohibición, pero este articulación de lo que es hecho por las comunidades, y lo que come el Estado, participa de esta o no participa de este proceso de admisión o de reconocimiento de este trabajo comunitario.

Maritza Helen - Bolivia 27:20

Es lamentablemente no, aunque yo creo que debería haberse, pero es como que algo tal vez por así decirlo, muy común aquí en Bolivia, que el hijo siempre tiene que ayudar al padre o a la madre porque hay casos en los que yo tenía compañeras en colegio que llega, tenía clases en la mañana ya 8 tenías que estar en el colegio y ellas llegaban tarde ya de porque has llegado tarde y me decías que no le acompañado a mi mamá al mercado y abrir el puesto, le ayudado a armar el puesto, dejar la mercancía, ese tipo de aspectos, pero no te corresponde, pero me dice, que es que le tengo que ayudar.

Assis Da Costa Oliveira 28:00

Sí, comprendo.

Maritza Helen - Bolivia 28:00

Después tengo tenía un amigo que lo mismo, pero de él no era así, como por de él era en el campo, él era de una de las provincias de aquí a Potosí y se viene a estudiar justo a la ciudad y fue se perdió toda una semana y me dijo que había ido a ayudar a su familia con la cosecha, porque obvio es un sustento y me dijo que como su papá no tenía mucho dinero, le pidió ayuda a sus hijos para que le ayuden con este tipo de cosecha para que traigan aquí a la ciudad y lo vendan.

Es un tema de que por eso, como te digo, muy muy debatible, muy por, por así decirlo, es como que dos caras, por un lado sí se ve el control y por el otro no se ve el control porque es como que lo ven muy común, que el el hecho de que el hijo ayude al padre.

Assis Da Costa Oliveira 28:49

¿Sí, un poco, también de tradición no?

Y esto que esto que platicas no, y de la costumbre y ahí se pasa de un de un hijo para el padre, el padre, para el hijo y así va cambiando, pero esto no es no, no quiere decir que es algo malo, que es algo que puede causar un dueño, solo que bueno hace parte de toda una configuración histórica y sociocultural de los pueblos indígenas y esto se tiene también que que reconocer y comprender también sus procesos internos de educación y de producción. Entonces solo para no pasar una información, tal vez de mi parte, que estoy acá discordando de esto no es esto, solo para comprender un poco más detalles como el Estado se involucra, pero ya platicaste que lo ocurre, de hecho, no entonces, y en la parte de discriminación, que ocurre un poco que.

Maritza Helen - Bolivia 29:40

Ajá.

Assis Da Costa Oliveira 29:45

¿Hicieron una puntuación muy, muy rápida.

¿Qué se puede platicar un poco más sobre la cuestión de la discriminación en relación a la niñez indígena?

Maritza Helen - Bolivia 29:56

Mhm, Ah.

¿Respecto a la discriminación en lo que son los niños indígenas, Eh?

Va más que todo a lo que son.

¿Ya te había comentado, Eh?

¿Cuando iban venir aquí para estudiar, ella te dije de vista, se les veía que eran, no eran de aquí por las formas de decir uno, porque algunos venían con su ropita de campo, por ejemplo, Eh?

Yo estudié una temporada en La Paz, que es una ciudad aquí de Bolivia y veía que no sé si conocen la Pollera.

Assis Da Costa Oliveira 30:29

No, no, lo que es esto.

Maritza Helen - Bolivia 30:31

La pollera es un tipo de vestido muy característico de muchas familias aquí de Bolivia. De hecho, va la pollera varía, depende al lugar de donde son, en La Paz las personas se utilizan más grande, más pesada, más larga, aquí en Potosí se utiliza un poco más suelta, pero igual siendo siendo larga.

Ah, es un tema muy bonito de mi cultura que es la pollera y iba comentando que estudié una temporada en La Paz y nuestro uniforme eran faldas, una faldita a cuadros tableada y una chompa, pero la chica venía con su pollerita y la chupita y era como que allá no, no, no debe ser de la ciudad y sí no era de la ciudad, era una de las provincias de allá de La Paz.

Es un tema que ya te dije que es como que muy a la vista y veía cómo un poquito la

excluían en este tema ya mucho va a se basa en su forma de vestir, su forma de hablar y eso creo que es algo muy dañino porque hacen que esos tipos de personas se vuelvan muy muy cerradas.

Yo una vez tuve una conversación con esta mi compañera y era como que muy, muy platicadora, te echaba charla de todo, te pregunta de qué tal esto.

Que tal esta cosa y ahora de que muy muy agradable la persona.

Pero de pronto me iba con mis otras amigas y era como que no, no te tienes que juntar con ella.

Era como que ya desde ahí empezaba como que es simple vista la veía ni era como que ya la excluían, era como que no, es un tema de discriminación, que se podría decir que ya era aquí, que veía mucho.

Assis Da Costa Oliveira 32:12

Comprendí y creo que es, Ah, no sé si hay algún tipo de actuación del Gobierno, internos de Políticas para hacer algún tipo de sensibilización de la sociedad en relación a este tipo de discriminación en las escuelas.

¿Algo de esto?

Maritza Helen - Bolivia 32:32

En hay hay, pero no es como que causa un gran impacto, es como que ayuda a cambiar la mentalidad de ciertas personas, pero no como al 100%.

Es como que cambiar de un 50% de un 100%, o uno 50 a 75%, siempre vá a existir esa persona de cabeza cerrada que vá a decir que “no, es porque es el campo, porque es de allá, porque no es de nuestro contexto en factor económico”, así lo podría decir.

Pero sí hay charlas y se habla sobre el bullying, sobre la discriminación es algo que lesbian.

Ay, no me acuerdo en PCP. Plan de no me acuerdo la versión, pero es un PCP que cada unidad educativa tenía ya variaba de la zona y todo eso, justo un año nos tocó ser PCP sobre lo que es el bullying en las escuelas y el director de la escuela dijo aquí a hacer a los profesores actividades referente a esto. También hay el PCP sobre la alimentación, PCP sobre la salud, debería ya de la zona y del lugar.

Pero es que lo del director que se realiza este tema verlo él ya.

¿Cómo realizar este PCP?

P en Potosí, cuando estudié también teníamos un PCP sobre salud, entonces no sé si van

a hacer filas educativas a nosotros, a los niños, exponiendo sobre las enfermedades, sobre qué alimentos se pueden consumir para aumentar las defensas.

Todo este tema. En La Paz, ya cuando fui, era como un PCP más sobre referente al bullying, nos hablaban sobre que hay leyes.

Al momento no me acuerdo muy bien.

¿Qué tipo de leyes hay?

Pero ahí sí hay leyes normativas impartidas por el Gobierno respecto a esto.

Assis Da Costa Oliveira 34:18

¿Creo que le gran duda ahora es lo que es PCP, pero también los recordas del lo que sería no, pero algo como currículo no tiene alguna configuración de currículo escolar?

Algo de esto tal vez, no sé, estoy intentando.

También comprender esta esta expresión PCP, pero todo bien si no sabe, se nos recuerdas también, no te preocupes.

Que.

Maritza Helen - Bolivia 34:40

Era cuando estaba en escuela.

Ya cuando llegue al Colegio, no, no había ese tema, era como que ya fue discontinuado, por así decirlo, porque ya ninguna escuela se basaba en un tema en específico para realizar ferias educativas y todos estos temas.

Assis Da Costa Oliveira 34:57

Sí, claro, y bueno, volviendo un poco, es la cuestión de la pobreza y la desigualdad porque es es una contradicción, vamos a decir, social, lo que impide el acceso a los derechos no?

Y pusiste mucha, mucha énfasis.

¿Hay una pregunta es hay algunas algunas regiones que sufren más de este impacto de la de la pobreza y la desigualdad y el Cabezón.

Pueblos dentro de Bolivia, pueblos indígenas que sufre más de hasta 10 Guadal YY desde y la pobreza en sí y ahí también la hambre y desnutrición seguramente están asociados con esto y más allá de esto, también que otros que otros factores también te puedes también reflexionar con nosotros.

Existen para imposibilitar o para generar estas contradicciones.

No detener normativa es muy interesantes, pero 111 dificultad de implementación no para garantizar los derechos.

Maritza Helen - Bolivia 36:02

Mhm por el tema de la.
Ciudades.

O digo municipios, regiones.

Assis Da Costa Oliveira 36:07

Gestiones tal vez no sé, departamentos, no sé.

Maritza Helen - Bolivia 36:10

En municipios en sí hay afectaciones en no me acuerdo exactamente qué municipios son aquí de Potosí, que sufren de lo que es la escasez del agua.

Como ya te dije, es Potosí es una ciudad recontra fría, ya ya lo había comentado, aquí no se necesita un refrigerador, lo dejas afuera y se congela.

Ay, es, es un tema que en ciertas regiones no hay cañería, por eso mismo tema, ya que estas cañerías te congelan, entonces se congela todo lo que es el agua y esas aspectos, entonces sí hay en ciertas ciudades de eso y obvio, el agua es fundamental con el agua cocinas, con el agua te bañas, es algo fundamental para todo esto y me acuerdo que tenía una compañera justo en el Comité departamental que nos estaba comentando sobre este tema sobre qué podemos hacer?

Y nunca el Gobierno del departamento nos dio solución a este problema, muy a parte de esa comida te había comentado también que es el desayuno escolar, es algo que se les da a todos los niños y es algo que el gobierno lo tiene que cubrir. En ciertos municipios tampoco se daba lo que es el desayuno escolar, de hecho, tenían que hacer reuniones.

Así tipo rimac pampas, no sé si ubicas, es un, es algo que utilizaban aquí antes de los españoles que eran tipo cabildos, donde se ponían a una persona.

Hablaba y tenía que convocar a todos sobre qué temas y todas esas situaciones.

Eso es algo que se sigue utilizando en lo que son las regiones en rurales.

Es dónde se empezaban a comunicar, de que ya qué vamos a hacer para este año escolar de los niños, de esas ciudades donde estaba el Gobierno entonces le ponían de acuerdo, ahí ya yo voy a dar papá, otros daban a algo y empezaban a cocinar.

Por el tema de hambre que se vive en es algo muy contradictorio porque en el campo se come muchísimo mejor que en la ciudad, porque allá es todo completamente natural, completamente sanos, cien por ciento, como voy a decirlo, bueno, es 100% natural, no es como aquí que de aquí voy.

Assis Da Costa Oliveira 38:28

Sí, sí.

Maritza Helen - Bolivia 38:30

Al supermercado y ya que tendrá esa manzana o no sé ver.

Assis Da Costa Oliveira 38:35

Industrial, no.

Maritza Helen - Bolivia 38:36

Exacto, muy industrializado.

Ya está todo en la ciudad, en cambio, yo comer 100 por 100 sano.

De hecho, hay un desayuno que le dicen, Siri, que es quinoa con ahogado, que es un ahogado de cebolla con ágil y queso.

Ese es el desayuno de una persona que está en el campo, es lo que es desayunaba mi abuelita cuando me fui una temporada igual allá al campo, eso me daba desayuno y ya quiero qu estoy acostumbrada a desayunar café con leche y pancito y que me sirva este plato era como un almuerzo para mí, entonces eso?

Pero sí, lamentablemente, ahí pobreza en lo que son las ciudades y esto es más que todo visto, porque los niños del campo son muy flaquitos, muy muy flaquitos, aunque no solo es por la alimentación, también es por el trabajo que realizan allá en el campo, como ya te había comentado, es un hecho de ayudar a tu padre.

Entonces, si tu mamá se levanta 5 de la mañana, más que yo a las 5:00 de la mañana ir a ordeñar la vaca a recoger la papá recoger esto, que el otro, tener sus camas y todo eso, es como que mucha actividad física por parte también, ya que no hay transporte público o los autos, allá tienes que si quieres ir a una casa tienes que ir a tu escuela, es como que un kilometraje que tienes que ir, sabes lejísimos.

También en ese aspecto, pero sí he visto, lamentablemente, sobre ese aspecto es más que todo lo que me enojaba era sobre el desayuno escolar porque el desayuno escolar es

como que un derecho que nosotros tenemos es algo que yo, si el Gobierno nos tiene que dar y que allá se pongan de acuerdo en otros municipios se tenían que poner de acuerdo con los papás para ver quién cocinaba, quién tenían que hacer, quién se podía hacer para que los niños en un receso de la escuela tuvieran algo que comer.

Es algo que un de un poco te da impotencia en ese aspecto, verlo.

Assis Da Costa Oliveira 40:29

Es un problema muy grave, no porque esto dificulta la permanencia en la educación.

Muchas veces no.

Evasión escolar y la exclusión de escolar.

Pero sí, sí, sin duda, también pasa en Brasil.

O es distinto un poco de lo que pasa en las escuelas indígenas y otros pueblos tradicionales en Brasil es muy semejante este este proceso, no sé si Ana o Alcineide quieren también poner algunas cuestiones para para Maritza, para también, Ana, por favor, quédate libre.

Ya.

Ana Radig Morais 41:03

¿Ha sido pasar para usted?

¿Ahí va a se traducirá en la Posición Eugenia de saber sobre que están género?

Si existen tanto Políticas para que están, da igualdad de género entre minas y mineros, la crianza de adolescentes, como también comerá, identifica auxilio a la zona y discriminaciones.

O sí difference quieres en Chile acaba vendiendo otros lugares, se acaba haciendo un poco más de que para de esa guerrilla directo y tratamiento tomé.

Assis Da Costa Oliveira 41:39

No sé, se consiguió.

Comprendí o quieres que haga nada.

Traducción, porque está, básicamente, intentando saber un poco de las cuestiones de género y si hay algún tipo de política específica para discutir esto o para prevenir estos procesos, también de de violencia y como reflexiona sobre eso y quería también agregar esto, la protección de la de la sexualidad y la educación sexual, ya que el código de la infancia en Bolivia trae una serie de consideraciones muy, muy interesantes sobre

educación sexual y derechos sexuales y reproductivos.

No, entonces un poco comprender contigo como evalúas ese proceso de Bolivia.

Maritza Helen - Bolivia 42:28

¿Respecto a lo que generó en lo que en general o en los niños?

Assis Da Costa Oliveira 42:34

No, acá creo que más para las las chicas no las las chicas indígenas y todo, pero si quieres trabajar en general todo bien, no hay problema.

Yo creo que la pregunta de Ana fue más general, pero sé que eres así o quieras.

Maritza Helen - Bolivia 42:47

Ya y dos parte una en general y la otra ya referentes a los que es el tema de los de las mujeres indígenas en hay en normativas como ya lo había comentado en más que todo en los comités que utilizaba, lo que es el 55-50, el 50% de mujeres y 50% de varones.

en el comité era de 50% de mujeres y 50% de varones, se basaba en tener dos presidentes, una presidenta mujer y un presidente varón, ya que por por ejemplo en el primer año que yo estuve no se basaba en esto y era como que algunos ya escogían a un chico, porque a ver las chicas eran a veces dan sus votos, no por el simple hecho de que era capaz. No digo que los varones no sean capaces, pero hay que aceptar que a veces las mujeres en ciertos temas somos un poco capaz. Pero algunas escojian al chico porque les parecía bonito. ¿Por qué me parecía bonito?

Por eso voy a votar por él, era su respuesta.

No era del que por un tema base, por así decirlo, como que no porque tiene buenas propuestas, porque puede hacer esto porque sé que llegaría a hacer esto es como que no porque es bonito, voy a votar por él, entonces era como que el Presidente siempre era varón, en su gran mayoría, hasta que se implementó lo que es el 50-50, 50% de mujeres, 50% de varones, como que el Presidente tenía que ser una presidente mujer impresionante.

Varón y eso se relativizan todas las carteras, vicepresidencia igual vicepresidente, mujer, Vicepresidente varón en todos los temas. En es ahora respecto a lo que es en las mujeres indígenas, hay normativas que sí dan ese apoyo, pero al igual es como que no, en ciertas partes de Bolivia, igual hasta donde yo tengo, entendido que se sigue aplicando lo que es de una mujer no puede estudiar, una mujer tiene que casarse, tiene que mantener a

sus hijos, es algo que también veo en el contexto, aunque por más que ya sea tipo de mucho tiempo, algo muy arcaico es.

Ver todavía en la ciudad, no solo en las regiones que son áreas rurales.

Yo tenía una amiga que justo tenía una pareja, es una anécdota y chico, le decía cuando ella le decía yo voy a estudiar medicina. Ella quería ser cirujana plástica y él decía, no ya, y mi amiga es, es Silva pésima para la cocinar.

Para que vayan y era como que un chico no.

Primero tienes que aprender a cocinar, quieres aprender a hacer eso.

Tienes que aprender a hacer el otro y era como que muy de por qué, o sea, si ella quiere seguir sus sueños, ella quiere enfocarse en sus estudios, que tiene que enfocarse en eso.

Es algo que sí va a ir aprendiendo poco a poco, pero no es algo esencial.

Y después eso le dijo, yo quiero estar con una chica o con una mujer que sepa hacer cosas del hogar y era como que.

Y has quedado siglos, siglos, siglos atrás para tirar ese comentario y es algo muy lamentable que se siguió viendo no solo en ciertas partes de la ciudad y es algo que las mujeres también es como que te caen un poquito, es algo que se ve también en las áreas rurales, eso es algo que te puedo decir que es difícil.

Hay normativas, pero no es como que se aplican al 100%.

Es algo lamentable también, pero también hay asociaciones de mujeres indígenas, cómo son las Bartolinas Sisa, que es una Asociación de Mujeres, y las Bueno Azurduy, es otra asociación que también hay aquí en Bolivia, que es de mujeres indígenas que van a encabezado por mujeres indígenas y todas las mujeres que son partes de ahí, son de ese ámbito.

Assis Da Costa Oliveira 46:15

Ah, bueno, ahora ya están viendo que estamos con otra persona acá y no sé, no sé si hay alguna otra pregunta o nada.

¿Quieres poner?

Ana Radig Morais 46:26

No solo eso.

Assis Da Costa Oliveira 46:27

No es así, y tal vez comprender Maritza contigo si hay alguna otra organización, algún

otro contacto que comprendes que sería interesante que tengamos acceso no de de de personas, tal vez que trabajen con esta temática o en Bolivia, porque siempre algo difícil de no es siempre lo que están ahí, tal vez pueda unos ayudar a comprender mejor.

Maritza Helen - Bolivia 46:53

Mmm, sí, sí.

Hay, de hecho, en por el como ya les había comentado, yo estoy estudiando esto, cree entonces, allá también estoy trabajando de lo que es el área de comunicación social.

Entonces a veces me toca hacer ruedas de prensa, donde se ponen, como ya lo había comentado de esas organizaciones, entonces sí hay.

¿Puedo dar un aporte referente a esto, consiguiendo el número de alguna de las presidentas de esa área para que se pueda hacer una entrevista porque es algo muy bonito que se daría, es es muy interesante el tema, también sobre aspectos de qué, cómo manejan esto las mujeres?

Assis Da Costa Oliveira 47:18

A interesante.

Sí, claro.

Maritza Helen - Bolivia 47:27

Ahí que, a pesar de ser mujeres de pollera, porque también las mujeres de pollera ya ya le había comentado como que la venia es como un poco de discriminación, entonces es como que ver que hay armonización, el respecto de ellas es como que sí es un tema muy bonito y la verdad, si quisiera dar a conocer más esto, ya que es muy lindo que esas personas así y yo le digo así, familia era.

Assis Da Costa Oliveira 47:48

Oh.

Maritza Helen - Bolivia 47:51

Oyera, mi tatarabuela, era de pollera, De hecho tengo sus polleras por ahí en alguna parte de esta casa, es un tema muy bonito.

Y las mujeres se pudiera.

Incluso son más buenas, muchísimo más buenas que una mujer de pantalón.

Tu micrófono está apagado.

Ana Radig Morais 48:15

Phone.

Assis Da Costa Oliveira 48:24

Pero es un Pedro, Pedro, Pedro.

Tengo aquí happy mejor peinado.

Ay, mi amor, pensé mi amor.

Espera.

Ah, Dios.

Déjame escucharlo parece ahora ya, ya no tengo una pregunta.

Maritza Helen - Bolivia 48:47

Sí.

Assis Da Costa Oliveira 48:54

Eh quisiera solamente agradecerte Maritza por esta esta conversación y decirte que para nosotros Bolivia en un país muy es un, tenemos como un espejo de de cómo constitucionalizar a los derechos indígenas.

Tiene voy a dar un gran avance entonces medio 8, pero sabemos que eso no no se hace tan rápido así no.

Entonces, hay una serie de contradicciones, como ya pusiste, pero sin duda vamos a continuar a platicar y quisiéramos acá también dejar de está está este compromiso de que estaremos de mantener el contacto para tener una una red de una red de contactos de América Latina para continuar a discutir este sistemas.

Pensar y apoyos mutuos que de mutuos beneficios.

¿Sí, entonces, es el texto gradecerte, no sé, Ana Oh, han de quedar para algo más?

Ana Radig Morais 49:56

No, no, sí.

Assis Da Costa Oliveira 49:58

¿Cierto que eres una una, no?

La reflexión final, el Maritza.

Maritza Helen - Bolivia 50:05

Mhm, bueno, no, no primero agradecerte por la invitación, la verdad es que ella estaba un poquito cuidado.

Se podría decir porque hace mucho que ya no participaba de esas cosas y como que su mensaje fue como que voy a recuperar ese flujo que he prometido llevar siempre y decirte que sí.

Cualquier cosa, me puedes hablar si quieres, se puede ayudar desde aquí de Bolivia, porque la verdad quisiera hacer parte de toda esta investigación porque es un tema muy, muy lindo la verdad y decirte decirles a todos, muchas gracias por la invitación.

Que ya lo he dicho, es como que me siga tomando en cuenta para estas cosas es muy llenador para mí, porque siento que he hecho muy bien las cosas desde que he sido pequeña, desde que he empezado en todo este ámbito y a eso.

Cualquier cosa tienes mi contacto, me hablan si quieres que nosotros vistas o si quieres que te de un aporte o siga ayudando o si me dejarías.

Te voy a agradecer mucho, si me dejarías ser parte de más a profundidad de todo este tema.

Sobre esta investigación de verdad, de verdad, créeme que no te voy a defraudar.

Eso decirles, gracias te gusta verlos.

Conocido y solo decirte eso.

Assis Da Costa Oliveira 51:10

Pues hasta luego, ya ya está acá en juguetes, ya me voy.

Hasta luego.

Maritza Helen - Bolivia 51:21

Adiós.

Entrevista 4

Entrevistada: Cinthia Viracocha Tola

Assis Da Costa Oliveira 0:07

¿Bueno entonces, preguntarte un poco también de ti, comprende desde tu, de tu trayectoria, qué tipo de inserción tienes en esta temática de derechos de niñas, niños y adolescentes?

Si hay también un una énfasis de trabajo y de inserción en temática de indígenas, poco comprender esta parte más de introducción, no, de comprender tu contexto de de actuación.

Cinthia 1:25

Puedo, se me escucha.

Assis Da Costa Oliveira 1:27

Sí, claro.

Cinthia 1:28

¿Ya, EH?

Buenas tardes.

Primeramente gracias por convocarme, yo soy Cynthia de escuchar y yo estoy acá en Bolivia, en la ciudad de La Paz. Mmm.

Yo, la verdad estaba entre la RedSurca ya desde hace bastante, pero fue bastante tiempo, entonces me sorprendió un poquito que me escriba, yo formo parte de un voluntariado que se llama Guardianes de la Niñez.

Es un voluntariado acá de una fundación que se llama Fundación Monástico y Akita.

Mmm.

Y nosotros trabajamos ampliamente con derechos de la niñez y adolescencia, en la prevención de lo que es trata y tráfico de niños, niñas y adolescentes.

Es un tema que acá en lugares fronterizos como es Desaguadero, acá en La Paz tenemos un lugar que se llama Desaguadero, que es, se puede decir, Eh,

abre la puerta a Perú, que es otro país, entonces, trabajamos mucho lo que es la salvaguarda, darle los derechos de los niños, la libre opinión, es un tema que se ha ido trabajando aquí bastante y se ha visto mucho, no?

Entonces, es mm.

Se puede decir que en ese ámbito he ido yo trabajando un poquito a lo largo de este tiempito.

Assis Da Costa Oliveira 3:01

¿Y con esta temática de la trata, que es una temática muy transversal en términos de sujetos que son víctimas, Eh?

¿Cómo están trabajando específicamente?

¿Bueno, desde Bolivia la población indígena es muy grande, entonces tal vez seguramente estás trabajando con esta, con este grupo, no?

En términos de perfiles, tienes así una configuración específica de niñas y adolescentes indígenas que son también, pasan por esta esta situación de trata YYYY.

¿Qué tipo de de actuación tiene?

¿Tal vez con ellos?

Cinthia 3:41

Claro, lo primero es que dá talleres en unidades educativas, hablamos de capacitar, informar y prevenir en unidades educativas a estudiantes de secundaria.

Nos hemos enfocado en abarcar desde el tema bien básicos como es el autoestima, conocer sus derechos, hablar aquí tenemos una ley que es la ley 548, el Código Niño, Niña y Adolescente, en esta ley habla mucho sobre los derechos de la niñez y adolescencia, pero EH, no se cumplen. Creo que en cualquier lugar es así, existen leyes, códigos y cosas que están en papeles, pero muy difícilmente se cumplen, y acá es lo mismo, entonces tratamos de hacer conocer las leyes, pero más que nada que ellos desde su propia perspectiva, desde sus lugares hagan incidencia con estos temas de, ah, soy niño, soy niña, soy adolescente, puedo opinar, puedo hablar, puedo informarme.

Tengo derecho a estas cosas, más que tod, conocer porque al ser un lugar rural alejado, que es Desaguadero y otros lugares más, aquí como Caranavi, son lugares en los cuales no hay mucho lo que es los niños puedan opinar dentro, incluso se ha visto esto dentro del la familia o en la sociedad misma, el hecho de ver cómo están ellos entre ellos mismos, no?

Entonces hemos trabajado mucho con talleres y seminarios y dinámicas y sacar igual capaz.

En base a esto, varias cositas de infomación.

Assis Da Costa Oliveira 5:29

Sí, muy interesante, sin ti, ahí y acá hemos hecho la lectura de la ley 548, que es es la más novedosa de América Latina.

No fue la última.

El último código de niñez hacer producido entre los países de América Latina.

Y bueno, quería un poco así.

¿Profundizar contigo esta evaluación cómo cómo evalúas tu primero la configuración de la normativa en sí?

No, no, los derechos que están allá puestos, Eh, y esta posibilidad, que es inédita, no hay otro país que tiene esta configuración de un sistema plurinacional de protección integral de niñas, niños y adolescentes.

Entonces, un poco conveniente contigo.

Este aspecto más del Derecho en sí, no del Derecho en su formalidad dogmática normativa.

Y después, tal vez caminar un poco por este este desafío y retos.

Lo que tiene ahí como tal vez las principales demandas para la niñez, pero intentando hacer aquí una énfasis una vez más para la niñez indígena que sin sin duda aquí es algo que sería interesante tener alguna definición, entonces vamos trabajar un poco.

¿Cómo fue na construcción de la ley?

Se se fue una una conquista y como para usted, esta ley ha traído algunas, algunas importantes contribuciones tal vez.

Cinthia 7:05

Bueno, la ley 548 es una ley que garantiza y que establece los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes.

Está como ley que prevalece esto de la protección y prevención contra la violencia, cualquier tipo de violència, y la participación de los niños en ámbito social, de hecho la educación, sistemas de protección, familia y custodia, justicia juvenil, varios puntos, el trabajo infantil, y eso es un marco legal, sí.

¿Ah, pero me voy a como se, cómo se reconoce algo así?

Te entendí, tal vez formular un poquito mejor, por favor.

Assis Da Costa Oliveira 7:49

¿Sí, claro, claro, Eh?

Un poco, comprender contigo esta ley no, entonces un poco comprender.

¿Cómo evalúas sobre todo para la parte que tiene de derechos para la niñez indígena y lo que hay ahí?

De configuraciones que para usted es importante, por ejemplo, algo que nos llamó mucho la atención, que es el el el hecho de que la ley define distintas formas de configuración del derecho al trabajo y la explotación laboral.

Entonces, allá hay una configuración de trabajo comunitario, quieres algo también único en América Latina que no hay una un otro código que tenga esta distinción conceptual entre trabajo infantil de explotación económica y el trabajo comunitario. Entonces, el algo que que nos llamó mucho la atención, no sé, se da algo que podría practicar un poco.

Estas posibilidades que tienen la ley Y como, de hecho, ocurre y si hay conflictos, si hay dificultades de implantación o de construcción de una de una posibilidad de de haber este tipo de trabajo comunitario un poco, también comprender contigo.

Cinthia 9:06

¿Ya ahí ya esto, no del trabajo infantil, EH?

Yo sé que en la ley 548 hay un marco, un artículo que dice no la prohibición del trabajo infantil.

Esta ley del trabajo, o bueno, la prohibición de esto, recalca que niños, niñas, menores de 14 años no pueden trabajar.

O bueno, no están aptos para el ámbito del trabajo en el social, sin embargo, a lo que sé existen excepciones bajo condiciones estrictamente reguladas, Siempre y cuando no afecten la salud, el desarrollo y la educación del niño. Pero esto está escrito dentro de la ley 548.

Sin embargo, en la sociedad no se ve así.

Los niños muchas veces salen a trabajar para apoyar a sus familias, a ayudar y el dinero no es para ellos, lógicamente, va para la mamá, el papá, para ayudar económicamente en la casa se ha visto mucho que los padres incluso sacan a los hijos del colegio.

No, no le dan ese derecho de lo que es la educación en y a eso acá se ve mucho lo que es la mendicidad forzada, desde Potosí, que es otro otro departamento de acá, en muchas veces en festividades como Navidad, Año Nuevo, en vacaciones vienen acá los niños y empiezan con lo que es mendicidate, empiezan a mendigar en las calles, a

bailar, este ve mucho eso que se visten con ropas originarias de su lugar en Potosí tienen una vestimenta muy bonita, entonces se visten con originarios, ropas y empiezan a bailar en las calles con músicas tradicionales.

Entonces, están circulando los transeúntes y van dándoles el dinero, pero obviamente no es para ellos. Incluso a nosotros nos hemos propuesto ir hacer un diagnóstico de esto, incluso preguntarles qué hacían ahí.

Y algunos niños obviamente nos decían, yo vengo con mi mamá, yo vengo con mi tía y todos los días hacemos esto, otros vienen a vender lo que son frutas, tuna, otras frutas, venderlas y ganar de esto en entonces.

Yo creo que no está muy bien establecido, si está en papeles o no hay esto ahora en el caso de las condiciones para el trabajo en adolescentes en la ley, dice que de 14 a 18 años pueden trabajar, pero bajo condiciones que garanticen su protección y desarrollo.

El trabajo no debe, no debería interferir en su educación, eso es lo que dice dentro de la ley, pero si interfieren mucho, no. Incluso, ellos optan por ganar dinero y poner a un lado lo que es la educación y las condiciones de estas.

En lugares, en galerías, restaurantes o lugares que tenga que estén vinculados al a la ciudad como un lugar seguro, no aceptan que trabajen menores de 18 años.

Vas, un niño va y dice que quiere trabajar, le dicen eres menor, no puedes trabajar.

Cumple con los reglamentos de quien debe trabajar, pero existen lugares en los que si va con el padre o con un tutor y le dice yo le estoy dando el permiso para que mi hijo trabaje, le dan el trabajo, pero ahí viene lo que es la explotación infantil, en el cual no le pagan lo adecuado, no le pagan lo que debería de ser, y lo que debería merecer como cualquier ciudadano.

Si no le dicen no, yo estoy haciendo trabajar, entonces te voy a pagar lo que a mí se me dé la gana, y eso se ve mucho acá.

Assis Da Costa Oliveira 12:47

Sí, interesante, cinthya, y esto pone justamente esta dificultad, tal vez de de de hacer efectivamente esta distinción que la ley permite, no de de trabajo comunitario, y la otra, que sería la prohibición de la explotación laboral, de que como bien presentas ahí, en la realidad todo ocurre junto no y acá pregunto si hay alguna alguna política o un programa del Gobierno para hacer algún tipo de fiscalización de de de la parte de la explotación laboral y también de reglamentación del trabajo comunitario de los niños y niñas puedan hacer, y la otra que no pueden hacer. ¿cómo está esta parte del la actuación

del Estado en sí, no en la en la protección de esta niñez?

¿Ah, estás con el sonido cortado?

Cinthia 13:51

Gracias. Dentro de la ley 538 existen sanciones, sanciones específicas que cumplen la normativa del trabajo, la explotación laboral infantil, algunas de ellas si mal no recuerdo, está con las multas y sanciones administrativas, pero esto va a empresas y a empresas que contratan a empleadores menores de 14 años, mayores de 14 años ya no se se cuenta como una explotación.

Eso a lo que yo entiendo, eso está dentro de la ley.

Después existe otro otra sanción que escribe el cierre temporal del lugar o el cierre indefinido del lugar definido del lugar. Esto yo a lo que recuerdo es en casos de de que sea la explotación muy grave o que no le pague que sea netamente una explotación que le mantengan trabajando y no le paguen, o simplemente con comida.

Ah, yo con eso esto va mucho.

Cuando migran los niños de los sus pueblos, de sus lugares de origen, migran a lo que es, a la ciudad, los lugares urbanos por, obviamente, por necesidad, no por para sustentar a su familia o algo, en este caso cuando migran, lo que necesitan es un trabajo entonces, o lo que necesitan es alimentarse, y de eso es lo que se aprovechan y los le dan un plato de comida para, y con eso no les pagan.

Yo creo que eso sería 1 en el caso de y de explotación entraría

Assis Da Costa Oliveira 15:53

Tratos están escuchando.

¿Sí escuchas?

Cinthia 16:00

Sí, ahora sí te escucho.

Assis Da Costa Oliveira 16:01

Sí, sí, Ah, sí, el, porque se tuvo un problema con el Internet.

En una se congeló.

¿Entonces, EH?

¿Bueno, ahí está, no?

¿Y junto con esto, tal vez?

Saber si hay algún tipo de diálogo específico para las comunidades indígenas en relación a esta temática, se sabe si el Gobierno tiene algún tipo de programa o de actuación efectiva específica para plantear estas gestiones con las comunidades indígenas?

Bueno, una pregunta.

Cinthia 16:39

Así, hablar netamente con las comunidades no existen por parte del Gobierno, pero sí existen por instituciones o organizaciones fuera de este.

Entraría mucho lo que son las ONGs y también fundación y entra mucho aquí también la Defensoría de la niñez y adolescencia que es, en las comunidades más grandes o municipios más grandes existen lo que son las defensorías de la niñez y adolescencia netamente con su con su Gobierno y eso no, entonces lo que hacen allá.

La defensoría de la niñez y adolescencia, ellos básicamente tienen la autoridad para interpretar en situaciones de trabajo infantil y legal, emitir órdenes de protección y denunciar los casos ante las autoridades más altas correspondientes, obviamente a las defensorías también.

Son responsables de llevar un registro a las autoridades del trabajo para ver que los adolescentes están trabajando y supervisar el cumplimiento de las condiciones laborales que se dan.

Eso está estipulado, pero no se sabe.

O sea, la sociedad, las persona, los niños incluso, no conocen lo que debería la labor que deberían hacer las defensorías en estos lugares, simplemente están ahí.

Se supone que deberían hacer este trabajo, pero muchas veces no lo hacen, si es que se les molesta o se les exige que cumplan con estas cosas.

Assis Da Costa Oliveira 18:25

Y están defensores de la niñez y adolescencia, se parte de la Defensoría del Pueblo.

¿O es la misma cosa?

Cinthia 18:33

No es diferente, es parte del Estado.

El Estado cumple con alcaldías y dentro de las alcaldías entra lo que son las defensorías de la niñez y adolescent.

Assis Da Costa Oliveira 18:44

¿Ah en la alcaldía, cierto?

Es parte del Ejecutivo, del Poder Ejecutivo, si bien, y bueno.

¿Tú?

¿Sobre la parte de de más allá de la ley, usted tiene alguna sugerencia de otras normativas?

Que sea necesario comprender.

Bueno, estamos haciendo una investigación inicial sobre la Constitución y el código de la niñez, y también agregamos el plan know de la niñez y adolescencia de Bolivia, que es este plan que tiene ahí la configuración para 5 años de actuación, de planeamiento del Gobierno.

Y bueno, si hay algún otro documento que intenta escribir es importante también documentos jurídicos.

Sí.

Normativa que ha es importante que tengamos acceso, también fuimos a través de la ley de deslinde, que sabe que hace la concertación entre los sistemas jurídicos indígenas y el sistema jurídico estatal.

¿Eh?

¿Tienes alguna otra sugerencia de de de ley dentro de Bolivia?

Que sea interesante también para la la cuestión de la niñez y adolescencia.

Me están escucha.

Cinthia 20:21

Sí, perdón, y estaba un poquito hablando así, cerrando el tema de la ley 548, esta no ha sido actualizada en a lo que sé, esta ley se ha mantenido vigente desde el 2014, o sea, esta ley fue promulgada el 17 de julio del 2014 y la ley fue no fue actualizada, sino que se ha mantenido con los códigos y esto desde el 2014.

El código y eso desde el 2014.

1014 ahora, otras instituciones que protegen en por parte del Estado entraría esta después.

Hay una más, es la Ley 2026.

Sí es la Ley 2026 de Código de Niño y Niña Adolescentes.

Esta ha sido mucho más antes promulgada y reemplazada en hay otra que se conoce como la ley 263 y es con la que trabajamos, la Ley Integral contra la trata y tráfico de niños, niñas y adolescentes. Esta se une mucho con lo que es la 548 y tiene artículos más definidos en hacer valer en el ámbito de que se trata y tráfico y la prevención de este tema.

Assis Da Costa Oliveira 21:54

¿Ah perfecto perfecto YY tal vez saber contigo también te otras otras organizaciones o que sean que trabajen con con niñas y adolescencia u otras organizaciones indígenas y tal vez sea interesante hacer esta búsqueda de contactos para también establecer un diálogo, porque de Bolivia en realidad tuvimos alguna dificultad de tener contactos más específico de organizaciones, no?

Entonces conozco algunas personas como usted que que de la red surca que transitamos de allá por algunas reuniones de espacios, pero organizaciones no, no lo conocía, que bueno, que bueno, conocer tu fundación, que ya es una una referencia para nosotros.

¿Pero alguna otra sugerencia de de organizaciones?

Tal vez que ya trabajan específicamente con niñas y adolescentes indígenas, no, etcétera.

Estoy un poco también acá, reflexionando para intentar ampliar este este grupo de contactos.

¿Universidades?

Bueno, ahí muchas posibilidades.

Cinthia 23:06

Sí, De hecho hay varias, ya no conozco, no conozco a todas, pero sí hemos trabajado.

Bueno, sí, he conocido una, que es Caritas, otro es Save the Children.

Save The Children es una organización, una ONG que trabaja a grandes rasgos a nivel Bolivia en estos temas de lo que es derechos de niñez y adolescencia y hay muchos más, pero tendría que buscar y averiguar y se lo puedo pasar sus contactos.

Existen algunas dentro de estas al varias de esas tienen convenios con lo que son los las alcaldías, el Estado, la policía, no para que estos derechos se ejecuten y se se prevalezca, lo que es los derechos de los niños y adolescentes.

O en Bolivia, pero es es, es un trabajo muy moroso.

Cuesta mucho y tiene que ser grandes rasgos en las universidades, a lo que yo sé, no trabajan 100%, con lo que es niñez y adolescencia.

Acá también está grande lo que es UNICEF.

¿Yo creo que escuchó, no?

UNICEF, sí.

Assis Da Costa Oliveira 24:17

Sí, claro, sí, este.

Cinthia 24:19

Ser de Chile adelante.

Assis Da Costa Oliveira 24:23

Todo solo para platicar de que ya estás todo está también en Brasil.

Caritas, ser de Children y UNICEF también están tiene sus oficinas en Brasil y sin duda que son buenos contactos para intentar hacer esa inserción en el territorio.

Bueno, una última pregunta es, tal vez volviendo a la ley 548, es que esa ley de referencia no para trabajar este tema.

Hay allá una cuestión que es el reconocimiento de voz.

Sistemas jurídicos indígenas para el la resolución de conflictos internos de las Comunidades.

¿Cuando involucren niñez y adolescencia, Eh, hay algo que puedas platicar sobre esto?

¿Qué tipo de cómo está esta esta esta inserción, esta configuración, términos prácticos, no?

Esto, De hecho, ha estado ocurriendo.

¿O hay alguna alguna algún conflicto con el Estado para que esto pueda ocurrir?

Bueno, un poco saber si hay alguna posibilidad de diálogo también sobre esto.

Cinthia 25:33

La verdad, no tengo mucha base en esto de temas que por partes de comunidades originarias, pero algo claro que tengo es que cada comunidad originaria o cada pueblo originario o municipio tiene sus propias organización social de Estado, entonces en ellos muchas veces no prevalece esto de las o sea, no es tan importante dentro de su comunidad las leyes, los códigos, la misma alcaldía, la misma defensoría no le dan este,

se puede decir es el respeto de una infância, una institución que prevalezca sus derechos, sino que ellos mismos se forman en esto es muy conocido lo que son los Maycos, son las autoridades mayores dentro de cada pueblo originario, o Jilacata.

BRASIL

A proteção e promoção dos direitos de crianças indígenas no Brasil se fundamenta nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, tanto os que dispõem sobre temáticas referentes aos povos indígenas, quanto aos específicos a crianças e adolescentes, tomando-se por parâmetro as pessoas com idade inferior a dezoito anos completos. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, confere à Dignidade da Pessoa Humana a posição de um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, e reconhece a criança e o adolescente na condição de sujeitos de direitos. Nas leis e normas infraconstitucionais, destaca-se a Lei nº 8069/1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, abaixo, constam as principais informações acerca dos Direitos das Crianças Indígenas nos textos da Constituição Federal vigente e do Estatuto da Criança e do Adolescente, seguindo o alcance da pesquisa realizada nos demais países.

Posteriormente, será apresentada, a complementação da análise normativa sobre o tema, com a inclusão das normas referentes à Saúde; Educação; Assistência Social; as produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e leis federais e estaduais que tratam da temática relativa aos povos indígenas e suas infâncias.

Constituição Federal de 1988

Marco jurídico inicial, a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, promulgada em 1988, situa-se no contexto histórico e político como a Constituição Cidadã, pelo fato de ter sido a primeira após a redemocratização do país e responsável pela colocação dos povos indígenas e das crianças e adolescentes em patamares diferentes dos quais as Constituições anteriores fizeram. Por isso, abaixo

elencaremos os principais direitos com recorte étnico e etário dispostos constitucionalmente.

Dessa forma, quanto aos direitos dos povos indígenas, tanto individuais quanto coletivos, a Constituição em vigor dispõe sobre os seguintes temas: organização social; costumes; línguas; crenças e tradições; direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; educação, quanto à utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem; direitos culturais; demarcação de terras indígenas e autodeterminação dos povos.

Já no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes, o texto constitucional trata, especificamente, a respeito da assistência social; educação; garante, com absoluta prioridade o direito à vida; à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, bem como o direito de estarem a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Legisla também sobre a inimizabilidade; direitos sociais; direitos trabalhistas e direitos políticos.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988		
Palavras-Chave utilizadas: <u>menções à categoria etária</u> : criança, adolescente, jovem menor de idade; menor ; dezoito anos, dezesseis anos; infantil; <u>menções à categoria étnica</u> : Índio; Indígena; Comunidade; Povo//Povos; Tradicionais; Comunidades; cultura/Cultural; Étnica; Identidade; Autodeterminação; Grupos formadores da sociedade; política indigenista; tribais e análise do contexto geral da Lei.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-Chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 203, caput, II.	Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: II - o amparo às crianças e adolescentes carentes.	<u>Criança;</u> <u>Adolescente.</u> Assistência Social

<p>Art. 208, caput, IV.</p>	<p>Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.</p>	<p><u>Infantil:</u> Educação</p>
<p>Art. 227.</p>	<p>Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. § 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII; II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional</p>	<p><u>Criança:</u> <u>Adolescente:</u> <u>Jovem.</u> Com absoluta prioridade: direito à vida; à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. e, a estarem a salvo de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p>

	<p>habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;</p> <p>V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;</p> <p>VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;</p> <p>VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.</p> <p>§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.</p> <p>§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.</p> <p>§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.</p> <p>§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.</p> <p>§ 8º A lei estabelecerá:</p> <p>I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;</p> <p>II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.</p>	
Art. 228.	Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.	<p><u>Menores de dezoito anos: crianças e adolescentes.</u></p> <p>Inimputabilidade.</p>
Art. 229.	Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores , e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.	<p><u>Menores: crianças e adolescentes.</u></p> <p>Assistência; educação e</p>

		criação por parte dos pais.
Art. 7, caput XXXIII.	<p>Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.</p>	<p><u>Menores de dezesseis anos;</u></p> <p><u>Menores de dezoito anos.</u></p> <p>Direitos Sociais:</p> <p>Direitos trabalhistas.</p>
Art. 14, II, c.	<p>Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:</p> <p>II - facultativos para:</p> <p>c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p>	<p><u>Maiores de dezesseis anos e</u></p> <p><u>Menores de dezoito anos (adolescentes).</u></p> <p>Direitos Políticos:</p> <p>sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.</p>
Art. 231.	<p>Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.</p> <p>§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.</p> <p>§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p> <p>§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do</p>	<p><u>Índios;</u></p> <p><u>Comunidade;</u></p> <p>Organização social; costumes; línguas; crenças e tradições; direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.</p> <p>Posse permanente.</p>

	<p>Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.</p> <p>§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.</p> <p>§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.</p> <p>§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.</p>	
Art. 232.	Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.	<u>Índios:</u> <u>comunidades</u> <u>(indígenas).</u> Legitimidade ativa.
Art. 210 § 2º.	Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.	<u>Comunidades</u> <u>Indígenas</u> Educação – utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem.
	Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da	<u>Indígenas:</u>

<p>Art. 215 § 1º § 2º § 3º, V.</p>	<p>cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: V valorização da diversidade étnica e regional.</p>	<p><u>Segmentos étnicos nacionais;</u> <u>Diversidade étnica.</u> Direitos Culturais</p>
<p>Art. 67.</p>	<p>Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.</p>	<p><u>Índigena</u> Demarcação de terras indígenas.</p>
<p>Art. 4 III.</p>	<p>Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: III - autodeterminação dos povos.</p>	<p><u>Autodeterminação</u> Autodeterminação dos povos</p>
<p>Art. 216 e incisos.</p>	<p>Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.</p>	<p><u>Patrimônio cultural;</u> <u>Grupos formadores da sociedade;</u></p>

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990

A Lei nº 8.069/1990 dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente e dá outras providências, considerando criança a pessoa de até doze anos de idade

incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, e tem por princípios norteadores a Doutrina da Proteção Integral e a Prioridade Absoluta.

Por ser o Estatuto da Criança e do Adolescente e versar exclusivamente sobre o tema, lista-se a seguir apenas os direitos e deveres referentes à questão étnica, a serem: quanto à convivência familiar e comunitária, têm-se a prioridade de ocorrer no seio da comunidade ou junto a membros da mesma etnia; direito à consideração e respeito à identidade social e cultural; costumes; tradições e instituições; intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista e antropólogos, junto à equipe multidisciplinar e, nos casos de suspensão do poder familiar, intervenção de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista e antropólogos, junto à equipe multidisciplinar.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei nº 8.069 – 1990		
Palavras-Chave utilizadas: <u>menções à categoria étnica</u> : Índio; Indígena; Comunidade; Povo//Povos; Tradicionais; Comunidades; cultura/Cultural; Étnica; Identidade; Autodeterminação; Grupos formadores da sociedade; política indigenista; tribais e análise do contexto geral da Lei.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave</u> : Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 28.	<p>Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.</p> <p>§ 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório:</p> <p>I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;</p> <p>II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;</p> <p>III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista,</p>	<p><u>Indígena</u>; <u>Identidade social e cultural</u>, <u>os _____ seus</u> <u>costumes e</u> <u>tradições</u>; <u>Política indigenista</u> Convivência familiar e comunitária - prioridade de ocorrer no seio da comunidade ou junto a membros da mesma etnia. Consideração e respeito à</p>

	no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.	identidade social e cultural; costumes; tradições e instituições. Intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista e antropólogos, junto à equipe multidisciplinar.
Art. 157.	Art. 157. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade. § 2º Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto à equipe interprofissional ou multidisciplinar referida no § 1º deste artigo, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, observado o disposto no § 6º do art. 28 desta Lei.	Pais oriundos de <u>comunidades indígenas</u> Suspensão do poder familiar. Intervenção de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista e antropólogos, junto à equipe multidisciplinar.

5.1. Complementação da análise jurídica referente ao Brasil

Nos itens anteriores foram apontadas as principais contribuições da Constituição Federal em vigor e do Estatuto da Criança e do Adolescente para a garantia e efetivação dos direitos dos indígenas crianças no território brasileiro, em harmonia com o alcance do levantamento realizado quanto aos demais países objetos de pesquisa no Relatório Técnico em anexo a esta Nota Técnica.

A pesquisa das normativas brasileiras a respeito do tema avançou para outros campos, sendo: Saúde; Educação; Assistência Social; normas emanadas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; leis federais e estaduais que disciplinam o tema.

Estas últimas são responsáveis por disciplinar os diversos campos de atuação do Estado, da família e da comunidade em geral na efetivação desses direitos, de modo que nesta nota técnica serão apresentados aquelas que se referem, diretamente, aos povos e comunidades indígenas, assim como as que se direcionam a crianças e adolescentes.

Destaca-se que as normas específicas aos povos indígenas e às crianças e aos adolescentes precisam estar em consonância com a nova ordem constitucional brasileira, a qual já está vigente há mais de 35 anos, e que na análise apresentada a seguir ainda é possível identificar contradições na permanência de utilização de termos e expressões que perpetuam o racismo estrutural, os estigmas e o menorismo, assim como na não revogação de leis manifestamente ultrapassadas e já superada.

Apesar da constatação destas contradições, evidentemente situadas no Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 1973 -, diante do fato de a análise pormenorizada destas incoerências não ser o objeto do presente estudo, esta temática será explorada em estudos futuros, cabendo ao presente artigo, quanto às normas infraconstitucionais, a listagem destas; dos dispositivos que se referem aos indígenas crianças e a identificação de quais direitos e deveres são mencionados, estando as decisões metodológicas explicadas na introdução deste estudo.

Lei nº 6.001/1973

Trata-se de normativa embasada na concepção de assimilação dos povos indígenas, que já teve parte de seu conteúdo derogado formalmente com o advento da Constituição Federal de 1988, mas cuja vigência ainda permanece e pode oferecer algum subsídio para discutir os direitos das crianças indígenas, naquilo que não se coloque em contraposição ao paradigma constitucional dos direitos dos povos indígenas.

Objetivando apresentar o levantamento realizado a respeito da legislação brasileira infraconstitucional em vigor no Brasil, foi incluído na pesquisa a Lei nº 6.001/1973, à época denominada de Estatuto do Índio, sendo esta nomenclatura “Índio” desarmônica com a legislação atual e com os direcionamentos emanados do Senado Federal, que no Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação, quanto ao Estilo, determina no que se refere à Indígena/Etnia o que segue:

Para designar o indivíduo, use o termo indígena; não use o termo índio. Indígena significa "originário, aquele que está ali antes dos outros" e valoriza a diversidade de cada povo. Para se referir ao dia 19 de abril, use Dia dos Povos Indígenas (com iniciais maiúsculas). Não use Dia do Índio.

Recomenda-se também o uso dos termos aldeia, terra ou território indígena, em vez de tribo. Para o grupo de indígenas, use etnia ou povo.

Os nomes de povos indígenas são aportuguesados e escritos com inicial minúscula.

Use no plural: os ianomâmis, os carajás, os caiapós, os tupis, os caingangues, os guaranis, os uaimiris, os xavantes.

Apesar das contradições e inadequações não só terminológicas, mas também quanto ao conteúdo deste Estatuto, ao ser realizada a busca almejando identificar quais os direitos se referiam especificamente às crianças e aos adolescentes, constatou-se que existe apenas uma, a qual se refere ao Registro Civil, sendo garantido o direito ao Registro Civil, em livro próprio, de nascimento e óbito.

Normas que tratam o atendimento em casos de violência, emanadas pelo Poder Legislativo e pelo Sistema de Justiça

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítimas ou Testemunhas de Violência, normatizado e organizado pela Lei 13.431/2017 e Regulamentado pelo Decreto nº 9.603/2018, reconhece e considera de maneira específica a existência de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência e adequa estes procedimentos de oitiva às suas especificidades étnicas e culturais.

Neste sentido, o Decreto nº 9.603/2018, no art. 2º, VII, traz o princípio da não discriminação como uma diretriz, especificando a questão étnica e cultural; quanto ao idioma do depoente determina no art. 4º que: “A criança ou o adolescente, brasileiro ou estrangeiro, que fale outros idiomas deverá ser consultado quanto ao idioma em que

prefere se manifestar, em qualquer serviço, programa ou equipamento público do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, tomadas as medidas necessárias para esse atendimento, quando possível”.

No art. 8º estabelece o que o Poder Público assegurará condições de atendimento adequadas para que crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência sejam acolhidos e protegidos e possam se expressar livremente em um ambiente compatível com suas necessidades, características e particularidades.

Já o art. 17 determina que, no atendimento à criança e ao adolescente pertencente a povos ou comunidades tradicionais, deverão ser respeitadas suas identidades sociais e culturais, seus costumes e suas tradições, com destaque para a possibilidade de serem adotadas práticas dos povos e das comunidades tradicionais em complementação às medidas de atendimento institucional.

O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 299/2019 em que amplia as medidas necessárias para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, oportunizando novos subsídios para o atendimento diferenciado às crianças indígenas, sendo: no art. 18, § 2º, a garantia do intérprete étnico durante o depoimento especial para crianças indígenas; e, no art. 21, a intimação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para acompanhamento de depoimento especial de criança ou adolescente indígena.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), apresenta-se com relevante contribuição na normatização dos direitos dos indígenas crianças mediante as seguintes Resoluções apresentadas a seguir.

A Resolução nº 91 de 2003 trata sobre a aplicação das disposições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente à família, à comunidade, à sociedade, e especialmente à criança e ao adolescente indígenas, conferindo o direito ao respeito às peculiaridades socioculturais na aplicação do ECA.

Já a Resolução nº 181 de 2016 dispõe sobre os parâmetros para a interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, sendo os

dispositivos basilares para esta adequação os que se referem ao acesso aos serviços culturalmente apropriados no âmbito da saúde, da alimentação, da educação, dos serviços socioassistenciais, das medidas socioeducativas, das atividades de esporte e lazer, da convivência familiar e comunitária, do trabalho, do saneamento básico, da segurança pública, do meio ambiente e da seguridade territorial, etc; a adequação cultural dos serviços existentes ou a serem criados no âmbito das políticas setoriais, de caráter público ou privado; a aplicação intercultural dos direitos das crianças e dos adolescentes, de modo a assegurar a melhoria do atendimento e o respeito à diversidade cultural, particularmente na matriz curricular das Escolas de Conselhos e, quanto aos indígenas crianças em contexto urbano ou em itinerância, estabelece que os serviços ofertados devem prezar pelo reconhecimento do direito à autodenominação e pelo enfrentamento de tratamentos discriminatórios.

Datada de 2017, a Resolução nº 197 dispõe sobre a instituição de Grupo Temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

No mesmo sentido, a Resolução nº 214 de 2018 apresenta recomendações aos Conselhos de Direitos (estaduais, distrital e municipais) visando a melhoria da participação de crianças, adolescentes e demais representações de povos e comunidades tradicionais no controle social dos direitos de crianças e adolescentes, sendo uma destas recomendações a de que todos os conselhos de direitos deverão promover a participação de conselheiros representantes de povos e comunidades tradicionais na condição de conselheiros de direitos.

Finalizando a listagem das Resoluções do CONANDA, a de nº 228 de 2022 instituindo Grupo Temático para avaliar e propor estratégias, articulação de políticas públicas e serviços para a proteção, prevenção, atendimento e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes de povos originários e comunidades tradicionais.

Conselho Nacional de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) orienta e regulamenta a temática referente aos indígenas crianças nos seguintes documentos: Resolução nº 287, de 2019,

no que se refere a procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário, sendo, dentre eles, a adequação intercultural do procedimento de depoimento especial — tanto no sentido estrito (oitiva das crianças e adolescentes), quanto no sentido amplo (fluxo de atendimentos); compatibilização das normas nacionais com o Direito às suas culturas, tradições, formas de vida, línguas, conhecimentos e práticas, territórios, bem como aos seus próprios modos de proteção e de cuidado com a infância e a juventude e de resolução de conflitos em seus contextos comunitários, e a responsabilização de pessoas indígenas deverá considerar os mecanismos próprios da comunidade a que pertença a pessoa acusada, mediante consulta prévia.

A Resolução nº 299 de 2019 trata do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017 e determina, dentre outros procedimentos que, à criança ou ao adolescente indígena vítima ou testemunha de violência deverá ser assegurado intérprete, quando necessário, e será intimado o órgão federal responsável pela política indigenista da data designada para o depoimento; o atendimento dos povos e comunidades indígenas seguirá as diretrizes de respeito à autoidentificação, respeito às especificidades socioculturais, priorização do atendimento presencial, respeito à língua materna e se pautará pela observância da autonomia desses grupos e pela construção de diálogo intercultural permanente, de caráter interseccional e que o diálogo intercultural deve abranger os princípios da informalidade, presença física e tradução intercultural.

O Manual de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais – Conselho Nacional de Justiça, 2021 - apresenta estratégias interculturais de proteção integral, determinando o direito à autodeclaração, referente à etnia, à língua, ao povo e à comunidade tradicional ao(à) qual pertence a vítima ou testemunha que participa dos processos judiciais; à adequação intercultural do procedimento de depoimento especial — tanto no sentido estrito (oitiva das crianças e adolescentes), quanto no sentido amplo (fluxo de atendimentos); à identificação do pertencimento étnico e linguístico no âmbito dos sistemas de informações oficiais do sistema de justiça e a proteção contra violência institucional.

Produzida em 2022, a Resolução nº 454 estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao judiciário de pessoas e povos indígenas, garantindo o direito de desfrutar de sua própria cultura, de professar e praticar sua

própria religião e falar a própria língua. No capítulo III estabelece um conjunto de normativas para o acesso à justiça por crianças indígenas, com foco nas garantias de desfrutar a sua própria cultura, religião e língua (Art. 20) e em assuntos relativos ao acolhimento familiar ou institucional, adoção, tutela e guarda, ter considerados e respeitados os costumes, a organização social, as línguas, as crenças, as tradições e as instituições dos povos indígenas (Art. 21).

Por fim, no que se refere ao CNJ, a Resolução nº 524 de 2023 é a responsável por estabelecer procedimentos para o tratamento de adolescentes e jovens indígenas em caso de apreensão, de representação em processo de apuração de ato infracional ou de cumprimento de medida socioeducativa no âmbito da Justiça da Infância e Juventude ou juízos que exerçam tais competências, de modo que a apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa deverá observar o diálogo interétnico e intercultural; a autoidentificação do adolescente poderá ocorrer em qualquer fase do processo ou execução da medida; as medidas socioeducativas deverão considerar os mecanismos de resolução de conflitos próprios da comunidade indígena a que pertença, mediante consulta à comunidade e a autoridade judicial adotará medidas para garantir o respeito às culturas e valores de cada etnia.

Conselho Nacional do Ministério Público

Soma-se a esta normatização e proteção dos indígenas crianças o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mediante a Resolução nº 230 de 2021, que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais, garantindo que o atendimento dos povos e comunidades indígenas seguirá as diretrizes de respeito à autoidentificação, respeito às especificidades socioculturais, priorização do atendimento presencial, respeito à língua materna e se pautará pela observância da autonomia desses grupos e pela construção de diálogo intercultural permanente, de caráter interseccional; o diálogo intercultural deve abranger os princípios da informalidade; a presença física e tradução intercultural e que o território seja o eixo central em torno do qual gravitam os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

Saúde

A Saúde Indígena e, especificamente a referente à crianças e adolescentes indígenas, está disciplinada pormenorizadamente na legislação brasileira, sendo tratada também nas especificidades nas comunidades isoladas ou de recente contato.

A Lei nº 9.836, 1999, é a que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e não trata especificamente à criança e ao adolescente, e o Decreto nº 3.156, 1999, dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde, possuindo como diretriz para a saúde indígena a redução da mortalidade infantil.

Ainda exemplificativamente, citamos imprescindíveis para o estudo da temática da saúde indígena de crianças e adolescentes a Portaria nº 254, 2002, que aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e Portaria nº 1.130, 2015, a qual institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do SUS, e inclui a participação de parteiras na equipe técnica.

Estando no Relatório Técnico em anexo a lista completa do levantamento realizado, bem como os principais direitos mencionados em cada norma analisada, ressaltamos que nos termos da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, esta segue as seguintes diretrizes: organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas na forma de Distritos Sanitários Especiais e Pólos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam; preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural; monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas; articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde; promoção do uso adequado e racional de medicamentos; promoção de ações específicas em situações especiais; promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde envolvendo comunidades indígenas; promoção de ambientes saudáveis e proteção da saúde indígena; controle social e que a interpretação deve estar de acordo com os direitos garantidos às crianças e aos adolescentes.

Educação

A Educação Escolar Indígena tem por norma fundamental a Lei nº 9.394/1996, responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas

Indígenas, este produzido pelo Ministério da Educação, em 1988. Soma-se a estas o Decreto nº 11.556/2023, instituindo o compromisso nacional da criança alfabetizada.

Quanto ao Conselho Nacional de Educação, incide na temática no Parecer nº 14, de 1999, dispondo sobre a educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue e reconhecimento legal da diversidade cultural e, no mesmo sentido, no Parecer nº 13, de 2012, que faz referência ao direito à educação escolar diferenciada; à diversidade cultural; à informação e à consulta livre, prévia e informada e, na Resolução nº 5, de 2012, estabelece o direito à educação escolar diferenciada; à consulta livre, prévia e informada; à diversidade cultural e à própria língua.

Assistência Social

As políticas e serviços de Assistência Social direcionada aos indígenas crianças estão disciplinadas por normas emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social e por Leis, Decretos e Portarias criadas pelo poder Legislativo Federal.

Destas Leis, citamos como basilares a Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica De Assistência Social – LOAS, a qual dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e a Resolução nº 33, de 25 de setembro de 2019, responsável pela instituição do Grupo de Trabalho sobre os Povos Indígenas.

Quanto ao Conselho Nacional de Assistência Social, citamos a a Resolução nº 145/2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Resolução nº 20, de 2020 dispõe sobre acesso de família pertencentes a Povos Indígenas aos benefícios e serviços ofertados no âmbito da Rede Socioassistencial e apresenta os seguintes direitos: direito à não discriminação; à informação; à autodeclaração; à consulta livre, prévia e informada; à diversidade cultural e à assistência social.

A Assistência Social brasileira tem por princípios o atendimento das necessidades sociais da população, a universalização dos direitos sociais, o respeito à cidadania, autonomia, à convivência familiar e comunitária e a igualdade de direitos, sem discriminação de qualquer natureza e, nos casos de atendimentos às famílias indígenas se prevê também a observação do respeito às diferenças; diversidade étnica, cultural e linguística e à autodeterminação.

Legislação dos estados subnacionais no Brasil

O OPOI tem atuado em alguns estados subnacionais no território brasileiro que foram incluídos na segunda etapa da pesquisa do GT, de modo a possibilitar o entendimento das normativas presentes nestes locais de produção estadual que versavam sobre aspectos relacionados às crianças indígenas.

Cabe informar que a pesquisa é de caráter exploratório e foi desenvolvida para traçar um panorama das normativas vigentes, sem realizar a análise detida das políticas públicas relacionadas a elas, pois extrapola o foco do GT e dos objetivos da pesquisa.

Amazonas

O estado do Amazonas possui a maior população indígena entre os 26 estados e o Distrito Federal. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)¹, o Amazonas detém 490.854 pessoas indígenas, o que representa 28,98% da população indígena total, com os municípios de Manaus, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga figurando como os municípios com maior população indígena absoluta no país.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, s/d)², no Amazonas há a presença de indígenas de 67 etnias, correspondendo a representação de 21% do total de etnias no país, no quantitativo de 305, segundo o Censo de 2022 do IBGE.

Cabe indicar que o Governo do Estado do Amazonas já teve em sua estrutura institucional a Secretaria para os Povos Indígenas (SEIND) que foi extinta em 2015, e em seu lugar instituiu-se a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM), com base a Lei Estadual n°. 4.213, de 08 de outubro de 2025, e o Decreto Estadual n°. 36.653, de 28 de janeiro de 2016, havendo um pleito recente pela recriação de secretaria específica para os povos indígenas (ALEAM, 2023)³.

¹ Cf. IBGE. *Censo demográfico indígena de 2022*. Brasília: IBGE, 2022.

² Cf. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos indígenas do Amazonas, s/d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Amazonas

³ CF. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. *Criação de Secretaria Indígena “é de extrema importância no Amazonas”, diz Belarmino Lins*. Assessoria de Comunicação, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/criacao-de-secretaria-indigena-e-de-extrema-importancia-no-amazonas-diz-belarmino-lins/>

Na Constituição do Estado do Amazonas (ALEAM, 1989) são estabelecidas as bases jurídicas dos direitos dos povos indígenas e dos direitos de crianças e adolescentes em aspectos relacionados à educação, cultura, integridade territorial, patrimônio artístico-cultural, meio ambiente, educação, saúde, turismo, entre outros aspectos, com especial destaque para:

- *Pleno exercício dos direitos sociais*: a obrigação do Estado e dos municípios garantirem o pleno exercício dos direitos sociais contemplados na Constituição da República Federativa do Brasil, com especial atenção à proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao jovem e à pessoa idosa (Art. 4º, IV);
- *Medidas específicas na saúde e educação*: trata-se da obrigação do Sistema Estadual de Saúde de prestar atendimento odontológico preventivo às crianças até os 12 anos de idade (Art. 185, XIII) e da observação pelo Sistema Estadual de Educação da garantia aos povos indígenas de utilização de suas línguas e processos de aprendizagem próprios (Art. 199, i);
- *Proteção integral de crianças e adolescentes*: previsto no artigo 242, § 4º, com conteúdo similar ao do artigo 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e complementado, no artigo 243, pela obrigação de formulação e implementação da Política Estadual e Municipal de Atendimento à Criança, ao Adolescente e ao Jovem, instrumento esse até hoje não elaborado, ao menos em nível estadual, e que, hoje, deveria se materializar via Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, segundo a Resolução nº. 171/2014 do CONANDA, prezando pela inserção de medidas específicas da diversidade étnica em consideração ao disposto na Resolução nº. 181/2016 do CONANDA;
- *Direitos dos povos indígenas*: inscritos nos artigos 249, 250 e 251 da Constituição Estadual, com destaque para a obrigação do Estado destinar recursos para “atender a assistência, valorização da saúde, educação e cultura, geração de renda, organização e promoção dos direitos dos povos indígenas” (Art. 294, § Único) (AMAZONAS, 1989).

A legislação infraconstitucional estadual mapeada para aplicação no cenário das crianças indígenas foi resumida no quadro abaixo para melhor compreensão do conteúdo e das possibilidades de aplicação para o contexto das crianças indígenas do Amazonas.

Instrumentos normativos do Amazonas aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas do Amazonas
Emenda a CE nº 102, de 12 de dezembro de 2018	Acrescenta parágrafo único ao artigo 249 da Constituição do Estado do Amazonas, destinando 0,5% (cinco décimos por cento) da receita tributária, exclusivamente para assistência, valorização cultural, geração de renda, organização e promoção dos direitos dos povos indígenas	Assegurar que uma parte desse recurso seja destinado às demandas específicas das crianças indígenas com base em evidências e participação de crianças e povos indígenas.
Lei Ordinária nº 5.051, de 13 de dezembro de 2019	Institui, no âmbito do estado do Amazonas, a terceira semana do mês de abril, como a semana da valorização da cultura indígena e dá outras providências.	Fomentar com que as escolas e demais instituições da rede de atendimento desenvolvam atividades de valorização das culturas e histórias dos povos indígenas do Amazonas (Art. 2º).
Portaria Conjunta nº 35 de 31 de outubro de 2022 do TJAM	Cria o Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas e Justiça Criminal, tendo como objetivo a implementação da Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas	Verificar as medidas adotadas pelo GT para implementação da Resolução nº. 524/2023, voltada aos adolescentes e jovens indígenas nos processos judiciais e na aplicação de medidas socioeducativas.
Resolução Legislativa nº 935, de 13 de dezembro de 2022	Cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas.	Incidência para que a defesa dos direitos indígenas (Art. 1º) perpassa as demandas específicas das crianças indígenas nos diferentes âmbitos de seus direitos.

Lei Ordinária nº 6.303, de 19 de julho de 2023	Reconhecimento das línguas indígenas faladas no Estado do Amazonas como patrimônio cultural imaterial, estabelece a cooficialização de línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas	Garantir a valorização da socialização primária das crianças indígenas na língua própria de seus povos (Art. 8º) e o desenvolvimento de educação intercultural e bilíngue (Art. 6º, § 2º), além de estabelecer medidas na Política Estadual que contemplem as crianças indígenas, quando de sua construção e vigência, assegurando a participação de crianças indígena, além da valorização dos intérpretes nas políticas de atendimento (Art. 7º).
Lei Ordinária nº 6.529, de 20 de outubro de 2023	Institui a “Semana da Mulher Indígena”, no âmbito do Estado do Amazonas, realizada anualmente nos dias antecedentes ao dia 5 de setembro	Oportunizar o desenvolvimento de ações para discutir os direitos, as políticas públicas e as realidades das meninas indígenas (Art. 3º).
Lei Ordinária nº 6.929, de 06 de junho de 2024	Reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado do Amazonas	Definir de que forma se deve reconhecer e proteger a participação de crianças indígenas na produção e comercialização do artesanato em abordagem intercultural.
Provimento n.º 459/2024-CGJ/TJA M	Inclusão na certidão de nascimento do nome indígena do registrando, de sua livre escolha, no estado do Amazonas. Com o Provimento, será possível colocar etnia como sobrenome no documento	Assegurar o direito ao registro civil com respeito à identidade étnica e formas de nomeação própria de cada povo
Termo de Cooperação Técnica PR-AM-00035276/2024	Inserção do componente curricular História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas das redes municipal e estadual de ensino do Amazonas	Cumprimento da garantia da educação escolar com respeito às especificidades étnicas, conforme a Lei no. 11.645/2008, em especial no contexto urbano

Fonte: elaboração própria.

Distrito Federal

O Distrito Federal, a capital do país, está na penúltima colocação no quantitativo de população indígena segundo o Censo de 2022 do IBGE, com a presença de 5.813 pessoas indígenas, só a frente de Sergipe, que possui 4.708 habitantes indígenas.

Ainda que o IBGE classifique a totalidade da população indígena no Distrito Federal como residentes fora de terras indígenas, deve-se reivindicar a existência de, pelo menos, uma terra indígena, conhecida por Santuário dos Pajés, localizada na região Noroeste de Brasília, e que possui membros dos povos Fulni-ô Tapuya, Tuxá, Kariri-Xocó, Guajajara e Tupinambá, cuja ocupação tradicional iniciou em 1957 (Fiocruz, 2023)⁴.

Na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), publicada em 8 de junho de 1993, não consta nenhum capítulo específico aos direitos dos povos indígenas, possuindo um único direito específico presente no Art. 235, § 3º, que estabelece que o “currículo escolar e o universitário devem incluir, no conjunto das disciplinas, conteúdo sobre as lutas das mulheres, dos negros, *dos índios* e de outros na história da humanidade e da sociedade brasileira” (Distrito Federal, 1993), ainda assim mesclado com outros segmentos sociais.

Em termos de direitos de crianças e adolescentes, a LODF apresenta um conjunto de medidas que podem recepcionar as crianças indígenas, sendo as principais:

- *Objetivo prioritário*: a promoção, a proteção e a defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens consta como um dos objetivos prioritários do Distrito Federal (Art. 3º, XII);
- *Saúde integral*: a definição de que as crianças e adolescentes devem receber atendimento integral à saúde por intermédio de equipe multidisciplinar (Art. 207, XVII), o que inclui discutir a presença de profissionais da Antropologia e intérpretes étnicos na atenção às crianças indígenas, entre outros aspectos, com base na Resolução nº. 181/2016 do CONANDA;

⁴ Cf. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Indígenas lutam por permanência e reconhecimento de santuário e território tradicional. Mapa dos Conflitos, 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/df-indigenas-lutam-por-permanencia-e-reconhecimento-d-e-santuario-e-territorio-tradicional/#::~:~:text=A%20comunidade%20ind%C3%ADgena%20Bananal%2C%20tamb%C3%A9m,%2DXoc%C3%B3%2C%20Guajajara%20e%20Tupinamb%C3%A1.>

- *Proteção integral de crianças e adolescentes*: estabelecida nos artigos 267 a 269-A, e delimitando o detalhamento de garantias relacionadas à prioridade absoluta em relação ao acesso à educação infantil, amparo às crianças e adolescentes em situação de orfandade e o atendimento socioeducativo (Art. 267, § 1º, I, IV, V), além de estruturação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e do percentual mínimo de repasse anual (Art. 269-A).

Em relação à legislação complementar do Distrito Federal, no quadro abaixo organiza-se a disposição das que possuem algum tipo de afetação aos direitos e especificidades das crianças indígenas.

Instrumentos normativos do Distrito Federal aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas do Distrito Federal
Lei nº. 3.525, de 11 de janeiro de 2005	Reserva de 30 bolsas de estudo do Programa Renda Universidade, para alunos de origem indígena matriculados em instituição de ensino superior no Distrito Federal	Garantir que a medida seja efetivada nas atuais políticas de acesso ao ensino superior existentes no Distrito Federal, como garantia aos adolescentes e jovens indígenas.
Lei nº. 5.816, de 3 de abril de 2017	Institui a priorização no atendimento de crianças indígenas no processo de matrículas em creches e demais instituições de ensino da rede pública.	Garantia necessária do direito à educação de crianças indígenas que, no entanto, deve ter reformulado o art. 3º para que conste o documento de identidade, e não o RANI, como documento necessário para a solicitação de reserva de vaga, além de outros possíveis documentos, como declaração de pertencimento étnico assinada por liderança indígena.
Decreto no. 39.087, de 29 de maio de 2018	Institui a Política Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Distrito Federal	A Política estabelece o respeito a diversidade étnicorracial como princípio (Art. 5º, II) e na formulação das medidas de prevenção (Art. 6º, I), atenção (Art. 6º, II, a, b) e participação e

		protagonismo (Art. 6º, IV), além de possibilitar a criação de grupo temática sobre as crianças indígenas (Art. 8º). Deve ser trabalhada a incorporação das especificidades das crianças e povos indígenas no Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra as Crianças e Adolescentes do Distrito Federal (Art. 7º, § 1º, I).
Lei no. 6.794, de 25 de janeiro de 2021	Institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial	Assegurar a estruturação do programa família acolhedora com famílias indígenas para reinserção familiar de crianças indígenas, considerando o Art. 28, § 6º, ECA, e a adequação dos requisitos para melhor atender as especificidades étnicas, em especial do Art. 4º, I, e Art. 7º, II.
Decreto nº. 42.542, de 28 de setembro de 2021	Política Intersetorial de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes do Distrito Federal	Adoção do enfrentamento às violências contra as crianças indígenas tomando por base o princípio da igualdade e direito à diversidade (Art.5º, II) e a atenção integral às vítimas indígenas de violência com respeito às diversidades étnicorraciais (Art. 7º, II, a, b).
Decreto nº. 42.544, de 28 de setembro de 2021	Institui o Observatório Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente	Oportunizar o acesso a dados desagregados por etnia ou povo e comunidade tradicional para levantamento dos dados e subsídio às políticas públicas.
Lei no. 7.006, de 14 de dezembro de 2021.	Institui a Política Distrital pela Primeira Infância	A referida Política apresenta como um de seus princípios “valorização das diversidades culturais, étnicas, raciais e religiosas das infâncias, inclusive dos povos e comunidades tradicionais” (Art. 2º, V), o que deve ser a base da implementação das políticas públicas contidas

		nela, em especial a priorização do atendimento nas políticas sociais públicas (Art. 10º), e também considerando as diferenciações contidas em outros trechos (Art. 7º, III e XII; Art. 8º, I; Art. 11).
Lei n. 7.395, de 10 e janeiro de 2024	Política Distrital de Proteção e Direito de Matrícula de Crianças Migrantes, Refugiadas, Apátridas e Solicitantes de Refúgio de 6 meses a 6 anos de idade, nas Redes Públicas de Educação Básica no Distrito Federal	Considerar a aplicação desse preceito para as crianças pertencentes a povos indígenas refugiados da Venezuela e migrantes de outros países, como os povos Warao e Pemon, de modo a assegurar o acesso à educação sem discriminação (Art. 1º, § 2º, e Art. 3º, I).
Lei no. 7.466, de 28 de fevereiro de 2024	Institui o Sistema Distrital de Informações da Primeira Infância e cria o Relatório Orçamento da Primeira Infância	Assegurar que as crianças indígenas da primeira infância sejam identificadas em suas especificidades étnicas nos dados cadastrados e tenham recursos destinados às suas demandas e realidades sociais.

Mato Grosso

O estado do Mato Grosso possui a 7ª maior população indígena do país. Com base nos dados do Censo de 2022 do IBGE, consta a presença de 58.231 pessoas indígenas (IBGE, 2022), as quais representam 42 etnias (ISA, s/d)⁵, incluindo as 16 etnias que habitam o Parque Indígena do Xingu.

Destaque-se o fato de ser no Mato Grosso que se tem a maior proporção de população indígena vivendo em terras indígenas, sendo 77% do número total, isto é, 45.065 pessoas, com todos os 131 municípios tendo a presença de pessoas indígenas (Oliveira; Júnior, 2023)⁶.

⁵ Cf. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas no Mato Grosso, s/d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Mato_Grosso

⁶ Cf. OLIVEIRA, Victória; JÚNIOR, Rogério. MT é o estado com maior número de indígenas vivendo em territórios originários no Brasil. G1, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/07/mt-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-indigenas-vivendo-em-territorios-originarios-no-brasil.ghtml>

Na Constituição Estadual do Mato Grosso (CEMT), de 1989, consta um conjunto de garantias voltadas às crianças e adolescentes, e aos povos indígenas, dos quais destacam-se:

- *Proteção integral de crianças e adolescentes*: alocada em um dos primeiros artigos da Constituição (Art. 13), recepcionando a base da proteção integral estabelecida pela Constituição Federal de 1988;
- *Atendimento de saúde e psicológico imediato*: as crianças e adolescentes tem resguardada a garantia do atendimento médico e psicológico imediato quando sofram exploração sexual, pressão psicológica e intoxicação por drogas (Art. 231), com programas especializados (Art. 231, II) e apoio específico ao adolescente trabalhador (Art. 231, III);
- *Proteção social com respeito às características socioculturais*: obrigatoriedade do Estado e dos Municípios assumir o amparo e a proteção social de crianças e jovens em situação de risco/vulnerabilidade, com a estruturação dos programas atendendo as características culturais e socioeconômicas locais (Art. 235), o que possibilita o direcionamento de medidas necessárias para a adequação do atendimento às crianças indígenas, com apoio na Resolução nº. 181/2016 do CONANDA;
- *Direitos indígenas*: estabelecidos nos artigos 261 e 262, contendo, no Art. 261, a recepção do texto da Constituição Federal de 1988 (Art. 231), e o reforço à prestação de políticas de saúde, educação e assistencial social nos territórios indígenas (Art. 261, § 2º, § 3º).

Em relação à legislação infraconstitucional do Mato Grosso, no quadro abaixo organiza-se a disposição das que possuem algum tipo de afetação aos direitos e especificidades das crianças indígenas.

Instrumentos normativos do Mato Grosso aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas do Mato Grosso
Lei nº. 5.892, de 11 de dezembro de 1991	Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção à Infância e à Juventude	O Código não possui nenhuma medida que reconheça a especificidade

		<p>étnica, mas possibilita considerações hermenêuticas com base no direito à não-discriminação (Art. 5º) e no direito ao respeito com a preservação da identidade (Art. 11º), ambos podendo trabalhar aspectos relacionadas à diversidade étnica e ao enfrentamento do racismo, além da oferta de educação escolar no “meio rural” com adequação pedagógica às realidades dos educandos (Art. 19). Entre os eixos de atuação, consta o de acesso à terra e demarcação de terras indígenas (Art. 5º, II) e de acesso à políticas sociais (Art. 5º, IV).</p>
<p>Lei Ordinária nº. 10.523, de 26 de dezembro de 2023</p>	<p>Cria o Programa SER Família destinado a ações de transferência de renda</p>	<p>Implantação do programa “Ser Indígena” de transferência de renda para as pessoas dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso (Art. 7º-A, V), sendo consideradas famílias prioritárias (Art. 9º, VI).</p>
<p>Lei Ordinária nº. 11.394, de 27 de maio de 2021</p>	<p>Plano Estadual de Enfrentamento à Pobreza no Campo do Estado de Mato Grosso</p>	<p>O Plano estabelece que um dos públicos prioritários de atuação é o de povos e comunidades tradicionais (Art. 4º, I) e de crianças (Art. 4º, IV), o que permite transversalizar o atendimento às crianças indígenas.</p>
<p>Lei Ordinária nº. 11.422, de 14 de junho de 2021</p>	<p>Plano Estadual de Educação</p>	<p>Estabelece diversas medidas específicas para atendimento escolar aos povos indígenas, dentre as quais: o atendimento imediato à demanda por ensino médio dos povos indígenas (3.10); alfabetização de crianças</p>

		indígenas com metodologias e materiais pedagógicos diferenciados (5.8) e garantir as condições necessárias de infraestrutura e pedagógica das escolas indígenas (7.33).
Lei Ordinária no. 11.689, de 15 de março de 2022	Política Estadual de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida no âmbito do Estado de Mato Grosso	Entre os princípios da Política consta o “atendimento aos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação no âmbito do Estado de Mato Grosso, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo” (Art. 4º, VIII), que precisa ser assumida nas ações e nos serviços previstos.
Lei Ordinária nº. 12.371, de 26 de dezembro de 2023	Criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Mato Grosso	Importância de incluir assuntos relacionados às crianças indígenas e realizar a devida articulação com as políticas de atendimento das crianças (Art. 2º, VI).

Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui uma população indígena de 36.699 pessoas (IBGE, 2022), com a presença de 22 etnias (CEDEFES, 2022)⁷, sendo que o município de São João das Missões possui 10.398 indígenas, o que representa 28% da população indígena total do estado, e quase 80% da população do município, o que o coloca como o 10º município brasileiro com mais proporção da população sendo indígena (IBGE, 2022).

⁷ Cf. CEDEFES. Povos indígenas em Minas Gerais – Quem são? Aspectos gerais, 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2022/05/2022-cedefes-site-POVOS-INDIGENAS-EM-MINAS-GERAIS.pdf>

A Constituição Estadual de Minas Gerais (CEMG) não possui nenhuma garantia específica para os povos indígenas em seus 299 artigos constitucionais. Em relação às crianças e adolescentes, contém um conjunto de direitos, destacando-se os seguintes:

- *Objetivos prioritários do Estado*: inclui a assistência às crianças e adolescentes entre os objetivos prioritários (Art. 2º, VII);
- *Atendimento escolar gratuito*: assegura o atendimento escolar gratuito às crianças em creches, pré-escola e ensino fundamental, além da educação inclusiva (Art. 198, X e XIV);
- *Proteção integral de crianças e adolescentes*: atribuição apenas ao Estado do dever de promover ações para o cumprimento com prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo a colocação a salvo de discriminações, como as de recorte etnicorracial (Art. 222), além de medidas voltadas ao acolhimento de crianças em orfanidade ou abandono (Art. 222, § 1º, § 3º).

Em relação à legislação infraconstitucional de Minas Gerais, no quadro abaixo organiza-se a disposição das que possuem algum tipo de afetação aos direitos e especificidades das crianças indígenas.

Instrumentos normativos de Minas Gerais aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas de Minas Gerais
Lei nº. 23.197, de 26 de dezembro de 2018	Plano Estadual de Educação	Promoção do atendimento aos povos indígenas na educação infantil (1.10), no ensino fundamental (2.10) e no ensino médio (3.5) e integrado à formação profissional (11.6) assegurando tecnologias pedagógicas (2.6) e acessibilidade (4.2), fomentando a construção de escolas de tempo integral (6.3 e 6.7), em tudo observando as especificidades socioculturais de cada

		povo e a consulta prévia ao povo interessado. Monitoramento da implementação do ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas da educação básica (7.20). Todas medidas que atendem demandas e direitos de crianças indígenas.
Resolução nº. 4.692, de 29 de dezembro de 2021 – Secretaria de Estado de Educação	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais	Garantia da oferta da educação infantil na educação escolar indígena (Art. 29). Organização da educação escolar indígena para oferta em unidades educacionais instaladas em terras indígenas em todos os níveis e etapas da educação básica, assegurando o atendimento por professores indígenas e a participação de lideranças na definição do modelo de organização e gestão educacional (Arts. 66-70). Oferta de educação integral em escolas indígenas (Art. 82, § Único).

Rio Grande do Norte

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte está disposta a proteção às manifestações culturais indígenas e a diversidade das manifestações culturais e quanto aos direitos de crianças e adolescentes estabelece a responsabilidade entre família, sociedade e estado em assegurar os direitos fundamentais com absoluta prioridade.

Enumera, assim, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e tendo por um dos preceitos

o respeito aos direitos humanos, assim como a determinação de que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem.

Quanto à educação, dispõe que o município assegurará à criança de quatro (4) a seis (6) anos a educação infantil obrigatória, laica, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento biossocial, psicoafetivo e intelectual

A legislação infraconstitucional estadual mapeada para aplicação no cenário das crianças indígenas foi resumida no quadro abaixo para melhor compreensão do conteúdo e das possibilidades de aplicação para o contexto das crianças indígenas do Rio Grande do Norte.

Instrumentos normativos do Rio Grande do Norte aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas do Amazonas
------------------------------	---------------	--

<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 729, DE 11 DE JANEIRO DE 2023.</p>	<p>Institui a Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (PEARAM/RN), dispõe sobre o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN) e dá outras providências.</p>	<p>Art. 4º São diretrizes da atuação do Poder Executivo Estadual na implementação da PEARAM/RN:</p> <p>II - priorizar os direitos e o bem-estar da criança e do adolescente refugiado, apátrida e migrante, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);</p> <p>III - garantir direitos plenos aos povos indígenas refugiados, apátridas e migrantes, bem como realizar a cooperação entre essas populações e órgãos governamentais, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)</p> <p>IV - respeitar especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião e deficiência.</p> <p>IV - garantir aos refugiados, apátridas e migrantes, sobretudo às crianças, adolescentes e jovens, o</p>
---	--	--

		<p>direito à educação no sistema estadual de ensino e em regime de colaboração com os Municípios, por meio do seu acesso, permanência e terminalidade;</p> <p>IV - repúdio e prevenção à xenofobia, ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, ao racismo, à intolerância religiosa, étnica, cultural, política, linguística, de gênero e etária, e a todas as formas de discriminação;</p> <p>Art. 7º</p> <p>b) interculturalidade e cultura linguística, com ênfase nos equipamentos públicos que realizam maior número de atendimentos à população refugiada, apátrida e migrante;</p>
--	--	--

<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 741, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023</p>	<p>Institui a Política Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte (PEAS/RN), dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 19 No âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, os benefícios eventuais poderão ser concedidos por meio de bens materiais, pecúnia ou repasses aos municípios, na modalidade fundo a fundo, para atendimento às seguintes modalidades:</p> <p>§ 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz, a população em situação de rua, o refugiado, o apátrida, o migrante, as mulheres e as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) em situação de violência, os povos e comunidades tradicionais e os indivíduos envolvidos em situações de calamidade pública.</p>
---	--	--

<p>LEI Nº 11.284, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.</p>	<p>Institui o Estatuto Estadual de Promoção e Igualdade Étnico[1]Racial do Estado do Rio Grande do Nort</p>	<p>Art. 1 Esta Lei institui o Estatuto Estadual de Promoção e Igualdade Étnico-Racial, ação estadual de desenvolvimento destinada a garantir aos negros, negras, indígenas, quilombolas, juremeiros e povos de matriz africana e ameríndia a superação do racismo, a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.</p> <p>§ 2º Esta Lei se aplica aos indígenas aldeados ou não, reconhecidos ou não reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro, sendo extensiva a seus acampamentos, assentamentos, áreas de retomada e de conflito nas zonas rurais e urbanas. § 3º Para fins desta Lei, indígena que está em contexto urbano é aquele ou aquela que está</p>
--	---	---

	<p>fora do território indígena, em terras não homologadas ou que moram na área urbana e possuem a vivência de sua cultura e tradição próprias.</p> <p>O conjunto de ações de saúde, voltado às populações destinatárias desta Lei, constitui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra, Indígena, Quilombola, Juremeira, dos Povos Ciganos e dos Povos de Matriz Africana e Ameríndia, a qual obedecerá às diretrizes abaixo especificadas:</p> <p>VIII - produzir e implementar ações voltadas para as crianças, adolescentes</p> <p>Art. 5º O conjunto de ações de saúde, voltado às populações destinatárias desta Lei, constitui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra, Indígena, Quilombola, Juremeira, dos Povos Ciganos e dos Povos de Matriz Africana e</p>
--	---

	<p>Ameríndia, a qual obedecerá às diretrizes abaixo especificadas</p> <p>I - incluir o racismo como determinante social do atendimento e das ações de saúde; II - organizar e desenvolver processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades, por meio da prevenção de doenças e agravos, orientando as populações quanto à adequada utilização do quesito raça/cor;</p> <p>Art. 12 O Poder Público desenvolverá ações para viabilizar e ampliar o acesso e fruição dos negros, negras, indígenas, quilombolas, juremeiros e povos de matriz africana e ameríndia à educação, cultura, esporte e lazer almejando a efetivação da igualdade de oportunidades e de acesso ao bem viver, ao desenvolvimento, à participação e contribuição</p>
--	---

		para a identidade e patrimônio cultural brasileiro
--	--	---

<p>LEI N° 10.049, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.</p>	<p>Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências.</p>	<p>META 1 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Estratégias</p> <p>2 – Fomentar a reestruturação dos projetos pedagógicos e curriculares das escolas das redes municipais e estadual, no que se refere aos três primeiros anos do ensino fundamental, assegurando o desenvolvimento de metodologias inovadoras e diversificadas para a alfabetização, a avaliação continuada dos processos de ensino e de aprendizagem, a produção de material didático para alfabetização e a aquisição de acervo de livros para as escolas, respeitadas as especificidades da alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes.</p> <p>META 3 Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria</p>
---	---	---

		<p>do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o Ideb do RN, até o último ano de vigência do PEE: Ensino Médio – 4,7; Ensino Fundamental anos finais – 4,9; Ensino Fundamental anos iniciais – 5,0. Estratégias</p> <p>14 – Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para a educação do campo, comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes a essas comunidades, considerando o fortalecimento das suas práticas socioculturais e da língua materna indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.</p>
--	--	--

<p>LEI Nº 11.804, DE 13 DE JUNHO DE 2024</p>	<p>Dispõe sobre a Política de Educação em Tempo Integral na Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte.</p>	<p>Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se a implantação da Educação em Tempo Integral, ofertada pela Rede Pública Estadual de Ensino, em todas as etapas e modalidades:</p> <p>V - educação de campo, indígena e quilombola (ECIQ)</p>
--	---	--

Fonte: elaboração própria.

3.6.1.6. Roraima

A Constituição do Estado de Roraima possui título específico nomeado “Dos Indígenas”, determinando que a promoção à integração socioeconômica de suas comunidades, mediante programas de auto sustentação considerando as especificidades ambientais, culturais e tecnológicas da população indígena, assim como assegura às comunidades indígenas, além da língua portuguesa, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na integração sócio cultural.

A legislação infraconstitucional estadual mapeada para aplicação no cenário das crianças indígenas foi resumida no quadro abaixo para melhor compreensão do conteúdo e das possibilidades de aplicação para o contexto das crianças indígenas de Roraima.

Instrumentos normativos de Roraima aplicáveis às crianças indígenas

Instrumento Normativo	Objeto	Aplicação às crianças indígenas do Amazonas
Lei Ordinária nº 1.008, de 03 de setembro de 2015	Aprova o Plano Estadual de Educação 2014/2024 (PEE) e dá outras providências.	<p>Art. 8º. o Os Municípios deverão encaminhar ao Poder Legislativo competente seus correspondentes Planos de Educação, em consonância às diretrizes, metas e estratégias previstas neste PEE, no prazo de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei. § 1º Os municípios estabelecerão nos respectivos Planos de Educação estratégias que:</p> <p>II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas, das águas e das florestas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural</p>
Lei Ordinária nº 1.682, de 03 de junho de 2022	Institui a campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado e dá outras providências.	<p>Art. 3º. São objetivos da campanha permanente contra o racismo: I – o enfrentamento do racismo nas escolas públicas e privadas, eventos esportivos e culturais; II – propor aos alunos das escolas atividades para o combate ao racismo, através do conhecimento e devido respeito às raças, etnias, religiões e povos tradicionais; e III – conscientização sobre a importância da igualdade.</p>

<p>Lei Ordinária nº 1.848, de 24 de julho de 2023</p>	<p>Cria o Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal para Agricultura Familiar e Agricultura Familiar Indígena no Estado de Roraima - PANDEFLORR e o Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal para Agricultura Familiar e Agricultura Familiar Indígena no Estado de Roraima - FUNDEFLORR.</p>	<p>Art. 1º. Esta Lei estabelece os instrumentos para criação do Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal para Agricultura Familiar e Agricultura Familiar Indígena no Estado de Roraima - PANDEFLORR, destinado a estimular o plantio de florestas nativas e exóticas nos limites geográficos do Estado de Roraima e da legislação em vigor, como alternativa socioeconômica, etnoeconômica, nas posses, propriedades rurais e territórios indígenas como forma de conservar os remanescentes florestais nativos e garantir segurança alimentar aos agricultores familiares e agricultores familiares indígenas.</p>
---	--	---

<p>Lei Ordinária nº 1.861, de 22 de setembro de 2023</p>	<p>Institui a Política Estadual pela Primeira Infância do Estado de Roraima.</p>	<p>Art. 7º. A Política será formulada e implementada mediante a abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais, seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios, a partir de uma visão abrangente para atendimento de todos os direitos da criança na primeira infância, resguardando as especificidades de cada política e assegurando, pelo menos, as seguintes competências:</p> <p>X – promoção de meios e oportunidades para as crianças na Primeira Infância participarem de manifestações artísticas e culturais, inclusive às crianças com deficiência, como consumidoras e produtoras de cultura, nas suas diferentes expressões e valorização da diversidade regional;</p>
--	--	--

<p>Lei Ordinária nº 1.893, de 12 de dezembro de 2023</p>	<p>Cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR, no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências.</p>	<p>Art. 3º. Compete ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial</p> <p>III – formular critérios e parâmetros para a implementação das políticas públicas setoriais à população negra, comunidades tradicionais e povos indígenas e outras minorias étnicas e raciais, em consonância com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, e com o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;</p> <p>VI – zelar pela diversidade histórica, cultural e religiosa dos povos, especialmente pela salvaguarda e preservação da memória das populações negras, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ciganos, imigrantes, povos tradicionais de matriz africana e outras minorias étnicas e raciais</p> <p>XII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados às políticas públicas das populações negras, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ciganos, imigrantes, povos tradicionais de matriz africana e outras minorias étnicas e raciais do estado de Roraima, visando a promoção da igualdade racial; XIII – subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses das</p>
--	--	---

		populações negras, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ciganos, imigrantes, povos tradicionais de matriz africana e outras minorias étnicas e raciais.
Lei Ordinária nº 1.962, de 09 de abril de 2024	Dispõe sobre diretrizes para a implementação do programa Estadual de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.	Art. 2º. O Programa Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes tem por objetivo articular, consolidar e desenvolver políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente, a fim de protegê-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.

<p>Lei Ordinária nº 278, de 15 de dezembro de 2000</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de livros com conteúdo histórico sobre Roraima pelas Escolas Estaduais e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1º. Todo e qualquer livro que verse sobre a história, a realidade, o povo de Roraima, elaborado por escritores roraimenses aqui radicados, deverão fazer parte do currículo escolar das Escolas Estaduais como material de leitura ou de consulta nas matérias afins. Parágrafo único Os livros mencionados no "caput" deste artigo serão previamente avaliados por uma comissão composta por um membro das seguintes entidades:</p> <p>V – uma representação indígena a ser escolhida pelo Secretário de Estado de Educação, Cultura e Desporto.</p>
--	--	---

Fonte: elaboração própria.

COLÔMBIA

Oficialmente **República da Colômbia**, (República de Colombia) é uma república constitucional do noroeste da América do Sul e faz fronteira a leste com o Brasil. Com uma população de mais de 47 milhões de pessoas, a Colômbia tem a 28ª maior população do mundo e a segunda maior da América do Sul, depois do Brasil.

A Colômbia é o segundo país mais populoso com a língua espanhola como idioma oficial (depois do México). O território que é hoje a Colômbia foi originalmente habitado por nações indígenas, como os chibchas, quimbaya e tairona. Os espanhóis chegaram em 1499, iniciaram um período de conquista e colonização que resultou na morte ou na escravização de cerca de 90% da população nativa. A independência do domínio espanhol foi conquistada em 1819.

A Colômbia tem uma longa tradição do governo constitucional. Os partidos Liberal e Conservador, fundados em 1848 e 1849, respectivamente, são dois dos mais antigos sobreviventes partidos políticos nas Américas. No entanto, as tensões entre os dois têm frequentemente acabado em violência, principalmente na Guerra dos Mil Dias (1899–1902) e durante La Violencia, começando em 1948. Desde 1960, as forças do governo, os rebeldes de esquerda e paramilitares de direita têm estado envolvidos nos conflitos armados mais duradouros do continente. Alimentado pelo tráfico de cocaína, o conflito cresceu dramaticamente nos anos 1980.

No entanto, na década de 2000, a violência diminuiu significativamente. Muitos grupos paramilitares se desmobilizaram como parte de um controvertido processo de paz com o governo, e os guerrilheiros perderam o controle em muitas áreas onde outrora dominavam.[11] A Colômbia, durante muitos anos, teve uma das maiores taxas de homicídio do mundo, sendo reduzida quase pela metade entre 1993 e 2005.

A divisão político-administrativa da Colômbia divide o país para fins administrativos em departamentos, distritos, municípios e territórios indígenas. Os municípios colombianos correspondem ao segundo nível da divisão administrativa na Colômbia, que mediante agrupação conformam os departamentos.

Em 1821, foi formada a Grã-Colômbia, que era constituída pelos atuais países: Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, que eram liderados por Simón Bolívar. Lentamente, os países foram se separando até que, em 1903, tornaram-se quatro países.

A Colômbia é um país presidencialista, e um Estado unitário com separação de poderes executivo, legislativo e judicial. A Constituição política vigente foi proclamada, a 4 de julho de 1991. O presidente é eleito por voto popular direto para um período de quatro anos ou menos, em caso de substituição. A Constituição de 1991 proibia a reeleição presidencial de por vida e anteriormente era possível a reeleição imediata (um ex-presidente podia ser reeleito mas o presidente em exercício não podia ser reeleito para o período seguinte). Com referendo constitucional em 2005 esta proibição foi abolida e legalizou-se a reeleição imediata por uma única vez. Dois presidentes fizeram uso dela podendo participar nas eleições desde o cargo.

Enquanto o Brasil ainda engatinha no processo de consulta a comunidades indígenas e tradicionais a respeito de leis e projetos que interferem em suas vidas, outros países da América Latina, como a Colômbia, já estão bem mais avançados na

aplicação desse mecanismo, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, da qual o Brasil é signatário.

A consulta consiste em escutar os povos tradicionais antes que sejam tomadas medidas que possam atingi-los diretamente, com o objetivo de chegar a um acordo entre as partes envolvidas, protegendo os direitos desses grupos. A participação deve ocorrer de forma livre, informada e a partir de procedimentos apropriados para a cultura dos povos em questão. Nos últimos anos, a Colômbia tem feito um grande número de consultas sobre planos de desenvolvimento nacionais, leis e projetos extrativistas, hidrelétricos e de construção de estradas, principalmente com povos indígenas e comunidades quilombolas, mas também com povos ciganos.

Há no país atualmente um efetivo reconhecimento da obrigação internacional de ouvir esses grupos étnicos. Muitos dos processos resultam em modificações nos projetos originais ou na criação de mecanismos de reparação dos danos causados a essas comunidades. Outros, no entanto, não chegam a nenhum acordo, e o Estado acaba tomando a decisão final, quase sempre desfavorável a elas. Um dos fatores que ajudam a entender o lugar que a Colômbia ocupa nesse cenário é o fato de que o país foi o segundo do mundo a ratificar a Convenção 169, apenas dois anos depois de ter sido adotada pela OIT e treze anos antes do Brasil.

Além disso, contribuíram as interpretações progressistas sobre esse mecanismo por parte da Corte Constitucional e, principalmente, a existência de movimentos indígenas e afro-colombianos bastante fortes e combativos, que colocaram a consulta como um elemento central de suas reivindicações e se viram ainda mais fortalecidos por ela.

A Colômbia elegeu o primeiro presidente de esquerda da história nas últimas eleições de 2022. Gustavo Petro foi vencedor do pleito com 50,49% dos votos, contra 47,25% recebidos por Rodolfo Hernández, empresário e candidato da extrema direita, que chegou a ser chamado de ‘Trump Colombiano’ durante as campanhas eleitorais. Além da inédita escolha de um representante da esquerda para chefiar o Executivo, a vice-presidenta eleita é Francia Márquez, primeira mulher negra a ocupar o cargo. Ela é advogada, feminista e ambientalista e já trabalhou como empregada doméstica.

O novo presidente propõe grandes mudanças, que envolvem o modelo econômico, a matriz energética, igualdade de gênero, desmilitarização e reforma tributária. A comemoração da vitória foi marcada pela presença de grupos indígenas ostentando símbolos pró-diversidade e bandeiras que homenageavam Carlos Pizarro,

ex-líder guerrilheiro que foi assassinado na campanha presidencial de 1990. "É um momento realmente histórico, porque a Colômbia tem uma história de violência, de conflitos, que vem se arrastando por muitos anos. E uma hegemonia da direita por toda a história colombiana, que nunca conseguiu lidar com os problemas sociais da Colômbia", analisou o professor Fábio Borges, Diretor do Instituto Latinoamericano de Economía Sociedad e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

E, assim, com a contextualização dos conjunturas à nível interno, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país:

Lista de menções à palavra-chave:

Categoria etária: Niños; Ninhas; Adolescentes; Jóvenes.

Categoria étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA		
Dispositivo Legal	Texto	Palavra-chave; Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 1, 2, 7	<p>Artículo 1. Define a la Nación Colombiana como un Estado social de derecho, descentralizado, democrático, participativo, pluralista, fundado en el respeto a la dignidad humana el trabajo, la solidaridad, y la prevalencia del interés general.</p> <p>Artículo 2. Regula como fines esenciales del Estado, servir a la comunidad, promover la prosperidad general, garantizar la efectividad de los principios constitucionales, derechos y deberes, facilitar la participación de todos en las decisiones que los afecten y en la vida económica, política administrativa y cultural de la Nación.</p> <p>Artículo 7. El estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación Colombiana.</p> <p>CAPÍTULO 1 DE LA NACIONALIDAD</p> <p>Son nacionales colombianos. c) Los miembros de los pueblos indígenas que comparten territorios</p>	<p><u>Identidad étnica y cultural;</u></p> <p><u>Pluralidade étnica _____ y cultural.</u></p> <p><u>Idioma, Intérprete.</u></p> <p>Identidade étnica e cultural.</p> <p>Reconheciment o da pluralidade</p>

	fronterizos, con aplicación del principio de reciprocidad según tratados públicos.	étnica cultural. e
Art 44, 45, 50	<p>Artículo 44. Son derechos fundamentales de los niños: la vida, la integridad física, la salud y la seguridad social, la alimentación equilibrada, su nombre y nacionalidad, tener una familia y no ser separados de ella, el cuidado y amor, la educación y la cultura, la recreación y la libre expresión de su opinión. Serán protegidos contra toda forma de abandono, violencia física o moral, secuestro, venta, abuso sexual, explotación laboral o económica y trabajos riesgosos. Gozarán también de los demás derechos consagrados en la Constitución, en las leyes y en los tratados internacionales ratificados por Colombia.</p> <p>La familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de asistir y proteger al niño para garantizar su desarrollo armónico e integral y el ejercicio pleno de sus derechos. Cualquier persona puede exigir de la autoridad competente su cumplimiento y la sanción de los infractores.</p> <p>Los derechos de los niños prevalecen sobre los derechos de los demás.</p> <p>Artículo 45. El adolescente tiene derecho a la protección y a la formación integral.</p> <p>El Estado y la sociedad garantizan la participación activa de los jóvenes en los organismos públicos y privados que tengan a cargo la protección, educación y progreso de la juventud.</p> <p>Artículo 50. Todo niño menor de un año que no esté cubierto por algún tipo de protección o de seguridad social, tendrá derecho a recibir atención gratuita en todas las instituciones de salud que reciban aportes del Estado. La ley reglamentará la materia.</p>	<u>Niño Adolescente</u>
Art. 68	<p>Artículo 68. Los particulares podrán fundar establecimientos educativos. La ley establecerá las condiciones para su creación y gestión.</p> <p>La comunidad educativa participará en la dirección de las instituciones de educación.</p>	<u>Identidad</u> Educação; Respeito à Identidade no

	<p>La enseñanza estará a cargo de personas de reconocida idoneidad ética y pedagógica. La Ley garantiza la profesionalización y dignificación de la actividad docente.</p> <p>Los padres de familia tendrán derecho de escoger el tipo de educación para sus hijos menores. En los establecimientos del Estado ninguna persona podrá ser obligada a recibir educación religiosa.</p> <p>(Los) integrantes de los grupos étnicos tendrán derecho a una formación que respete y desarrolle su identidad cultural.</p>	<p>ambiente de ensino.</p> <p>Educación bilingüe y intercultural.</p> <p>Educação Bilíngue e intercultural</p>
<p>Art. 246, 286, 329, 330</p>	<p>Artículo 246. Las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.</p> <p>Artículo 286. Son entidades territoriales los departamentos, los distritos, los municipios y los territorios indígenas.</p> <p>Artículo 329. La conformación de las entidades territoriales indígenas se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial.</p> <p>Parágrafo. En el caso de un territorio indígena que comprenda el territorio de dos o más departamentos, su administración se hará por los consejos indígenas en coordinación con los gobernadores de los respectivos departamentos. En caso de que este territorio decida constituirse como entidad territorial, se hará con el cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso 1° de este artículo.</p> <p>Artículo 330. De conformidad con la Constitución y las leyes, los territorios indígenas estarán gobernados por consejos conformados y reglamentados según los usos y costumbres de sus comunidades.</p>	<p>Território</p>

CÓDIGO DE LA INFANCIA Y ADOLESCENCIA DE COLOMBIA

Lista de menções à palavra-chave:

Categoría etária: Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes;
 Categoría étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas;
 Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades
 Indígena; Lenguas Indígenas.

Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 13, 37	<p>Parágrafo 2º. En el caso de los pueblos indígenas, la capacidad para el ejercicio de derechos, se regirá por sus propios sistemas normativos, los cuales deben guardar plena armonía con la Constitución Política.</p> <p>ARTÍCULO 13. Los niños, las niñas y los adolescentes de los pueblos indígenas y demás grupos étnicos, gozarán de los derechos consagrados en la Constitución Política, los instrumentos internacionales de derechos humanos y el presente Código, sin perjuicio de los principios que rigen sus culturas y organizaciones.</p> <p>Artículo 37. Libertades fundamentales. Los niños, las niñas y los adolescentes gozan de las libertades consagradas en la Constitución Política y en los tratados internacionales de derechos humanos. Forman parte de estas libertades: el libre desarrollo de la personalidad y la autonomía personal, la libertad de conciencia y de creencias, la libertad de cultos, la libertad de pensamiento, la libertad de locomoción; y la libertad para escoger profesión u oficio.</p>	<p><u>Grupos étnicos</u> <u>comunidades nativas indígenas</u></p> <p>Direito aos costumes como fontes do direito.</p>
Art. 28, 41, 118, 205	<p>Artículo 28. Derecho a la educación. Los niños, las niñas y los adolescentes tienen derecho a una educación de calidad. Esta será obligatoria por parte del Estado en un año de preescolar y nueve de educación básica. La educación será gratuita en las instituciones estatales de acuerdo con los términos establecidos en la Constitución</p>	<p><u>Identidad cultural;</u></p> <p><u>Idioma;</u></p>

	<p>Política. Incurrirá en multa hasta de 20 salarios mínimos quienes se abstengan de recibir a un niño en los establecimientos públicos de educación.</p> <p>ARTÍCULO 41. El Estado es el contexto institucional en el desarrollo integral de los niños, las niñas y los adolescentes. En cumplimiento de sus funciones en los niveles nacional, departamental, distrital y municipal deberá:</p> <p>22. Garantizar la etnoeducación para los niños, las niñas y los adolescentes indígenas y de otros grupos étnicos, de conformidad con la Constitución Política y la ley que regule la materia.</p> <p>ARTÍCULO 118. gARANTÍAS ESPECIALES pARA EL ADOLESCENTE INDÍGENA AUTORIZADO pARA TRABAJAR. En los procesos laborales en que sea demandante un adolescente indígena será obligatoria la intervención de las autoridades de su respectivo pueblo. Igualmente se informará a la Dirección de Etnias del Ministerio del Interior o de la dependencia que haga sus veces.</p> <p>ARTÍCULO 205. SISTEmA NACIONAL DE BIENESTAR FAMILIAR. El Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, como rector del Sistema Nacional de Bienestar Familiar, tiene a su cargo la articulación de las entidades responsables de la garantía de los derechos, la prevención de su vulneración, la protección y el restablecimiento de los mismos, en los ámbitos nacional, departamental, distrital, municipal y resguardos o territorios indígenas. El Consejo Nacional de Política Social atendiendo los lineamientos y recomendaciones del Departamento Nacional de Planeación es el ente responsable de diseñar la política pública, movilizar y apropiar los recursos presupuestales destinados a garantizar los derechos de los niños, las</p>	<p><u>Valores de los pueblos y culturas distintas;</u></p> <p><u>Pueblos y grupos étnicos.</u></p> <p>Educação básica com respeito à identidade cultural, ao idioma, aos valores dos povos e culturas distintas das próprias e com preparação para a amizade entre os povos e grupos étnicos.</p> <p>Trabalho</p>
--	---	---

	niñas y los adolescentes y asegurar su protección y restablecimiento en todo el territorio nacional.	
Art. 3, 4, 58, 59, 70, 143, 156	<p>ARTÍCULO 58. Se entiende por red de hogares de paso el grupo de familias registradas en el programa de protección de los niños, las niñas y los adolescentes, que están dispuestas a acogerlos, de manera voluntaria y subsidiada por el Estado, en forma inmediata, para brindarles el cuidado y atención necesarios. En todos los distritos, municipios y territorios indígenas del territorio nacional, los gobernadores, los alcaldes, con la asistencia técnica del Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, organizarán las redes de hogares de paso y establecerán el registro, el reglamento, los recursos, los criterios de selección y los controles y mecanismos de seguimiento y vigilancia de las familias, de acuerdo con los principios establecidos en este Código.</p> <p>ARTÍCULO 59. UBICACIÓN EN hOGAR SUSTITUTO. Es una medida de protección provisional que toma la autoridad competente y consiste en la ubicación del niño, niña o adolescente en una familia que se compromete a brindarle el cuidado y atención necesarios en sustitución de la familia de origen. Esta medida se decretará por el menor tiempo posible de acuerdo a las circunstancias y los objetivos que se persiguen sin que pueda exceder de seis (6) meses. El Defensor de Familia podrá prorrogarla, por causa justificada, hasta por un término igual al inicial, previo concepto favorable del jefe jurídico de la dirección regional del Instituto Colombiano de Bienestar Familiar. En ningún caso podrá otorgarse a personas residentes en el exterior ni podrá salir del país el niño, niña o adolescente sujeto a esta medida de protección, sin autorización expresa de la autoridad competente. El Instituto Colombiano de Bienestar Familiar</p>	<p><u>Intereses difusos y colectivos</u></p> <p>Direito à representação</p> <p>Adoção</p>

asignará un aporte mensual al hogar sustituto para atender exclusivamente a los gastos del niño, niña o adolescente. Mientras dure la medida el Instituto se subrogará en los derechos contra toda persona que por ley deba alimentos al niño, niña o adolescente. En ningún caso se establecerá relación laboral entre el Instituto Colombiano de Bienestar Familiar y los responsables del hogar sustituto. PARÁGRAFO. En el caso de los niños, niñas y adolescentes indígenas, se propenderá como primera opción, la ubicación del menor en una familia indígena. El ICBF asegurará a dichas familias indígenas el aporte mensual de que trata este artículo.

Artículo 143. Niños y niñas menores de catorce (14) años.

Cuando una persona menor de catorce (14) años incurra en la comisión de un delito sólo se le aplicarán medidas de verificación de la garantía de derechos, de su restablecimiento y deberán vincularse a procesos de educación y de protección dentro del Sistema Nacional de Bienestar Familiar, los cuales observarán todas las garantías propias del debido proceso y el derecho de defensa.

Si un niño o niña o un adolescente menor de catorce (14) años es sorprendido en flagrancia por una autoridad de policía, esta lo pondrá inmediatamente o a más tardar en el término de la distancia a disposición de las autoridades competentes de protección y restablecimiento de derechos. Si es un particular quien lo sorprende, deberá ponerlo de inmediato a disposición de la autoridad policial para que esta proceda en la misma forma.

ARTÍCULO 156. ADOLESCENTES INDÍGENAS Y DEMÁS GRUPOS ÉTNICOS. Los adolescentes pertenecientes a las comunidades indígenas serán juzgados según las

	<p>normas y procedimientos de sus propias comunidades conforme en la legislación especial indígena consagrada en el artículo 246 de la Constitución Política, los tratados internacionales de derechos humanos ratificados por Colombia y la ley. Siempre y cuando la sanción impuesta no sea contraria a su dignidad, tampoco se permitirá que sea sometido a maltrato ni a vejaciones y se informará a la autoridad judicial sobre la actuación o procedimiento a seguir por parte de la comunidad frente a la medida que sea tomada.</p> <p>Artículo 3°. Sujetos titulares de derechos. Para todos los efectos de esta ley son sujetos titulares de derechos todas las personas menores de 18 años. Sin perjuicio de lo establecido en el artículo 34 del Código Civil, se entiende por niño o niña las personas entre los 0 y los 12 años, y por adolescente las personas entre 12 y 18 años de edad.</p> <p>Parágrafo 1°. En caso de duda sobre la mayoría o minoría de edad, se presumirá esta. En caso de duda sobre la edad del niño, niña o adolescente se presumirá la edad inferior. Las autoridades judiciales y administrativas, ordenarán la práctica de las pruebas para la determinación de la edad, y una vez establecida, confirmarán o revocarán las medidas y ordenarán los correctivos necesarios para la Ley.</p> <p>Parágrafo 2°. En el caso de los pueblos indígenas, la capacidad para el ejercicio de derechos, se regirá por sus propios sistemas normativos, los cuales deben guardar plena armonía con la Constitución Política.</p> <p>Artículo 4°. Ámbito de aplicación. El presente código se aplica a todos los niños, las niñas y los adolescentes nacionales o extranjeros que se encuentren en el territorio nacional, a los nacionales que se encuentren fuera del país y a aquellos con doble nacionalidad, cuando una de ellas sea</p>	
--	---	--

	<p>la colombiana.</p> <p>ARTÍCULO 70. ADOPCIÓN DE NIÑO, NIÑA O ADOLESCENTE INDÍGENA. Atendiendo las facultades jurisdiccionales de las autoridades indígenas, la adopción de un niño, una niña o un adolescente indígena cuando los adoptantes sean miembros de su propia comunidad procederá de acuerdo con sus usos y costumbres. Cuando los adoptantes sean personas que no pertenecen a la comunidad del niño, niña o adolescente indígena, la adopción procederá mediante consulta previa y con el concepto favorable de las autoridades de la comunidad de origen y se realizará de acuerdo con lo establecido en el presente Código. La autorización de trabajo o empleo para adolescentes indígenas será conferida por las autoridades tradicionales de la respectiva comunidad teniendo en cuenta sus usos y costumbres. En su defecto, la autorización será otorgada por el inspector del trabajo o por la primera autoridad del lugar.</p>	
--	---	--

- ENTREVISTA

Entrevista 5

Entrevistadas: Yormery e Frandy

00:00:02

Daño Pascual, soy del pueblo Piapoco, hago parte del equipo técnico de la consejera Gladys Hernández de Galindo, que es nuestra consejera general, quien es la que se.

00:00:11

Encarga de direccionar y liderar las políticas.

00:00:14

De los pueblos indígenas para la niñez. Nosotros pues estamos aquí en disposición de apoyarlos en esta entrevista y pues estamos atentos a las preguntas. Gracias.

00:00:30

Muchas gracias.

00:00:36

Buenos días, mi nombre es Frandy Yamimay, soy del pueblo indígena Saliva en Colombia, pues en la Orinoquía, departamento de Casanare y pues igual soy apoyo técnico de la costería Mujer, familia y generación y pues sí, en sí estoy muy, muy, muy de lleno como consideran el tema de juventudes.

00:01:00

Muchas gracias.

00:01:05

No sé si quieres preguntar a las dos la misma pregunta. ¿Dejamos de naver tú cómo te parece?

00:01:12

No, déjame solo contextualizar, porque es importante saber este proceso, cómo llegamos acá 1 poco también explicar nuestro observatorio que ya enviamos en aquel correo que se vieron, pero es importante comprender un poco este contexto y hasta para saber por qué estamos acá. Entonces, hace dos años empezamos una articulación nacional debido a una serie de informaciones que fueron publicadas sobre la situación de niñas, niños y adolescentes del pueblo Yanomami. No sé si saben, Yanamomi es un fuego que está en el norte de Brasil, en la región de Amazonía, y las organizaciones Yanomami empezaron a hacer algunos informes con datos muy drásticos, muy graves de desnutrición, de biovasión, de otros tipos de envenenamiento, otros tipos de derechos biovados. Entonces estudiantes indígenas y líderes también especialistas no indígenas empezar esta articulación al final del año 2022, empezamos en 2021, pero solamente al final del año 2022 creamos el Observatorio de los Pueblos Originarios y sus infancias, con una perspectiva de actuación en los campos de investigación, de acción formativa, de focacy, incidencia política y también de construcción de perspectivas de articulación internacional, que es parte de este grupo que yo hago parte y también Ana y Carol. Entonces, nuestro observatorio tiene una serie de grupos de trabajo, no va a ser posible explicar en detalles cada uno de ellos, pero uno de los grupos de trabajo es el grupo que yo soy coordinador, el grupo de trabajo de vejevación y articulación internacional. Y en este grupo de trabajo hacemos una investigación 1 monitoreo del proceso de creación y aplicación de la observación en Brasil y también hacemos una investigación de análisis comparada en los otros países de América Latina. En este momento Bolivia, Colombia, Perú, México y siempre me olvido Ecuador, son los cinco países que estamos haciendo esta investigación comparada,

justamente porque son los cinco países que una Comprensión del Constitucionalismo Intercultural, lo que empezó la década de 80, son los países que avanzaron más en derechos constitucionales para los pueblos indígenas, eso no quiere decir que avanzaron más en cumplimiento, pero si son los países que tenemos como una mirada de avanzado, acá vamos a ver cómo están avanzando, está el avance en términos de niños, niñas, adolescentes, entonces estamos con esta perspectiva, ya empezamos hasta abril, terminamos el proceso de colecta de los datos jurídicos de cada país, o sea lo que de información de derechos constitucionales y sobre todo el Código de Infancia y Adolescencia con un análisis más específico para la comprensión de lo que tiene ahí de informaciones o derechos específicos para niños, niñas, adolescentes, indígenas. Entonces estamos ahora en el proceso de comprender este contexto, cómo está la aplicación, cuáles son los conflictos, las dificultades, porque una cosa es lo que tiene en términos formal de derechos y la otra es la realidad y todo el proceso de racismo y de colonialización que aún es muy presente en todos los países, acá en Brasil también pasa lo mismo.

00:05:31

Entonces un poco de esto y este proceso ahora de las entrevistas es para que tengamos la posibilidad de escuchar, pero seguramente también de dialogar estas realidades, como está el proceso de implementación de estas normativas y también un poco conocer la organización y acá sobre todo la organización nacional de indígenas de Colombia, que nos parece muy interesante conocer más también esto hace parte de un guión que tenemos, entonces tenemos un guión con algunas preguntas que un poco de referencia hasta para tener un análisis comparado entre los países. Carol y Ana van a proceder con el proceso de proposición de las preguntas, pero solo me gustaría poner esta contextualización. En este momento en los observatorios tenemos alrededor de 90, 90 personas, cerca del 60 % de estas personas son indígenas, una gran cantidad de ellas son estudiantes de bachillerato en varias universidades de Brasil, entonces tenemos ahí un grupo muy interesante de personas indígenas dentro del observatorio. Acá en este momento no tenemos, yo no soy Ana, no es caro tampoco, pero tenemos en nuestro grupo de trabajo otras personas indígenas, pero que desafortunadamente no fue posible tener una agenda para estar con nosotros en esta, en este diálogo, pero están con nosotros en el proceso de construcción y de ejecución del grupo de trabajo. Entonces es esto nuestro interés sin duda, por un lado es hacer un informe sobre cómo está la configuración normativa, pero sobre todo la adjudicación de los derechos de niños, niñas, adolescentes, indígenas en los seis países, o sea los cinco que están siendo investigados más Brasil, pero junto con esto construir una alianza, una red de organizaciones que podemos mantener la posibilidad de otras actividades, no solamente de investigación, también de intercambio entre los países, también de incidencia a nivel nacional o quizá también a nivel internacional, que también tenemos una mirada para los

documentos internacionales, el convenio 169, las declaraciones de Naciones Unidas, OEA, todo esto. Entonces es una posibilidad de empezar una articulación que tenga una mirada para la niñez indígena, pero que tenga una mirada estratégica para continuar este proceso de articulación a largo plazo. Entonces un poco de esto que son los productos digamos así, de nuestro proyecto, no solamente el contenido, pero las personas y organizaciones mantener este diálogo y pensar tal vez un plan de trabajo a largo plazo que tenga condiciones de mirar y otras cosas que ahora no es tanto el interés. Entonces un poco de esto y a mí me gustaría una vez más, tenemos muchas ganas de hacer con que esto sea solamente el inicio de este proceso y seguramente esperamos, así como ya platicaste Yemeri, esta posibilidad de intercambio también en términos de cómo se construyó el observatorio, que seguramente sería interesante una cita con la coordinación general, como ya había dicho, y seguramente en otro momento teníamos, vamos a tener otras condiciones de explicar más sobre el proceso de organización del observatorio, que es muy complejo, tiene varias instancias internas para hacer la ejecución de este observatorio.

00:09:28

Entonces esto Carol, quédate libre también para poner otras cosas o empezar a hacer las preguntas para Franly Omery.

00:09:40

¿Así es, cómo hago yo?

00:09:43

Estamos, estamos atentos.

00:09:45

Sí, sí, claro, todo bien.

00:09:50

Pregunto y ahí cada una de las dos contesta.

00:09:54

¿Sí, bueno, pregunta y ellas ven como quieran, es una autonomía, no? Hagan como quieran.

00:10:07

Dale, porque son dos, hacemos así. ¿Yo voy a hacer la primera pregunta entonces, y ahí por orden alfabético, Franzi empieza y después Giormeni, puede ser? Entonces Franzi, la primera

pregunta, ya contestaron el nombre, el movimiento que participa, pero quería comprender un poco más desde cuando, el período como que empezó su contribución en el movimiento que es parte ahora y también otros grupos y otros movimientos que usted es parte.

00:10:51

Porfa.

00:10:57

¿Bueno, como tú me ves a mí.

00:10:59

Yo soy muy joven, estoy en un proceso desde el año 2018 más o menos, empecé con mi escuela de formación en los territorios, tema de juventudes, y pues actualmente ya estoy en un proceso de formación con el tema de mujer en nuestro país el tema de mujer pues agranda no? Varias poblaciones, no solamente mujer, también está niñez, está discapacidad, nuestros mayores y mayoras, está el TBI, pues en este caso nosotros le decimos población diversa. Y pues en áreas de todo este proceso de formación que llevo a la fecha, pues nuestra Organización Nacional Indígena ha sido una de las madres de todas las organizaciones a nivel del país, pues se cuenta con siete organizaciones diferentes, pero realmente la más la madre le diría yo, porque pues lo que he aprendido en este proceso ha sido la pionera de la construcción de todos los procesos a Nivel del País. No podemos decir a un lado que las grandes luchas que hemos tenido como indígena en nuestro país, todo se vea o no, y no porque grandes los líderes que están de los otros pueblos indígenas, los 115 pueblos indígenas, pues han tenido de una u otra manera procesos de resistencia como lo hicimos pues para ir formando todas esas luchas en cuanto a las políticas, en cuanto a que nos tengan en cuenta, en cuanto al enfoque diferencial y pues eso es lo que puedo decir desde la perspectiva de del tema de juventud y como consejera pues con aras de formarme más adelante en estos procesos y seguir llevando esta palabra, este tejido en pro de los niños y las niñas y adolescentes que yo puedo decir de lleno que soy una de las cuales he vivido, he sentido, he visto desde los territorios, soy de territorio, soy de base y pues ahorita gracias a Dios estamos en la organización Nacional Indiana de Colombia conociendo más para poder tejer todo este proceso.

00:13:13

Muchas gracias.

00:13:17

Qué fuerza en esta historia, es la historia de su pueblo, es la historia de su país. ¿Jor Mary, te

gustaría complementar alguna cosa de vinculación con movimientos que puedan servir para demostrar ahí la fuerza de la historia?

00:13:37

Organizativamente la organización nacional Indígena UNIR tiene un periodo de cuatro años, en este momento nosotros estamos con una consejería de mujer, familia, generación que inició prácticamente hace tres años, en el 2021, nosotros estamos terminando como gestión o periodo electivo organizativo a finales de julio del próximo año. Dentro de estos procesos nosotros como pueblos hemos liderado en la construcción de los planes de desarrollo nacional, acciones o acuerdos o líneas que nos permiten trabajar toda la problemática de niñez indígena. Entonces estamos en un proceso de construcción de un capítulo de la política de niñez. Ustedes saben que ya la política de niñez se está desarrollando, pero no lo hace con el enfoque diferencial de pueblos étnicos. Esta es una lucha que no solamente hizo la ONIT, sino que lo hizo la Comisión Nacional de Mujeres Indígenas desde hace como desde el 2018 más o menos o más, no creo que antes del 2018, ese año, el año pasado, en el periodo pasado se logró tratar de construir una política de enfoque indígena, pero no ha habido recursos, el Estado no ha tenido a la apropiación para eso, se supone para los pueblos, para digamos para las instituciones que los pueblos siquieras no tenemos la capacidad de construir, sin embargo lo intentamos, en este momento ya tenemos unos recursos para poder dar por protocolizado de acuerdo en el marco de la consulta previa, qué política queremos para atender a los niños en los territorios. Ahí estamos en este momento organizativamente como pueblos indígenas y como organizaciones, de acuerdo a los mandatos de las bases de nuestro Congreso de Pueblos Indígenas o de nuestras comunidades afiliadas, estamos en eso, en la pretensión de poder generar una política pública de niñez. Una de las temas cuando hablaba el compañero. Así es, de la desnutrición, la desnutrición en los pueblos indígenas es diferente a la nutrición de un niño accidental.

00:15:45

A veces nosotros nos piden por por los rangos de la Organización Mundial de la Salud y cuando nosotros nos rigen por los rasgos de la Organización Mundial de la Salud, sucede y acontece que un niño de la selva no va a comer frutas ni verduras, sino que va a comer, comer las frutas o a comer los alimentos que están en su contexto, y eso no significa que están desnutridos. ¿Entonces es un tema que nosotros queremos hablar con las entidades y decirlo, no? Si nosotros estamos vivos y los niños no se están alimentando con frutas y verduras, no significa que estén desnutridos. Entonces tenemos que cambiar ese análisis por parte de la institucionalidad para poder ver qué es lo que está pasando los pueblos, no solamente la de nutrición, también.

00:16:27

Hay que ver el acceso a la.

00:16:28

Educación a los niños, a los niños indígenas en el tema del acceso a la educación, les exigimos que vayan con el uniforme, con los zapatos, cuando no.

00:16:37

Se tienen esas condiciones, entonces tenemos que.

00:16:39

Pensar en lo diferencial, y lo diferencial es o perdamos las garantías para que el niño vaya con su uniforme o miramos si dentro del marco cultural recibimos a esos niños en los colegios de acuerdo a sus condiciones, podríamos decir. Esto es un análisis que estamos teniendo los pueblos, que todavía no lo hemos terminado, ahorita estamos en consolidación de propuestas de diferentes pueblos.

00:17:18

Que no tenemos un documento que en este momento sea final, final, pero estamos en construcción.

00:17:23

¿Listo, yo Meri, sobre esto, este documento está accesible para el público? ¿Tiene algún tipo de sitio donde hay posibilidad de acceso.

00:17:41

Porque lo está construyendo los pueblos indígenas?

00:17:44

Ah, cierto, en las consultas, en la consulta previa.

00:17:48

Disculpen, me tengo que retirar un minutito, es que tengo una reunión que me.

00:17:52

Acaba de llegar urgente.

00:17:54

Todo bien, todo bien, tranquilo, ya pusiste muchas cosas, muchas cosas interesantes y me pareció muy interesante esta posibilidad. ¿Y Frendy, tal vez sea posible un poco que trae un poco más de informaciones, porque bueno, si hay un capítulo que está siendo construido, me gustaría preguntar, este capítulo hace parte de una política más general? ¿Y cuáles son las conexiones que tiene, por ejemplo, con el código de infancia y cómo el estado está manejando esto con ustedes? Un poco para comprender esto que Iomere ya ya abrió así de camino para un poco continuar este diálogo sobre esto, porque es algo muy interesante. ¿Después me gustaría un poco platicar cómo está en Brasil, pero ahora sí escuchando más sobre esto si fuera posible, no?

00:18:50

Sí, claro, ese es un capítulo pues como lo dijo John Mary, fue construido pues con el tema del Plan Nacional de Desarrollo, entonces se ha venido haciendo desde el año 2018, perdón, desde el 2020 se empezó a trabajar sobre el tema del capítulo Indiana para las niñas indígenas y se sigue adelantando hasta ahora. Siempre hemos tenido las limitaciones, es como el presupuesto y pues también el cambio de gobierno. ¿Entonces como en todos los procesos, cuando hay ese cambio de estructuras o cambio.

00:19:30

De pronto de las personas que están.

00:19:32

Ahí dentro de la institución, pues las cosas hay un tardío en continuidad, no? ¿Ahorita ya vamos a iniciar de nuevo, pues como lo dijo yo Mermel, todavía no se ha protocolizado, hay unos insumos en construcción con las siete organizaciones indígenas y eso se hace bajo la mesa de concertación, pues ella lo decía ahí la CNMI, que es el Consejo Nacional de Mujeres Indígenas, donde están las representantes de las mujeres y pues eso es un espacio de gobierno a gobierno, si están las mayores instancias de los representantes de los gobiernos indígenas con obviamente en la instancia del gobierno nacional y ahí de esa manera se ha realizado el proceso, cierto?

00:20:29

¿Y el proceso de consulta que lo está haciendo interno de qué Departamento del Estado está haciendo esto con ustedes?

00:20:49

¿El proceso de la consulta?

00:20:50

Eso se ha venido realizando con el Instituto colombiano de Bienestar Familiar, que es.

00:20:57

El Icbf y el Ministerio del Interior.

00:21:00

Con estas dos instituciones se ha venido realizando todo el proceso de el capítulo indígena para las niñas indígenas.

00:21:13

Muy interesante, muy interesante. ¿Si yo me voy pasar acá para Carol, Carol, quieres continuar? ¿Empiezo a querer saber muchas cosas y solo decirte una cosa Frendy, acá en Brasil tuvimos la experiencia de construir el plan nacional de primera infancia y este Plan Nacional de Primera Infancia también tiene un capítulo específico para las infancias, niñez indígena y de pueblos tradicionales no? Platicaste que son 115, yo creo que fue a América y platicó que son 115 pueblos indígenas en Colombia, acá en Brasil son 307 pueblos indígenas y también tenemos, son 274 lenguas indígenas y también tenemos alrededor de otros 27 pueblos tradicionales no indígenas acá en Brasil. ¿Entonces hay una configuración de una diversidad étnica muy, muy amplia y este plan nacional de primera infancia intentó para la primera infancia, para toda la niñez, intentó justamente también caminar en este proceso de construir herramientas de políticas públicas que piensen incluso una cierta pluralización de esta comprensión de primera infancia, lo que esto representa para los pueblos indígenas, si hay una primera infancia, no? ¿Si hay, si esta primera infancia es un poco como ababa llamar en relación a la desnutrición, qué parámetros seguimos? El parámetro universal que siempre eurocéntrico o un parámetro étnico plural. Entonces caminamos también este proceso de discutir de una manera más abierta la cuestión de la Desnutrición, la Cuestión de la Escuela para la primera Infancia, la Cuestión del Acogimiento Familiar y otras cosas que tal vez también sea interesante compartir con ustedes en algún momento.

00:23:15

¿Pero es solo para poner un poco también la experiencia que tenemos en Brasil en relación a un eje específico de desarrollo humano, que es ese eje de la primera, la primera parte, no? De desarrollo, que es de la primera infancia. Pero si ahora dejó Carol poner otras cosas, por favor.

00:23:37

No, yo estaba mirando acá, yo Mary no la veo. Está acá. ¿Ustedes van?

00:23:42

Yo merece porque tiene una reunión urgente. Sí, tuvo que salir, pero está con.

00:23:52

La reflexión para comprender un poco más de sus derechos consolidados. ¿Qué te gustaría mencionar de las normas de política pública, de jurisprudencia, de promoción, protección, control? ¿Cuáles son las leyes más importantes? Que nosotros hicimos una búsqueda general en la constitución, en el código, pero claro, tenemos que estar seguros de otros instrumentos que pueden también ser referencia ahí. ¿Qué te gustaría nombrar de normas?

00:24:43

¿Bueno, en cuanto a la normatividad, pues la Constitución de Colombia, el derecho de los niños y las niñas prevalece sobre las demás, como dice el artículo 44, no?

00:24:53

Los derechos de los niños prevalecen sobre.

00:24:55

Los derechos de los demás.

00:24:56

Otra ley es la 1098 2006, que.

00:24:59

Es el Código Nacional sobre Infancia y.

00:25:00

Adolescencia, la política nacional de infancia y adolescencia con la construcción del capítulo de niñez indígena.

00:25:07

La línea de políticas son derivadas como.

00:25:09

La de prevención, de reclutamiento, uso y utilización, línea contra el trabajo infantil, la.

00:25:15

Línea de la política contra la explotación sexual y comercial en niños y niñas.

00:25:19

Pues realmente la que nos prevalece a nosotros es la ley 1098 1006, que.

00:25:24

Es el Código Nacional sobre infancia y adolescencia. ¿Pues obvio, eso en cuanto a la Constitución y a la institución, no?

00:25:31

Pero ya dentro de nuestros mandatos y.

00:25:35

Nuestras normatividades propias, ya cada uno, pues los pueblos, como son 115 pueblos, cada uno maneja su propia normatividad en lo que es la ley de gobierno propio de cada pueblo y cada pueblo pues tiene una cosmovisión diferente según sus usos y costumbres.

00:25:53

Sí, incluso sobre esto, Frendy, a mí me gustaría también preguntarte, ya que es muy interesante, el código de la infancia adolescencia, estamos acá haciendo una comparación con otros códigos de infancia adolescencia, tal vez sea un código que tenga el mismo avance que solamente en Bolivia hemos visto en términos de cómo incluir derechos específicos de niños indígenas en este código. ¿Entonces, cómo trae una parte de lo que está en la constitución y ponen el código de infancia? Eso no pasa, por ejemplo, en Ecuador increíblemente no pasa. Entonces no hubo así una constitución plurinacional del Código de Infancia de Ecuador. En Perú también tiene una serie de trampas, pero a mí me gustaría preguntarte, son tres cosas, pero voy a empezar con la primera. El código de infancia empieza justamente hablando en el artículo 13 pájaro segundo, que el caso de los pueblos indígenas la capacidad para ejercicio de los derechos de niño y adolescente se regirá por sus propios sistemas normativos como adelante la jurisdicción indígena, los cuales deben guardar plena armonía con la Constitución Política. ¿Bueno, no ser encontrar los derechos fundamentales, ya sabemos esto todo, pero a mí me gustaría preguntarte cómo en realidad está ocurriendo este proceso de resolución de los conflictos que involucran niños y niñas y adolescentes indígenas a partir de los usos de costumbres, o sea de la jurisdicción indígena esto está ocurriendo de qué forma, qué tipo de conflicto, tal vez con algún tipo de, por ejemplo la violencia sexual o la trata, por ejemplo, hay algún tipo de delitos que tienen más dificultad el Estado aceptar que la jurisdicción indígena pueda actuar o ocurre para

todo tipo de de delitos o cómo está este proceso también? Esto solamente para tratar un poco de los aspectos que el código ya presenta como de reconocimiento del pluralismo jurídico, que para nosotros es algo muy avanzado llega ni cierto de esto ni cerca de esto, entonces un poco comprender contigo cómo está efectivamente siendo cumplido esta perspectiva que está en el código de influencia, que también está replicando lo que pasa también en la Constitución Política y que ya reconoce la jurisdicción indígena, pero que quería comprender contigo cómo está pasando esto en los asuntos que involucran niños, niñas, adolescentes indígenas.

00:28:44

Bueno, en el tema restablecimiento de derechos con niñez indígena, pues realmente pues la potestad la tiene directamente los cabildos y las autoridades, las instancias más que representan cada pueblo, no pues las vulneraciones son en todos los territorios, o sea son las mismas, hay desplazamiento, niños en conflicto armado, tenemos ejercicios colar, tenemos abuso sexual, tenemos por decirlo así trata de niños, en el tema de prostitución ya son utilizados sustancias psicoactivas que pues es complejo en el momento de poder traer esas, como le diría yo, esas metodologías propias, poder tratar esos casos de 100 sí, pero realmente a través de la articulación desde la jurisdicción especial y la jurisdicción ordinaria se han venido realizando esos proceso, han habido unas consultas como lo decía anteriormente la compañera Jormer y en esa ruta que se hizo, ese despliegue que lo hicimos nosotros hacía lo propio a nivel nacional, nos dimos cuenta de la gravedad que hay en los territorios, que no es ajeno. ¿De pronto un tema que ha sido complejo para nuestras comunidades y autoridades es ya hablar de por ejemplo la población diversa LGTBI más cierto, porque pues para nosotros eso no existe, para algunas comunidades, yo por ejemplo lo digo específicamente en Orinoquía, nosotros aceptamos esas, esa población que está ahí y ellos también son afectados en sí, en sí eso también aún en el tema de niñez que pues desde ahí se van formando las desarmonías que los llamamos nosotros, entonces cómo lo hacemos en usos y costumbres a través de la espiritualidad, fortalecimiento a través de la espiritualidad, pero si en sí necesitamos más acciones, más articulación de las instituciones y obviamente una corresponsabilidad de parte y parte para poder llegar a esa niñez con un apoyo psicosocial, un apoyo técnico, pero que todas las metodologías y eso pues sean propias, porque las instituciones traen, nosotros tenemos un poco del ICF, está la ruta par, pues ahí nos nos dan unos lineamientos para poder empezar a hacer esas acciones en los territorios y cómo poder llegar, no? Pero realmente una cosa es lo que está en el papel y otra cosa es lo que está en la práctica y poder hacer ese tipo de yo lo digo así, más restablecimiento de derechos y poder de una u otra manera mitigar todas esas problemáticas que hay en los territorios. No sé si de pronto doy respuesta o profundice mucho, pero bueno, tranquilo.

00:31:43

¿Y usted ve alguna distinción frente entre regiones del país y donde los indígenas están ubicados? Si hay algún por ejemplo, en Brasil tenemos una diferenciación muy explícita entre los indígenas de Amazonia Amazonía y los indígenas del restante del país. Océ este es indígena de Amazon, tiene la mayor parte su titubación de tierra, tiene servicios diferenciados de educación, de salud, una serie de dificultades también, pero tienen incluso por otro lado, los indígenas del nordeste de Brasil aún están apoyando por su reconocimiento como indígenas, pero entre el estado brasileño, entonces están muchas veces algunos pasos atrás para conseguir obtener lo básico que es reconocimiento de su identidad. ¿Entonces tenemos estas desigualdad en términos de reconocimiento de incumplimiento de derechos y pregunto si también pasa en Colombia, tiene alguna diferenciación regional en términos de cumplimiento de derechos, sobre todo para niñas indígenas o en término general?

00:32:59

Pues a nivel del país, si somos dispersos en territorios, hay territorios que están muy adentro, por ejemplo en la selva, entonces es complejo llegar allá, pero a nivel del contexto ya que es la articulación desde la institución propia, tener los pueblos indígenas con las instituciones a nivel del país, pues hemos hablado en un mismo lenguaje, hemos dicho en hermandad como pueblos indígenas y que realmente tengamos ese equilibrio entre todos, porque las problemáticas no diferencian lo otro que seamos de pronto de diferentes pueblos, con diferente uso y costumbre, pero son las mismas y nos afectan de igual manera a todos.

00:33:47

Perfecto, sólo me hace una pregunta, Carol, después vuelvo contigo. Es vuelvo ahora para el código nuevamente me gustaría preguntarte también porque hay muchas cosas interesantes este código y y hay también el artículo 70 cuando va a trabajar la adopción de niños y niñas, adolescentes indígenas y trabaja con la perspectiva, acá voy a leer atendiendo las facultades jurisdiccionales de las autoridades indígenas, la adopción de un niño, una niña o un adolescente indígena, cuando los adoptantes sean miembros de su propia comunidad, procederá de acuerdo con sus usos, costumbres. ¿Más una vez esto cómo está pasando esto? ¿De hecho esto hay este reconocimiento, el estado no hace ninguna intromisión, digamos así, reconoce y los pueblos indígenas tal vez a partir de tu propia experiencia, de tu pueblo, esto pasa seguramente dentro de la perspectiva interna solamente entre los miembros del estado, no? ¿No hace ningún tipo de injerencia o hay algún tipo de conflicto en relación a esto que está en el código?

00:35:15

Pues realmente tú lo hablas así como de que pasó una vulneración y el niño que se lo dan a un familiar o se lo lleva a la institución se está vulnerando en la realidad si tenemos una

problemática, por ejemplo en los pueblos del Pacífico, espérame un momento, en las comunidades emberas, por ejemplo, como la mayoría de ellos, hay unas que están en contexto de ciudad, que se vienen los territorios a los niños, el Instituto Bienestar Familiar u otra entidad están quitándole ese menor a las mamitas, eso lo he escuchado yo, como consideran unos espacios. Sí, así arrebatan y al arrebatar un menor de la mamá, del seno de la mamá, de la familia y al cierto, por ejemplo, en el tema de desplazamiento forzado que tenemos en nuestro país, pues también lo arrebatan el territorio ese menor. Entonces en algunos casos los toman las instituciones, pero no, o sea, yo digo específicamente en esas comunidades, por ejemplo en el caso de mi pueblo, el restablecimiento de eso se los entregan a la primer familiar de primer grado de sangre. ¿Sí, en qué sentido? ¿Que sea una persona que verdaderamente va a velar por los niños, por sus derechos, por estar pendiente, por su educación y todo dependiendo de la problemática que suceda, no? Es ahí, en eso entra la articulación, tanto la jurisdicción especial con la jurisdicción ordinaria, donde la autoridad de base tiene un papel de seguimiento, implementación, cumplimiento, bueno, ahí se hace un proceso de articulación. ¿Conozco el caso con los pueblos en pera, en este momento eso está pasando, no sólo porque el menor de pronto llegue al contrast de ciudad o porque pronto están en desplazamiento, tenemos muchas comunidades, los niños están ahí, entonces al ver que no están en esas condiciones, pues entonces la institución llega, en vez de ver cómo se ve allá en el territorio se pueda solucionar, porque aunque el tema del conflicto armado es un tema muy complejo, no? Que pues en uno viendo, por ejemplo, yo soy mamá, yo viendo la integridad de mi familia, de mi menor, pues yo decido buscar irme, al tener todas esas condiciones de amenazas ahí puestas encima, esta desarmonía que realmente, pero lo que le hacemos es un daño, un daño a nuestros niños, porque pues ellos están acostumbrados al territorio, están acostumbrados a nuestros usos y costumbres, que en la ciudad no sucede, lo digo por experiencia propia, por muchas cosas que también no necesariamente tienen que ser forzados, desplazamiento forzado también son las violencias que están pasando, los tipos de violencias que están sucediendo dentro de la familia, entonces eso yo lo podría decir así con propiedad, pero como tal el conducto es la articulación desde la jurisdicción especial a la jurisdicción ordinaria, donde ese restablecimiento de derechos se deja con una persona de confianza, puede ser la abuela materna, paterna o de pronto alguna tía que pues cumpla con las condiciones que se dice en la ruta par y pues obviamente pues teniendo en cuenta nuestra ley de gobierno de cada pueblo y sin obviamente contarnos también lo que dice el código.

00:38:45

Gracias Frendy. Yo paso para Carol.

00:38:51

No, a mí.

00:38:52

Me gustaría saber la condición política del gobierno actual de Gustavo Petro, cómo fue para los niños indígena, cómo está la situación, me parece que es el primer presidente izquierda del país, las contradicciones de ese gobierno y avances posibles y cómo pienso para el futuro, cuáles son las esperanzas, las pautas que son más relevantes para el futuro.

00:39:27

De pronto se me irá, pero bueno. ¿Sonríe cuando le habla al Presidente Petro.

00:39:31

No.

00:39:34

Desde mi perspectiva personal lo digo ya y desde la Consejería pues también igual, porque pues nosotros apoyamos ese ejercicio político, las comunidades indígenas y pues en la actualidad el gobierno actual ha puesto gran interés en todos los ciudadanos vulnerables, no? Especialmente, esto quiere decir que en la niñez y la juventud pues en general se ha podido dar varios programas que se han llevado a cabo a garantizar básicamente la salud, la educación de las niñas y la juventud, pues en ese, en ese preámbulo podríamos decir que es la primera vez que hemos podido sentarnos de gobierno a gobierno a poder dialogar y poder sentar y ver cómo se traen esos programas los territorios, porque pues anteriormente de lo que uno ve, porque ahorita estoy de lleno más aquí en el tema ya de institución y de gobierno, pues desde mi territorio yo lo veía difícil, o sea, se veía mucha vulneración pues en esa ha tenido de poder sentar, dijo, de hablar con las autoridades, de ver todas esas problemáticas y le ha apuntado mucho al tema de las poblaciones vulnerables y pues en este caso las comunidades indígenas, que eso se ha visto, no sé, de pronto dentro de los de comunicación se ha visto ese ejercicio.

00:40:58

Yo quiero hacer un aporte y es que el gobierno, el gobierno Petro por primera vez, bueno por primera vez podríamos decirlo, porque venimos en luchas constantes, no solamente con el gobierno Petro, sino con los gobiernos anteriores, con el gobierno Duque, luego de que supimos que había una política pública para la niñez indígena y que antes de que el gobierno Duque existiera salió la ley 1098 y que no teníamos nosotros participación de un enfoque étnico, iniciamos con nuestros primitos, nuestros primeros pinitos de lucha en frente al gobierno Petro, nos encontramos que nos ha dado la oportunidad de pensarnos en caracterizar en los territorios a

la niñez indígena, eso nunca se había dado en el gobierno Duque, le habían asignado inclusivamente a la Comisión Nacional de Mujeres como \$500 millones para caracterizar toda una población de que les digo yo, de más de 1 millón de habitantes, millón de niños indígenas. Este año con el gobierno nuevo hemos podido lograr unos presupuestos un poco más altos para poder llegar a los territorios y hacerlos las preguntas internas desde el enfoque diferencial o desde el enfoque indígena de qué está pasando con la niñez. Ahí nos vamos a dar cuenta de dos situaciones que van a haber fallas del estado y también fallas comunitarias, fallas de la jurisdicción especial indiana. La idea es que una vez tengamos estos datos cualitativos y cuantitativos podamos generar unas políticas públicas más acertadas que nos permitan que la niñez pues salgan de la situación en la que se encuentran. También pues estamos culminando la protocolización de la política pública frente a la niñez indígena, hemos pensado en unos proyectos de iniciativas comunitarias frente a un proceso de que le da continuidad al gobierno anterior, que era un diagnóstico participativo de por qué sucedía reclutamiento forzado en los pueblos indígenas, dimos cuenta de que los territorios estaba pasando algo además de las violencias, la violencia económica, de la extrema pobreza, nos dimos cuenta pues que se necesitan que los niños tengan algunos, digamos algunos sistemas o algunos procesos que les permitan a ellos poder salir a tener una vida normal como los demás niños, sin las diferencias sociales que nosotros tenemos. Entonces podríamos decir que mediante escrito estamos bien. El tema ahorita ha sido la ejecución, porque el gobierno nacional no cree que nosotros las organizaciones indígenas estemos en la capacidad para poder generar estos procesos, porque es muy difícil que se entienda que ejemplo, nosotros manejemos el tema de la población LGTBIQ como una desarmonía espiritual, que es un tema de transformación que tenemos que hacer culturalmente y pues es muy difícil que se entienda o por lo menos el hecho de que se entienda para los gobiernos que no sé si ustedes conozcan, cuando los niños tienen dolor de estómago y las mamás o las sabedoras les hacen sus masajes en el estómago, ellas creen en eso y no lo llevan al médico, cuando los los muchachos son más, digamos sobados por sus abuelas, se sanan, entonces todos estos procesos queremos nosotros integrarlo y cuando vamos a hacer la contratación pues este es ser ilógico, porque no está en el margen de los estándares científicos, de los estándares de la Organización Mundial de la Salud, de los estándares de la institucionalidad y pues ha sido difícil, sin embargo lo estamos logrando, estamos logrando, estamos presentando propuestas y pues dentro de esas propuestas esperamos que al final de este año podamos tener, tener digamos estadística o información que podamos presentarle al país para poder identificar nuevas fórmulas o políticas públicas. También decirles que el gobierno Petro pues nos ha dado la oportunidad de concentrarnos en crear un observatorio de violencias basadas en género.

Estas violencias basadas en género no solamente van para la mujer, va para todos, mujeres, hombres y niños. Entonces ahí pensamos nosotros construir un módulo que también nos permita cruzar información con la caracterización y como les digo, la idea es denunciar, pero no solamente quedarnos en denuncias, denuncias y denuncias, sino buscarle soluciones a las problemáticas que están sucediendo a los pueblos indígenas.

00:45:30

Tremendo, cómo es bueno dar una esperanza para toda la región. ¿Your merit me gustaría saber justamente cómo Colombia dialoga con otros países y para una integración regional, cómo serían los aportes actuales, hay algún grupo que ustedes hacen parte con otros países? ¿Cómo es la articulación internacional.

00:46:00

En cuanto a niñez? No tenemos una articulación internacional, tenemos el Enlace Continental de Mujeres Indígenas del Etnia, pero no estamos hablando de niñas, estamos hablando de mujeres, no tenemos un relacionamiento en temas que sean relacionados con niñez indígena, inclusive aquí dentro de nuestras cosas locas con este proceso de caracterización y con este proceso que queremos hacer de observatorio, nosotros queremos presentar un informe para Presentar al Relator de Derechos de los niños, el Relator de la niñez Indígena, de la niñez, perdón, de los derechos de los niños y la idea es pues poder nosotras participar y poder generar incidencia, porque la verdad la incidencia frente de la manera internacional lo que obliga a los gobiernos, obliga a los gobiernos es para que asignen más presupuestos y más recursos o por nuevas políticas públicas que mejoren digamos la situación de los territorios. Nosotros estamos en ese proceso para eso, por eso es que también los necesitamos a ustedes para construir, para construir informes de investigación que nos permitan presentarlos a nivel internacional, pero también queremos hacer intercambios porque nosotros no sabemos cómo se está manejando la niñez en Bolivia, la niñez en Ecuador, la niñez en Perú, en todos lados escuchamos que está mal la niñez, pero nunca nos hemos sentado a pensar o hacer o hacer un intercambio internacional para saber cuáles han sido las estrategias de los pueblos indígenas desde sus diferentes miradas para la prevención, para poder estar digamos sincronizados en un bien común para los niños, no, no la tenemos. Entonces esa pues sería una de las invitaciones, si nosotros generamos alianza, si pudiésemos hablar con otros países y decirnos vengan, no es una reunión de investigadores adultos, es pensarlos también en un intercambio con los niños y que sean los niños los que quieran sus respuestas, porque a veces nosotros los padres decimos es que los niños hacen lo que uno hace, pero es que a veces los niños tienen otras miradas diferentes. Nosotros estuvimos en una actividad donde una niña dice hay todo tan bonito, pero es que en mi casa mi papá y mi mamá se pelean mucho. ¿Entonces no, el problema no es del niño, el niño dice yo me quiero ir

de mi casa 1 dice pero por qué? Porque mi papá se pelean mucho, se insultan, se maltrata, se golpea y de paso me golpean a mí. Entonces hay que pensar en eso, hay que pensar en cómo desde el análisis, de la reflexión, desde los círculos de la palabra, desde el diálogo, podemos buscar una respuesta.

00:48:31

No la vamos a encontrar ahora, pero podemos transformar las mentes porque estos niños van a ser padres más adelante y lo que hagamos nosotros ahora podemos hacerlo, cambiarlo después, vamos a ver si lo logramos y pues esa es la invitación.

00:48:45

Sí, y Omeri, acá te comparto también esta preocupación que es semejante incluso no solamente los adultos que estamos acá, pero también los niños y niñas y adolescentes. Es muy interesante porque frente viene de una actuación también como juventud indígena y la propia juventud indígena, América Latina tiene una articulación de la red de Latinoamérica Americana Caribeña de Juventudes Indígenas y entonces por allá también están a construir suicidios para pensar la niñez, la adolescencia. Entonces tal vez sea también una posibilidad de una articulación. No hay, yo no conozco, en realidad no conozco una articulación ni América Latina específica de niñez indígena, no conozco, conozco el enlace que es la articulación, el foro también mundial global de mujeres indígenas y hay otras articulaciones también de juventud y de mujeres, pero seguramente tal vez este estación ahora sea la semilla para la construcción de una articulación regional de niñez indígena. Entonces tenemos también esta configuración. Bueno, yo ahora tengo un problema de horario, tengo que salir, pero Carol aún tiene algunas preguntas.

00:50:08

Nosotras también estamos, a mí me llama la atención que nos reunamos por ahí de seis a 7:00 p.m.

00:50:24

¿Que nos reunimos, podríamos hacer esta otra cita para platicar más sobre el observatorio? Sí, puede ser, sí, vamos entonces proponer una otra fecha.

00:50:33

Sí, bueno, entonces si nos regalan la.

00:50:37

Grabación también sería chévere para nosotros tenerlo.

00:50:39

Sí, seguro que sí, por favor, seguramente. Muchísimas gracias por este diálogo, lo que solamente empezó. Sí, entonces mantenemos el contacto para otras acciones, seguramente en conjunto. Muchas gracias y hasta luego.

00:50:56

Hasta luego.

EQUADOR

Oficialmente **República do Equador** (República del Ecuador), é uma república democrática presidencial. O Equador é dividido em 24 províncias, divididas em municípios.

O país integrou o Império Inca e foi colônia da Espanha. Em 1822 passou a integrar o território independente da Grã-Colômbia, do qual se tornou independente em 1830. Localizado na América do Sul, limitado a norte pela Colômbia, a leste e sul pelo Peru e a oeste pelo oceano Pacífico. É um dos dois países da região que não têm fronteiras comuns com o Brasil, além do Chile. Seu território abriga parte dos Andes e da Amazônia, em uma área aproximadamente do tamanho do Rio Grande do Sul. A principal língua falada no país é o espanhol (94% da população). Entre os idiomas oficiais em comunidades nativas estão o quáchua, o shuar e onze outros idiomas. A nova constituição de 2008 é a primeira no mundo a reconhecer legalmente os direitos da natureza, ou dos ecossistemas e adotar um princípio indígena (Sumak Kawsay ou bem-viver) como modelo de desenvolvimento. A história da República do Equador é marcada por grande instabilidade política, golpes pelo poder e mudanças na Constituição do país.

O Equador é uma república presidencialista unitária. Segundo a constituição de 1979, o presidente e o vice-presidente são eleitos por voto popular direto e secreto para um período de quatro anos. Depois da aprovação da nova constituição em 2008, já é permitida a reeleição para um segundo mandato. O presidente escolhe seus ministros e governadores das províncias. O atual presidente do Equador, Daniel Noboa, assumiu em 2023. A atual constituição equatoriana foi escrita por Assembleia Constituinte eleita em 2007 e foi aprovada por referendo em 2008. Desde 1936, o voto é obrigatório para todas

as pessoas alfabetizadas com idade entre 18 e 65 anos de idade e opcional para todos os outros cidadãos.

Nos anos 1970, o país esteve sob regimes autoritários, incluindo um regime militar. A partir do fim dos anos 1990, o Equador enfrentou uma grave crise econômica complicada por medidas neoliberais, que resultaram em crises políticas. Dois presidentes foram destituídos entre 1997 e 2000, quando um golpe de Estado catapultou um coronel aposentado, Lucio Gutiérrez, aos olhos do mundo.

Gutiérrez foi eleito em 2002, mas caiu três anos depois após tentar dissolver o Supremo Tribunal e perder o apoio das forças armadas. Em 2007, Rafael Correa assumiu como presidente do Equador. Ao lado do venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, Correa liderou a onda mais radical de esquerda que se espalhou pelos países andinos nessa época.

Beneficiando-se do boom das commodities, Correa adotou uma série de medidas de cunho social e incorporou o apoio das principais entidades indígenas - que desde os anos 1990 vinham se tornando uma importante força política no país. Após três mandatos consecutivos, Correa passou a faixa ao ex-vice-presidente Lenin Moreno, que logo se distanciou do seu ex-mentor político, adotou políticas vistas como neoliberais e se aproximou dos Estados Unidos. Em 2019, essas medidas levaram a uma série de protestos que obrigaram o governo a mudar temporariamente a sua sede de Quito à cidade costeira de Guayaquil. Em maio de 2021, o banqueiro Guilherme Lasso se tornou o primeiro líder de direita no Equador em 14 anos”.

A poderosa classe empresarial do Equador está no poder mais uma vez após a eleição de Daniel Noboa. Repressão a organizações indígenas e a diversos setores sociais. Violência que já provocou várias mortes, dezenas de feridos, alguns de suma gravidade, crianças atacadas com gás lacrimogêneo e centenas de presos arbitrariamente.

Para compreender a gravidade da situação atual do Equador, a taxa de homicídios quintuplicou entre 2016 e 2022, experimentando um Aumento de 82% em 2022 sozinho. No final de 2023, a taxa era de 46 mortes violentas por cem mil habitantes, superando até mesmo a Venezuela, a Colômbia e o México e tornando o Equador o país mais violento da América Latina.

Dada a forma ambígua como o governo equatoriano lida com o Direito Internacional Humanitário, expressamos séria preocupação com a segurança e com os

direito dos povos originários, que enfrentam múltiplas ameaças tanto das forças militares e policiais.

A principal organização indígena do Equador, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), culpa as políticas neoliberais adotadas no país como a raiz da atual crise de segurança. A confederação, fundada em 1986, reúne 53 organizações de base indígena, que somam 18 povos de 15 nacionalidades originárias do Equador.

E, assim, com a contextualização das conjunturas à nível interno, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país:

Lista de menções às palavra-chave:

Categoria etária: Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes.

Categoria étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR		
Dispositivo Legal	Texto	Palavra-chave; Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 1; 6; 57; 83; 156; 380	<p>El artículo 1 de la Constitución Política de la República, se define al Ecuador como un Estado pluricultural y multiétnico;</p> <p>Art. 6. - Todas las ecuatorianas y los ecuatorianos son ciudadanos y gozarán de los derechos establecidos en la Constitución. La nacionalidad ecuatoriana es el vínculo jurídico político de las personas con el Estado, sin perjuicio de su pertenencia a alguna de las nacionalidades indígenas que coexisten en el Ecuador plurinacional. La nacionalidad ecuatoriana se obtendrá por nacimiento o por naturalización y no se perderá por el matrimonio o su disolución, ni por la adquisición de otra nacionalidad.</p> <p>Art. 57.- Se reconoce y garantizará a las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, de conformidad con la Constitución y con los pactos, convenios, declaraciones y demás instrumentos internacionales de derechos humanos, los siguientes derechos colectivos:</p> <p>1. Mantener, desarrollar y fortalecer libremente su identidad, sentido de pertenencia, tradiciones</p>	<p><u>Identidad étnica y cultural;</u> <u>Pluralidade étnica y cultural.</u> <u>Idioma.</u> <u>Intérprete.</u></p>

	<p>ancestrales y formas de organización social.</p> <p>2. No ser objeto de racismo y de ninguna forma de discriminación fundada en su origen, identidad étnica o cultural.</p> <p>Art. 83.- Son deberes y responsabilidades de las ecuatorianas y los ecuatorianos, sin perjuicio de otros previstos en la Constitución y la ley:</p> <p>14. Respetar y reconocer las diferencias étnicas, nacionales, sociales, generacionales, de género, y la orientación e identidad sexual.</p> <p>Art. 156.- Los consejos nacionales para la igualdad son órganos responsables de asegurar la plena vigencia y el ejercicio de los derechos consagrados en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos. Los consejos ejercerán atribuciones en la formulación, transversalización, observancia, seguimiento y evaluación de las políticas públicas relacionadas con las temáticas de género, étnicas, generacionales, interculturales, y de discapacidades y movilidad humana, de acuerdo con la ley. Para el cumplimiento de sus fines se coordinarán con las entidades rectoras y ejecutoras y con los organismos especializados en la protección de derechos en todos los niveles de gobierno.</p> <p>Art. 380.- Serán responsabilidades del Estado:</p> <p>1. Velar, mediante políticas permanentes, por la identificación, protección, defensa, conservación, restauración, difusión y acrecentamiento del patrimonio cultural tangible e intangible, de la riqueza.</p>	
<p>Art. 44; 45; 66; 81</p>	<p>Art. 44.- El Estado, la sociedad y la familia promoverán de forma prioritaria el desarrollo integral de las niñas, niños y adolescentes, y asegurarán el ejercicio pleno de sus derechos; se atenderá al principio de su interés superior y sus derechos prevalecerán sobre los de las demás personas. Las niñas, niños y adolescentes tendrán derecho a su desarrollo integral, entendido como proceso de crecimiento, maduración y despliegue de su intelecto y de sus capacidades, potencialidades y aspiraciones, en un entorno familiar, escolar, social y comunitario de afectividad y seguridad. Este</p>	<p><u>Niño, niña Adolescente</u></p> <p>Proteção em situação de abandono.</p>

	<p>entorno permitirá la satisfacción de sus necesidades sociales, afectivo-emocionales y culturales, con el apoyo de políticas intersectoriales nacionales y locales.</p> <p>Art. 45.- Las niñas, niños y adolescentes gozarán de los derechos comunes del ser humano, además de los específicos de su edad. El Estado reconocerá y garantizará la vida, incluido el cuidado y protección desde la concepción. Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a la integridad física y psíquica; a su identidad, nombre y ciudadanía; a la salud integral y nutrición; a la educación y cultura, al deporte y recreación; a la seguridad social; a tener una familia y disfrutar de la convivencia familiar y comunitaria; a la participación social; al respeto de su libertad y dignidad; a ser consultados en los asuntos que les afecten; a educarse de manera prioritaria en su idioma y en los contextos culturales propios de sus pueblos y nacionalidades; y a recibir información acerca de sus progenitores o familiares ausentes, salvo que fuera perjudicial para su bienestar. El Estado garantizará su libertad de expresión y asociación, el funcionamiento libre de los consejos estudiantiles y demás formas asociativas.</p> <p>Art. 66.- Se reconoce y garantizará a las personas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. El derecho a la inviolabilidad de la vida. No habrá pena de muerte.2. El derecho a una vida digna, que asegure la salud, alimentación y nutrición, agua potable, vivienda, saneamiento ambiental, educación, trabajo, empleo, descanso y ocio, cultura física, vestido, seguridad social y otros servicios sociales necesarios.3. El derecho a la integridad personal, que incluye:<ol style="list-style-type: none">a) La integridad física, psíquica, moral y sexual.b) Una vida libre de violencia en el ámbito público y privado. El Estado adoptará las medidas necesarias para prevenir, eliminar y sancionar toda forma de violencia, en especial la ejercida contra las mujeres, niñas, niños y adolescentes, personas adultas mayores, personas con discapacidad y	
--	---	--

	<p>contra toda persona en situación de desventaja o vulnerabilidad; idénticas medidas se tomarán contra la violencia, la esclavitud y la explotación sexual.</p> <p>Art. 81.- La ley establecerá procedimientos especiales y expeditos para el juzgamiento y sanción de los delitos de violencia intrafamiliar, sexual, crímenes de odio y los que se cometan contra niñas, niños, adolescentes, jóvenes, personas con discapacidad, adultas mayores y personas que, por sus particularidades, requieren una mayor protección. Se nombrarán fiscales y defensoras o defensores especializados para el tratamiento de estas causas, de acuerdo con la ley.</p>	
<p>Art. 347;</p>	<p>Art. 347.- Será responsabilidad del Estado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer la educación pública y la coeducación; asegurar el mejoramiento permanente de la calidad, la ampliación de la cobertura, la infraestructura física y el equipamiento necesario de las instituciones educativas públicas. 2. Garantizar que los centros educativos sean espacios democráticos de ejercicio de derechos y convivencia pacífica. Los centros educativos serán espacios de detección temprana de requerimientos especiales. 3. Garantizar modalidades formales y no formales de educación. 4. Asegurar que todas las entidades educativas impartan una educación en ciudadanía, sexualidad y ambiente, desde el enfoque de derechos. 5. Garantizar el respeto del desarrollo psicoevolutivo de los niños, niñas y adolescentes, en todo el proceso educativo. 6. Erradicar todas las formas de violencia en el sistema educativo y velar por la integridad física, psicológica y sexual de las estudiantes y los estudiantes. 7. Erradicar el analfabetismo puro, funcional y digital, y apoyar los procesos de post-alfabetización y educación permanente para personas adultas, y la superación del rezago educativo. 	<p>Liberdade de crença ambiente ensino.</p> <p>Identidade</p> <p>Educação;</p> <p>Respeito à Identidade ambiente ensino.</p> <p>Educación bilingüe y intercultural.</p>

	<p>8. Incorporar las tecnologías de la información y comunicación en el proceso educativo y propiciar el enlace de la enseñanza con las actividades productivas o sociales.</p> <p>9. Garantizar el sistema de educación intercultural bilingüe, en el cual se utilizará como lengua principal de educación la de la nacionalidad respectiva y el castellano como idioma de relación intercultural, bajo la rectoría de las políticas públicas del Estado y con total respeto a los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades.</p> <p>10. Asegurar que se incluya en los currículos de estudio, de manera progresiva, la enseñanza de al menos una lengua ancestral.</p> <p>11. Garantizar la participación activa de estudiantes, familias y docentes en los procesos educativos.</p> <p>12. Garantizar, bajo los principios de equidad social, territorial y regional que todas las personas tengan acceso a la educación pública.</p>	
Art 189	Art. 189.- Las juezas y jueces de paz resolverán en equidad y tendrán competencia exclusiva y obligatoria para conocer aquellos conflictos individuales, comunitarios, vecinales y contravenciones, que sean sometidos a su jurisdicción, de conformidad con la ley. En ningún caso podrá disponer la privación de la libertad ni prevalecerá sobre la justicia indígena.	<p><u>Menor de edad</u></p> <p>Direito à representação</p> <p>Proteção especial no âmbito do Trabalho</p>
Art. 2	Art.2 El castellano es el idioma oficial del Ecuador; el castellano, el kichwa y el shuar son idiomas oficiales de relación intercultural. Los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para los pueblos indígenas en las zonas donde habitan y en los términos que fija la ley. El Estado respetará y estimulará su conservación y uso.	Idiomas oficiales
Art. 60, 171, 242, 257, 259	Art. 60.- Los pueblos ancestrales, indígenas, afroecuatorianos y montubios podrán constituir circunscripciones territoriales para la preservación de su cultura. La ley regulará su conformación. Se reconoce a las comunas que tienen propiedad colectiva de la tierra, como una forma ancestral de organización territorial. Art. 171.- Las autoridades de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas ejercerán funciones jurisdiccionales, con base en sus	Territórios

tradiciones ancestrales y su derecho propio, dentro de su ámbito territorial, con garantía de participación y decisión de las mujeres. Las autoridades aplicarán normas y procedimientos propios para la solución de sus conflictos internos, y que no sean contrarios a la Constitución y a los derechos humanos reconocidos en instrumentos internacionales. El Estado garantizará que las decisiones de la jurisdicción indígena sean respetadas por las instituciones y autoridades públicas. Dichas decisiones estarán sujetas al control de constitucionalidad. La ley establecerá los mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena y la jurisdicción ordinaria.

Art. 242.- El Estado se organiza territorialmente en regiones, provincias, cantones y parroquias rurales. Por razones de conservación ambiental, étnico-culturales o de población podrán constituirse regímenes especiales. Los distritos metropolitanos autónomos, la provincia de Galápagos y las circunscripciones territoriales indígenas y pluriculturales serán regímenes especiales.

Art. 257.- En el marco de la organización político administrativa podrán conformarse circunscripciones territoriales indígenas o afroecuatorianas, que ejercerán las competencias del gobierno territorial autónomo correspondiente, y se regirán por principios de interculturalidad, plurinacionalidad y de acuerdo con los derechos colectivos. Las parroquias, cantones o provincias conformados mayoritariamente por comunidades, pueblos o nacionalidades indígenas, afroecuatorianos, montubios o ancestrales podrán adoptar este régimen de administración especial, luego de una consulta aprobada por al menos las dos terceras partes de los votos válidos. Dos o más circunscripciones administradas por gobiernos territoriales indígenas o pluriculturales podrán integrarse y conformar una nueva circunscripción. La ley establecerá las normas de conformación, funcionamiento y competencias de estas circunscripciones.

Art. 259.- Con la finalidad de precautelar la biodiversidad del ecosistema amazónico, el Estado central y los gobiernos autónomos descentralizados adoptarán políticas de desarrollo

	<p>sustentable que, adicionalmente, compensen las inequidades de su desarrollo y consoliden la soberanía.</p> <p>SEXTA.- Los consejos nacionales de niñez y adolescencia, discapacidades, mujeres, pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianos y montubios, se constituirán en consejos nacionales para la igualdad, para lo que adecuarán su estructura y funciones a la Constitución.</p>	
<p>Art. 56, 57</p>	<p>Art. 56.- Las comunidades, pueblos, y nacionalidades indígenas, el pueblo afroecuatoriano, el pueblo montubio y las comunas forman parte del Estado ecuatoriano, único e indivisible.</p> <p>Art. 57.- Se reconoce y garantizará a las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, de conformidad con la Constitución y con los pactos, convenios, declaraciones y demás instrumentos internacionales de derechos humanos, los siguientes derechos colectivos: 1. Mantener, desarrollar y fortalecer libremente su identidad, sentido de pertenencia, tradiciones ancestrales y formas de organización social. 2. No ser objeto de racismo y de ninguna forma de discriminación fundada en su origen, identidad étnica o cultural. 3. El reconocimiento, reparación y resarcimiento a las colectividades afectadas por racismo, xenofobia y otras formas conexas de intolerancia y discriminación. 4. Conservar la propiedad imprescriptible de sus tierras comunitarias, que serán inalienables, inembargables e indivisibles. Estas tierras estarán exentas del pago de tasas e impuestos. 5. Mantener la posesión de las tierras y territorios ancestrales y obtener su adjudicación gratuita. 6. Participar en el uso, usufructo, administración y conservación de los recursos naturales renovables que se hallen en sus tierras. 7. La consulta previa, libre e informada, dentro de un plazo razonable, sobre planes y programas de prospección, explotación y comercialización de recursos no renovables que se encuentren en sus tierras y que puedan afectarles ambiental o culturalmente; participar en los beneficios que esos proyectos reporten y recibir indemnizaciones por los perjuicios sociales, culturales y ambientales que les causen. La consulta que deban realizar las autoridades competentes será obligatoria y</p>	<p><u>Comunidades campesinas y nativas.</u></p> <p><u>Autónomas</u></p> <p><u>Identidad cultural</u></p>

oportuna. Si no se obtuviese el consentimiento de la comunidad consultada, se procederá conforme a la Constitución y la ley. 8. Conservar y promover sus prácticas de manejo de la biodiversidad y de su entorno natural. El Estado establecerá y ejecutará programas, con la participación de la comunidad, para asegurar la conservación y utilización sustentable de la biodiversidad. 9. Conservar y desarrollar sus propias formas de convivencia y organización social, y de generación y ejercicio de la autoridad, en sus territorios legalmente reconocidos y tierras comunitarias de posesión ancestral. 10. Crear, desarrollar, aplicar y practicar su derecho propio o consuetudinario, que no podrá vulnerar derechos constitucionales, en particular de las mujeres, niñas, niños y adolescentes. 11. No ser desplazados de sus tierras ancestrales. 12. Mantener, proteger y desarrollar los conocimientos colectivos; sus ciencias, tecnologías y saberes ancestrales; los recursos genéticos que contienen la diversidad biológica y la agrobiodiversidad; sus medicinas y prácticas de medicina tradicional, con inclusión del derecho a recuperar, promover y proteger los lugares rituales y sagrados, así como plantas, animales, minerales y ecosistemas dentro de sus territorios; y el conocimiento de los recursos y propiedades de la fauna y la flora. Se prohíbe toda forma de apropiación sobre sus conocimientos, innovaciones y prácticas. 13. Mantener, recuperar, proteger, desarrollar y preservar su patrimonio cultural e histórico como parte indivisible del patrimonio del Ecuador. El Estado proveerá los recursos para el efecto. 14. Desarrollar, fortalecer y potenciar el sistema de educación intercultural bilingüe, con criterios de calidad, desde la estimulación temprana hasta el nivel superior, conforme a la diversidad cultural, para el cuidado y preservación de las identidades en consonancia con sus metodologías de enseñanza y aprendizaje. Se garantizará una carrera docente digna. La administración de este sistema será colectiva y participativa, con alternancia temporal y espacial, basada en veeduría comunitaria y rendición de cuentas.

15. Construir y mantener organizaciones que los representen, en el marco del respeto al pluralismo y a la diversidad cultural, política y organizativa. El Estado reconocerá y promoverá todas sus

formas de expresión y organización. 16. Participar mediante sus representantes en los organismos oficiales que determine la ley, en la definición de las políticas públicas que les conciernan, así como en el diseño y decisión de sus prioridades en los planes y proyectos del Estado. 17. Ser consultados antes de la adopción de una medida legislativa que pueda afectar cualquiera de sus derechos colectivos. 18. Mantener y desarrollar los contactos, las relaciones y la cooperación con otros pueblos, en particular los que estén divididos por fronteras internacionales. 19. Impulsar el uso de las vestimentas, los símbolos y los emblemas que los identifiquen. 20. La limitación de las actividades militares en sus territorios, de acuerdo con la ley. 21. Que la dignidad y diversidad de sus culturas, tradiciones, historias y aspiraciones se reflejen en la educación pública y en los medios de comunicación; la creación de sus propios medios de comunicación social en sus idiomas y el acceso a los demás sin discriminación alguna. Los territorios de los pueblos en aislamiento voluntario son de posesión ancestral irreductible e intangible, y en ellos estará vedada todo tipo de actividad extractiva. El Estado adoptará medidas para garantizar sus vidas, hacer respetar su autodeterminación y voluntad de permanecer en aislamiento, y precautelar la observancia de sus derechos. La violación de estos derechos constituirá delito de etnocidio, que será tipificado por la ley. El Estado garantizará la aplicación de estos derechos colectivos sin discriminación alguna, en condiciones de igualdad y equidad entre mujeres y hombres.

Concordancias: CODIGO CIVIL (TITULO PRELIMINAR), Arts. 2, 7 CODIGO CIVIL (LIBRO II), Arts. 599, 715, 740, 778 CODIGO DE DERECHO INTERNACIONAL PRIVADO SANCHEZ DE BUSTAMANTE, Arts. 121, 129 CODIGO DE LA NIÑEZ Y ADOLESCENCIA, Arts. 6, 7, 34 LEY DE AGUAS, CODIFICACION, Arts. 5, 18, 19, 20, 25, 27 LEY DE PROPIEDAD INTELECTUAL, CODIFICACION, Arts. 278, 377 LEY DE HIDROCARBUROS, 1978, Arts. 1 LEY ORGANICA DE GARANTIAS JURISDICCIONALES Y CONTROL CONSTITUCIONAL, Arts. 65

CÓDIGO DE LOS NIÑOS Y ADOLESCENTES DEL ECUADOR

Lista de menções às palavra-chave:

Categoría etária: Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes.

Categoría étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.

Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 36, 44	<p>Art. 1.- Finalidad.- Este Código dispone sobre la protección integral que el Estado, la sociedad y la familia deben garantizar a todos los niños, niñas y adolescentes que viven en el Ecuador, con el fin de lograr su desarrollo integral y el disfrute pleno de sus derechos, en un marco de libertad, dignidad y equidad. Para este efecto, regula el goce y ejercicio de los derechos, deberes y responsabilidades de los niños, niñas y adolescentes y los medios para hacerlos efectivos, garantizarlos y protegerlos, conforme al principio del interés superior de la niñez y adolescencia y a la doctrina de protección integral.</p> <p>Art. 2.- Sujetos protegidos.- Las normas del presente Código son aplicables a todo ser humano, desde su concepción hasta que cumpla dieciocho años de edad. Por excepción, protege a personas que han cumplido dicha edad, en los casos expresamente contemplados en este Código.</p> <p>Art. 3.- Supletoriedad.- En lo no previsto expresamente por este Código se aplicarán las demás normas del ordenamiento jurídico interno, que no contradigan los principios que se reconocen en este Código y sean más favorables para la vigencia de los derechos de la niñez y adolescencia.</p> <p>Art. 4.- Definición de niño, niña y adolescente. Niño o niña es la persona que no ha cumplido doce años de edad. Adolescente es la persona de ambos sexos entre doce y dieciocho años de edad.</p> <p>Art. 5.- Presunción de edad. Cuando exista duda sobre la edad de una persona, se presumirá que es niño o niña antes que adolescente; y que es adolescente, antes que mayor de dieciocho años.</p>	Niños Etnia Direito

Art. 6 - Igualdad y no discriminación. Todos los niños, niñas y adolescentes son iguales ante la ley y no serán discriminados por causa de su nacimiento, nacionalidad, edad, sexo, etnia, color, origen social, idioma, religión, filiación, opinión política, situación económica, orientación sexual, estado de salud, discapacidad o diversidad cultural o cualquier otra condición propia o de sus progenitores, representantes o familiares. El Estado adoptará las medidas necesarias para eliminar toda forma de discriminación.

Art. 7.- Niños, niñas y adolescentes indígenas y afroecuatorianos. La ley reconoce y garantiza el derecho de los niños, niñas y adolescentes de nacionalidades indígenas y afroecuatorianos, a desarrollarse de acuerdo a su cultura y en un marco de interculturalidad, conforme a lo dispuesto en la Constitución Política de la República, siempre que las prácticas culturales no conculquen sus derechos.

Los niños y niñas de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas del país, tienen el derecho a ser inscritos con nombres propios del respectivo idioma. Las autoridades del Registro Civil tienen la obligación de inscribir estos nombres sin ningún tipo de limitación u objeción.

Art. 11.- El interés superior del niño. El interés superior del niño es un principio que está orientado a satisfacer el ejercicio efectivo del conjunto de los derechos de los niños, niñas y adolescentes; e impone a todas las autoridades administrativas y judiciales y a las instituciones públicas y privadas, el deber de ajustar sus decisiones y acciones para su cumplimiento.

Para apreciar el interés superior se considerará la necesidad de mantener un justo equilibrio entre los derechos y deberes de niños, niñas y adolescentes, en la forma que mejor convenga a la realización de sus derechos y garantías.

Este principio prevalece sobre el principio de diversidad étnica y cultural.

El interés superior del niño es un principio de interpretación de la presente Ley. Nadie podrá invocarlo contra norma expresa y sin escuchar previamente la opinión del niño, niña o adolescente

	<p>involucrado, que esté en condiciones de expresarla.</p> <p>Art. 36.- Normas para la identificación. Los niños y niñas de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas del país, tienen el derecho a ser inscritos con nombres propios del respectivo idioma. Las autoridades del Registro Civil tienen la obligación de inscribir estos nombres sin ningún tipo de limitación u objeción.</p> <p>Art. 44.- Derechos culturales de los pueblos indígenas y negros o afroecuatorianos. Todo programa de atención y cuidado a los niños, niñas y adolescentes de las nacionalidades y pueblos indígenas, negros o afroecuatorianos, deberá respetar la cosmovisión, realidad cultural y conocimientos de su respectiva nacionalidad o pueblo y tener en cuenta sus necesidades específicas, de conformidad con la Constitución y la ley.</p>	
<p>Art. 33, 34, 38, 249</p>	<p>Art. 33.- Derecho a la identidad.- Los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a la identidad y a los elementos que la constituyen, especialmente el nombre, la nacionalidad y sus relaciones de familia, de conformidad con la ley.</p> <p>Es obligación del Estado preservar la identidad de los niños, niñas y adolescentes y sancionar a los responsables de la alteración, sustitución o privación de este derecho.</p> <p>Art. 34.- Derecho a la identidad cultural.- Los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a conservar, desarrollar, fortalecer y recuperar su identidad y valores espirituales, culturales, religiosos, lingüísticos, políticos y sociales y a ser protegidos contra cualquier tipo de interferencia que tenga por objeto sustituir, alterar o disminuir estos valores.</p> <p>Art. 38.- Objetivos de los programas de educación. La educación básica y media asegurarán los conocimientos, valores y actitudes indispensables para:</p> <p>f) Fortalecer el respeto a sus progenitores y maestros, a su propia identidad cultural, su idioma, sus valores, a los valores nacionales y a los de otros pueblos y culturas;</p> <p>Art. 249.- Infracciones contra el derecho a la educación. Se rán sancionados con multa de 100 a 500 dólares:</p>	<p>Identidad</p> <p>Educación</p>

	7. Los establecimientos y autoridades que violen el ejercicio del derecho de la diversidad o identidad cultural.	
Art. 153, 180, 225, 310	<p>Art. 153.- Principios de la adopción. La adopción se rige por los siguientes principios específicos:</p> <p>9. En los casos de adopción de niños, niñas y adolescentes pertenecientes a los pueblos y nacionalidades indígenas y afroecuatorianas, se preferirá a adoptantes de su propia cultura.</p> <p>Artículo 180°.- Protección de los intereses individuales, difusos y colectivos.- Las acciones para la defensa de los derechos de los niños y los adolescentes que tengan carácter de difusos, ya sean individuales o colectivos, se tramitan por las reglas establecidas en el presente Capítulo. Pueden demandar acción para proteger estos derechos los padres, los responsables, el Ministerio Público, el Defensor, los Colegios Profesionales, los Centros Educativos, los Municipios, los Gobiernos Regionales y las asociaciones que tengan por fin su protección.</p> <p>Art. 225.- Prelación para el acogimiento familiar. Para el acogimiento familiar se seguirá el siguiente orden de prelación:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. La familia a la cual ambos progenitores o el padre o la madre según quien ejerza la patria potestad, haya entregado al niño, niña o adolescente para su cuidado y crianza; y, 2. Una familia que garantice la protección y desarrollo integral del niño, niña o adolescente, preferentemente de su etnia, pueblo o cultura. <p>Art. 310. - Responsabilidad de los adolescentes de las comunidades indígenas. El juzgamiento y aplicación de medidas socioeducativas a los adolescentes infractores pertenecientes a comunidades indígenas, por hechos cometidos en sus comunidades, se ajustará a lo dispuesto en este Código.</p>	<p><u>Intereses difusos y colectivos</u></p> <p>Direito à representação.</p> <p>Adoção</p>

- ENTREVISTA

Entrevista 6

Entrevistada: Margarita Arontingo

00:00:02

Los derechos no solo de niños, niñas y adolescentes, sino más bien de todo el país, de toda la situación de los ciudadanos quien habitamos acá, ha sido muy complejo y realmente no entendemos si la ciudadanía que eligió, que elegimos al presidente, no nos damos cuenta de quién en realidad llegó al gobierno, tal vez por un odio, sabemos todo el mundo, aquí ha existido mucha manipulación, mucha desinformación y como todos saben la manipulación que han hecho con el dinero, porque entendemos que el día de las elecciones iban llevando canasta de compras, dinero, pidiendo votos, entonces no sé si en las urnas en realidad votaron, sufragaron la ciudadanía en favor, o no sé si en el CNE hubo la metedera de mano o en realidad la conciencia social de nosotros mismos quienes vivimos en esta patria que estamos viviendo una crisis, lo hacemos, eso tampoco no está definido, o sea, no hay palabras que puedan definir el por qué hemos perdido tanto como país. ¿Y sabemos para todo el mundo el Ecuador es uno de los países más bonitos, una de las regiones que acá existen varias estaciones, existe lo que es invierno, verano, es un país lindo, es un país donde existen todavía recursos naturales que hay que cuidar todavía, es un país extraordinariamente muy bonito, pero sin embargo estos malos gobernantes que están llegando, que han llegado, nos han estado terminando, acabando incluso con la naturaleza misma, es un fenómeno grave que estamos viviendo también, no es cierto? El tema de, bueno, me voy a enfocar bastante en el tema de niñas, niños y adolescentes, en el tema de que ha existido muchas denuncias también de presuntos casos de abuso y violencia sexual. ¿Hace poco tiempo hicimos la comparecencia de la Ministra del Mies, Ministerio de Inclusión Económica y Social, donde ellos mismos también nos vienen con datos donde han aumentado pero notablemente lo que son violencia sexual, entonces para nosotros es muy complicado este tema, ustedes recordarán en la historia, está en los textos, en los libros que que a partir de la comisión ampetra que existió en la Asamblea Nacional, se rompió el silencio, se acordarán ustedes, y comenzaron las denuncias de estos casos que ocurrían en el sistema, en todo el sistema, porque antes estas denuncias de violencia sexual, de abuso eran solucionados, quién sabe y bajo qué situación, se tapaban todo entre autoridades educativas no decían nada, pero hasta que una comisión de la Asamblea Nacional pudo destapar este silencio y ahora existen denuncias, denuncias por presuntos abusos, violencia sexual y esto es lo que nosotros tenemos que dar salida, dar solución, ver qué políticas podemos realizar, pero para ello es muy necesario las instituciones quienes están llevando la rectoría de toda la política pública, en este caso en la niñez, el

MIES, pero igual hemos visto que no ha dado un gran avance en las comunidades, se conversa y se politiza más bien, no es cierto? Y o sea, como que la culpa es del niño, como que la culpa, o sea, siempre existen culpables a la propia víctima. Entonces eso también ha sido un problema grave y es importante que creamos conciencia social y evitar que estos casos no se vuelvan a repetir. ¿Y tener un tejido social entre comunidades también es muy importante, pero para ello igual sí necesitamos dentro de la normativa legal que pongamos, no es cierto? Que tengamos para garantizar más derechos, porque caso contrario realmente me siento como que las leyes están, las leyes existen, pero está en letra muerta, entonces es importante también que vayamos mirando desde esta mirada.

00:05:33

Y qué más les puedo comentar sobre la situación de la pobreza, ya se habló de los más vulnerables y bueno, esto ha sido ahora que está aumentando el crimen organizado, que está muy de moda acá en Ecuador, que está, estamos rodeados realmente de grupos delincuencia organizada y quienes han sido nuestros niños los más fáciles para que sean captados por la misma situación de la pobreza, por la misma situación que se está viviendo el país, niños en abandono, entonces lo que más fácil estos grupos de delincuencia organizada les captan a nuestros niños a este crimen organizado. ¿Y eso a qué se debe? Yo siempre lo digo, es de acuerdo debido a la ausencia del estado en los barrios, en las comunidades, como lo estoy diciendo, por falta de servicios, como igualmente eso ha sido un problema de no terminar, mientras exista la ausencia del estado, vamos a seguir en esta problemática social más grave incrementando en nuestro país. Y eso el peor, el crimen más grave ha sido la pobreza, afectando especialmente en las zonas rurales y también a la población indígena. Y esta situación ha ido generando lo que es problemas como en todo un problema integral, lo que es nutrición, falta de acceso a la educación, falta de acceso a la educación, ha aumentado la vulnerabilidad en la delincuencia, ustedes saben que el crimen no respeta a nadie, es muy complicado, que los menores han sido asesinados en este año también y eso se hizo un llamado y la comparecencia a la ministra, pero igual le hemos pedido la comparecencia a la ministra de gobierno también. ¿Qué pasó? ¿El famoso plan Fénix, hasta la realidad, hasta la actualidad, saber qué mismo que se socialice, que ya pongamos un alto, pero muy difícil, muy complicado, nadie da respuesta, más bien en realidad si nosotros vemos en las redes sociales, en las noticias, lo que importa a este gobierno es seguir viendo lo más

relevante para sus empresas, para sus negociados que quieren y ahí está el claro ejemplo que hace poquito que se quiso ya dañar nuestros manglares en Santa Elena, en Holón, quisieron ya construir hoteles turísticos, pero para quién? Para las empresas de Daniel Noboa, de la esposa de la viña albonesa, que es la esposa y o sea, todas esas noticias fueron noticias de relevancia mundial.

00:08:58

¿Entonces eso es lo que vivimos un país y realmente es indignante, no es cierto? ¿Pero, o sea, si seguimos quejándonos y no actuamos también Zweitausendein, somos parte de esta responsabilidad.

00:09:17

Va muy difícil Margarita, si yo siempre veo cómo está Ecuador, intento mirar los noticiarios e intentar, no sé, ser parte también de alguna forma la lucha, vos que sos protagonista, que estás ahí Zweitausendein enfrentando todos esos momentos no? Para cerrar, qué te parece, otros países están mirando a Ecuador, intentando ayudar, organismos internacionales, hay parcerías así que a vos te parecería confiables para los pueblos indígenas, instituciones, aquí vos mismo te articulas, qué te parece de otros actores que no el estado de Ecuador, para cerrar.

00:10:09

¿Claro, específicamente eso es lo que queremos, al menos nosotros quienes somos las voces de quienes no están acá, nosotros nos han elegido para poder llevar la voz y alzar la voz por las necesidades de nuestro pueblo ecuatoriano, en este caso nosotros realmente que venimos igualmente liderando, yo soy parte de la FENOCIN, no sé si has escuchado la Confederación de Nacionalidades Campesinas, Indígenas y Negras, FENOCIN, yo soy parte, soy dirigente Nacional de la Mujer y la Familia, entonces nosotros con ellos también hemos estado presentando propuestas para poder que se pueda fortalecer en lo que es la educación, en lo que es la nutrición, en lo que es la salud, porque si nosotros no hacemos y no pedimos a otros estados que nos puedan apoyar y esperar a este gobierno va a ser imposible y por ello los movimientos indígenas, las organizaciones y líderes nos hemos jugado un papel crucial en la defensa, en la promoción de los derechos, no es cierto? De las comunidades, los derechos de los niños, a través de las protestas, litigios estratégicos y participación en espacios en toma

de decisiones. Y ahora yo pienso que es la oportunidad donde yo sí estoy en una situación como asambleísta, tomadora de decisiones, tomadora de legislar y también fiscalizar estas leyes. Entonces en este sentido sí es necesario contar con el apoyo de otros estados [sos/eos], y hacer como organización directamente, porque sabemos que con el estado es en vano, con el estado todo lo que se hace es letra muerta, pero necesitamos accionar y para ello yo pienso que estamos las organizaciones que tenemos nuestras bases sociales en todas las provincias, en todos los cantones y eso es lo que necesitamos tener ayuda, socios estratégicos podríamos decir, de diferentes países que también ellos han pensado en derechos humanos, en apoyo a la ruralidad, al sector indígena, a la niñez, porque a veces nos dirán que nosotros nos victimizamos, no es así, porque los sectores más vulnerables hemos sido en los sectores rurales, los indígenas, los campesinos, los que hemos tenido menos oportunidad, viven cómodamente una clase media, una clase social media acomodada. Ellos pueden pagarse sus educaciones privadas, su salud privada y el resto que vive con menos de \$1 diario, no podemos y no pueden contar con esos recursos. Y eso es indignante, que en un país rico en petróleo, un país que están explotando tanto y que sean eso utilizado sólo para sus empresas que ha hecho en este gobierno y estos tres últimos gobiernos.

00:13:35

Claro, por eso nosotros queríamos dejar las puertas acá de la Universidad de Brasilia, la capital de Brasil, para ustedes, lo que necesiten de articulación, también de investigación, de ustedes Zweitausendein, de dar voz a la situación que pasa ahora en Ecuador, contar con nosotros. En nombre de todo el equipo de investigación, muchísimas gracias por su tiempo, por su experiencia. Así que tengamos material, ya vamos a mandarlos también a ustedes. Margarita.

00:14:12

Sí, más bien muchísimas gracias. Eso también a nosotros nos sirve como insumo, porque es muy necesario tener documentos escritos, la situación, la problemática que se está viviendo y también nuestros pueblos indígenas, como estamos acá en la ruralidad, por supuesto.

00:14:39

Austin Eji, que es la investigadora indígena que está acá con nosotros, quiere dar un

saludo a Margarita, ya hacer ahí una conexión entre ustedes.

00:14:51

Muchas gracias. Claro.

00:14:55

Ana quiere dar un saludo de chao acá para Margarita. Muchas gracias. Margarita, al fin.

00:15:08

Muchas gracias. Me siento muy representada con Venus, su afán Zweitausendein. Gracias a ustedes, más bien me emociona.

00:15:35

Muchas gracias gente, que tengan un lindo final de semana y estamos en contacto.

00:15:41

Claro, Carol, más bien gracias por esta invitación y conmigo cuenten siempre a las órdenes. El despacho de la asamblea está abierto siempre. Justamente es importante este tipo de diálogo, este tipo de interacción, para ver si en conjunto se puede realizar cambios para lo que se necesita, cambios para quienes más nos necesitan. Y si nosotros no nos [sos/eos] ponemos a hacer algo, quién más puede hacer por nuestros niños, que en realidad sabemos la realidad que vivimos en cada uno de nuestros territorios. Eso, de mi parte, un agradecimiento especial y muchos saludos para todos ustedes. Y no duden en llamar, en comunicar quién está al tanto. Para mis agendas todo es Alejandra Quispe, Mayra Alejandra Quispe y con ella mismo lo habían hecho este contacto. Siempre a las órdenes, no duden en preguntarme, estaré siempre a la orte en cualquier espacio.

00:16:51

Muchas gracias querida. Un abrazo y saludo desde Brasil.

00:16:56

Gracias. 1 saludo especial desde Ecuador, desde Cotacachimbabura, para todos los amigos, colegas que están en la misma función que lo estamos realizando de poco a poco, eso es importante que no dejemos a un lado y sigamos por el bienestar de todos y

todas.

00:17:21

Fuerza compañera. Un abrazo.

00:17:24

Gracias.

MÉXICO

México, oficialmente Estados Unidos Mexicanos, é uma república constitucional federal localizada na América do Norte. O país é limitado a norte pelos Estados Unidos; ao sul e oeste pelo Oceano Pacífico; a sudeste pela Guatemala, Belize e Mar do Caribe; a leste pelo Golfo do México. Com um território que abrange quase 2 milhões de quilômetros quadrados, o México é o quinto maior país das Américas por área total e o 14.º maior país independente do mundo.

Com uma população estimada para 2020 de 126 milhões de habitantes, é o 11.º país mais populoso do mundo e o mais populoso país da hispanofonia. O México é uma federação composta por 31 estados e a Cidade do México (capital). O México figura também como o segundo país mais populoso e segundo em PIB da América Latina, em ambos os casos superado apenas pelo Brasil. Em 1521, a Espanha conquistou e colonizou o território mexicano. Com o reconhecimento da independência da colônia em 1821, o período pós-independência foi marcado pela instabilidade econômica, a Guerra Mexicano-Americana e a consequente cessão territorial para os Estados Unidos, uma guerra civil, dois impérios e uma ditadura nacional. Esta última levou à Revolução Mexicana em 1910, que culminou na promulgação da Constituição de 1917 e a emergência do atual sistema político do país.

O México é uma federação cujo governo é representativo, democrático, laico e republicano, baseado em um sistema presidencialista de acordo com a Constituição de 1917, que estabelece três níveis de governo: a União federal, os governos estaduais e os governos municipais. O presidente é eleito por sufrágio universal para mandatos de 6 anos e não pode voltar a exercer o cargo. Não existe vice-presidente; no caso de demissão ou de morte do presidente, um presidente provisório é eleito pelo Congresso.

O México é uma democracia pluripartidarista que nos últimos 13 anos teve duas alternâncias de governo a nível federal e múltipla alternância a nível estatal e municipal. Desde 1934, a diferença do resto da América Latina e da maioria dos países europeus, o México teve cada seis anos, sem interrupções, eleições e mudanças de governo de maneira pacífica, sem golpes de estados, rebeliões ou interrupções de ordem Constitucional.

Andrés Manuel López Obrador, conhecido pelas iniciais AMLO, é o atual presidente do México desde 2018 para um mandato de seis anos. Pela primeira vez, um político com experiência como líder social e olhar voltado para a esquerda governará o mais populoso país de língua espanhola e a segunda maior economia da América Latina.

A eleição da primeira chefe de Estado mulher da história do México parece quase certa desde que Claudia Sheinbaum foi confirmada nas pesquisas como favorita. Uma cientista de 61 anos, candidata de esquerda do partido do governo nas eleições presidenciais de 2024.

Com a criação do Instituto Nacional dos povos Indígenas (INPI), em dezembro de 2018, ficou registrado um ato rumo ao pleno reconhecimento e exercício dos direitos dos povos indígenas mexicanos. O INPI é a instância do Governo do México que impulsiona a implementação dos direitos dos povos Indígenas, estando em concordância com o estipulado em instrumentos internacionais, respeitando suas culturas e identidades.

E, assim, com a contextualização das conjunturas à nível interno, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país:

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS		
Palavras-Chave utilizadas: <u>Menções à categoria etária:</u> Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes; <u>Menções à categoria étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
	Queda prohibida toda discriminación motivada por origen étnico o nacional, el género, la edad, las	<u>Origen étnico</u>

Art. 1º.	discapacidades, la condición social, las condiciones de salud, la religión, las opiniones, las preferencias sexuales, el estado civil o cualquier otra que atente contra la dignidad humana y tenga por objeto anular o menoscabar los derechos y libertades de las personas.	Direito à não discriminação •
Art. 2º.	<p>Artículo 2o. La Nación Mexicana es única e indivisible. La Nación tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas que son aquellos que descienden de poblaciones que habitaban en el territorio actual del país al iniciarse la colonización y que conservan sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas. La conciencia de su identidad indígena deberá ser criterio fundamental para determinar a quiénes se aplican las disposiciones sobre pueblos indígenas. Son comunidades integrantes de un pueblo indígena, aquellas que formen una unidad social, económica y cultural, asentadas en un territorio y que reconocen autoridades propias de acuerdo con sus usos y costumbres. El derecho de los pueblos indígenas a la libre determinación se ejercerá en un marco constitucional de autonomía que asegure la unidad nacional. El reconocimiento de los pueblos y comunidades indígenas se hará en las constituciones y leyes de las entidades federativas, las que deberán tomar en cuenta, además de los principios generales establecidos en los párrafos anteriores de este artículo, criterios etnolingüísticos y de asentamiento físico. A. Esta Constitución reconoce y garantiza el derecho de los pueblos y las comunidades indígenas a la libre determinación y, en consecuencia, a la autonomía para:</p> <p>I. Decidir sus formas internas de convivencia y organización social, económica, política y cultural.</p> <p>II. Aplicar sus propios sistemas normativos en la regulación y solución de sus conflictos internos, sujetándose a los principios generales de esta Constitución, respetando las garantías individuales, los derechos humanos y, de manera relevante, la dignidad e integridad de las mujeres. La ley establecerá los casos y procedimientos de validación por los jueces o tribunales correspondientes.</p> <p>III. Elegir de acuerdo con sus normas, procedimientos y prácticas tradicionales, a las autoridades o representantes para el ejercicio de sus formas propias de gobierno interno, garantizando que las mujeres y los hombres indígenas disfrutarán y ejercerán su derecho de</p>	<p><u>Pluricultural</u></p> <p><u>Pueblos Indígenas</u></p> <p><u>Colonización</u></p> <p><u>Identidad Indígena</u></p> <p><u>Comunidades integrantes de un pueblo indígena.</u></p> <p>(Direitos: em negrito no texto ao lado).</p>

votar y ser votados en condiciones de igualdad; así como a acceder y desempeñar los cargos públicos y de elección popular para los que hayan sido electos o designados, en un marco que respete el pacto federal, la soberanía de los Estados y la autonomía de la Ciudad de México. En ningún caso las prácticas comunitarias podrán limitar los derechos político-electorales de los y las ciudadanas en la elección de sus autoridades municipales. Fracción reformada DOF 22-05-2015, 29-01-2016 IV. Preservar y enriquecer sus lenguas, conocimientos y todos los elementos que constituyan su cultura e identidad. V. Conservar y mejorar el hábitat y preservar la integridad de sus tierras en los términos establecidos en esta Constitución.

Acceder, con respeto a las formas y modalidades de propiedad y tenencia de la tierra establecidas en esta Constitución y a las leyes de la materia, así como a los derechos adquiridos por terceros o por integrantes de la comunidad, al uso y disfrute preferente de los recursos naturales de los lugares que habitan y ocupan las comunidades, salvo aquellos que corresponden a las áreas estratégicas, en términos de esta Constitución. Para estos efectos las comunidades podrán asociarse en términos de ley. VII. Elegir, en los municipios con población indígena, representantes ante los ayuntamientos, observando el principio de paridad de género conforme a las normas aplicables. Párrafo reformado DOF 06-06-2019 Las constituciones y leyes de las entidades federativas reconocerán y regularán estos derechos en los municipios, con el propósito de fortalecer la participación y representación política de conformidad con sus tradiciones y normas internas. VIII. Acceder plenamente a la jurisdicción del Estado. Para garantizar ese derecho, en todos los juicios y procedimientos en que sean parte, individual o colectivamente, se deberán tomar en cuenta sus costumbres y especificidades culturales respetando los preceptos de esta Constitución. Los indígenas tienen en todo tiempo el derecho a ser asistidos por intérpretes y defensores que tengan conocimiento de su lengua y cultura. Las constituciones y leyes de las entidades federativas establecerán las características de libre determinación y autonomía que mejor expresen las situaciones y aspiraciones de los pueblos indígenas en cada entidad, así como las normas para el

reconocimiento de las comunidades indígenas como entidades de interés público. B. La Federación, las entidades federativas y los Municipios, para promover la igualdad de oportunidades de los indígenas y eliminar cualquier práctica discriminatoria, establecerán las instituciones y determinarán las políticas necesarias para garantizar la vigencia de los derechos de los indígenas y el desarrollo integral de sus pueblos y comunidades, las cuales deberán ser diseñadas y operadas conjuntamente con ellos. Párrafo reformado DOF 29-01-2016 Para abatir las carencias y rezagos que afectan a los pueblos y comunidades indígenas, dichas autoridades, tienen la obligación de: I. Impulsar el desarrollo regional de las zonas indígenas con el propósito de fortalecer las economías locales y mejorar las condiciones de vida de sus pueblos, mediante acciones coordinadas entre los tres órdenes de gobierno, con la participación de las comunidades. Las autoridades municipales determinarán equitativamente las asignaciones presupuestales que las comunidades administrarán directamente para fines específicos. II. Garantizar e incrementar los niveles de escolaridad, favoreciendo la educación bilingüe e intercultural, la alfabetización, la conclusión de la educación básica, la capacitación productiva y la educación media superior y superior. Establecer un sistema de becas para los estudiantes indígenas en todos los niveles. Definir y desarrollar programas educativos de contenido regional que reconozcan la herencia cultural de sus pueblos, de acuerdo con las leyes de la materia y en consulta con las comunidades indígenas. Impulsar el respeto y conocimiento de las diversas culturas existentes en la nación. III. Asegurar el acceso efectivo a los servicios de salud mediante la ampliación de la cobertura del sistema nacional, aprovechando debidamente la medicina tradicional, así como apoyar la nutrición de los indígenas mediante programas de alimentación, en especial para la población infantil. IV. Mejorar las condiciones de las comunidades indígenas y de sus espacios para la convivencia y recreación, mediante acciones que faciliten el acceso al financiamiento público y privado para la construcción y mejoramiento de vivienda, así como ampliar la cobertura de los servicios sociales básicos. V. Propiciar la incorporación de las mujeres indígenas al

desarrollo, mediante el apoyo a los proyectos productivos, la protección de su salud, el otorgamiento de estímulos para favorecer su educación y su participación en la toma de decisiones relacionadas con la vida comunitaria.

VI. Extender la red de comunicaciones que permita la integración de las comunidades, mediante la construcción y ampliación de vías de comunicación y telecomunicación. Establecer condiciones para que los pueblos y las comunidades indígenas puedan adquirir, operar y administrar medios de comunicación, en los términos que las leyes de la materia determinen.

VII. Apoyar las actividades productivas y el desarrollo sustentable de las comunidades indígenas mediante acciones que permitan alcanzar la suficiencia de sus ingresos económicos, la aplicación de estímulos para las inversiones públicas y privadas que propicien la creación de empleos, la incorporación de tecnologías para incrementar su propia capacidad productiva, así como para asegurar el acceso equitativo a los sistemas de abasto y comercialización.

VIII. Establecer políticas sociales para proteger a los migrantes de los pueblos indígenas, tanto en el territorio nacional como en el extranjero, mediante acciones para garantizar los derechos laborales de los jornaleros agrícolas; mejorar las condiciones de salud de las mujeres; apoyar con programas especiales de educación y nutrición a niños y jóvenes de familias migrantes; velar por el respeto de sus derechos humanos y promover la difusión de sus culturas.

IX. Consultar a los pueblos indígenas en la elaboración del Plan Nacional de Desarrollo y de los planes de las entidades federativas, de los Municipios y, cuando proceda, de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México y, en su caso, incorporar las recomendaciones y propuestas que realicen. Para garantizar el cumplimiento de las obligaciones señaladas en este apartado, la Cámara de Diputados del Congreso de la Unión, las legislaturas de las entidades federativas y los ayuntamientos, en el ámbito de sus respectivas competencias, establecerán las partidas específicas destinadas al cumplimiento de estas obligaciones en los presupuestos de egresos que aprueben, así como las formas y procedimientos para que las comunidades participen en el ejercicio y vigilancia de las mismas. Sin perjuicio de los derechos aquí

	<p>establecidos a favor de los indígenas, sus comunidades y pueblos, toda comunidad equiparable a aquéllos tendrá en lo conducente los mismos derechos tal y como lo establezca la ley. C. Esta Constitución reconoce a los pueblos y comunidades afromexicanas, cualquiera que sea su autodenominación, como parte de la composición pluricultural de la Nación. Tendrán en lo conducente los derechos señalados en los apartados anteriores del presente artículo en los términos que establezcan las leyes, a fin de garantizar su libre determinación, autonomía, desarrollo e inclusión social.</p>	
Art. 3°.	<p>(...)El Estado priorizará el interés superior de niñas, niños, adolescentes y jóvenes en el acceso, permanencia y participación en los servicios educativos.</p>	<p><u>Niñas, niños, adolescentes y jóvenes.</u></p> <p>Prioridade, por parte do Estado, ao superior interesse ao acesso, permanência e participação nos serviços educacionais.</p>
Art. 3°.	<p>(...) Los planes y programas de estudio tendrán perspectiva de género y una orientación integral, por lo que se incluirá el conocimiento de las ciencias y humanidades: la enseñanza de las matemáticas, la lectoescritura, la literacidad, la historia, la geografía, el civismo, la filosofía, la tecnología, la innovación, las lenguas indígenas de nuestro país, las lenguas extranjeras, la educación física, el deporte, las artes, en especial la música, la promoción de estilos de vida saludables, la educación sexual y reproductiva y el cuidado al medio ambiente, entre otras.</p> <p>(...) II. El criterio que orientará a esa educación se basará en los resultados del progreso científico, luchará contra la ignorancia y sus efectos, las servidumbres, los fanatismos y los prejuicios. Además: a) Será democrático, considerando a la democracia no solamente como una estructura jurídica y un régimen político, sino como un sistema de vida fundado en el constante mejoramiento económico, social y cultural del pueblo;</p>	<p><u>Lenguas indígenas</u></p> <p>Direito à educação: Ensino das línguas indígenas do país.</p> <p>Direito à Educação: Interculturalidade.</p> <p>En los pueblos y comunidades indígenas se impartirá</p>

	<p>c) Contribuirá a la mejor convivencia humana, a fin de fortalecer el aprecio y respeto por la naturaleza, la diversidad cultural, la dignidad de la persona, la integridad de las familias, la convicción del interés general de la sociedad, los ideales de fraternidad e igualdad de derechos de todos, evitando los privilegios de razas, de religión, de grupos, de sexos o de individuos;</p> <p>e) En los pueblos y comunidades indígenas se impartirá educación plurilingüe e intercultural basada en el respeto, promoción y preservación del patrimonio histórico y cultural;</p> <p>g) Será intercultural, al promover la convivencia armónica entre personas y comunidades para el respeto y reconocimiento de sus diferencias y derechos, en un marco de inclusión social.</p>	<p>educación plurilingüe e intercultural basada en el respeto, promoción y preservación del patrimonio histórico y cultural;</p>
<p>Art. 4°.</p>	<p>En todas las decisiones y actuaciones del Estado se velará y cumplirá con el principio del interés superior de la niñez, garantizando de manera plena sus derechos. Los niños y las niñas tienen derecho a la satisfacción de sus necesidades de alimentación, salud, educación y sano esparcimiento para su desarrollo integral. Este principio deberá guiar el diseño, ejecución, seguimiento y evaluación de las políticas públicas dirigidas a la niñez.</p>	<p><u>Principio del interés superior de la niñez.</u></p> <p><u>Niñez.</u></p> <p>Los niños y las niñas tienen derecho a la satisfacción de sus necesidades de alimentación, salud, educación y sano esparcimiento para su desarrollo integral</p>
<p>Art. 4°.</p>	<p>Toda persona tiene derecho al acceso a la cultura y al disfrute de los bienes y servicios que presta el Estado en la materia, así como el ejercicio de sus derechos culturales. El Estado promoverá los medios para la difusión y desarrollo de la cultura, atendiendo a la diversidad cultural en todas sus manifestaciones y expresiones con pleno respeto a la libertad creativa. La ley establecerá los mecanismos para el acceso y participación a cualquier manifestación cultural.</p>	<p><u>Diversidad cultural</u></p> <p>Direito à cultura e ao respeito à diversidade cultural.</p>

Art. 4°.	<p>El Estado garantizará la entrega de un apoyo económico a las personas que tengan discapacidad permanente en los términos que fije la Ley. Para recibir esta prestación tendrán prioridad las y los menores de dieciocho años, las y los indígenas y las y los afroamericanos hasta la edad de sesenta y cuatro años y las personas que se encuentren en condición de pobreza.</p>	<p><u>Los menores de dieciocho años, las y los indígenas.</u></p> <p>Direito a apoio econômico, com prioridade.</p>
Art. 18°.	<p>La Federación y las entidades federativas establecerán, en el ámbito de sus respectivas competencias, un sistema integral de justicia para los adolescentes, que será aplicable a quienes se atribuya la comisión o participación en un hecho que la ley señale como delito y tengan entre doce años cumplidos y menos de dieciocho años de edad. Este sistema garantizará los derechos humanos que reconoce la Constitución para toda persona, así como aquellos derechos específicos que por su condición de personas en desarrollo les han sido reconocidos a los adolescentes. Las personas menores de doce años a quienes se atribuya que han cometido o participado en un hecho que la ley señale como delito, sólo podrán ser sujetos de asistencia social.</p> <p>La operación del sistema en cada orden de gobierno estará a cargo de instituciones, tribunales y autoridades especializados en la procuración e impartición de justicia para adolescentes. Se podrán aplicar las medidas de orientación, protección y tratamiento que amerite cada caso, atendiendo a la protección integral y el interés superior del adolescente. Las formas alternativas de justicia deberán observarse en la aplicación de este sistema, siempre que resulte procedente. El proceso en materia de justicia para adolescentes será acusatorio y oral, en el que se observará la garantía del debido proceso legal, así como la independencia de las autoridades que efectúen la remisión y las que impongan las medidas. Éstas deberán ser proporcionales al hecho realizado y tendrán como fin la reinserción y la reintegración social y familiar del adolescente, así como el pleno desarrollo de su persona y capacidades. El internamiento se utilizará sólo como medida extrema y por el tiempo más breve que proceda, y podrá aplicarse únicamente a los adolescentes mayores de catorce años de edad, por la comisión o participación en un hecho que la ley señale como delito.</p>	<p><u>Adolescentes:</u></p> <p><u>Entre doce años cumplidos y menos de dieciocho años de edad;</u></p> <p><u>Menores de doce años;</u></p> <p><u>Adolescentes mayores de catorce años de edad.</u></p> <p>Sistema integral de justicia para los adolescentes.</p> <p>Este sistema garantizará los derechos humanos que reconoce la Constitución para toda persona, así como aquellos derechos específicos que por su condición de</p>

		<p>personas en desarrollo les han sido reconocidos a los adolescentes.</p> <p>Las personas menores de doce años a quienes se atribuya que han cometido o participado en un hecho que la ley señale como delito, sólo podrán ser sujetos de asistencia social.</p>
Art. VII.	<p>27, Artículo 27. La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada.</p> <p>VII (...) La ley protegerá la integridad de las tierras de los grupos indígenas.</p>	<p><u>Tierras de los grupos indígenas.</u></p> <p>La ley protegerá la integridad de las tierras de los grupos indígenas.</p>
Art.27, XX.	<p>Artículo 27. La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada.</p> <p>XX - El Estado promoverá las condiciones para el desarrollo rural integral, con el propósito de generar empleo y garantizar a la población campesina el bienestar y su participación e incorporación en el desarrollo nacional, y fomentará la actividad agropecuaria y forestal para el óptimo uso de la tierra, con obras de infraestructura, insumos, créditos, servicios de capacitación y asistencia técnica. Asimismo expedirá la legislación reglamentaria para planear y organizar la producción agropecuaria, su industrialización y comercialización, considerándolas de interés público. El desarrollo rural integral y</p>	<p><u>Población campesina.</u></p>

	sustentable a que se refiere el párrafo anterior, también tendrá entre sus fines que el Estado garantice el abasto suficiente y oportuno de los alimentos básicos que la ley establezca	
Art. 28.	<p>Artículo 28. En los Estados Unidos Mexicanos quedan prohibidos los monopolios, las prácticas monopólicas, los estancos, las condonaciones de impuestos y las exenciones de impuestos en los términos y condiciones que fijan las leyes. El mismo tratamiento se dará a las prohibiciones a título de protección a la industria.</p> <p>(...)</p> <p>Corresponde al Instituto, el otorgamiento, la revocación, así como la autorización de cesiones o cambios de control accionario, titularidad u operación de sociedades relacionadas con concesiones en materia de radiodifusión y telecomunicaciones. El Instituto notificará al Secretario del ramo previo a su determinación, quien podrá emitir una opinión técnica. Las concesiones podrán ser para uso comercial, público, privado y social que incluyen las comunitarias y las indígenas, las que se sujetarán, de acuerdo con sus fines, a los principios establecidos en los artículos 2o., 3o., 6o. y 7o. de esta Constitución. El Instituto fijará el monto de las contraprestaciones por el otorgamiento de las concesiones, así como por la autorización de servicios vinculados a éstas, previa opinión de la autoridad hacendaria. Las opiniones a que se refiere este párrafo no serán vinculantes y deberán emitirse en un plazo no mayor de treinta días; transcurrido dicho plazo sin que se emitan las opiniones, el Instituto continuará los trámites correspondientes.</p>	<p><u>Indígenas.</u></p> <p>Las concesiones podrán ser para uso comercial, público, privado y social que incluyen las comunitarias y las indígenas, las que se sujetarán, de acuerdo con sus fines, a los principios establecidos en los artículos 2o., 3o., 6o. y 7o. de esta Constitución.</p>
Art. 73, XXI, c.	<p>Artículo 73. El Congreso tiene facultad: XXI. Para expedir:</p> <p>c) La legislación única en materia procedimental penal, de mecanismos alternativos de solución de controversias en materia penal, de ejecución de penas y de justicia penal para <u>adolescentes</u>, que regirá en la República en el orden federal y en el fuero común.</p>	<u>Adolescentes</u>
Art. 73, XXIX - P.	<p>Artículo 73. El Congreso tiene facultad: XXIX-P. Expedir leyes que establezcan la concurrencia de la Federación, las entidades federativas, los Municipios y, en su caso, las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, en el ámbito de sus respectivas competencias, en materia de <u>derechos de niñas, niños y adolescentes</u>, velando en todo momento por el interés superior de los mismos y cumpliendo con los tratados</p>	<p><u>Niñas, niños y adolescentes.</u></p> <p><u>Interés superior de los mismos.</u></p>

	internacionales de la materia de los que México sea parte.	
Art. 89, X.	<p>Artículo 89. Las facultades y obligaciones del Presidente, son las siguientes:</p> <p>X. Dirigir la política exterior y celebrar tratados internacionales, así como terminar, denunciar, suspender, modificar, enmendar, retirar reservas y formular declaraciones interpretativas sobre los mismos, sometiéndolos a la aprobación del Senado. En la conducción de tal política, el titular del Poder Ejecutivo observará los siguientes principios normativos: la autodeterminación de los pueblos; la no intervención; la solución pacífica de controversias; la proscripción de la amenaza o el uso de la fuerza en las relaciones internacionales; la igualdad jurídica de los Estados; la cooperación internacional para el desarrollo; el respeto, la protección y promoción de los derechos humanos y la lucha por la paz y la seguridad Internacionales.</p>	<p><u>Autodeterminación de los pueblos.</u></p> <p>El titular del Poder Ejecutivo observará los siguientes principios normativos: la autodeterminación de los pueblos.</p>
Art. 115, III.	<p>Artículo 115. Los estados adoptarán, para su régimen interior, la forma de gobierno republicano, representativo, democrático, laico y popular, teniendo como base de su división territorial y de su organización política y administrativa, el municipio libre, conforme a las bases siguientes:</p> <p>III. Los Municipios tendrán a su cargo las funciones y servicios públicos siguientes:</p> <p>(...)</p> <p>Las comunidades indígenas, dentro del ámbito municipal, podrán coordinarse y asociarse en los términos y para los efectos que prevenga la ley.</p>	<p><u>Comunidades indígenas.</u></p> <p>Las comunidades indígenas, dentro del ámbito municipal, podrán coordinarse y asociarse en los términos y para los efectos que prevenga la ley.</p>

LEY GENERAL DE LOS DERECHOS DE NIÑAS, NIÑOS E ADOLESCENTES		
<p>Palavras-Chave utilizadas: <u>Menções à categoria étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.</p>		
Dispositivo Legal	Texto	<p><u>Palavra-chave;</u> <u>Referência ao direito/dever de/a/ao:</u></p>
	Artículo 2. Para garantizar la protección de los derechos de niñas, niños y adolescentes, las autoridades realizarán las acciones y tomarán	

Art. 2º, II.	<p>medidas, de conformidad con los principios establecidos en la presente Ley. Para tal efecto, deberán:</p> <p>II. Promover la participación, tomar en cuenta la opinión y considerar los aspectos culturales, éticos, afectivos, educativos y de salud de niñas, niños y adolescentes, en todos aquellos asuntos de su incumbencia, de acuerdo a su edad, desarrollo evolutivo, cognoscitivo y madurez.</p>	<u>Aspectos culturales.</u>
Art.4º IX.	<p>Artículo 4. Para los efectos de esta Ley, se entenderá por:</p> <p>IX. Discriminación Múltiple: La situación de vulnerabilidad específica en la que se encuentran niñas, niños y adolescentes que al ser discriminados por tener simultáneamente diversas condiciones, ven anulados o menoscabados sus derechos.</p>	<u>Discriminación Múltiple.</u>
Art. 6º, VIII.		<u>Interculturalidad</u>
Art. 10º.	<p>Artículo 10. En la aplicación de la presente Ley se tomarán en cuenta las condiciones particulares de niñas, niños y adolescentes en los diferentes grupos de población, a fin de proteger el ejercicio igualitario de todos sus derechos. Las autoridades federales de las entidades federativas, municipales y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, en el ámbito de sus respectivas competencias, adoptarán medidas de protección especial de derechos de niñas, niños y adolescentes que se encuentren en situación de vulnerabilidad por circunstancias específicas de carácter socioeconómico, alimentario, psicológico, físico, discapacidad, <u>identidad cultural, origen étnico</u> o nacional, situación migratoria o apatridia, o bien, relacionadas con aspectos de género, preferencia sexual, creencias religiosas o <u>prácticas culturales</u>, u otros que restrinjan o limiten el ejercicio de sus derechos.</p>	<u>Identidad cultural, origen étnico.</u> <u>Prácticas culturales.</u> Medidas de protección especial de derechos de niñas, niños y adolescentes que se encuentren en situación de vulnerabilidad por circunstancias específicas de carácter (...) identidad cultural, origen étnico (...) o prácticas culturales.
Art. 13, VI.	<p>Artículo 13. Para efectos de la presente Ley son derechos de niñas, niños y adolescentes, de manera enunciativa más no limitativa, los siguientes:</p> <p>VI. Derecho a no ser discriminado.</p>	Derecho a no ser discriminado.

Art. 13, XIII.	Artículo 13. Para efectos de la presente Ley son derechos de niñas, niños y adolescentes, de manera enunciativa más no limitativa, los siguientes: XIII. Derecho a la libertad de convicciones éticas, pensamiento, conciencia, religión y cultura.	Religión y cultura. Derecho a la libertad de religión y cultura.
Art. 19, IV.	Artículo 19. Niñas, niños y adolescentes, en términos de la legislación civil aplicable, desde su nacimiento, tienen derecho a: IV. Preservar su identidad, incluidos el nombre, la nacionalidad y su pertenencia cultural , así como sus relaciones familiares.	<u>Pertenencia cultural</u>
Art. 30 Bis 15.	Artículo 30 Bis 15. El Sistema Nacional DIF y la Procuraduría de Protección Federal celebrarán los convenios de colaboración que se consideren necesarios para garantizar el derecho a vivir en familia con sus pares locales o con las autoridades que se requiera.	Derecho a vivir en familia con sus pares locales
Art. 37, III.	Artículo 37. Las autoridades de la Federación, de las entidades federativas, de los municipios y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, para garantizar la igualdad sustantiva deberán: II. Implementar acciones específicas para alcanzar la eliminación de costumbres, tradiciones, prejuicios, roles y estereotipos sexistas o de cualquier otra índole que estén basadas en la idea de inferioridad;	Derecho a Igualdad sustantiva.
Art. 39.	Artículo 39. Niñas, niños y adolescentes tienen derecho a no ser sujetos de discriminación alguna ni de limitación o restricción de sus derechos, en razón de su origen étnico, nacional o social, idioma o lengua, edad, género, preferencia sexual, estado civil, religión, opinión, condición económica, circunstancias de nacimiento, discapacidad o estado de salud o cualquier otra condición atribuible a ellos mismos o a su madre, padre, tutor o persona que los tenga bajo guarda y custodia, o a otros miembros de su familia.	<u>étnico</u> <u>idioma o lengua</u> Derecho a no ser sujetos de discriminación alguna ni de limitación o restricción de sus derechos, en razón de su origen étnico; (...) idioma o lengua.
Art. 57, VII.	Las autoridades federales, de las entidades federativas, municipales y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, en el ámbito de sus respectivas competencias garantizarán la consecución de una educación de calidad y la igualdad sustantiva en el acceso y permanencia en la misma , para lo cual deberán:	<u>Identidad cultural</u> <u>Origen étnico</u> <u>Prácticas culturales</u>

	<p>VII. Establecer acciones afirmativas para garantizar el derecho a la educación de niñas, niños y adolescentes de grupos y regiones con mayor rezago educativo, dispersos o que enfrentan situaciones de vulnerabilidad por circunstancias específicas de carácter socioeconómico, físico, mental, de identidad cultural, origen étnico o nacional, situación migratoria o bien, relacionadas con aspectos de género, preferencia sexual, creencias religiosas o prácticas culturales;</p>	<p>Educación de calidad y la igualdad sustantiva en el acceso y permanencia en la misma.</p>
<p>Art. 58, I.</p>	<p>Artículo 58. La educación, además de lo dispuesto en las disposiciones aplicables, tendrá los siguientes fines:</p> <p>I. Fomentar en niñas, niños y adolescentes los valores fundamentales y el respeto de la identidad propia, así como a las diferencias culturales y opiniones diversas;</p>	<p><u>identidad propia</u> <u>diferencias culturales</u></p> <p>Educación: Fomentar en niñas, niños y adolescentes los valores fundamentales y el respeto de la identidad propia, así como a las diferencias culturales y opiniones diversas.</p>
<p>Art. 63.</p>	<p>Artículo 63. Niñas, niños y adolescentes tienen derecho a disfrutar libremente de su lengua, cultura, usos, costumbres, prácticas culturales, religión, recursos y formas específicas de organización social y todos los elementos que constituyan su identidad cultural. Las autoridades federales, de las entidades federativas, municipales y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, en el ámbito de sus respectivas competencias, podrán aprovechar su infraestructura y recursos; promover el uso y desarrollo de los medios de comunicación oficiales y de las nuevas tecnologías a su alcance, a fin de establecer políticas tendentes a garantizar la promoción, difusión y protección de la diversidad de las expresiones culturales, regionales y universales, entre niñas, niños y adolescentes.</p>	<p><u>lengua.</u> <u>cultura.</u> <u>usos.</u> <u>costumbres.</u> <u>prácticas culturales.</u> <u>religión</u> <u>recursos</u> <u>y</u> <u>formas específicas de organización social</u></p>

		<p><u>elementos que constituyan su identidad cultural.</u></p> <p>Derecho a disfrutar libremente de su lengua, cultura, usos, costumbres, prácticas culturales, religión, recursos y formas específicas de organización social y todos los elementos que constituyan su identidad cultural.</p>
<p>Art. 64.</p>	<p>Artículo 64. Las autoridades federales, de las entidades federativas, municipales y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, en el ámbito de sus respectivas competencias deberán garantizar el derecho de niñas, niños y adolescentes a expresar su opinión libremente, así como a buscar, recibir y difundir información e ideas de todo tipo y por cualquier medio, sin más limitaciones que las establecidas en el artículo 60. de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. Párrafo reformado DOF 23-06-2017 La libertad de expresión de niñas, niños y adolescentes conlleva el derecho a que se tome en cuenta su opinión respecto de los asuntos que les afecten directamente, o a sus familias o comunidades. Dichas autoridades, en el ámbito de sus respectivas competencias, deberán establecer las acciones que permitan la recopilación de opiniones y realización de entrevistas a niñas, niños y adolescentes sobre temas de interés general para ellos. En poblaciones predominantemente indígenas, las autoridades a que se refiere este artículo, tienen la obligación de difundir la información institucional y la promoción de los derechos en la lengua indígena local.</p>	<p><u>indígenas</u></p> <p><u>lengua indígena local.</u></p> <p>Derecho de niñas, niños y adolescentes a expresar su opinión libremente.</p> <p>En poblaciones predominante mente indígenas, las autoridades a que se refiere este artículo, tienen la obligación de difundir la información institucional y la promoción de los derechos en la lengua indígena local.</p>

<p>Art. 83, VII.</p>	<p>Artículo 83. Las autoridades federales, de las entidades federativas, municipales y de las demarcaciones territoriales de la Ciudad de México, que sustancien procedimientos de carácter jurisdiccional o administrativo o que realicen cualquier acto de autoridad en los que estén relacionados niñas, niños o adolescentes, de conformidad con su edad, desarrollo evolutivo, cognoscitivo y grado de madurez estarán obligadas a observar, cuando menos a: VII. Proporcionar la asistencia de un traductor o intérprete;</p>	<p>La asistencia de un traductor o intérprete.</p>
<p>Art. 116, IV</p>	<p>Artículo 116. Corresponden a las autoridades federales y locales de manera concurrente, las atribuciones siguientes: IV. Adoptar medidas de protección especial de derechos de niñas, niños y adolescentes que se encuentren en situación de vulnerabilidad por circunstancias específicas de carácter socioeconómico, psicológico, físico, discapacidad, identidad cultural, origen étnico o nacional, situación migratoria o bien, relacionadas con aspectos de género, preferencia sexual, creencias religiosas o prácticas culturales, u otros que restrinjan o limiten sus derechos;</p>	<p><u>identidad cultural</u> <u>origen étnico</u> <u>prácticas culturales.</u> Protección especial de derechos de niñas, niños y adolescentes que se encuentren en situación de vulnerabilidad por circunstancias específicas.</p>

● ENTREVISTA

Entrevista 7:

Entrevistado: Felipe Sánchez Rodríguez, miembro do Foro de la Niñez Oaxaqueña/Mexico

karol_aureliano 18:27

Un gran placer, muchas gracias por estar con nosotros durante los próximos meses.

Sí, sabemos que son tiempos difíciles y en nombre de todo el equipo queremos agradecer a todos los que participaron en las primeras conversaciones con Ana, que está aquí con nosotros. ¿Podemos grabar la entrevista?

Felipe Sánchez Calpulli, México 18:58

Nenhum problema.

karol_aureliano 19:01

Muchas gracias Felipe. Entonces vamos a hacer una introducción a los miembros del equipo y luego comenzaremos con las preguntas.

Somos hermanos de la cultura de América Latina, hablando con hermanos para que esta investigación sea verdaderamente un hito para la región. Vemos que están pasando muchas cosas, entonces sabemos la importancia de este estudio. Empezaré, soy Carolina, soy licenciada y tengo maestría en relaciones internacionales e integración de América Latina. Soy feminista, activista y desde el último año soy investigadora del Observatorio de Pueblos Originarios y Niños. El Observatorio nació vinculado a la Universidad de Brasilia, nacido de las luchas por los derechos indígenas y la violencia que sufre el pueblo Yanomami en Brasil. Hubo casos de desnutrición, muertes, violencia y esto tuvo un impacto enorme en todo el país. Así, investigadores, estudiantes, activistas indígenas y no indígenas iniciaron investigaciones hace dos años. Cada uno contribuye a su manera. Es un grupo muy diverso con orígenes variados. Ahora estamos iniciando un estudio con 5 países de América Latina: Bolivia, Colombia, México, Ecuador y ...

Ana Radig Morais 21:01

Peru.

karol_aureliano 21:02

E Peru, muitas graças Ana. Estamos buscando buenas prácticas y regulaciones en cada país para intentar traer más conocimiento y articulación a Brasil. Le daré la palabra a Ana para que hable un poco.

Ana Radig Morais 21:51

Buenas tardes Felipe, muchas gracias por tu regreso y por estar aquí con nosotros,

participando en nuestra investigación, Soy Ana Radig, soy abogada, investigadora y especialista en derechos de la niñez y la adolescencia y soy del Observatorio. Alcineide es indígena de un pueblo de Brasil y actuará

Olá, Felipe.

Boa tarde.

Agradeço muito pelo seu retorno aos nossos e-mails.

Ficou muito feliz com a sua participação na nossa pesquisa.

Eu sou Ana digi, sou advogada e pesquisadora, sou mestre em direitos humanos, especialista em direitos da criança e do adolescente. Sou membro do Observatório junto a Carol,

Alcineide Piratapuya 22:49

A como estás, Felipe? Soy Alcineide, del pueblo indígena Piratapuya, soy estudiante de relaciones internacionales en la Universidad de Brasilia y también tomo parte de este grupo de investigación. Un placer conocerte

Felipe Sánchez Calpulli, México 23:33

Bueno. Felipe. Bueno, primero que nada buenas tardes, muchas gracias por la invitación a este diálogo contigo. Soy Felipe Sánchez Rodrigues, soy el subcoordinador de una asociación civil que trabaja con niñas, niños y adolescentes del sur y sureste en un estado llamado Oaxaca, uno de los 32 estados de México. Llevamos 32 años trabajando y trabajamos con 150 niños. Abierto de lunes a viernes aquí en Oaxaca

Ana Radig Moraes 24:59

Seu áudio, Carol.

karol_aureliano 25:12

Estudiamos un poco de historia, la Constitución y el Código de los Niños y todo lo que conseguimos sobre niños y niñas indígenas. Sin embargo, sabemos que además de la Constitución y el Código, hay otras normas y jurisprudencia que son importantes y que

no podemos conocer. Por lo tanto, lo primero que queremos saber es si existen otras regulaciones importantes que respalden los derechos de los niños indígenas.

Felipe Sánchez Calpulli, México 26:08

Bueno, participamos en este tema desde el año 2001 como asociación civil, trabajamos en red. Desde ese año 2001 participamos en la construcción de un marco jurídico para la niñez. Creo que por un lado están los marcos legales y, por el otro, la mentalidad de la gente. Esto, para nosotros, es algo que sabemos que es importante. Cuando existen marcos legales para la protección de niños y niñas. Es un proceso para poner en práctica la idea, la teoría. Para nosotros, en la sociedad civil, la tarea era alcanzar estos marcos legales con los niños, con los padres y madres de las familias y, a través de los medios de comunicación. Sin embargo, esto es difícil porque como sociedad civil no tenemos recursos y, por otro lado, las personas y las instituciones tienen una visión asistencial y no dan dinero para el trabajo de incidencia en políticas públicas. Ese es un factor. Otra cosa es que aquí en Oaxaca tenemos un grupo de pueblos indígenas muy grande, son 16 lenguas indígenas las que se hablan en Oaxaca. Cada lengua, o pueblo, no hace esta división por edades como lo hacen los mestizos. Los pueblos indígenas ven a los niños, niñas y adolescentes como parte de la comunidad, ¿no la dividen! Eso es lo que nos dijeron. Entonces, este es un factor muy importante. Nos dimos cuenta de esto cuando creamos un documento, entre 2004 y 2005, y lo publicamos como libro en 2007. Definimos un concepto de niñez en Sudamérica y preguntamos a los pueblos indígenas. Dijeron que no querían dividir a hombres, mujeres y adolescentes. Para los pueblos indígenas de Oaxaca la división sólo se da con el matrimonio, cuando forman una familia y, así, ya tienen derecho a la propiedad comunal y tienen derecho a participar en asambleas, tener voz y voto en la asamblea. Este sistema normativo de los pueblos indígenas es muy importante para las comunidades indígenas. Estas son las cosas que vemos. Nosotros como sociedad civil estamos promoviendo el principio de participación de niños y niñas, es decir, los principios de la Convención de la Infancia para las comunidades indígenas. Dicen que hay muy poca participación de los niños en el campamento y sus rituales. Comienzan a tener algunas responsabilidades en las fiestas que celebran. Así, los niños empiezan a participar.

karol_aureliano 33:30

É muito importante tener essa vision que extrapola a normatividade. Sim, que vá, é por la voz de las comunidades, então você é. Vemos que teremos os direitos pelo não são compatíveis com lo que necessitam Andrea lidar. Não. Então vocês queriam investigar um pouco mais dessas contra dicionário é Los derechos que estão em las normativas pelo que nos incumprimento.

Então vocês em uma genda, é de articulação, mobilização. Qual seria?

Um é Los temas principales a hora em médico, ele tem uma de lado.

O senhor é de lá educacional multiculturais. Qual é os temas que os deles estão mais loteando, a ô emérico?

Felipe Sánchez Calpulli, México 34:26

Bueno?

É abertura, mencionar algo mais que esse importante, a de o que eu creio que é muito importante.

É na educação. E em gua RA, Ka, luz, maestros e maestras Bueno estão organizados em um sindicato a nível federal a nível de país. E então, SIS. Ha secciones, ou seja, em nos estados as seccionais de sindicato de maestros em gua RA, cá la sección, Isla número 22. E então CES la sección vendidos de sindicato de maestros, está exigindo uma reforma. A lei de educação EEC le conoce como lpt o ele, programa de educação para a transformação não é um programa de transformação para ela.

Educação de guaca, p to p. EOPTUI então, 6 é nessa nessa reforma que está impedindo o exigindo?

E, neste momento, Los maestros e maestras dizem é que deveria haver uma Educação em deveria haver língua. Raqqa, uma educação. Que tem gala, mentalidade ou quer que retome ela?

Mentalidade de luz, pueblos, indígenas, este, mas muito importante e. Aí, algo que se ele conhece em guaca como comunalidade. Lá, comunalidade, e se transforma de organizar-se de luz, pueblos indígenas lá, comunalidade tem 4 princípios. E barrou estas 4 princípios, esse importante de bairros dos 4 princípios se organiza lá com lá comunidade indígena. Ele primeiro princípio ex.

A la asamblea ou ele governo ele, governo de luz, pueblos, indígenas, eles segundo esse território, é o terceiro. Esse trabalho e ele quartos la Fiesta, o senhor, nos 4 princípios dela comunalidade, isso é de amar comunalidade, porque é onde toda a

comunidade participa.

Ela questiona dele copiar no incorretas, e Diniz está agindo por cargos. Você é no está pagado quem é um presidente ou presidenta luey que lá asamblea e todos participam, todos em pé blue participam não está presentes pelos partidos políticos os partidos políticos.

Estrela, população mestiça, nódulos, pueblos indígenas. Então, SIS, e que eles podem assumir um cargo são las personas que viven en la comunidade, las personas que tienen que são comuneiros, você que tem direito de la tierra. Não Edilson. Dos que participam em lá asamblea. Ele, segundo SL, ele território e ele território não é propriedade privada, ele território ex propriedade dela.

Gente que vive nessa comunidade e nessa nacional, nesse povo indígena. E então vocês.

É Deus, cuida meu território e ele territórios, algo vivo, esse algo sagrado. E tendo em seus lugares sagrados la Montanha, ele busque ela água e nos lugares onde a água, então vocês, esse seu território, ele outro. E se ele trabalhar OE? Ele trabalha, que o. Aí ó, dela, por exemplo, de luz.

Caminhos que se construiu em nos caminhos, onde participam todos e todas os integrantes de la comunidad dela comunidade. E esse trabalho não é pagado esse trabalho se há 100 dias, domingos, então 6 hello último princípio dela comunalidade, extra pista e la Fiesta esse algodão, onde está invitado todo o polo e é isso que ela Pires tá pode ser la Fiesta, Santo patrão e se AC e dura uma semana e todos participam?

Não tanto cooperando pelo também comendo e também na festa e baile. É meu ritual, não.

Isso é se estas são dos 4 princípios, então 6 leduc ação se deve devassar. Ernesto os 4 princípios para que haja uma continuidade dele, pô, blue dela idiosincrasia pela forma de pensar e de ver as coisas de de la comunidade. Porque os ninhos e ninas e adolescentes são os herdeiros de essa desse Pueblo, dessa nacional indígena. Então, esses esses looks está lutando para ser uma educação que não se a competitiva, o nenê Educação, que não se a desde que esteja em la capital de la República mexicana.

Se não quis teixo é em base às necessidades ao pensar e ao sentir de la gente de la comunalidade pela comunidade.

Muito forte, Felipe, muitas graças a tamente é essa propriedade, essa experiência que necessitamos para compreender melhor como funciona esse esse distrito de Oaxaca tiene quantos habitantes?

Mais ou menos esse distrito que os senhores estão.

Felipe Sánchez Calpulli, México 41:44

O estado.

karol_aureliano 41:46

Estado, teremos mais dos michonne de personas.

Felipe Sánchez Calpulli, México 41:48

Son 4 milones de personas e em México tenemos 130 mijones, em México de habitantes.

karol_aureliano 41:54

A é muito grande, e todas. E solo em guajara tenere, 16, é idiomas indígenas, línguas indígenas e como?

Felipe Sánchez Calpulli, México 42:09

Fechar se é MEC, são 60 idiomas.

karol_aureliano 42:15

ABN 60. É, e como são lá Los organismos internacionales, ellos contatos las é articulas yonas lá institucional, que que que os seres representa a ser articulação com outros organismos internacionais?

Felipe Sánchez Calpulli, México 42:41

Bueno? Temos. Sim, esse esse difícil hemocentro, alguns contactos, porque plo nos outros, temos participado em em na questão de infor, começou um braço para é

naciones Unidas e este exame periódico em versao é Apple é, acaba de haver esse hexa. Em ica, pudim, quanto com outras organizações de guaca, participamos em exame periódico universal, depois especificamente para o haka. É aí um apartado para guaca.

karol_aureliano 43:41

E com outros países, Felipe, como es la relacion de ustedes. Há dialogo e troca de experiências ou não é? Es forte esse diálogo?

Felipe Sánchez Calpulli, México 43:52

Bueno e decidir como países No No lo hacemos, ou seja, com governos, não tenemos um forte contato com é organizacionais em Alemanha e também com organizaciones EE nos Estados Unidos, porque a gua RA cá tem nenhum na cidade hermana, em Califórnia, em la Ciudad paloalto. Sim.Então, 6 nos outros, teremos contato com com essa, com uma organização e para o alto Califórnia, Estados Unidos.

karol_aureliano 44:47

Hinos, gostaria para esse erando já las ideias é saber se esse esse primeiro contato com o na Universidade de Brasília é se podemos é articular novas, é parcerias. A é depois seguir hablando é e que médico tener para deixar também de positivo ao Brasil delas experiências dele nos últimos anos?

É, é isso, liderar as coisas.

Felipe Sánchez Calpulli, México 45:21

Mega mamute. Olá, tens, iam lá proposta, me parece muito Buena nos outros aguer a minha moção na reunião acendo um analysis dele. Contexto político em outro país. E nós estávamos 40 que estamos a sendo ela, análises, solamente de México para nossa vida, vamos dela. Situação que se está dando em um mundo, não tomamos 50 e desejamos e necessitamos contactar com outra gente é muito importante porque os acontecimentos, e então você sa se recordava o de la situação deste câmbio que está vivendo. Argentina, por exemplo, de Los campeos que atendido Brasília com Jair Bolsonaro quando regressou muitos direitos, principalmente de ninhos e mulheres, e

também a questão de medio ambiente. Peru também. Nós estávamos quando tenta que lá, direita A nível mundial se está reunindo. Ele quem plow mas cercano poeira, reunião que o voo em Espanha AC 2 ou 3 dias e quando se reúne lá direita de diferentes países. D'Itália de francia, com Marília, apenas da Argentina, com Miley não? Então 6 descíamos, porque nos outros, como organizaciones civiles, no nos reunimos com outros atores atrizes importantes também da região latino-americana para contestar. pergunta, é muito importante tambien tener contato com a academia, sim, com ela. Se universidades, porque esse, o CDC, sem investigação e nos outros hacemos acción, então 6 nas 2 coisas são importantes na investigação e latiam. Então vocês estão muito importante para poder frenar ele, neoliberalismo para o poder. Falei nada a Los grupos de direita.

karol_aureliano 48:22

Se Felipe, muito forte nos outros, em Brasília, vivemos a case um desgoverno não é para muitas mortes, 700000 mortos de covid e foi muito feio e a hora ela Esperança. Eu vou, viu?

Abrace. Lula estavam realmente esperançosos e essa seria justamente lá. Última pergunta, como estava a situação política no México? Jovic, ele, governo de esquerda, parece que termina hora 2024, sim.

Felipe Sánchez Calpulli, México 48:55

Se Bárbara elecciones e 2 de de cunho aí, elecciones, Peru, decir, governo de esquerda para mim, que com isso não é uma questão, isso é um tema largo, que são as entra esquerda eleitoral? Espero que tinha, né? Matizes muito Fortes de política econômica neoliberal. E que possivelmente vai continuar.

karol_aureliano 49:38

Isso nos gostaria muito de saber a sucesso na centro esquerda, que é quase um na centro-direita, não?

Felipe Sánchez Calpulli, México 49:46

Sim.

karol_aureliano 49:48

E tá, então vamos, vamos seguir aí mirando La La, sutis ias para saber também de médico e depois vamos enviar uma gravação, né? Ele, estúdio para os tênis, queria solo ver Silas Matias.

É terem alguma pergunta, mas se vós querem fazer alguma complementação dessa situação política.

Felipe Sánchez Calpulli, México 50:14

Sim.

karol_aureliano 50:16

Felipe.

Felipe Sánchez Calpulli, México 50:16

Sim. Bueno, hã? La violência. Você está vivendo la. Violência muito forte em em outro país.

E no solamente em uma região em específico, não, se não esse em todo o país. Aí, violência em contra de las mulheres que amamos, feminicídio aí. Violência encontra pelos migrantes por parte de crime organizado ou por parte também de este la cuestión de los traficantes de drogas, isso também é muito forte. Eu também aí recrutamento de ninas e de ninhos. Recrutar a minha se aninhos por parte de crime organizado de luz, narcotraficantes, hello recluta me, porque eles sabem que la edad punitiva que nos ninhos em linhas não tinha nem idade para ser castiga 12 e por la custe sa então diz essa razão, pela qual eles recrutam aninhos e aninhas a aí um número muito grande de ninhos, ninhos menores de 17 anos, que antes e 2. E se nados é o número é 23584 ninhos, ninhos assassinados em meu país.

Ele que vá de enero abril deste ano, são muitos ninhos e muitas linhas. Esse é o

significado.

Apesar de que teremos lei, diz. Que protegem os direitos de luz, ninhos em linhas em realidade no nosso sede. Não é de uma proteção no aí, um estado de direito em em em México.

Que proteger AA população em general. Sim, então, SIS. Sim, a hora ele dia de hoje se está lutando ou se está sacando um comunicado em luz médios de comunicação, por quê? AA vida é dia de Adir Mirko Liz. No banho anti rir, mércoles uma Ceci na dor de um minion. Enfrente de su casa quilo. Mataram, não e nem nele estado de tabasco. E íngua na quanto AO ninho indígena, se lo levantaram e de forma irregular, ou seja, selo de varão. Personagens se isso, pô, nem que foram personagem em motocicleta serão e que varão ele, o ninho indígena ICO de cor na leirosa, ou seja, de personas que trabalham em campo. E estas são acontecimentos que eles estavam. Não investiga que são meus familiares e personagens de sociedade civil que necessitam investigando sobre os acontecimentos, se me explicou.

Ok? Também aí, 11 na situação, durante grave, porque durante o governo de Andrés Manuel López Obrador, presidente de México, eleger, cito a ocupado diferentes, posicionei em questão de construção de obra pública pelo também em questioneei administrativas projetos muito grandes estão a cargo de engenheiros de dele, as forças armadas, e ele banco que dá dinheiro, ela quente, pobre aos adultos maiores, aos jovens estudantes que ele estava em campo em frente desse banco de bem-estar. Está nas forças armadas, nos militares, então 61, parte dela, população. Habla que se está militarizando o sem, militarizou ele, estado mexicano. outros que são seguidores de Andrés Manuel López Obrador dizem nós, certo? Pero Bueno las pela cifras, no dizem, nos sítios, Lu. Dizem também.

karol_aureliano 56:13

Lá, violência.

Felipe Sánchez Calpulli, México 56:15

Sim.

karol_aureliano 56:16

Muito forte, muito forte aqui em Brasília, SIG, passando essas coisas também é. Teremos, caso, casos assustadores, todo, todos os dias, AK. Ana, queres hacer alguma pergunta complementar, senhor?

Ana Radig Morais 56:33

Sim, primeiramente, agradeço muito Felipe sobre a sua colaboração conosco.

Eu tenho duas dúvidas referentes à questão da violência. Aqui no Brasil, as crianças indígenas sofrem violências específicas por motivos específicos, além de todos os tipos de violência que todas as crianças já sofrem. Nós temos um contexto que faz com que as crianças indígenas sejam vítimas de uma forma diferente. Um contexto no qual a questão da luta pela regularização da Terra, demarcação das terras indígenas é um desses fatores. E também a questão da falta de respeito à cultura indígena.

Então nós temos essas duas vertentes. Primeiro, uma violência cometida para que se retire esses povos indígenas do território que é deles. Então, existe uma violência direcionada. Essas crianças de uma forma diferente, de uma forma muito mais forte, é uma violência simbólica. Nós temos também as questões dos grandes empreendimentos, como hidrelétricas, a questão da mineração, que também ao se aproximar dessas terras indígenas, vitimam crianças de uma forma muito mais cruel. E também temos quando crianças não têm, por exemplo, o seu direito à convivência com a sua comunidade, respeitada em virtude da falta desse desrespeito à cultura. Muitas das vezes a justificativa para retirada dessas crianças da sua comunidade, com entrega para instituições ou para locais em que aqui no Brasil a gente chama de “abrigo”, em que essas crianças são retiradas ali como se não houvesse bons tratos, como se não houvesse a questão de cuidado. Sem alimentação adequada, enquanto, na verdade é a nossa legislação que não está adequada a essas crianças indígenas em virtude disso retira dessas comunidades. Então, são 2 exemplos que a gente consegue identificar no Brasil, como violências específicas contra crianças indígenas. No México, existem violências específicas que essas crianças sofrem por serem crianças indígenas?

karol_aureliano 59:23

Felipe, você compreendeu? Ana te pergunta se existem violências específicas

Assis Da Costa Oliveira 1:01:20

Teve algum problema pessoal?

Ana Radig Moraes 1:01:24

Sim, o Felipe travou, congelou a imagem.

Após isso, ele sumiu.

karol_aureliano 1:01:48

Aguardamos 5 minutos.

Assis Da Costa Oliveira 1:01:57

Mas deu para fazer uma boa discussão já?

Ana Radig Moraes 1:02:00

Sim, sim, conseguimos finalizar todo o roteiro e aí eu estava fazendo uma pergunta específica para ele sobre violências que crianças indígenas sofreriam. Violências específicas que identificava porque essas crianças sofriam por serem indígenas. E a ideia, os exemplos aqui das nossas crianças indígenas, quanto mineração, grandes projetos e também a questão da retirada da comunidade pela falta de observação e respeito à cultura delas por parte do estado.

Assis Da Costa Oliveira 1:02:46

Avalia aí, se ainda vale a pena manter, já que já fecharam a parte mais substancial do roteiro, talvez seja o caso já encerrar.

PERU

Oficialmente chamado de **República do Peru** (em espanhol: **República del Perú**; em quíchua: **Piruw Ripublika**; em aimará: **Piruw Suyu**), é um país sul-americano limitado ao norte pelo Equador e pela Colômbia, a leste pelo Brasil e pela Bolívia e ao sul pelo Chile.

O seu litoral, a oeste, é banhado pelo oceano Pacífico. Sua geografia é variada, exibindo desde planícies áridas na costa do Pacífico, aos picos nevados dos Andes e à floresta amazônica, características que proporcionam a este país diversos recursos naturais.

O território peruano abrigou a civilização de Caral, uma das mais antigas do mundo, bem como o Império Inca, considerado o maior Estado da América pré-colombiana. Sua independência foi formalmente proclamada em 1821 e foi definida pela derrota do Exército Espanhol na Batalha de Ayacucho três anos depois. Nos primeiros anos como país independente, o Peru passou por períodos de alternância entre turbulência política, crise fiscal e crescimento econômico.

Na história do Peru independente, sucessivos governos democráticos foram constantemente interrompidos por golpes de estado. Em 1968, foi imposta uma ditadura militar eo governo democrático e representativo foi restabelecido em 1980. Na década de 1990, foi implementado um modelo neoliberal, cujas bases continuam em vigor. Nos dias atuais, o Peru é uma república presidencialista democrática dividida em 24 departamentos e 2 províncias autônomas.

A população peruana, estimada em 31 milhões, é de origem multiétnica. O país tem um nível de pobreza de 34%. **O Peru é um dos países mais desiguais do mundo, com 1% da população detendo 30% da riqueza.** O idioma oficial é principalmente o castelhano, ainda que um número significativo de peruanos fale quíchua e outras línguas nativas. A mistura de tradições culturais produziu uma diversidade de expressões nas artes, na culinária, na literatura e na música.

As principais atividades econômicas incluem a agricultura, a pesca, a exploração mineral e a manufatura de produtos têxteis. O Peru é uma república democrática representativa presidencial com um sistema multipartidário. Sob a atual constituição, o presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de cinco anos e não pode buscar a reeleição imediata, devendo ficar por pelo menos um termo constitucional antes da reeleição. O governo peruano é eleito diretamente e o voto é obrigatório para todos os cidadãos com idade entre 18 a 70 anos.

Desde 2016, o Peru vem enfrentando sucessivas trocas de presidente por impeachment e renúncias. Foram seis presidentes em seis anos. E a crise não parece estar próxima do fim. A falta de governabilidade e de condições para o cumprimento dos mandatos, aliada à inexistência ou descontinuidade de políticas públicas são o que mais angustiam a população.

Em 2022, o então presidente Pedro Castillo, em uma tentativa de golpe, dissolveu o congresso e decretou um governo de emergência. Isso ocorreu em meio à votação do terceiro processo de impeachment que o parlamento procurava imputar a Castillo. Entretanto, esse mesmo congresso – juntamente com o primeiro ministro – ignorou a atitude presidencial, aprovou o impeachment e o destituiu do cargo.

Logo em seguida, Castillo foi preso por tentativa de golpe, incapacidade moral e corrupção. Com a prisão do ex-presidente, assume em seu lugar sua vice Dina Boluarte. Sem apoio do congresso e principalmente da população, inicia-se uma onda de protestos no Peru. Diante a carceragem de Castillo – um homem o qual representava os habitantes rurais, pobres e indígenas e disseminava um discurso contra as elites – protestos contínuos tomaram conta das regiões.

A baixíssima aprovação popular de Dina foi ocasionada pela forte e violenta presença da polícia nos protestos além de ela atribuir aos manifestantes a característica de ‘terruqueo’. Este termo utilizado pelos conservadores de direita peruano consiste em atribuir aos manifestadores a imagem de vândalos e terroristas, justificando o uso da violência policial para proteger a população peruano de propostas de esquerda. Em relação às eleições, a regra seria que ela ocorreria em abril de 2026.

As manifestações almejavam a antecipação das eleições, os manifestantes demandavam que a votação ocorresse em outubro de 2023 e o segundo turno em dezembro de 2023. Porém, após reuniões o congresso decidiu que as eleições presidenciais deverá ocorrer em abril de 2024, uma resolução que agradou aos manifestantes.

A aprovação da lei de consulta aos povos indígenas pelo Congresso do Peru representa um avanço importante no país e no resto da América Latina em relação aos direitos dos povos indígenas. Como um compromisso por parte do Estado peruano para atender a demanda atual dos povos indígenas em ser consultado sobre as medidas que os afetem diretamente, particularmente em projetos da indústria extrativa em seus territórios ou ao redor.

E, assim, com a contextualização das conjunturas à nível interno, trazemos a compilação do levantamento legislativo relativo a cada país:

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL PERÚ
Palavras-Chave utilizadas: <u>Mencões à categoria etária:</u> Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes;

Menções à categoria étnica: Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.

Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. 2º, 19.	<p>Artículo 2º.- Toda persona tiene derecho:</p> <p>19. A su identidad étnica y cultural. El Estado reconoce y protege la pluralidad étnica y cultural de la Nación. Todo peruano tiene derecho a usar su propio idioma ante cualquier autoridad mediante un intérprete. Los extranjeros tienen este mismo derecho cuando son citados por cualquier autoridad.</p>	<p><u>Identidad étnica y cultural;</u></p> <p><u>Pluralidade étnica y cultural.</u></p> <p><u>Idioma, Intérprete.</u></p> <p>Identidade étnica e cultural.</p> <p>Reconhecimento da pluralidade étnica e cultural.</p> <p>Direito ao uso do idioma próprio mediante intérprete, perante qualquer autoridade.</p>
Art. 4º.	<p>Artículo 4º.- La comunidad y el Estado protegen especialmente al niño, al adolescente, a la madre y al anciano en situación de abandono. También protegen a la familia y promueven el matrimonio. Reconocen a estos últimos como institutos naturales y fundamentales de la sociedad. La forma del matrimonio y las causas de separación y de disolución son reguladas por la ley.</p>	<p><u>Niño</u> <u>Adolescente</u></p> <p>Proteção em de situação de abandono.</p>
Art. 14.	<p>(...) La formación ética y cívica y la enseñanza de la Constitución y de los derechos humanos son obligatorias en todo el proceso educativo civil o militar. La educación religiosa se imparte con respeto a la libertad de las conciencias.</p>	<p>Liberdade de crença ambiente de ensino.</p>

Art. 15.	<p>(...)</p> <p>El educando tiene derecho a una formación que respete su identidad, así como al buen trato psicológico y físico.</p>	<p><u>Identidad</u></p> <p>Educação;</p> <p>Respeito à Identidade no ambiente de ensino.</p>
Art. 17.	<p>(...)</p> <p>El Estado garantiza la erradicación del analfabetismo. Asimismo fomenta la educación bilingüe e intercultural, según las características de cada zona. Preserva las diversas manifestaciones culturales y lingüísticas del país. Promueve la integración nacional.</p>	<p><u>Educación bilingüe y intercultural.</u></p> <p>Educação Bilíngue e intercultural</p>
Art. 23.	<p>Artículo 23°.- El trabajo, en sus diversas modalidades, es objeto de atención prioritaria del Estado, el cual protege especialmente a la madre, al menor de edad y al impedido que trabajan.</p>	<p><u>Menor de edad</u></p> <p>Proteção especial no âmbito do Trabalho</p>
Art. 48.	<p>Artículo 48°.- Son idiomas oficiales el castellano y, en las zonas donde predominen, también lo son el quechua, el aimara y las demás lenguas aborígenes, según la ley.</p>	<p><u>Lenguas aborígenes</u></p> <p>Lenguas aborígenes - idiomas oficiales</p>
Art. 50.	<p>Artículo 50°.- Dentro de un régimen de independencia y autonomía, el Estado reconoce a la Iglesia Católica como elemento importante en la formación histórica, cultural y moral del Perú, y le presta su colaboración. El Estado respeta otras confesiones y puede establecer formas de colaboración con ellas.</p>	<p>Liberdade religiosa</p>
Art. 52.	<p>Artículo 52°.- Son peruanos por nacimiento los nacidos en el territorio de la República. También lo son los nacidos en el exterior de padre o madre peruanos, inscritos en el registro correspondiente durante su minoría de edad.</p>	<p><u>Minoría de edad</u></p> <p>Direito à nacionalidade peruana, em caso de nascidos no exterior, desde que filhos de pai e mãe peruanos.</p>
	<p>Artículo 89°.- Las Comunidades Campesinas y las Nativas tienen existencia legal y son personas jurídicas. Son autónomas en su organización, en el</p>	<p><u>Comunidades campesinas y nativas.</u></p>

Art. 89.	trabajo comunal y en el uso y la libre disposición de sus tierras, así como en lo económico y administrativo, dentro del marco que la ley establece. La propiedad de sus tierras es imprescriptible, salvo en el caso de abandono previsto en el artículo anterior. El Estado respeta la identidad cultural de las Comunidades Campesinas y Nativas.	<u>Autónomas</u> <u>Identidad cultural</u> Son autónomas en su organización, en el trabajo comunal y en el uso y la libre disposición de sus tierras, así como en lo económico y administrativo, dentro del marco que la ley establece; La propiedad de sus tierras es imprescriptible.
----------	--	--

CÓDIGO DE LOS NIÑOS Y ADOLESCENTES DEL PERU		
Palavras-Chave utilizadas: <u>Menções à categoria étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígenas.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave;</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:
Art. V.	Artículo V.- Ámbito de aplicación general.- El presente Código se aplicará a todos los niños y adolescentes del territorio peruano, sin ninguna distinción por motivo de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política, nacionalidad, origen social, posición económica, etnia, impedimento físico o mental, o cualquier otra condición, sea propia o de sus padres o responsables.	<u>Etnia</u> Direito à igualdade
	Artículo VII.- Fuentes.- En la interpretación y aplicación del presente Código se tendrá en cuenta los principios y las disposiciones de la Constitución Política del Perú, la	

Art. VII.	<p>Convención sobre los Derechos del Niño y de los demás convenios internacionales ratificados por el Perú. En todo lo relacionado con los niños y adolescentes, las instituciones familiares se rigen por lo dispuesto en el presente Código y el Código Civil en lo que les fuere aplicable. Las normas del Código Civil, Código Penal, Código Procesal Civil y Código Procesal Penal se aplicarán cuando corresponda en forma supletoria al presente Código.</p> <p>Cuando se trate de niños o adolescentes pertenecientes a grupos étnicos o comunidades nativas o indígenas, se observará, además de este Código y la legislación vigente, sus costumbres, siempre y cuando no sean contrarias a las normas de orden público.</p>	<p><u>Grupos étnicos</u> <u>comunidades nativas indígenas</u></p> <p>Direito aos costumes como fontes do direito.</p>
Art. 15°.	<p>Artículo 15°.- A la educación básica.- El Estado garantiza que la educación básica comprenda:</p> <p>d) El respeto a los padres, a la propia identidad cultural, al idioma, a los valores nacionales y los valores de los pueblos y culturas distintas de las propias; e) La preparación para una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de solidaridad, comprensión, paz, tolerancia, igualdad entre los sexos, amistad entre los pueblos y grupos étnicos, nacionales y religiosos;</p>	<p><u>Identidad cultural:</u></p> <p><u>Idioma:</u></p> <p><u>Valores de los pueblos y culturas distintas:</u></p> <p><u>Pueblos y grupos étnicos.</u></p> <p>Educação básica com respeito à identidade cultural, ao idioma, aos valores dos povos e culturas distintas das próprias e com preparação para a amizade entre os povos e grupos étnicos.</p>
Art. 180.	<p>Artículo 180°.- Protección de los intereses individuales, difusos y colectivos.- Las acciones para la defensa de los derechos de los niños y los adolescentes que tengan carácter de difusos, ya sean individuales o colectivos, se</p>	<p><u>Intereses difusos y coletivos</u></p> <p>Direito à representação.</p>

	tramitan por las reglas establecidas en el presente Capítulo. Pueden demandar acción para proteger estos derechos los padres, los responsables, el Ministerio Público, el Defensor, los Colegios Profesionales, los Centros Educativos, los Municipios, los Gobiernos Regionales y las asociaciones que tengan por fin su protección.	
--	---	--

● ENTREVISTAS

Entrevista 8

Entrevistados: Raquel Y. Fajardo e equipe IIDS/Peru

Assis da Costa Oliveira – Entrevistador

Falarei um pouco do contexto da pesquisa para depois conhecermos mais sobre o Peru.

Esta investigação faz uma análise comparada uma análise comparada ou entre países de América Latina, sobretudo Equador, Peru, México, Bolívia, Colômbia e Brasil e agora também estamos incluindo Venezuela para que se possa compreender, primeiro, que tipo de direitos existem para os meninos indígenas, meninas, adolescentes, indígenas e políticas públicas para também este público e, junto com isto, fazer uma análise de documentos internacionais que têm algum tipo de ênfase para as crianças indígenas.

Também estamos fazendo a pesquisa da Convenção 169 quanto aos direitos das crianças, de Declarações e de Observações Gerais quanto aos direitos das crianças e para trazer um parâmetro internacional desta ênfase de direitos e trazer esta comparação, para saber como cada país tem de avanços, dificuldades, conflitos e de possibilidades de principalmente compartilhar com o Brasil experiências que podem ser difundidas, e também os riscos que podemos evitar para não cair em certos problemas.

Então já fizemos uma compilação de dados e de atos normativos do Peru e de outros países e também a nível internacional e do Brasil e agora estamos em um processo de escutar Especialistas e pessoas de cada país que podem nos ajudar a compreender melhor este contexto das normas. Eu também sou da área jurídica direito como vocês e uma coisa é as normas e outra é a sua aplicação

e, mesmo nas normas existem muitas contradições podem ocorrer na forma como foram

normatizadas

na Constituição e no código de direitos das crianças e adolescentes.

Então, se estamos neste momento de de compreender melhor este contexto de aplicação das normativas e assim fazer um diálogo para entender essas informações e também com interesse de não somente acessar as informações mas também de constituir uma rede de especialistas indígenas e não indígenas que possam continuar a fazer este diálogo a longo prazo e não somente para este projeto mas também para uma articulação internacional regional que possam manter a continuidade de ações de apoio mútuo e outras formas de participação.

Isto é um pouco do que gostaríamos de falar inicialmente e também dizer que temos algumas perguntas para que vocês possam responder e também indicar os contatos das Rondas Campesinas que Raquel já havia falado que seria interessante estender esta articulação e também relacionar com os dados já estudados nas normativas do Peru, tanto na Constituição quanto também no Código da Infância e Adolescência e um pouco para avaliar quais tipos de conflitos, de aplicações e correlações com o sistema jurídico dos indígenas e outras formas de compreender estas questões no Peru e também pensar como vem ocorrendo em comparação com outros países.

Tem algumas dúvidas antes de entrarmos nas perguntas, Raquel?

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS – Entrevistada

Em primeiro lugar, novamente, agradeço pelo convite e pela sua explicação. Sobre nossa articulação, já existe um convênio entre a Universidade de Brasília e nosso Instituto para fazer cursos, programas e pesquisas e Assis, para isto conte com nosso apoio e nossa colaboração que possamos fazer.

Como sabem, nós não temos especialidade no tema de infância, não é algo que manejamos na literatura. Não é a nossa especialidade.

Obviamente nos sensibiliza ver os casos e por exemplo tem ocorrido vários casos no povo achuar de crianças que foram violentados por professores e quando a justiça indígena solicitou a expulsão do professor e Estado não quis atender, reconhecer esta decisão indígena.

Então, são casos pontuais e específicos que conhecemos e temos visto, nos quais há uma intervenção indígena e a jurisdição indígena, nos quais o foco estava na jurisdição indígena.

Sabemos também que as rondas resolvem todos os tipos de casos, então é isso que lhe oferecemos, Assis: é que quando nos informem que podemos fazer reuniões ou quando forem presenciais, acredito que terá uma visita em Peru e que antes da visita podemos colocar em contato com alguns dos diretivos da Central das Rondas Campesinas para que possam combinar e falar.

Então esta é a advertência que fazemos, por não ser um tema que seja de nosso manejo, apesar de conhecermos algumas coisas muito pontuais. Estamos à sua disposição e, talvez alguém da equipe. Brian trabalhou em uma Defesa com este tema. Assis, dentre todos é o que sabe sobre esse tema e estamos aqui para colaborar.

Assis Da Costa Oliveira

Alguém quer iniciar ou já podemos apresentar algumas questões? Porque já temos algumas questões que já tiveram algumas intervenções e que talvez sejam uma forma de compreender estas questões e já propusestes uma questão das Rondas Campesinas, um pouco que resolve os conflitos internos e isto é interessante, Raquel, porque o Código de crianças e adolescentes do Peru não tem muitas normativas específicas para a infância indígena, mas tem o artigo 7º que trabalha com a ideia de Fontes de Interpretação do próprio Código e na parte final desta normativa fala que quando se trata de criança ou adolescente pertencente ao grupo étnico ou comunidades nativas ou indígenas se observará além deste código e da legislação vigente seus costumes, sempre que não forem contrárias à normativa de ordem pública.

Isto já nos traz algo interessante, que tem uma convergência com o que Raquel está apresentando e gostaria de saber se tem conhecimento de algum tipo de conflito que nas decisões internas das Rondas Campesinas tem ou podem ter com o Poder Judiciário e outras autoridades públicas, porque o Código deixa esta possibilidade, mas, como está na Convenção 169 “sempre que não for contra os Direitos Humanos Fundamentais” e aí tem uma série de questões com o objetivo de interculturalizar, para não ser algo impositivo mas destas decisões, o que se sabe é que sempre que tem algum conflito é algo interessante a saber, porque, o Código permite, a Constituição também, mas saber

se na realidade isto é algo consensual ou se tem alguns conflitos e burocracias nestas práticas, tanto na jurisdição indígena praticada. Raquel.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS

Agora darei a palavra aos meus colegas e antes gostaria de fazer três comentários: uma primeira questão é que efetivamente a Constituição do Peru reconhece a jurisdição especial indígena. Então, vocês sabem que a nossa Constituição tem essa previsão.

No Peru, como nos demais países da região, exceto Chile, as autoridades de comunidades campesinas e nativas, com as Rondas Campesinas, podem exercer funções jurisdicionais, dentro do seu âmbito territorial em conformidade com suas próprias normas e procedimentos, sempre que não sejam contrários à Constituição e às leis da República. A lei estabelecerá as formas de organização desta jurisdição especial com o sistema jurídico nacional.

Também temos o artigo 18 que se refere aos limites da legislação penal ordinária, que a jurisdição penal ordinária não é competente para conhecer: delitos militares; direitos puníveis por adolescentes; e nos fatos puníveis nos casos previstos no âmbito territorial das comunidades campesinas, nativas, ou seja, nos âmbitos territoriais indígenas. Então, qual é o problema que temos? Existem leis, como as de violência contra a família e grupos vulneráveis que, a princípio foi contestada pelas organizações indígenas e têm uma forma mista na qual as comunidades indígenas podem colaborar para ver estes temas, porém não estabelece a jurisdição indígena, apesar de os conflitos de violência familiar poderem ser dentro do âmbito territorial indígena. E tem um investimento enorme como política pública por parte do Estado, com fundos da cooperação espanhola e outros países, creio que a italiana também, que é investido milhões para fazer cursos, programas com juízes, operadores de justiça para difundir esses programas. E que não são de competência da jurisdição indígena, e a formação de juízes de paz para estas competências. São feitas formações, cursos e vários programas para dar a ideia de que estes não são assuntos para a jurisdição indígena, e o que há por trás? Que os indígenas são selvagens, são incapazes, são violentos.

Este é o segundo ponto. O primeiro era o que temos um marco constitucional que dá competência para a jurisdição indígena.

A segunda é que temos leis, como esta lei de violência e de grupos vulneráveis e que se esquecem disso e se dá mais poder às autoridades como juízes de paz e a jurisdição ordinária e fiscais, se criam instituições como a assessoria da mulher, que veremos a diante. Então esta não é uma forma de respeito à jurisdição indígena ou de seu fortalecimento, mas se trata de inverter os casos.

A terceira é uma Sentença de um Tribunal Internacional, de um caso que ocorreu na Comunidade de Tres Islas, que nós apresentamos como um exemplo claro. Nesta comunidade tem os mineiros e há uma regra e em primeiro momento os mineiros denunciam a comunidade por violação de livre trânsito, dizendo que não os deixam entrar e eles ganham. Ganham os mineiros e o juiz determina que se tire essa regra e que abram processo penal contra a presidente da comunidade e cada vez que eles voltavam a colocar a regra, ia um fiscal um fiscal para dizer sobre a decisão.

Nesse contexto, em um evento do Poder Judiciário, conhecemos a presidenta desta comunidade Tres Islas. Eu estava explicando que as comunidades têm autonomia em seu território, tem propriedade, tem jurisdição e que eles tem o direito de proteger seus bens jurídicos e resolver todos os problemas. E ela disse: então, temos feito tudo o que você disse, temos reunido em Assembleia, temos decidido colocar uma regra para que os mineiros não entrem, e agora vão colocar presos por seis anos todos os membros da junta diretiva da comunidade.

Outra Ação que fizemos foi um Habeas Corpus para dizer: não podem impedir que a comunidade feche o trânsito, pois é uma decisão de sua jurisdição.

Este caso durou dois anos e a conclusão foi que o Tribunal Constitucional disse: nestes casos, efetivamente, a comunidade tem autonomia e propriedade. Assim, não deixem entrar ninguém. Com dois meses dessa decisão estávamos na comunidade e comentaram que antes da decisão só entrava na comunidade a polícia que estava extorquindo os pais de dois jovens dizendo que os jovens tinham uma denúncia por violação de um caso muito antigo. Qual era o caso? Que uma menina da comunidade tinha ido à cidade visitar a tia, que tinha um filho e que o deixou na casa do pai da criança e cuidavam dele a irmã desta menina e outros familiares e é um caso muito complexo porque na cidade, a tia desta menina disse: tu podes ir à Defensoria da Mulher e pedir que ao Juiz de Alimentos que o pai da criança pague pensão e você traga a criança. Então a advogada perguntou se ela era menor de idade quando teve o filho e

ela disse que sim, que faziam muitos anos e que sua irmã também estava grávida e a advogada perguntou porque elas faziam isso, porque tinham namorados sendo tão jovens e que isto era pecado. Esta advogada era evangélica e ela, sozinha e sem autorização dos pais das meninas iniciou um processo penal contra os dois jovens que a menina tinha informado: o que tinha sido seu namorado e que atualmente era seu marido e o que tinha engravidado a sua irmã e se começou o processo penal apesar de a advogada ter perguntado e ela não ter se considerada violentada e explica que, após a menarca em algumas comunidades amazônicas, é o que podemos chamar de liberdade sexual de experimentação e se estabiliza e permanecem com os pais dos seus filhos, que é o normal. Pois perguntamos nesta comunidade como era este tema e quando era considerado violação ou não. Então, como já são consideradas adultas, após a menstruação tem esta liberdade sexual e as meninas são quem decidem com quem querem estar ou não e tendem a permanecer com os pais dos filhos, com exceção deste exemplo, no qual ela foi morar com a tia.

Então, nos fundamentos deste caso a advogada dizia que era libertinagem, que as meninas não poderiam fazer isto e que era pecado, mas obviamente não podia punir as meninas, então, a forma que encontra de atuar é denunciando criminalmente todos os rapazes mencionados por elas.

Então, a raiz pela qual se fez um processo penal no qual nem os pais das meninas interviram, pois a família tinha aceitado que estivesse em relação com o pai da sua filha e após muitos anos o processo penal continua e a polícia, ao invés de perguntar às pessoas o que tinham a dizer, estavam extorquindo os pais das crianças para que a cada dois meses lhes pagassem dinheiro para que não os levassem presos, dizendo que ficariam presos por vinte anos.

Então a comunidade ganha em segundo grau e decide que não se deixe ninguém entrar, nem os policiais que os extorquia e isso foi dito em uma das visitas que fizemos, que antes recebiam os policiais e agora não os deixavam entrar pois se temos o direito de não deixar entrar e temos autonomia não vamos deixar entrar.

Após dois meses do impedimento de entrada, um destes jovens estava indo trabalhar em sua moto e ao sair da comunidade os policiais o abordaram com uma requisitória e o deteram e prenderam por um ano. Este é um dos rapazes que tinha sido namorado daquela menor. Não houve prova da relação e nem da violação, apenas a fala dela de

que estiveram juntos por alguns meses e que nunca mais o havia visto. Ele já estava casado e com a esposa grávida, já havia se estabilizado com sua família e ficou preso por um ano.

Então este processo penal contra ele e contra o que estava com a outra que engravidou e continuaram juntos. Inclusive diria que uma menina menor de idade não tão pequena, pois fala-se de uma menor com dezesseis ou dezessete anos, não são pequenas com treze ou quatorze anos. Se diria que seriam dominadas pelos maridos, mas esta quando a conheci era dirigente da comunidade. Ou seja, não se via como uma pessoa oprimida como se vê com os árabes uma vez que um maior se envolve com uma mais nova para dominar a sua personalidade. Não, ela era dirigente e inclusive tinha aprendido a dirigir caminhões e tinha sido uma das três mulheres que o governo regional aprendeu a dirigir caminhões, ou seja, não se via como a ideia de uma mulher oprimida na ideia normal que podemos ter, de que se tem uma união conjugal de uma pequena com um maior vá ocorrer isto.

Ou seja, isto nos quebra toda a ideia que tínhamos de quando pode haver violência nas uniões conjugais. Eu aí não vi. Bem, geralmente nesta comunidade as mulheres mandavam, as presidentas eram mulheres, uma representava a comunidade e após outra, ou seja, para a advogada evangélica isto era pecado e não era admissível e ela usou o direito penal para prendê-los.

Agora, nesta mesma comunidade.

E dizemos isso, não pode ser no processo penal, uma antropóloga fez uma perícia e absolveram os dois senhores.

Assim, antes de se resolver o processo penal eu me sentia culpada pela decisão que impedia a entrada da polícia os havia prendido. Então, apresentamos um habeas corpus dizendo que esta matéria é de competência da jurisdição indígena, mas o tribunal, quando chega no tribunal constitucional nunca os deu audiência no caso, apesar da comunidade ter pedido audiência. Demorou muitíssimos anos, como sete anos e quando o tribunal decidiu, sem ouvir a comunidade, sem escutar a suposta vítima e sem inteirar-se de que no caso penal haviam sido absolvidos e o caso havia sido encerado, o tribunal constitucional deu uma sentença dizendo que a jurisdição indígena e o direito indígena não pode atuar em nenhum caso de crianças, mulheres grávidas, idosos e pessoas vulneráveis. Quando se supõe que a jurisdição indígena está limitada a não

violar direitos humanos. Mas aqui há uma presunção do tribunal constitucional de que a justiça indígena sempre vá ser violadora dos direitos de crianças e pessoas vulneráveis. Assim, a terceira coisa que quero mencionar é que o tribunal constitucional tem essa posição.

Agora, o que acontece nesta mesma comunidade de Tres Islas, que havíamos conhecido: três casos de professores que chegaram na comunidade, um deles teve atitudes indevidas com as alunas e elas não queriam ir para a escola. A presidenta investigou e as alunas a contaram. Então, a comunidade aplicou o seu direito e disse que o professor deveria ser expulso da comunidade e que não poderiam voltar, pois, se voltassem, seriam amarrados em uma árvore que tem ninho de formigas, o que pode gerar uma reação alérgica ou até levar à morte.

Então, foi ao professor e falou que não poderia voltar e que era uma decisão da comunidade, pois os toques que fez eram uma violação e eram inaceitáveis na comunidade. Tiveram mais dois casos de professores, um deles estava namorando com uma aluna e esses casos são inaceitáveis e nesses três casos intervi protegendo as meninas e os professores expulsos. Mas, quando a comunidade foi avisar a Unidade Educativa de que tinham tomado essa decisão na sua jurisdição, a unidade educativa nos três casos disse que não tinham provas, que os toques não eram um delito grave, que o fato de ter ido com uma aluna poderia ser uma falta administrativa, mas não um delito. Então não substituíram os professores e os alunos ficaram sem aula, por não se respeitar a jurisdição indígena.

Me recordo que em uma assembleia na comunidade perguntei quando que ocorre a violação, e disseram que a relação consentida após a menarca não é violação, salvo com algumas pessoas, como os professores.

Então quanto aos professores era violatório, cabendo a expulsão como sanção e, se reiterava, amarravam junto às formigas, o que poderia ser uma pena de morte. Isso mostra que a visão do estado, de que a comunidade é conivente, é errada. O problema é saber quando se considera aceitável ou não.

O mesmo se passou no caso com o povo achuar, de decisões da jurisdição indígena que considerou violação e expulsou os professores, mas o estado no setor administrativo não aceitou.

Agora que tem a escola, se cria a figura da adolescência, diferente de épocas passadas nas quais após a menarca já consideravam adultas. Então as comunidades orientam no sentido de que não tenham relações tão cedo. Você lembra desses casos, Yasser?

Yasser Benancio 35:09

Sim, também tem o que passava nestes casos que a assembleia certamente resolvia expulsar. Não que estas pessoas não vão ingressar no território, mas quem analisava era a comunidade, e a sede administrativa não acatou e após alguns meses de afastamento, pôde reingressar na comunidade e esse é um problema recorrente quanto às violações sexuais.

É um polo, é, digamos, é compreendido por várias comunidades o que acontecia, também é que, em alguns casos, envolviam, basicamente, comunidade, nossas polícias, nem na comunidade.

Para entender, ele podia tirar, mas estes professores podiam ingressar pelas outras comunidades ao redor.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 41:03

e este é o caso que comentei.

Ela era dirigente da comunidade quando a conhecemos. e que o marido dela foi perseguido criminalmente.

e tem também esta sentença que não permite a jurisdição indígena nos casos de crianças, mulheres e idosos. Estão no chat os documentos.

Assis Da Costa Oliveira 43:58

Sim.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 43:59

Então essa decisão diz que esta autonomia não pode invocar-se, como disse, como na regra generalizada, justamente por ser código de crianças e adolescentes.

Vai um pouco o direcionamento dele. O

Tribunal constitucional, não em este caso.

E quando se pergunta quais os aspectos podem englobar e onde não poderiam ser matéria de conhecimento em âmbito da justiça comum, todos aqueles delitos que recairão sobre direitos fundamentais, como a vida, integridade física e moral, a Liberdade ou outros que podem afetar de alguma forma os interesses daquelas pessoas.

Brian Colonia Mendoza 46:58

Sim, eu queria comentar só duas coisas.

Em caso peruano na legislação e segundo ela começou Belém do Pará e a lei 3033, 4 vezes de sobre violência, contra a mulher integrante de grupo familiar e a lei 3036 4.

Brian Colonia Mendoza 48:20

o artigo 46, 7 da lei 3036, 4 que entrou em vigor em 2015, esse artigo inicial planeja a intervenção.

Brian Colonia Mendoza 48:39

De povos indígenas em casos de violência, encontramos sobre integrantes do grupo famílias e também no artigo e sua redação anterior da modificação de 2018 e o tribunal constitucional em 2013 sabia que nos casos de violência contra a mulher, integrante de grupo familiar que se produz nos territórios de comunidades campesinas e nativas deve, ser conhecidas por suas autoridades. Segundo o artigo 149 também trata da violência contra a mulher integrante da família.

Assis Da Costa Oliveira 53:23

Interessante

Waldo Alor IIDS 53:23

Sim, senhor.

Queria somente dar algumas.

É comentários também na respeito é bom, não é visto casos concretos, tampouco sobre o tema é de infância.

É principalmente, eu me queria referir ao tema de cajamarca, la ronda campesinas.

Entendo que vai nascer também não viajar a marca, ou então com suas partes.

Investigações que vão realizar.

E entendo também que a investigação que está realizando isso, digamos, direito a infância pela estamos falando de infância indígena.

Verdade.

Então Assis é nesse sentido, é só um fato algum.

Alguns fatores para tomar em conta, principalmente se realizarem.

A marca atualmente ministra da cultura tem uma base de dados de povos indígenas nessa base de datos de povos indígenas.

É figura.

Toda informação relacionada a nível nacional sobre apoios indígenas, tanto e quais são as localidades depois dos indígenas.

Quais são, digamos, línguas, quais são os organizacionais representante representativas nacionais em que o senhor tem um mapa da onde e nem os recado após indígenas segundo o ministro da cultura, isso não constitui a direitos.

Sem embargo a lei, na prática, quando será formular políticas públicas, se afeta qual é seu detalhe desta base de dados é que, basicamente, é o que está sendo a mistura de culturas.

Determinar quem são polos indígenas e é problema com a marca, que não tinha nem basicamente identificado a nenhum povo originário de cajamarca excepto ela, zona de que estava cercada, ala Amazonas, que é que é? É.

Digamos, repor a um pela zona Andina de guerra, marca aquela predominante e que está constituída principalmente rondas campesinas.

É, digamos, não a considera ou não lastime como registrar sua incorporar.

Como polos indígenas?

Então você é sempre um conflito quando olhamos direito da consulta do direito ao consentimento e se vamos falar direito.

Infância indígena.

Em princípio, eles não podem ver como um aplicativo direito a infância, Peru e a minha irmã indígena vai ser um problema, então é de todas maneiras.

Nos outros, temos sido várias vezes traços de campo marca e ademais, ele tema dela mesma, autentifica e a gente fica.

Ficam como indígenas?

É, mas também não é visto nos outros elementos efetivamente como não que caracterizam, ela põe os indígenas no trabalho assim.

Trabalho comunitário, assim paraí, que é basicamente um trabalho onde entre toda a comunidade ou Centro.

Polár se ajudam a construir, como na casa, para que logo, posteriormente, a ser alguma festividade, respeito.

Então, efetivamente, também de nossas perspectivas, como, digamos, é.

Não é a luz, é.

E também um amigo de relator de Nações Unidas, que ativamente também de outros elementos, e determina efetivamente aquelas rondas campesinas também são povos indígenas.

E quer encarar a marca e polos indígenas?

Pesquisa todo e o Ministério da cultura, pois não avançado com respeito a tem mais reconhecimento, principalmente porque, cara, marcas, uma zona bem mineira, vocês aí várias é, digamos, praticamente turma para caçar marca está com total por é concessionais mineiras.

Então, se se você começa a reconhecer povos indígenas en la zona, é vai ser um problema para ela, minería a nível nacional, não é?

É esse sentido, prefere o Ministério da cultura não meter-se em problemas ou, em todo caso, estaria sendo o jogo a la minería é no sentido de que não quer, digamos, a ser um reconhecimento.

É do ponto de indígenas de todas essas.

Um fator, em princípio, para dentro ali meter ação que agora vai na realizar solid mais de infância e relacionado também com os polos indígenas, não ele.

Outro ponto, as respectivas rondas campesinas é justamente como desciam los companheiros.

Brian y Yasser.

Tema também, ele é de questionamento que tienen la justiça ordinária sobre que casos podem ver la ronda campesina, comunidades campesinas da polícia, na especial que se conoce constitucionalmente.

Então, Assis é justamente este tema de simples, mencionando Bueno tolo que diga el artículo 149, não dependendo do caso que pode haver roda campesina.

Na comunidade, ensina ele tem mais.

Como interpreta o tribunal constitucional, ele poderia policial.

Ele articulou 149.

E quais são as matérias?

Que eu que foi melhor, porque el artículo 149, amplio Bueno amplo e nesse sentido, esse determina sobre podem ver os casos que, conforme ao direito, eu consultei na área de carro.

Edição, por exemplo, que diz que vocês que já começa a ver o tribunal constitucional, que coisas, direito a consulta, hinário.

Que consta contiene e o acendedor na perspectiva muito, muito simples, não muito simplista para nesse sentido, disse Rui.

Não podem ver, isto é outro, ou tomando um caso como uma referência e não aplica na a nível nacional, então vocês é, digamos, é nesse sentido aí um conflito sempre constante com a ronda campesinas incluso, buscando a ser retroceder.

Ronda Campinas para que não venham alguns temas.

É, e justamente nesse tema de de Diretoria limpar ânsia direito.

Justamente esses temas também são lindos, é, digamos, pontos que sempre traz controvérsia com respeito ao que pode haver.

A poluição especial em outro ponto, ela ronda campesinas, que também, não.

Eu estou muitos casos concretos, é especificamente a nível judicial.

Parece ter mais de lá de que nós somos, ponderou, sem nunca seria o centro poblado, por exemplo, ele não no de gente mais conhecidos.

Ronda campesina sem a marca que seria Fernandes, nós comentava que ele foi ronda, desde os 14 e 15 anos. É, e lá atividade Rodeiro implica, digamos, é a ser

Patrulhar e não é, ademais de quitina, funciona jurisdicionais como foi 6 a sem patrulhamento para ser detenções de delinquente é, controlam, digamos, la seguridad dela, comunidade Centro popular.

Então, vocês é certamente isso na atividade, pois um pouco Rosa.

Pérolas, Rodeiro sabe manejar bem essa situação de nesse sentido, de que não vai comprometer a uma o outra persona.

Situação, digamos, complicado, completa.

Não es bastante interessante conversar com ele os respectivos sistemas, porque este tema de la idade.

Eles podem ser ronderos, afetando justamente a desarrollo de la Nina, ronda campesina, por exemplo, o companheiro ideal.

Só que ele comentava quando ele era Tico e alô ronderos.

Ele via como um exemplo a seguir, então se saiu desde pequeninhos.

Tenha nessa ideia de começar a ser render os a rondar, não estar como casa em pacientes de ser parte delas.

Rondas campesinas atualmente, dado que aí este a esta questionamento, esta ameaça, como eu digo, nós não é visto.

Casos, que podem haver sobre esses temas, sobre esse tema em particular.

É o que está evitando tocar, justamente mostrar essa.

Essa empresa é por Assis, não tratando de outra maneira de ser boa, não é?

Sim, Bueno, pense ronderos as a partir dali dá 1718.

Pela prática, em realidade, estão sendo desde 15 de 14 e eu para eu, para evitar mais bem, ser denunciado, só para evitar conflitos com lá.

Com ela, digamos ela, justiça ordinária nesse sentido é, digamos ele, originais, basicamente um tema que se.

The querelado esta costumbre, digamos que foi ir trabalhando ou ir, é aprendendo a ser trabalho de rondelo desde muito jovem, então vocês é.

Já já vemos cada vez menos jovens involucrados en las rondas campesinas e cai.

Sai personas mayores involucradas en las.

Rondas campesinas como dirigentes do que nós comentar, e eles são, por exemplo, ele foi dirigente de lo 15 anos.

Então vocês para nos outros, esses vieram pressionando aqui e nesse sentido é.

É um fator, digamos que, que também ela queria comentar, basicamente, sobretudo se vai sair a zona Andina, que pouco tem algumas com é várias diferenças com com a zona amazônica.

também tem algumas similitudes.

Pero para tem várias particularidades que justamente são, digamos, detalhes a tomarem conta.

Andrea Layme 1:03:22

A Bueno eu creio que renegar meus companheiros já mencionado estos temas.

Creio que preocupa o Brian já te demais.

Quando cimenta, respeito, mas gostaria poder aportar um pouco mais.

Na verdade, pelo estado, depois de ver estas temas de comunidades, rondas campesinas, pode ver atender mais contato com companheiros que já são adultos.

Não, que usualmente tendem a viajar a congressos nacionais que são para um, foi na

capital, aqui em Peru, em Lima, o somente doces não tem nenhum contato direito e levaram.

Não tenho tanto conhecimento a respeito.

Para me parece muito importante e relevante lá.

Participação que está entendendo a minhas colegas neste caso.

Assis Da Costa Oliveira 1:04:05

Para aquele gracias por também por poner essa questão, mas é bom não.

Aí, muitas coisas interessantíssimas e estando ele conflito, entregar jurisdicionais digna estatal, ganhou que está muito, muito intenso em Peru é e estamos vendo algo muito semelhante em Bolívia também, que Bolívia tem o seu código de infância e adolescência tem lá este código, construção de um sistema, porém nacional de proteção integral, é de ninho y adolescente.

Peru é o passo seguinte.

A lei de desvende já passou.

O limite expresso justamente como um Peru na decisão, né?

Quem olhou para acreditando em mim?

E então você também não estamos vendo isto em em Bolívia com uma certa é gravidade de impactos para dentro das comunidades. É peru.

Cai aí uma série de coisas que já propuseram e muitas casas por compartilhar.

Rachel, de tanto olhar sentença quanto também é tu artículo, que já vai ser, né?

Interesse de leitura e de utilização.

Caso se é possível também compartilhar alguma outra, talvez os casos que mencionaram é se há algum documento que podem também compartilhar com os outros.

Seria muito interessante.

É, eu tenho só 2 questões, mas EE para um pouco ampliar esse nosso diálogo ou na rede, a Serra.

Eu também tenho uma boa Andréa, e também validou um pouco na sua gerência.

É de contactos, talvez levar rondas campesinas caso tenha também de universidades ou de outras organizações, é você já se vire.

Que trabalhem com Índias indígenas que conosco, então sendo um pouco saber que contactos seria impossível, não nascida separa hora, talvez você não tem 1 hora talvez para depois pelo é nos outros, nos interessa se a segunda visita é para esse segundo

semestre deste ano ou não, para este ano estamos errando primeiro semestre, né?

Pra vocês no segundo semestre.

Seguramente esta, sabe-se ta atender outros contactos também que nós possivelmente aprofunde sala compreensão destas situações.

Então você o né dessa coisa esta é outra coisa que um pouco a global e talvez entender alguma informacionais agora, por relacional direito da consulta e para mim, seria muito interessante saber se há algum tipo de regulamentação de aspectos da consulta para os serviços que atendem adolescentes indígenas, porque aqui em Brasília este momento é tão justamente na construção de uma nova resolução do conselho nacional de ninho y do adolescente, estamos em curso com Ana está também é,

Propondo uma aplicação de direito da consulta para lhe os serviços que as em já tencionar a ninhos y adolescentes e imposto quando sai alguma experiência também na compartilhar, seria muito interessante pelo tipo de conflito?

Que tipo de plano Internacional, que, se possível entenderem esse aspecto, dando fundamental dos direitos indígenas.

Praticou um pouquinho sobre isto, pelo saber se há outras coisas que cabeça é interessante entender é defender a informação.

Nesta devido a esta, esta um pouco que Ana, na oportunidade que teremos a ordem ser nuestro governo Lula 3 com o Ministério de povos indígenas e que abriu a possibilidade de ampliar um pouco o normativa em um concerto de política pública não é sem Congresso Nacional, que é totalmente entender e nem o Brasil.

Então vocês um pouco também compreender, então se eu.

Somente perguntando, olha contatos e também se este tema de direito da consulta que não vão ter poder, incidência.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:08:30

Bien, é ele tipo de contactos que vocês querem é como para ir a sendo reuniões virtuais ou já quando vengan.

Qual é sua ideia?

Assis Da Costa Oliveira 1:08:39

Eu creio que mais.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:08:40

Este como ó.

Assis Da Costa Oliveira 1:08:41

Olha, se isto ver toalhas por.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:08:44

E então o casulo que poderíamos enviar la rondas campesinas tem nem resolvem todo tipo de caso.

Assis Da Costa Oliveira 1:08:46

Vai ser bueno.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:08:52

Sempre nós temos escutado desde alimentos filhas e 11.

É, ou seja, não somente nos casos que temos contato somos óptico sem sentido.

Onde aí um conflito não muito evidente entre la.

La situação indígena e lá a visão dele descer pelo mas bem cotidianamente, ela ronda resolvem todo tipo de problemas, então poderíamos contactar nos esse com Antônia ou com alguma líderes?

Já é presidente lacunar, que Assis, que lhe podemos plantar isto.

E, claro, como sempre, nós vai perguntar, qual é seu objetivo de investigação ou se aqui vai nascer os testes com a investigação?

Assis Da Costa Oliveira 1:09:40

Assim, agora vamos ver, não é na aí um informe, não que necessitamos a ser para que poda pouco, que compartilhar ao público.

Como está a configuração de direitos indígenas para com suas fases em online?

Nesse indígena e nos países em âmbito Internacional, e aí um pouco.

Que proponha algum.

Nosso parâmetros que um pouco que proponha e para este tipo de configuração política, tendo em conta cabeça das boas práticas em outros países e nos pontos mais, é um pouco mais de dificuldade, de implementação menor países eu existo.

Foi lá na atuação em cada país, é cada um tem suas desafios.

É para esse tipo de de aplicação de pelos direitos, então vocês um pouco ainda estou compilar, e propondo uma difusão dele.

A informação a partir desta este informe, ele outro é na Constituição de uma rede que foi pra dar continuidade a este tipo de diálogo e de atuação conjunta.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado)

1:11:09

Caso se requerem algum maior involucramento e essa aula, discutiremos porque nos outros somos uma equipa como pequeno, não, pero este, se se trata de a ser contactos e tudo isto, pois com mucho gusto podemos fazê-los contactos agora mesmo via alarcon, presidente lacunar que e já nos dirá sem adelante, como quando necessitam.

Em contato hablar, et cetera.

Para quem é esse general?

Na reunião por zoom, e quando vocês visitem, já podem é organizar lá.

Melhor não, porque quero que ele não é.

Caiu na ronda.

Encarregadas ou se não está na rondas.

Bem, os problemas que se apresentem de ninhos, linhas em todo tipo nós enquanto ela, a situação delas, ninhos efetivamente em torno a megaprojetos de um grande estresse, é a ser pouco extremos.

Em Rio Branco, em piura, e, por exemplo, visitamos uma comunidade assembleia.

Foram Los ninhos, que estão muito preocupados, porque se elas secam rios, eles vão afetar.

Ou seja, estou na aula, completa.

Entrou a lá asamblea, todos nito.

Saí em la Zâmbia, não de adultos, discutindo o tema de la minería foi uma coisa

sumamente interessante e demonstra como para estas comunidades involucram aos ninhos.

Não é Peru, isso é positivo pelo também.

De outro lado, estorninhos Serena de um estresse de que se eles, se Kamila água que vai passar isso aqui, né?

Era uma angústia coletiva, que é sutil.

Se o papai lhe ama reprimido na marcha, em uma mobilização, então Assis, aí um contexto de estressar os ninhos quando se dá estas atividades extrativas em consultas, não.

Então, Assis, aí aí o na situação forte contra os ninhos, que aí que considerar e obviamente ela soluciona isso.

Que se declaram a nulidade seus projectos Mineiros.

Não é que são em consultas, dizê-la solução de fundo, pero Bueno miraz de um gosto ver leste Peru já não se espera.

Santos, adicionando atender que cortar aquela reunião não lêssemos de rado este hablar mais as teses era Bueno.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:13:43

Bueno.

Então, se um gosto e já estamos em contato, não é?

Assis Da Costa Oliveira 1:13:48

Disse com certeza, graças graças a todos, Brian do Andrea y Yasser muitas graças, e por todo o que propuseram a cada informação, continuamos em contato.

Raquel Yrigoyen Fajardo, IIDS (Invitado) 1:13:49

Um gusto e estamos em contacto.

Assis Da Costa Oliveira 1:14:01

tchau.

Sofia Tapajós 1:14:04

Gracias.

Entrevista 9

Entrevistada: Rossana Mendoza

Sofia 0:03

Está bom? Bom, Rossana, estamos gravando a reunião. É somente para nós, para que possamos ouvir muitas vezes o que foi dito. Você permite a gravação? Muito obrigada.

Rossana María Mendoza Zapata 0:26

Sim, claro que sim.

Não é nenhum inconveniente.

Sofia 0:30

Perfeito.

Muito obrigada. Você pode começar falando um pouco sobre com o que trabalha, o que pesquisa. Podemos começar assim. Por favor.

Rossana María Mendoza Zapata 0:45

Sim, claro que sim.

Eu sou Rosana Mendonça Zapata, sou e docente na Universidad de Antonio Ruiz de Montoya, uma universidade Jesuíta, e na Universidade Nacional Mayor de São Marcos.

Sou educadora e com doutorado em infância e juventudes, na Universidad de Manizales.

E agora mesmo fazendo o programa de pós doutorado e também com a universidade da Pontifícia universidade católica de São Paulo, lá universidade da Fronteira, um consórcio de universidades promovidas por Clarkson.

Agora estou fazendo pós DOC, mas sou educadora de base de carreira de base e me dedicado muito anos aos temas de infância

Os temas de infâncias, mas já fazem mais ou menos 7 anos que estou também investigando os temas de juventudes e, mais especificamente, infâncias e juventudes indígenas e, a partir disso é que reabrimos um diplomado incluído este tema de infâncias indígenas, o que não havia sido feito em nenhum programa assim é a primeira vez que temos no Peru um curso dedicado a esses temas.

Agora mesmo estou com duas pesquisas em andamento, uma sobre jovens quéchuas, um povo originário do Peru e estou indagando, como eles participaram das eleições de 2021 e tem outra pesquisa pelo programa de pós doutorado sobre as mobilizações entre o fim de 2022 e 2023, esta com crianças e adolescentes da zona sul do Peru, porque não se tem falado sobre o impacto em suas vidas sobre o que significou os assassinatos e a repressão nestes territórios por parte das crianças e adolescentes recorrido ele impacto em suas vidas de lo que significou, é ele assassinato de e a repressão nestes territórios, estou viajando e trabalhando nisso.

Sofia 3:39

Quer interessante, então vocês teremos muito que escutar. É interessante suas perguntas. Temos um roteiro, mas o que preferes, seguir o roteiro ou falar um pouco sobre esses estudos? Gostaria de saber sobre este curso sobre infâncias, como está estruturado ou a questão com os jovens ou podemos seguir o roteiro. Acredito que recebeu por e-mail. O que preferes?

Rossana María Mendoza Zapata 4:12

eu prefiroo que vocês conduzam a entrevista para que consigam o que estão buscando, porque acabo de abrir, não vi durante a noite, então vocês conduzem a entrevista, não tem problema.

Sofia 4:34

Perfeito. Ana, se quiseres falar algo, por favor, me diz, ok?

Então, começamos. Creio que tanto o curso quanto a pesquisa com os jovens Quéchuas, como está o panorama de direitos e políticas dirigidas para a infância indígena no Peru? Como descreveria isso?

Rossana María Mendoza Zapata 5:06

No caso peruano não tem políticas específicas para a infância indígena. Estão todos dentro da população e se supõe que o Estado deve garantir os seus direitos. Que no Peru são em torno de dez milhões de crianças e adolescentes e já fazem alguns anos que tem

algumas políticas que abordam as disparidades e brechas por exemplo na educação, e já fazem alguns anos uma lei para promover a educação das meninas rurais, mas se abordou assim: crianças rurais porque eram as que saíam mais cedo mais escolas, não continuavam, então se fecharam as brechas no acesso à educação, por pressão da sociedade civil.

E, anos depois teve outra, referente à infância indígena, quanto ao acesso educação e o marco de uma educação intersetoria de educação intercultural bilíngue. Ali sim pela primeira vez se falou dos em torno de um milhão e duzentos mil crianças e adolescentes dos povos originários que poderiam em risco quanto ao seu direito à educação.

Esta política é do ano de 2016, mas no ministério da educação já estavam sendo desenvolvidas coisas muito interessantes desde 2011 e em outras áreas não há uma atenção dirigida às infâncias indígenas. Sempre se fala no enfoque intercultural das políticas sociais e se considera que por ser intercultural é direcionada às populações indígenas, mas este é um entendimento muito limitado do que é intercultural e está essa associação de o intercultural é indígena.

No Perú tem algumas políticas que tentaram proteger as populações indígenas e isso pode proteger também as crianças e adolescentes, como por exemplo a Convenção 169 sobre a consulta prévia, já que tenta proteger os direitos coletivos dos povos indígenas e a proteção do território isso também estaria beneficiando crianças indígenas, mas só por isso.

Sofia 8:55

e vocês disse que teve a pressão da sociedade civil para a educação indígena ou pela língua, pelo menos. Quais movimentos sociais foram esses?

Rossana María Mendoza Zapata 9:13

No Peru é uma história muito interessante, movimentos indigenistas dos anos de 1930 até 1970/1980 que foram possíveis de contrastar o projeto hegemônico do Estado nação e entãoio desde então haviam pessoas de diferentes especialidades, educadores, artistas, políticos que advogaram pelos direitos, não pelos direitos mas por considerar que as populações indígenas, pela república após a colonização, deveriam ser atendidos e respeitados em sua cultura e línguas originárias. Então, desses movimentos que também tinham líderes indígenas dentro, somado aos movimentos de acesso à terra conseguiram

juntar muitas experiências pelo país e dessas experiências e educação bilingue e intercultural que foram apoiadas pelas ONGS e pela igreja católica que foram desenhando o que viria a ser a educação intercultural bilingue e logo foram se materializando políticas a partir do ano de 1970, mas com pouco interesse do Estado e pouco investimento. O mais reforçado é feito a partir de 2011, mas não porque o Estado ou atores como a UNESCO ou organizações internacionais, mas sim por movimentos sociais que há muito tempo vem demandando direitos.

Sofia 11:45

Obrigada.

Quero fazer mais perguntas, mas carol entrou agora conosco, é outra pesquisadora. Carol, quer se apresentar?

karol_aureliano 12:06

É uma prazer, Rossana, é sempre uma relação muito amistosa com Peru. É uma alegria, Brasil e Peru tem relações bilaterais muito importantes. Eu sou licenciada em relações internacionais e tenho mestrado em relações internacionais e integração da américa latina.

Escutei um pouquinho da

É shows.

Então vocês a mim me entender, deixou escute aí um pouquinho quando começou agora a contar a história dos direitos e dessas lutas, mas gostaria de saber mais sobre essas contradições, sobre as disputas de poder para ter voz. E, mesmo com esse histórico desde 1970, quais são as maiores contradições que você identifica? Existem leis. Nós pesquisamos a constituição, o Código, mas tem outras normativas que são mais importantes? Queria compreender os bastidores, Rossana.

Rossana María Mendoza Zapata 13:22

Obrigada, Carolina. Um prazer te conhecer.

veja, os direitos dos povos indígenas sempre tem sido um campo de disputas e lutas nada do que se é conseguido é por um entendimento de que também são parte da nação e que tem que ser atendidos. Sempre tem sido depois de protestos, manifestações, inclusive o último que aconteceu no Peru tem relação com a defesa, tem a ver com o direito como cidadão sobre o direito ao voto.

Mas as tensões são de muitos anos atrás, porque a colonização não acabou. O que se foi foram os colonizadores, os conquistadores. Isto continuou no modelo de República pois se configurou para continuar assegurado o poder social e político em um grupo seletivo da população, muito marcado pelo autoritarismo militarista, que tem tido longos períodos no poder peruano até os anos 2000, praticamente se alternado entre militares e oligarcas e então, se eles, com suas próprias perspectivas e os interesses dos povos originários não tem sido sua agenda.

Por isso que foram necessárias muitas lutas para ter o seu lugar na sociedade peruana. Sim, esse lugar segue sendo muito marginal. Por exemplo, na academia tem custado entender a associação entre direitos individuais e direitos coletivos. Não cremos que em termos de abordagens de políticas existe uma atenção que não sabe resolver nem entre os que estão advogando pelo direito à educação dos povos originários.

Entendemos já vários anos implementando lá educação intercultural, bilíngue e isto não a assegurado, que realmente todo o que tem nos povos originários como cultura, como conhecimentos, tecnologias, artes, é valorado e reconhecido como parte de lo que oferece estado, não como parte da educação de sistema escolar.

Então, se se pensamos hoy podemos, por exemplo, a discussão este tema de direitos individuais, aquilo que, finalmente, sistema educativo busca que cada ninho pode a graduar-se alcançar competência, ou se trata dele os direitos coletivos que também estão salvaguardados em convênio?

169 e que.

Pois é, não sei abordar como tales, se não se assegura, solamente ele direito como qualquer outro ninho, nem adolescente.

Entre o esto muito reduzido a é a matrícula, ela permanece a culminação.

Tampouco é essa, assegura.

Estudos, ninhos em general, esses urna tensão que é importante aprofundae, não e.

Esto somado à la condição de marginalidade lá que se encontra nos povos originários, a ser que não haja, pois un tratamento adequado pelos direitos dele, os ninhos.

É quando se trata de populações indígenas, não e a discriminação.

Ele, pero é muito alta, muito alta e isso é manifesta.

Sobretudo a racialização.

A que se manifesta, principalmente esses um tema também a pressão na contradição, porque temos avançado con o Ministério da cultura, um vice Ministério de intercultural

como para ir derrubando todas.

Estás construindo sociais em relação aos pueblos.

Pero, não temos avançados significativamente porque estamos reduzindo todo o tema de la

interculturalidad ao discurso de la convivência não delas e feliz convivência.

Pelo que isso tampouco nós basta.

Porque.

Porque na prática e o que é isso?

Na discriminação muito forte em todo o tipo de instituições sociais.

Para mim, esta es una contradicción muito forte.

Entre o discurso e a prática atravessado por uma história de marginalidade, discriminação de los povos originários.

É eu

E ele terceiro para mim, tem que ver com ele tema de dissociar ele, território de luta significa direitos?

Não, porque nos outros mesmos não estamos entendendo que sim, territórios, tampouco podemos assegurar.

É nos direitos, não la renda dele.

Os povos indígenas é está em relação a preservação disso território e não deveríamos separar não direito à educação de nos povos indígenas.

Tá por um lado que se encargue estado direito, elas alude que se encargue ela estado e eu segui peleando por ele território.

É reprimidos por ele mesmo.

Estado, porque nem Peru el pacto, quando el neoliberalismo desde lanho 1900, 90 e 90 e que se plasma demais, ele, a Constituição vigente de 1993.

1993 no está em sintonia com ele.

Consenso de então vocês não aí reparos em, digamos, é.

É manter ele a impunidade, tráficos de terrenos.

É, é, tá lá ilegal de Los bosques e é, enfim, muitas outras coisas que estavam justamente atacando a luz Pueblo se destruindo looks, o mundo, seu território, não, eu diria.

Encararia isso?

Os 3, essas 3 contradiction nesse.

Muito forte.

Rosana me lo que hablas tiene isso pensar algumas coisas e queria provocar.

Tem um pouco mais.

É lá situación política de Peru oi é desconocida en América del sul.

Por situações de la onda de violência no governo de direita, com sucessivos problemas internos.

E claro, nós gostaria.

É, escute, ar um pouco mais dessa realidade.

Como está?

Oi, quais são?

É quais são as pautas?

Das agendas mais importantes, mas Peru e quais é mensagem que Peru para toda a região é disso, situação política.

Rossana María Mendoza Zapata 22:14

Bueno, nosotros, estamos atravessando uma crise política já desde a ser o nosso.

O nosso 6 anos atrás não, mas digamos, mas fixa manifestar em los câmbios de presidente? Não.

Aí uma o sistema político em crises.

Isso porque no estrombo tu já não tem valor.

Temos botado presidentes que legou são facilmente destituídos com calçar ou não pelo sempre.

Ele desenlace destas destas conflitos termina sendo muito judicial para a população.

Não e hoje.

Estamos em um momento, digamos, um muito, muito generalizado de la Crisis é que já está afetando a todo a todo o país.

Não é.

Teremos uma presidenta que governa com 5% de aprovação e um Congresso que se encerrou nos outros.

O modelo é parlamentarista de governo.

E se ela pratica parlamentarista porque desde a de se está manejando é l.

País, pelo menos ele, poder, executivo e legislativo, com Fortes ataques ao poder judicial.

Em partes, é capturado, parte dele poder judicial.

É, e então vocês é este Congresso que tinha apenas 8% de aprovação, esse que está decidindo nos outros destinos atualmente, não por implicância sem em retrocessos MUI grandes de lo que já havíamos conseguido como direitos.

E em meio de uma corrupção generalizada.

Não estou de luz extraídos sociais que começaram e lá em 2022, você, que estenderam ao largo de lanhoso 2023 porque ele, presidente, electo sobretudo opor ele, sobretudo pelas por nós, por nos povos indígenas dela.

Zona sul, em parte por lá, apoio dela zona oriental.

Quis nós trans Fronteiras, eu esse esse botão massivo ou por um maestro rural, não é?

E lá a gente é sentido emo sentido que nos Han quitado no extra boto, não, que assíduos te gado em exercício disso disso hay como presidente, como mandatário, praticamente desde o primeiro dia que assumiu o governo, não havido um permanente postiga mento é.

E Bueno, luego también.

Ele até me doer horrores muito graves.

Que Han sido provados por justiça a forma em que se a desencarnado la salida dele presidente e la assunción dele mandou dela vice presidenta ser dado em, digamos, uma situação de muitas dúvidas, de muita arbitrariedade por parte do sistema de justiça, não esse presidente que foi maioritariamente votado por las poblaciones, indígenas e la populacionais mais empobrecidas.

Ou cárcere e a vice presidenta.

Ela, que está governando uma mulher delas, zona sul, depois de hablar ser bilíngue, não de língua originária pera, o que a sido vista por lá?

A população, como o na mulher traidora à sua presidente e ela, primeira mulher que assume a irmã do Enem Peru não.

E sobre ela, qual para alguns, como o jogo, por exemplo, teve expectativa.

É sonhos, não esperou nada disso.

Ele já imediatamente foi.

É, digamos, manejada desde o poder econômico, desde os grupos que oi a captura do Congresso é a República e ele a é só.

Olha, responsabiliza política de la muerte de 60 peruanos en las manifestações.

Então se entristece.

Estamos peruanos aí, ninhos.

Ai, ninhos.

Que Ham sido assassinados?

Então, se a situação é Escalada ou muito rapidamente, é entre Lucas sido olha as manifestações la répression e oi. É?

Estamos em las luchas por lá.

Justiça frente a estas situações, ele arrenda oi por parte do estado.

Eles continuar por suposto ele responder as os interesses que, ademais, respondem também a grupos muito conservadores é, inclusive, uma Aliança.

Com certos sectores de Iglesias é uma réplica, mas fundamentalistas, grupos em poder econômico e por suposto, os negócios e os interesses de lo que está na hora em Congresso.

E todos esses, todo o que pode Da estorvar a essas planos ou projetos está derrubando.

Não, desde logo que esse linguagem inclusivo é dentro dele.

Estado como eu acho Miley e na Argentina, ele educação intercultural, bilíngue, que já pensamos que, pelo menos, apesar de suas dificuldades, e vai manter-se, é ele todo lo que es la salud sexual e reprodutiva, existir uma renda muito conservadora e retrógrada.

O que se plasma também lá em educação não tem na educação delas linhas ninhos de adolescentes é e por parte dos movimentos sociais e teremos 11 movimento bastante disperso, não?

Muitas organizações pequenas locales regionales.

É coletivos que durante vários meses poderão SUS tener la protesta.

É Peru legou a dele a situação econômica.

Porque também estamos vivendo uma situação econômica muito horrível, não com ele, aumento de la pobreza.

Ele nos últimos, ele, no último ano, é a general também uma paralisação ou todo o caso das manifestações?

Já não são tão massiva como ele foram a fim de 2022 e nos primeiros meses de 2023, então vocês, de alguma maneira sido frenadas porque as famílias Adão empobrecido muito.

Pero, ademais, botavam medo da repressão foi brutal, brutal.

Então se sai muitíssimo medo.

É em todos esses tua generado que elas mobilizações, CEAM as pequenas, é aí como Una reorientação dela, protesta.

A se a renda as mais específicas, como é direito a Lagoa ou impedir que determinados projectos Mineiros prosperarem em territórios indígenas e campesinos?

Olha, a renda está por lá do de um movimento feminista defendendo ele, ele guarda inclusivo ou direito?

Olha essas saúde sexual não olha o movimento ar e dor delas.

Famílias é por exigindo justiça, porque esposa sido assinados pelas manifestações, então se saiu nascer da dispersão, não é dele.

Movimento, espero que hoy

Tem este caracter, está forma, não de pequenas manifestações muito, muito seguidas, cotidiana, praticamente diárias.

Isso aí na situação atual, Carol.

karol_aureliano 30:51

É nosotros

É buscamos multi informações, sabemos é como estava a situação, mais ou menos em Peru, Peru.

Escute, ar deu na mulher que lútea é que isso está passando.

Oy, é e pelo menos bem, parece que falta pouco para é de nambu.

Lars ali não é 1 ano, 2 anos.

Rossana María Mendoza Zapata 31:15

Isso, esperava, escutei.

karol_aureliano 31:15

Temos Estudos.

Teremos Esperança e que a ser coisas por esses movimentos por por essa violência, por esse luto nos outros.

Em Brasil também passamos momentos muito duros com Bolsonaro, acá, pero estamos em um momento, agora é de Esperança.

Ele está delaa Esperança e esse projeto, esse estúdio é parte dessa retomada.

De Los herejes, então vocês é Peru, está con nosotros e nesse estúdio e me gostaria saber um pouco mais dela região, então vocês.

Oi, em sua opinião, Peru a ser agendas, relacione interacional com outros países da América Latina para las infâncias indígenas ou todavia, isso não é?

É uma prioridade na agenda.

E que e que tem, parece que falta para que isso que isso funcione, não, porque lá cultura

indígena de Peru é.

É um patrimônio de toda a regione y para todos nós outros.

Então vocês é que ter parece, deu a situação dela.

Region com outros países.

Rossana María Mendoza Zapata 32:32

Bueno, eu creio que Peru está bastante aí lado, não é, general?

Tenho a impressão que a política olha as políticas de relaciones internacionales não são uma prioridade.

Porque ali interior demos esta crise.

Está forte, é, criou que eles, eles, governo atual, você está cuidando de manter, pois las relaciones que me imagino qualquer estado.

Ou tem que recepcionar?

Não, pelo que não é.

Não.

Ai noutros países, um apoio, um, mas bien aí, crítica não é?

Outros países nós vem com com com preocupação.

Não, inclusive desde sistema de Nações Unidas.

Não é pedindo que as investigações, validando ele, contexto em que se andado olhas massacres de cidadãos peruanos en protestas é.

É, inclusive, desde o mesmo departamento do estado, não de de nos Estados Unidos.

É perua de eu.

Creio que ahora.

La Crisis está estendida em país que não há idas, não há interesse de de manejar uma renda em torno AA.

As infâncias e muito menos elas.

Infâncias indígenas, não me parece que haja uma preocupação entre Los personajes asesinadas durante las protestas, ouviram seat, adolescentes, chicos de 15 16 17 anos.

E, porém, os que todos desde de zonas de surf de Peru, não é muchachos, indígenas, tio, né?

Uma delias Una muchacha indígena de la zona de la Fronteira com Bolívia e não há passado nada, nada, nem Siqueira.

La dirección.

Não existe Una dirección nacional de ninhos de adolescentes.

Há.

À cia preocupada por ele não e tampouco olha os informes.

É, é internacionais, sendo ocupado dele os ninhos.

Propriamente, não só são parte de lá estadística pelo nós e abordado.

Estudos, aspectos de uma maneira mais profunda nele por parte do estado.

Ni por las organizaciones de direitos humanos, é nacionais ou internacionais?

Não no Pessoas.

Custa, mentiu que estamos investigando a hora.

Olha os mesmos ninhos, porque eles não atenderam a oportunidade de decir com a bebido.

Como está me vendo este contexto?

Como eles estão afetando?

Incluso Uno dele.

Os ninhos era membro de uma organização de ninhos.

Trabalhadores eram minha, organizado com outros ninhos em uma zona, em uma província que se chama anda Williams e esta ninho foi a protestar por ser parte de também preço de sua comunidade disso Pueblo, e ele saia, protestar.

E essa assassinado, essa é primeiro, e ele, a primeira persona assassinada em las protestas e tenha 15 anos, então vocês frente a todos estes casos, não há em nenhum nenhum.

Propósito de de pensar em em investigar a fundo é porque é o único organismo que é que tenha uma alta aprovação é e que gostava de legitimidade em outro país que se chama la Defensoria de Pueblo, também nascido capturada por estas máfias que hoje estão em meu poder.

Então vocês nem se queira.

Ela Defensoria dele, Pueblo, a salido a defender esta os ninhos, ninhos não é lá.

Interesses, não de louça de luz, congressistas.

Então, se isso não, pois não, não.

Aí a renda em torno a la infancia indígena.

karol_aureliano 37:16

Nos outros já pensávamos que mais ou menos por esse caminho mesmo pelo teremos que tener lá.

Seguridade, estar pensando pensando é bien.

Las Ideas de seu país, não é?

É muito importante.

Jogo, agradeço em nome de toda a equipe.

O perdão aqui, que já atrasei um pouquinho, é Sofia, Ana, nos outros, terminamos a hora das perguntas para se querem, é, perguntavam na coisa que quedou aí, né?

Rossana María Mendoza Zapata 37:47

Bueno, contar o que?

E ele outro lado, digamos, de deste Panorama grises, não é isso que, nas pequenas organizações seguem trabalhando.

Ó aqui.

Donde governo não pode chegar com fase com facilidade.

E todavia, aí pequenas escolas que intentam a ser uma educação indígena.

Organizaciones que estão em busca da, por exemplo, é degenerar de apelar as o derecho coletivo de por na educação e estar ali ensaiando projetos educativos por sua nação.

Nos outros, teremos 58 pelos perdão, 55 pueblos originários, não que hablan 48 línguas distintas ao castelhano.

É isso na população muito diversa, estamos hablando de arredor dela.

Quarta parte de entre população indígena e afrodescendente, estamos falando dele.

30% da população peruana.

Não estou esse importante pelo ademais, uma forte concentração na zona sul e ela amazonía territorialmente, podemos encontrar ali forças e organizacionais muito dinâmicas, que se regenerando propostas de educação indígena que estão pilhando por tener maestros indígenas para as os moinhos.

Porque está é alimentando, recuperando elas a luta, por exemplo, é uma parceria.

Não.

Ela, nos partos com é mulheres indígenas.

É, então vocês quero também um que ustedes re conosco.

Aqui ai luchar aí, resistência é dispersa.

Se pelo existe, não custou a la semana pasada tu vimos um encontro é dele no do Peru dela.

Rede filial da rede feia na rede de formadores em educação e intercultura li dade para América Latina.

La refrear está impulsando para este ano, ele quinto Congresso em popayan, em na

região de Caucaia, em Colômbia.

E ele, Marco desse Congresso que se vai dar em agosto, ele no do Peru pela rede, não temos impulsado aqui.

Um encontro de educação e intercultura li dade, né?

Cusco muito simbólico, será em Cusco.

Não que isso na região e lutadora é, e aqui é mais discutido, por exemplo, experiências, experiências comunitárias, desde os povos indígenas.

É, e muitas personas são compartido é de coisas muito pequenas em pueblos em distritos, temos temido discussões sobre que estamos fazendo na educação superior. Por lá.

Educação intercultural temos discutido sobre a presença de influências indígenas em redes sociais.

Como ele os está tomando las redes em línguas originárias é, por exemplo, distintas expressões de largo de la cultura.

É funcionada ou autêntica por decir lo.

De alguma maneira, não mantendo muito de las de sua matriz cultural, ela redes.

É, temos discutido em torno a la a educação intercultural bilíngue que se está sostenido.

Bueno e que a sido derivado, então vocês é.

Estamos toda via que restando algo não?

E estado cada vez participa menos disso, não?

Já não, já não querem apoiar a ser Dos 3 semanas.

Tu vimos ele encontro nacional de educação comunitária, estude a Esso na fuga dele.

Sistema formal oficial, não é?

Isto já trabalhava desde desde a mesma comunidade desde la.

Mesmas alternativas é que também se impulsa.

Desde o Iglesias progressistas, não e estamos é.

É por realizar ele.

Congresso Nacional de educação intercultural bilíngue.

E neste contexto, não que se vá a desenvolver em abancay o na cidade, muito cerca de Cusco e a de vamos a discutir.

Ele estava na situação atual da educação intercultural de língua e ela mesma linha, pelo que está resistindo.

Quem está toda via é luxa.

Não, tudo isto para dizer lhes que se vier a situação é muito adversa, muito adversa.

É, estamos muito erros de lograr justiça para todas as vítimas.

É, não, por isso estamos imobilizados.

Não seguimos aqui desde diferentes instituições, tratando de que realmente a da moça algo algo que seja pequeno e isso nos dá muita, muita força e muita Esperança.

Sofia 43:16

Para o que se é, só está bonito, eu quero ele Pueblo ligas , construindo para la vida sempre é bonitas, muitas graças por suas palavras que se era para contar uma cosita que pode ser rápida looks espero a quando eu disse essa cerca de la educacion intercultural.

É como os seres vem las?

Questiones 2 mudanças climáticas ele, câmbio climático, perdóname portunhol 6.

E escapou ele.

Cambio climático é junto a la protección, de llanes indígenas e sextas discussões estão presentes como como essa.

Rossana María Mendoza Zapata 44:05

O que gracias Sofia tema dele?

Cambio climático es uma preocupação com partida, não e sobretudo de luz, pueblos, indígenas.

Eu creio que eles são os que vivem colocando.

É Estudos, temas, elas, agendas e também las organizaciones de ninhos.

Em pero, tenemos organizacionais muito interesantes de muitos sonhos atrás que se renovam.

Generacional aumente, e uma delas que mais é se a sustenido, já desde AC, 44 anos, essa organização de ninhos, trabajadores, estás bien, nem desde de tempo de de de os militares, não desde lanho 72 mais ou menos.

E estás.

Estás organizacionais de ninhos, que são os mais interessados nos mais sensíveis à situação que vivemos, com cambio climático se sentem muito responsáveis.

Devar estas agendas de incluir lo dentro disso, diz.

Os interesses de poder na discussão cada vez que se Les invita a eventos y, por outro lado, tenemos las organizaciones indígenas que cada vez mais acompanhadas criou de onde na sociedade civil, porque ele tema de câmbio climático, também atendido como um double.

Não sei como dizer lucro como 2 maneiras de abordá-los.

O que são muitas, mas pelo que observou?

Por um lado houve, né?

Desde, digamos, ele mundo científico ocidental, não que você vai expressar em é em todo Lucas investigação evidências de locamos, ocasionado e planeta, e como se está andando Estudos câmbios é em da vida das pessoas.

EE.

Aí estou.

Celso madam muitos movimentos ecologistas pelo termos outras abordagens que vierem.

Mas, desde lá, as leituras de nós mesmos, povos originários, não.

Deixou desde Los pueblos originários, estão desde donde nós prestamos esta ideia de buen vivir, não este princípio de buen vivir.

E isso que estamos muitos como John, estamos intentando a correr Lowe nos ninhos, ninhos organizados, a sintonizado muito com este princípio de la vida.

É, então se está posto está hablado conversando, não EE também nos encontramos é com todos os movimentos ecologistas, para questioneei, como la defensa de território e a protección de Los bosques.

É ele a gestão de água.

É, então, se eu creio que aí é algo muito bonito, muito interessante.

Quer dizer, se venerando e eles diziam que justamente Una de las delas contra diccionario, que que nos outros mesmos nós terminamos de resolver lá.

Articulação de uma renda que parta de território, não pelo de um território, é vulnerável constantemente vulnerável, não?

É.

Então você dizia, e nos discursos que estão mais em sintonia com la defensa de la Madre Terra, quis como se levanta la consigna desde nos pueblos mesmos, não nos outros, todavia, não como academia, não terminamos, não de compreendê-lo, não de compreendê-lo.

Em toda a sua magnitude e por isso esse que eles dizia nos traz a renda, saber se se se separa, não.

Não deveríamos fazer isso.

Nós falta, todavia, trabalhar mais em uma leitura e uma mirada mais integral, mas sistêmica dele.

Os mundos indígenas, porque aí é só onde estão, digamos, nas possibilidades também de salvar-nos el planeta.

Sofia 49:04

E claro que sim.

Buenos de ou não tenho mais perguntas, Carol.

Ana, querendo perguntar algo mais a não ser os Ana, quer falar algo mais?

Rossana María Mendoza Zapata 49:18

Não, não vai vim escutar la.

Ana Radig Morais 49:23

Eu não tenho nenhuma pergunta adicional, muitas graças.

karol_aureliano 49:31

Ora, hacemos Una relaciona acadêmica bilateral com Brasília é e Peru nueva.

Vamos abrir as portas abertas para todo o que os ténis também necessitam de nos outros.

É assim que possível envia mo la, gravação lá de gravação no os estudos que vão a salindo é, não vamos acelerar isso e.

E tomar essas informações para nos outros não é zona relacional que nasce, é realmente nos outros.

Deverá, se é.

Teremos um apreço muito grande com toler Pueblo de de Peru.

É um gusto, está cá e com nosotras.

Estamos acá com com ustedes

Aí deu a PUC Peru é Sofia que ele querem dar.

Las gracias aí.

Ana também solo, para despedir.

Ana Radig Morais 50:28

Muito obrigada.

Sofia 50: 50

Muchas Gracias, por suas palavras, sou sua disponibilidade.

Rossana María Mendoza Zapata 50:54

Graças a ustedes, por favor, me saluda na Assis pretendido oportunidade de encontrar me Um Par de vezes é agradecer.

sua investigação, e claro que sim, que haja novas oportunidades para dialogar e bem, um abraço grande.

Sofia 51:19

Abraços.

VENEZUELA

Venezuela, oficialmente República Bolivariana da Venezuela, é uma república federal presidencialista com sufrágio para mandato de 6 anos. Suas fronteiras são delimitadas com o Mar do Caribe, com a Colômbia, com o Brasil e com a Guiana. O país é amplamente conhecido por suas vastas reservas de petróleo, pela diversidade ambiental do seu território e por seus recursos naturais.

A Revolução Bolivariana de Hugo Chávez impulsionou a criação da atual Constituição de 1999, que consagrou a existência de cinco poderes: executivo, legislativo, judiciário, cidadão e eleitoral. Durante os 14 anos que governou a Venezuela, foram adotadas políticas sociais muito importantes realocando os lucros do petróleo e de setores estratégicos da economia em benefício do povo.

Com a morte de Chávez em 2013, Nicolás Maduro assume o poder. Em fevereiro de 2014, milhares de venezuelanos protestaram contra o níveis crescentes de violência criminal, inflação e pela escassez crônica de produtos básicos devido às políticas do governo federal. Sendo reeleito em 2018 em uma eleição controversa, não reconhecida pela oposição e por grande parte da comunidade internacional.

Há anos, o país é alvo de sanções e bloqueios impostos pelos EUA e pela Europa. Tendo vivenciado, nas últimas décadas, diversas crises políticas e econômicas, que contribuíram para a deterioração da infraestrutura local e para a emigração da população. E, atualmente, o país enfrenta uma crise socioeconômica e política grave,

com hiperinflação, escassez de produtos básicos, alta criminalidade e censura da imprensa.

Pela primeira vez em sua história republicana, a Venezuela aprovou na Constituição de 1999 direitos específicos aos povos indígenas que vivem no país, formulada por uma Assembleia Nacional Constituinte, integrada inclusive por representantes indígenas. Dedicando o Capítulo VIII aos Direitos dos Povos Indígenas com os arts 119 a 126 e o Capítulo IX aos Direitos Ambientais.

Esse conjunto de direitos constitucionais visa assegurar aos povos originários a demarcação territorial, a identidade étnica, medicina tradicional, saúde integral, propriedade intelectual e participação política. Bem como garantir como um direito e um dever, a proteção do meio ambiente.

Os arts 54, 58 e 78 falam do combate ao Tráfico de crianças e adolescentes e do acesso à informação, sem censura. Os arts 75 e 260 tratam da adoção e jurisdição no âmbito dos povos indígenas.

A Lei Orgânica para a proteção de crianças e adolescentes defende a diversidade étnica dos povos originários e o princípio da não-discriminação nos arts 3 e 36. O direito à saúde e à medicina tradicional aparecem no art 41 e a educação intercultural bilíngue no art 60. As questões de jurisprudência e processuais para crianças e adolescentes indígenas estão destacadas nos arts 179 e 550.

CONSTITUCIÓN		
<u>Lista de menções às palavra-chave:</u>		
<u>Categoria etária:</u> Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes		
<u>Categoria étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.		
Dispositivo Legal	Texto	<u>Palavra-chave:</u> Referência ao direito/dever de/a/ao:

<p>Capítulo VIII</p> <p>Direitos dos Povos Indígenas</p> <p>Art. 119 a 126</p> <p>Cap. IX trata dos Direitos Ambientais</p>	<p>De los Derechos de los pueblos indígenas</p> <p>Artículo 119. El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley.</p> <p>Artículo 120. El aprovechamiento de los recursos naturales en los hábitats indígenas por parte del Estado se hará sin lesionar la integridad cultural, social y económica de los mismos e, igualmente, está sujeto a previa información y consulta a las comunidades indígenas respectivas. Los beneficios de este aprovechamiento por parte de los pueblos indígenas están sujetos a esta Constitución y a la ley.</p> <p>Artículo 121. Los pueblos indígenas tienen derecho a mantener y desarrollar su identidad étnica y cultural, cosmovisión, valores, espiritualidad y sus lugares sagrados y de culto. El Estado fomentará la valoración y difusión de las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas, los cuales tienen derecho a una educación propia y a un régimen educativo de carácter intercultural y bilingüe,</p>	<p><u>Identidad étnica y cultural:</u></p> <p><u>Pluralidade étnica y cultural.</u></p> <p><u>Idioma, Intérprete.</u></p> <p>Identidade étnica e cultural.</p> <p>Reconhecimento da pluralidade étnica e cultural.</p> <p>Direito ao uso do idioma próprio mediante intérprete, perante qualquer autoridade.</p>
---	--	---

	<p>atendiendo a sus particularidades socioculturales, valores y tradiciones.</p> <p>Artículo 122. Los pueblos indígenas tienen derecho a una salud integral que considere sus prácticas y culturas. El Estado reconocerá su medicina tradicional y las terapias complementarias, con sujeción a principios bioéticos.</p> <p>Artículo 123. Los pueblos indígenas tienen derecho a mantener y promover sus propias prácticas económicas basadas en la reciprocidad, la solidaridad y el intercambio; sus actividades productivas tradicionales, su participación en la economía nacional y a definir sus prioridades. Los pueblos indígenas tienen derecho a servicios de formación profesional y a participar en la elaboración, ejecución y gestión de programas específicos de capacitación, servicios de asistencia técnica y financiera que fortalezcan sus actividades económicas en el marco del desarrollo local sustentable. El Estado garantizará a los trabajadores y trabajadoras pertenecientes a los pueblos indígenas el goce de los derechos que confiere la legislación laboral.</p> <p>Artículo 124. Se garantiza y protege la propiedad intelectual colectiva de los conocimientos, tecnologías e innovaciones de los pueblos indígenas. Toda actividad relacionada con los recursos genéticos y los conocimientos asociados a los mismos perseguirán beneficios colectivos. Se prohíbe el registro de patentes sobre estos recursos y conocimientos ancestrales.</p> <p>Artículo 125. Los pueblos indígenas tienen derecho a la participación política. El Estado garantizará la representación indígena en la Asamblea Nacional y en</p>	
--	--	--

	<p>los cuerpos deliberantes de las entidades federales y locales con población indígena, conforme a la ley.</p> <p>Artículo 126. Los pueblos indígenas, como culturas de raíces ancestrales, forman parte de la Nación, del Estado y del pueblo venezolano como único, soberano e indivisible. De conformidad con esta Constitución tienen el deber de salvaguardar la integridad y la soberanía nacional.</p> <p>El término pueblo no podrá interpretarse en esta Constitución en el sentido que se le da en el derecho internacional.</p> <p>Capítulo IX</p> <p>De los Derechos Ambientales</p> <p>Artículo 127. Es un derecho y un deber de cada generación proteger y mantener el ambiente en beneficio de sí misma y del mundo futuro. Toda persona tiene derecho individual y colectivamente a disfrutar de una vida y de un ambiente seguro, sano y ecológicamente equilibrado. El Estado protegerá el ambiente, la diversidad biológica, los recursos genéticos, los procesos ecológicos, los parques nacionales y monumentos naturales y demás áreas de especial importancia ecológica. El genoma de los seres vivos no podrá ser patentado, y la ley que se refiera a los principios bioéticos regulará la materia.</p> <p>Es una obligación fundamental del Estado, con la activa participación de la sociedad, garantizar que la población se desenvuelva en un ambiente libre de contaminación, en donde el aire, el agua, los suelos, las costas, el clima, la capa de ozono, las especies vivas, sean especialmente protegidos, de conformidad con la ley.</p>	
--	---	--

	<p>Artículo 128. El Estado desarrollará una política de ordenación del territorio atendiendo a las realidades ecológicas, geográficas, poblacionales, sociales, culturales, económicas, políticas, de acuerdo con las premisas del desarrollo sustentable, que incluya la información, consulta y participación ciudadana. Una ley orgánica desarrollará los principios y criterios para este ordenamiento.</p> <p>Artículo 129. Todas las actividades susceptibles de generar daños a los ecosistemas deben ser previamente acompañadas de estudios de impacto ambiental y socio cultural. El Estado impedirá la entrada al país de desechos tóxicos y peligrosos, así como la fabricación y uso de armas nucleares, químicas y biológicas. Una ley especial regulará el uso, manejo, transporte y almacenamiento de las sustancias tóxicas y peligrosas.</p> <p>En los contratos que la República celebre con personas naturales o jurídicas, nacionales o extranjeras, o en los permisos que se otorguen, que afecten los recursos naturales, se considerará incluida aun cuando no estuviera expresa, la obligación de conservar el equilibrio ecológico, de permitir el acceso a la tecnología y la transferencia de la misma en condiciones mutuamente convenidas y de restablecer el ambiente a su estado natural si éste resultara alterado, en los términos que fije la ley.</p>	
	<p>Artículo 78. Los niños, niñas y adolescentes son sujetos plenos de derecho y estarán protegidos por la legislación, órganos y tribunales</p>	<p><u>Niño</u> <u>Adolescente</u></p>

<p>Art. 54, 58, 78</p>	<p>especializados, los cuales respetarán, garantizarán y desarrollarán los contenidos de esta Constitución, la Convención sobre los Derechos del Niño y demás tratados internacionales que en esta materia haya suscrito y ratificado la República. El Estado, las familias y la sociedad asegurarán, con prioridad absoluta, protección integral, para lo cual se tomará en cuenta su interés superior en las decisiones y acciones que les conciernan. El Estado promoverá su incorporación progresiva a la ciudadanía activa, y creará un sistema rector nacional para la protección integral de los niños, niñas y adolescentes.</p> <p>Artículo 54. Ninguna persona podrá ser sometida a esclavitud o servidumbre. La trata de personas y, en particular, la de mujeres, niños, niñas y adolescentes en todas sus formas, estará sujeta a las penas previstas en la ley.</p> <p>Artículo 58. La comunicación es libre y plural, y comporta los deberes y responsabilidades que indique la ley. Toda persona tiene derecho a la información oportuna, veraz e imparcial, sin censura, de acuerdo con los principios de esta Constitución, así como a la réplica y rectificación cuando se vea afectada directamente por informaciones inexactas o agraviantes. Los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a recibir información adecuada para su desarrollo integral.</p>	<p>Tráfico de crianças e adolescentes; Acesso à informação, sem censura.</p>
<p>Art. 75</p>	<p>Artículo 75. El Estado protegerá a las familias como asociación natural de la sociedad y como el espacio fundamental para el desarrollo integral de las personas. Las relaciones familiares se basan en la igualdad de derechos y deberes, la solidaridad, el esfuerzo común, la comprensión</p>	<p>Adoção</p>

	<p>mutua y el respeto recíproco entre sus integrantes. El Estado garantizará protección a la madre, al padre o a quienes ejerzan la jefatura de la familia.</p> <p>Los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a vivir, ser criados o criadas y a desarrollarse en el seno de su familia de origen. Cuando ello sea imposible o contrario a su interés superior, tendrán derecho a una familia sustituta, de conformidad con la ley. La adopción tiene efectos similares a la filiación y se establece siempre en beneficio del adoptado o la adoptada, de conformidad con la ley. La adopción internacional es subsidiaria de la nacional.</p>	
Art. 9	<p>Artículo 9. El idioma oficial es el castellano. Los idiomas indígenas también son de uso oficial para los pueblos indígenas y deben ser respetados en todo el territorio de la República, por constituir patrimonio cultural de la Nación y de la humanidad.</p>	Idioma;
Art 260	<p>Artículo 260. Las autoridades legítimas de los pueblos indígenas podrán aplicar en su hábitat instancias de justicia con base en sus tradiciones ancestrales y que sólo afecten a sus integrantes, según sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a esta Constitución, a la ley y al orden público. La ley determinará la forma de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.</p>	<u>Jurisdição</u>

CÓDIGO LEY ORGÁNICA PARA LA PROTECCIÓN DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES		
<u>Lista de menções às palavra-chave:</u> <u>Categoría etária:</u> Niños; Niñas; Adolescentes; Jóvenes <u>Categoría étnica:</u> Étnica; Cultural; Identidade; Indígenas; Pueblos; Pueblos Indígenas; Pueblos Originários; Comunidades Campesinas; Comunidades Nativas; Comunidades Indígena; Lenguas Indígenas.		
Art 3, 36	<p>Artículo 3</p> <p>Principio de igualdad y no discriminación</p> <p>Las disposiciones de esta Ley se aplican por igual a todos los niños, niñas y adolescentes, sin discriminación alguna fundada en motivos de raza, color, sexo, edad, idioma, pensamiento, conciencia, religión, creencias, cultura, opinión política o de otra índole, posición económica, origen social, étnico o nacional, discapacidad, enfermedad, nacimiento o cualquier otra condición de los niños, niñas o adolescentes, de su padre, madre, representante o responsable, o de sus familiares.</p> <p>Artículo 36</p> <p>Derechos culturales de las minorías.</p> <p>Todos los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a tener su propia vida cultural, a profesar y practicar su propia religión o creencias y a emplear su propio idioma, especialmente aquellos pertenecientes a minorías étnicas, religiosas, lingüísticas o indígenas.</p>	Diversidade étnica
	Artículo 41	Saúde

<p>Art 41</p>	<p>Derecho a la salud y a servicios de salud.</p> <p>Todos los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a disfrutar del nivel más alto posible de</p> <p>salud física y mental. Asimismo, tienen derecho a servicios de salud, de carácter gratuito y de</p> <p>la más alta calidad, especialmente para la prevención, tratamiento y rehabilitación de las</p> <p>afecciones a su salud. En el caso de niños, niñas y adolescentes de comunidades y pueblos indígenas debe considerarse la medicina tradicional que contribuya a preservar su salud física y mental.</p>	
<p>Art 60</p>	<p>Artículo 60</p> <p>Educación de niños, niñas y adolescentes indígenas.</p> <p>El Estado debe garantizar a todos los niños, niñas y adolescentes indígenas regímenes,</p> <p>planes y programas de educación intercultural bilingüe que promuevan el respeto y la</p> <p>conservación de su propia vida cultural, el empleo de su propio idioma y el acceso a los</p> <p>conocimientos generados por su propio pueblo o cultura y de otros pueblos indígenas. El</p> <p>Estado debe asegurar recursos financieros suficientes que permitan cumplir con esta obligación.</p>	<p>Educação</p>
	<p>Artículo 179</p> <p>Equipos multidisciplinarios</p>	<p>Idioma</p>

<p>Art 179, 550</p>	<p>Cada Tribunal de Protección de Niños, Niñas y Adolescentes debe contar con un equipo multidisciplinario que se organizará como servicio auxiliar de carácter independiente e imparcial, para brindar al ejercicio de la función jurisdiccional de protección la consideración integral de factores biológicos, psicológicos, sociales y legales necesarios para cada caso, de forma colegiada e interdisciplinaria. Este equipo estará integrado por profesionales de la medicina psiquiátrica, de la psicología, del trabajo social, del derecho y, en las zonas en que sea necesario, de expertos interculturales bilingües en idiomas indígenas.</p> <p>Artículo 550</p> <p>Proceso a indígenas</p> <p>Cuando se trate de adolescentes pertenecientes a pueblos y comunidades indígena, se debe observar, además de las reglas de esta Ley, sus usos y costumbres y se oirá a las autoridades propias, siempre que sea posible su comparecencia.</p>	<p>Jurisdição</p>
---------------------	--	-------------------

- ENTREVISTA

Entrevista 10

Entrevistado: Daniel Rodriguez

00:00:03

Listo, ahí, ahí empezamos a grabar. Daniel estaba hablando que la asociación está desde 2014, quiso ser presidente. Entonces quería saber un poco más cómo es la historia de la asociación, cuáles parceros más importantes en Venezuela, su actuación principal, solo para saber un poco más.

00:00:32

Ok. En Venezuela lastimosamente no hay tantas organizaciones como quisiéramos que atienden el problema de comunidades indígenas. A pesar de que en Venezuela hay más de 51 etnias indígenas y que gran parte del territorio de Venezuela, los dos estados más grandes de Venezuela, que son Bolívar y Amazonas, en su principal ley de población son indígenas, no hay tantas organizaciones que ataquen el problema directamente o que visibilicen tanto el problema. De hecho, nosotros cuando trabajamos con el plan de respuesta humanitaria de la ONU, uno de los problemas que tenía la ONU era que no tenían información suficiente sobre, o estadísticas suficientes de lo que ocurría en Bolívar y Amazonas. En Amazonas inclusive había muy pocas organizaciones, gracias al trabajo que fuimos haciendo, porque se centraron un poco más en ese trabajo. Entonces hay algunas organizaciones que trabajan el tema de derechos humanos e incluyen también a la población indígena. Hay otras que trabajan el tema de salud, pero digamos que de manera global, es decir, trabajan en estados como Bolívar y Amazonas y ocupan también el territorio indígena, pero no se dedican muchas veces al 100 % o exclusivamente a trabajar con comunidades indígenas. Claro.

00:02:02

Y nosotros empezamos a buscar información de Venezuela en su constitución, en el código de los niños, pero no tenía así tanta cosa. ¿Entonces la primera pregunta era hay otras leyes en Venezuela que son específicas para indígenas o para las niñez indígenas que nosotros no podemos dejar de saber?

00:02:30

Digamos que en Venezuela está el marco legal de la constitución como tal, que el presidente Chávez en su momento cuando la creó, incluyó los derechos de las comunidades indígenas, respetar los derechos de las comunidades indígenas, sus tradiciones, sus costumbres, cosa que en gobiernos anteriores no se había realizado. Y

digamos que por otro lado, tienes el marco legal que defiende a los niños, niñas y adolescentes, pero es en un entorno general. Entonces, claro, en ese entorno general también te incluyen niños y niñas adolescentes indígenas, pero no hay un marco legal específicamente para atender niños, niñas y adolescentes indígenas como tal, sino que la ley a ese nivel es amplio. Entonces, en defensa de materia de género y en materia de Defensa del Niño, incluye a todos los niños, ya sean indígenas o no indígenas.

00:03:33

¿Y la norma cómo es para la cosa de la política pública? Entonces, claro, tenemos los derechos, pero es la realidad. Entonces, cosas que querías apuntar que faltan en Venezuela, que además de estar garantizado en la norma, todavía no está en la práctica. ¿Qué te parece?

00:04:06

¿A ver, cuando uno lee la Constitución y cuando lee todo lo que tiene que ver con los lineamientos jurídicos que defienden los derechos de los pueblos indígenas? En principio es muy bonito. De hecho, la constitución, cuando uno la ve desde ese punto de vista, es pionera en su nacimiento, pero en la práctica, digamos que no se defienden a cabalidad. De hecho, los pueblos indígenas tienen una gran lucha justamente porque se defiendan sus derechos. Una de las cosas principales que ellos han tratado de hacer valer y que está estipulada en la constitución y en las leyes, es el derecho a la tierra. Porque la constitución establece que, bueno, los pueblos originarios, como así se coloca en la Constitución, son dueños del territorio en donde se encuentran. ¿Y muchas veces, muchas veces no, los pueblos indígenas dicen si la Constitución dice que yo soy dueño del territorio, por qué no tengo algo que me establece, que me dice a mí que soy dueño de este territorio? Entonces, muchas comunidades están peleando por el tema de la titularidad de los pueblos indígenas.

00:05:24

¿Y hoy, para la niñez indígena, cuáles son las agendas, las prioridades, las demandas más grandes de Venezuela para los niños?

00:05:40

¿El tema del cuidado de los niños en Venezuela a nivel de comunidades indígenas está

muy, muy desasistido, no? Hay casos, por ejemplo, hemos llegado a tener casos o escuchar casos, lamentablemente, en donde los niños a veces son vendidos por una botella de ron, en algunos casos hasta son vendidos en burdeles y en bingos. Ok. Porque las comunidades indígenas no siempre tienen para subsistir, entonces tienen que recurrir a ese mercado. Entonces, una protección que uno pueda decir efectivamente para los niños y las niñas en las comunidades indígenas no la hay. No la hay como tal, ni siquiera en tema de políticas públicas. Hay organizaciones que sí se dedican, por ejemplo, a crear escuelas o llevar asistencia médica, pero como te dije, es una ley de protección del niño, niña y adolescente general, no dedicada exclusivamente al pueblo indígena.

00:06:48

Así es. ¿Luisa, les gustaría saber más de algún punto específico para los niños indígenas para pasar más a la cosa política? ¿Les parece que está bien?

00:07:02

Sí, claro. Daniel, toca un problema de conexión. ¿Luisa, quieres empezar?

00:07:09

¿Sí, puedo hacer unas preguntas? Preguntas. ¿Siguiendo a lo que dijo Carol y a lo que te comentas, tú crees entonces, Daniel, que la infancia indígena se encuentra en una situación peor que la infancia en general en Venezuela?

00:07:30

Sí, totalmente. De hecho, por ejemplo, nosotros en proyectos médicos que hemos realizado en comunidades indígenas, llevábamos a especialistas, pediatras, ginecólogos, internistas, y por ejemplo, los pediatras se horrorizaban o quedaban muy impactados por el nivel de salud que tenían los niños indígenas. Alrededor de un 90 o 95 % de la población infantil indígena sufría de desnutrición, casos graves de parasitosis. Los médicos, yo conversaba con ellos, me decía Mira, es normal que un niño bueno pueda tener parásitos, es normal que en determinadas poblaciones los niños puedan tener casos de desnutrición, pero no, un 90, 95 % de todo un sector que estuvimos atendiendo en ese momento sufría casos de desnutrición severa. Entonces para ellos era muy alarmante ese bueno, es que el tema de la alimentación, el desarrollo de los niños no estaba

asistido.

00:08:43

¿Y Daniel, esto siguiendo, esto se encuentra en toda Venezuela o en áreas que están más próximas a la frontera de Brasil o están más próximas de Mérida? ¿Dónde se encuentra una situación general?

00:08:59

Mira, yo te puedo hablar desde los estados en los cuales trabajamos, que es Bolívar y Amazonas, en donde se presenta esa situación. ¿Ahora, si uno lo lleva a otra realidad, a veces tú dices bueno, si en los dos estados más grandes del país se presenta esta situación, que queda para otros estados? Hay otros estados inclusive que están peor de lo que pueden estar Bolívar y Amazonas. Por ejemplo, el caso de Delta Mercurio, si usted estuvo en Venezuela debe haber escuchado en el Kamakura la situación del pueblo guarao es peor de la que pueden tener los pemones, de lo que pueden tener los yekuana, de los que pueden tener los sanema, de los que pueden tener los Ibis, en fin.

00:09:44

Entonces iba a preguntarte Exacto eso de los guaraní, pero mira Daniel, no es que en Brasil sea bueno, sabes que como pasamos ahí la situación de los enviando mames al inicio del gobierno de Lula, que sí, que se descubrió todo, ya venía más de cuatro años, situación insostenible que estaba pasando ellos y de la desnutrición y todo era horrible, horrible. No es que aquí sean peores, que tenemos por obligación de preguntar que esto no, que no es que por aquí sea mejor, no, no voy a decir esto así. En Baturoso ocurren cosas terribles con las niñas. Acaba de pasar algo nuevamente en Para, entonces ahí no es. No, no, solo para. Tenemos una comprensión mejor. ¿Solo la última pregunta que le gustaría, bueno, vamos a seguir hablando, pero quiénes son sus principales aliados en este proceso? ¿Daniel, aquí las las organizaciones que están trabajando con los indígenas, quiénes son los principales aliados?

00:10:59

¿A quién ustedes buscan para expandir la capacidad o atender situaciones de emergencia? ¿Cómo procesan esto el estado, otras organizaciones? ¿Cómo hacen ustedes? Nosotros mismos.

00:11:14

¿Ustedes mismos ahí? Nosotros mismos a pulso. Muchas veces cuando organizamos misiones médicas o jornadas médicas, tenemos una red de contactos de otras fundaciones que por ejemplo, pueden donar medicamentos, nos pueden donar insumos médicos, pero de que nosotros vamos como comunidad y.

00:12:02

Daniel, la Internet, la Internet se fue. Se está rompiendo tu voz.

00:12:11

Por tu voz hasta pensé que puse conmigo solamente porque estoy con Internet muy mala. Estás trabado. Vamos a sacar el imagen.

00:12:41

Sigue malo Daniel, sigue con cortar un poquito mejor.

00:12:49

Ahora sí, ahora sí.

00:12:52

Un poquito mejor. ¿Cuando nosotros vamos a las vamos solo.

00:13:05

Incluso es un papel de ustedes, no?

00:13:13

Sí, hablamos, por ejemplo, con la aviación para que nos preste la colaboración y poder llegar a estas comunidades. ¿Se hace un acuerdo, no? Todo está en buena situación. Una de las toneladas de medicinas otro.

00:14:13

Si hay momentos que te escuchamos bien, hay después ya se corta nuevamente. ¿Me escuchan, gente?

00:14:23

Sí, sí, estamos escuchando, Carol. ¿Y en realidad está difícil la comprensión de la comunicación debido a estos cortes, pero solo Daniel se me escucha? Decirte que ingresó acá con nosotros al sineide y es una indígena estudiante de relaciones internacionales en la Universidad de Brasilia, del pueblo Peratapuya aus. Empezamos con una conexión muy buena y después fue peorando. La mía ya está mala desde el principio. Pero si conseguimos Daniel después de las preguntas de Carol, de Luisa, tal vez ya tengo una pregunta y vamos a intentar una vez más. Daniel, hablaste un poco de los warao y para nosotros es muy importante conocer más cómo en Venezuela están, tanto en la configuración de la realidad de este pueblo, porque es el pueblo indígena que tiene más cantidad de población en Brasil de migrantes y refugiados. Entonces es un poco conocer contigo qué tipo de configuración, de qué tipo de apoyo ellos tienen o no tienen en Venezuela.

00:15:40

Tal vez en este estado, este que platica hace ahora tu vaquero, pero conocer un poco más de este tipo de asistencia que han tenido en Venezuela o no. ¿Y bueno, y así saber más desde dentro, no? Porque en Brasil sabemos desde fuera, sabemos lo que viene para acá y lo que platican y las situaciones que vivieron y que ahora intentan cambiar en Brasil. Pero conocer más contigo esta situación del pueblo arau y cómo evalúas este.

00:16:19

Tipo.

00:16:20

De apoyo que el estado está proporcionando o no está proporcionando.

00:16:28

Intentaremos bueno, te comento.

00:16:53

Desafortunadamente no estamos escuchando nada. Una lástima. Déjame volver acá. Carol sí.

00:17:06

No sé si Daniel quiere intentar moverse en su casa para tener una conexión más.

00:17:12

Carol sí, puede ser, puede ser. No sé si es posible. O cambiar el wifi, si es posible también. Ya sé, ya sé. Bueno, no es bueno, pero puede ser una alternativa. Vamos para el Google Meet. Perdemos la grabación, pero mantenemos la posibilidad de del diálogo.

00:17:54

Ok, por Google Meet.

00:17:59

Google Meet tiene una transferencia de datos menores y así tal vez sea más adecuado. ¿Estoy creando ya salimos? No, no, todavía no. Voy a enviar por acá el enlace y entonces pueden cambiar después. Pero aguarde un tantito.

00:18:31

¿Ahora me escuchan?

00:18:33

Si, te escuchamos bien.

00:18:35

¿Escucha mejor así?

00:18:38

Sí.

00:18:38

¿Qué pasó?

00:18:39

No, no, no, es que me cambié de un Internet a otro. Si hay un poquito más de velocidad,

si quiere entonces mejor continuamos por acá.

00:18:53

Aprovechando de que ya hay mejor.

00:18:56

Bueno, vale, vale, perfecto. Entonces, bueno, contestando a tu pregunta, el tema de los guaraos aquí en Venezuela, inclusive para muchas comunidades indígenas, son una especie de paria o de, vamos a usar mal un término, pero de plaga. Lo ven como un pueblo que es casi que invasor, lo desdeñan mucho y han pasado a migrar a otros estados. Entonces lo están viendo ya como un tipo de problema migratorio dentro de Venezuela y dentro de las comunidades indígenas. Ok. Hay organizaciones que han tratado de ayudar al pueblo guarao, de hecho nosotros somos una, aunque nuestro trabajo principal es con Bolívar y Amazonas. Pero, por ejemplo, tratan de comercializar su artesanía, tratan de organizaciones como Escuelas Nilo, tratan de brindar la asistencia educativa a estas comunidades. Entonces pero el pueblo guarao a nivel de Venezuela es uno de los que está en peor condición, tanto de salud, económica, social.

00:20:17

El tema del Delta Macuro, el problema de la basura, por ejemplo, en Delta Macuro hay comunidades enteras que la basura simplemente no te permite ver más allá de o sea, no puedes ver el fondo del río, aunque no es del Tamacuro. Nosotros hace tiempo estuvimos en una comunidad indígena en Maracaibo, con el wayúu, y allí en las comunidades hay palafitos, son casas que están construidas sobre el agua. Y nos impresionó mucho, por ejemplo, llegar a una comunidad en donde desde la orilla de la playa hasta adentro habían alrededor de unos 10 a 15 m de plástico y la profundidad, o sea, usted se paraba en el plástico y llegaba fácilmente a 1 m de profundidad de plástico. Entonces no veías, o sea, eso es lo que estaba en la orilla, si veías mar adentro, agua adentro, no lograbas verlo, simplemente veías el plástico moverse. Y conversamos con uno de los capitanes de las comunidades y le preguntamos si ellos nunca habían intentado limpiar la zona, limpiar las playas. Me dijo una vez lo intentamos, la comunidad entera, todos nos levantamos a las 4:00 a.m. y empezamos a limpiar. Sacaron toneladas de plástico y de basura.

00:21:38

Terminaron a eso de las 5:00 p.m. y bueno, hicieron una gran fiesta, una sopa para todos comer y celebrar que habían dejado su sector limpio. Y me dicen nos sorprendió que cuando nos fuimos a acostar a la mañana siguiente, la misma cantidad de plástico habíamos recogido. Estaba otra vez en la orilla de la playa, porque el mar había traído todo de vuelta. O sea, aunque ellos se habían llevado el plástico, pero el mar volvió a traer más plástico a la orilla. ¿Entonces dijeron para qué vamos a seguir trabajando si el mar nos va a traer esto? Eso por poner un ejemplo que está en Maracaibo y que está en Delta Macuro. El tema por ejemplo de la malaria o del paludismo o de enfermedades de transmisión sexual que hay en Delta Mercurio es muy, muy fuerte.

00:22:24

Entonces, lamentablemente no hay tantas organizaciones que puedan llegar, que den tanta asistencia como nos gustaría. De hecho, nosotros en Fundación Nativo siempre hemos dicho que el objetivo de nuestra fundación o que a mí me gustaría algún día dejar de existir como fundación, porque mi objetivo es poder ayudar a las comunidades indígenas a que tengan una mejor calidad de vida. En el momento en que yo como organización lo logre, pues bueno, ya mi razón de ser deja de existir, habré cumplido con mi trabajo, con mi misión y fundación nativo morirá. Y ese es mi objetivo, algún día llegar a ese punto. Pero es un trabajo difícil en un país tan grande y con tantas necesidades.

00:23:13

¿Y Daniel na Chivo tiene algún apoyo internacional de alguna organización u otros países? ¿Cómo se relacionó internacionalmente?

00:23:29

Nosotros, por ejemplo, formamos parte de una red llamada International Land Coalition, que tiene presencia en Latinoamérica, en Brasil, en Colombia, en Perú y que justamente vela, por ejemplo, por los intereses de las comunidades de la tierra y sobre la territorialidad y la defensa de la tierra como tal, no vela por los intereses de las comunidades indígenas y sus derechos en cuanto a la defensa y la ordenanza de la tierra. No hay tantas organizaciones internacionales con las que trabajamos. En un principio, cuando estábamos trabajando con el plan de respuesta humanitaria acá en la ONU,

habían múltiples organizaciones internacionales que estaban interesadas en el trabajo. ¿Qué sucedía? La mayoría de las organizaciones buscaba información estadística y nosotros aportábamos esos datos, pero nos empezamos a dar cuenta de que muchas de esas organizaciones internacionales utilizaban, nos utilizaban es el término, nos utilizaban para recaudar esa información para sus donantes, implementar proyectos en ocasiones en otros lugares. O sea, yo nos pedía una información determinada para Bolívar y utilizaban esa información para implementarla en Anxoateguar. Entonces cuando nosotros por ejemplo, decíamos bien, tenemos esta problemática con el pueblo común, queremos hacer esta determinada misión médica, queremos enviar medicinas a tal sitio o anti malarico o atacar determinado problema, siempre nos decían bueno, pero es que tenemos había un proceso burocrático muy grande y lo que nos dábamos cuenta es que usaban nuestra fundación como enlace para obtener información, conseguir donaciones o apoyo de sus donantes, pero nosotros como organización nos dejaban de lado. Entonces cuando decíamos bueno, llegó un punto en donde yo dije mira, si quieres no me des recursos, no importa, a ese nivel no me importa, yo te abro las puertas, porque nosotros nos especializamos es en trabajar con comunidades aisladas y de difícil acceso.

00:25:52

En Venezuela, si tú vas por ejemplo por el estado Bolívar, que es uno de los más grandes, a lo largo de la carretera hay lo que nosotros llamamos comunidades de eje carretera, es decir, comunidades que puedes encontrar a lo largo de la carretera y que mal que bien, digamos, tiene un acceso a un medio de comunicación que puede ser la propia carretera, un acceso a la salud que puede ser un ambulatorio que puede estar a dos, 5,10 km cercano, en fin, mal que bien dentro de su geografía cuentan con algunos recursos. Nosotros nos especializamos en comunidades, y te comento, la comunidad más cercana con la que yo trabajo está a cuatro días de viaje ida, cuatro días de viaje regreso. Eso me implica que nada más el ida y vuelta para yo llegar a una comunidad es una semana. Pero son las comunidades más desasistidas. Entonces yo me aboco en llevar médicos allá, llevar comida allá, hacer todo, inclusive enseñarles a que los medios que tienen de vida son mejores, son más sustentables de los que nosotros como occidente, digo occidente porque bueno, nosotros les hemos vendido muchas veces que tener un teléfono celular, una camisa, ropa o ropa de marca es mejor que lo que ellos conocen. Entonces cuando acostumbramos a las comunidades a eso, cuando por ejemplo les

vendemos o le llevamos arroz, pasta, cualquiera de estos productos procesados a una comunidad, llega un momento en donde la comunidad se acostumbra a tener el arroz, la pasta, el pollo, todo como si fuese un supermercado acá. ¿Pero qué pasa cuando esa avioneta en ese momento que lleva esa comida hasta allá? Porque las comunidades con las que trabajamos, la manera en la que se puede llegar es o por avioneta o por río.

00:27:46

Entonces cuando una avioneta es la que te hace de delivery, cuando esa avioneta ya no te puede llegar, la comunidad se muere de hambre, porque dice no tengo el arroz, no tengo la pasta, no tengo el azúcar, no tengo el pollo con que me alimento. Dejan de cazar, dejan de practicar o dejan de tomar sus prácticas ancestrales que es la caza, la pesca, la recolección y muchas comunidades mueren de hambre porque dicen no sabemos qué comer. Entonces parte del trabajo que nosotros también hacemos y que nos dimos cuenta cuando dice el tema de apoyo a instituciones internacionales, yo les decía, por ejemplo, querían repartir kits de higiene y de salud, entonces yo ok, perfecto, si hay problema en que tú me dejes el kit a mí, porque dentro de tu organización necesitas tu entregarlo, no hay ningún problema, yo te abro las puertas, yo te llevo hasta la comunidad, tú simplemente costea el gasto del combustible o habla con la fuerza aérea para que te lleve. ¿Porque qué pasa? Las comunidades con las que trabajamos, si tú no eres bienvenido, o sea, si la comunidad no sabe que tú vas allá, si no hay un previo contacto con sus capitanes, con sus líderes puede llegar una avioneta cargada de insumos, cargada de kit de salud y si la comunidad no está de acuerdo, esa avioneta con la misma se tiene que devolver. Nos pasó en una ocasión que fuimos a una comunidad, no sabíamos, íbamos de la mano del capitán, el capitán no estaba haciendo bien en ese trabajo en ese momento y la comunidad nos asoció con el capitán y aunque íbamos a llevar ayuda, nos dijeron ahí está el río, devuélvase por el otro lado, aunque íbamos a llevar ayuda, pero íbamos de la mano del capitán que no estaba haciendo bien ese trabajo. Al año siguiente cambiaron de capitán, que hicieron elecciones, cambiaron de capitán y volvimos a ir esa comunidad con de la mano de un nuevo capitán y el recibimiento fue completamente distinto. Entonces nosotros no somos una comunidad asistencialista, es decir, yo no llego a una comunidad que no se me ha llamado previamente.

00:29:55

Yo por eso tengo coordinadores de área tanto en Bolívar y en Amazonas que me permiten o me introducen a mí dentro de la comunidad, porque si yo llego una comunidad de buenas a primeras corro el riesgo de que me digan yo aquí no te he llamado o peor aún, llego a una comunidad, gasto en avioneta, gasto en combustible y cuando llego allí me encuentro con que toda la comunidad por ejemplo, se fue al conuco a sacar yuca y para ir a un conuco son alrededor de dos o tres días que la comunidad tiene que dejar su núcleo e ir hasta el conuco. Entonces puede encontrarme en una comunidad que llegue y no hay nadie, porque es que todos se fueron a pescar o al conuco o están fuertes. Yo tengo que tener una logística 1 organización muy grande para yo poder trabajar en las comunidades y ser recibido. Entonces a nivel internacional muchas organizaciones incluso nos dejaban en vistos o nos ignoraban, aun cuando yo les decía no me des el kit, yo te abro las puertas de la comunidad, pero por favor ayúdalos. ¿Entonces ese proyecto se quedaba allí congelado porque no querían, o sea, querían que yo les diera toda la información, pero no querían que nosotros fuésemos sus embajadores, por así decirlo.

00:31:10

No? ¿Claro, por supuesto, y muy fuerte lo que hablas, organismos internacionales tienen esa costumbre no? De agarrar autos para ellos, hablar por nosotros, mujeres en demandas específicas de decisión, entonces claro, es muy importante tener esa relación, saber lo que ellos hacen, pero con esa limitante. Acá en Brasil lo mismo, es muy lindo lo que hago profesora.

00:31:45

Sí, hola Carol. Solo decirte Daniel que un poco también de nuestro interés de hacer este contacto y promover este diálogo actual es que bueno, estamos ya haciendo un recorrido ya de otros locales que países que hemos trabajado también este contacto y también de diálogo ya con Perú, con Colombia, con Ecuador, con México, ahora con Venezuela y vamos a cerrar con Bolivia aún esta semana. Un poco para nosotros también, no solamente esta cuestión de comprender cómo están los derechos de niñas, niños y adolescentes, comprender cómo son las configuraciones, los conflictos, dificultades, contradicciones, los avances, lo que ha avanzado, pero estos países también nos interesa que tengamos la condición de proponer una construcción de una red latinoamericana que pueda trabajar de una manera articulada en apoyos también mutuos sobre la

temática de la niñez indígena. Y esto para nosotros es muy importante, no solamente está, bueno, vamos a hacer un relatorio, poner ahí un diagnóstico de esta situación, de los países que están participando, pero para allá de esto nos interesa muchísimo que tengamos condiciones de mantener esta articulación y proponer algo más institucional que nos dé condiciones de trabajar juntos. Y pensar también cómo de Venezuela se puede construir subcidios para Brasil y también de Brasil para Venezuela, de Perú o cosas que ya pasan que son interesantes, bueno, conflictos comunes entre los países en la garantía de los derechos para la niñez indígena. Entonces estamos en este proceso de asumir un compromiso de largo plazo para que tengamos condiciones de trabajar juntos, porque bueno, tenemos muchas cosas semejantes, seguramente tenemos cosas distintas a una crisis económica en Venezuela que ya está mucho tiempo, es muy, muy grave, pero sin duda que tenemos condiciones de construir algo que tenga una duración interesante, de proponer acciones de apoyo a los niños, niños indígenas, pero sobre todo de articulación y construcción de una alianza entre las organizaciones que ahora estamos empezando este proceso. Entonces en cada país alrededor de una a tres organizaciones que estamos contactando para empezar este proceso de una articulación para que tenga condiciones de tal vez pensar en el momento en un plan de trabajo para construir acciones en conjunto. Entonces decirte que es una primera conversación en que como ya practicó Carol, ya estamos en proceso de investigación también de documentos de la Constitución, del Código de Infancia, otros documentos que son interesantes, pero más allá de esto, seguramente este contacto contigo tiene un interés también de mantener una articulación para otros momentos.

00:35:17

Entonces es un poco también invitarte para con nosotros participar de estos otros espacios o este otro espacio más, más continuado que esperamos crear aún este año, para incluso proponer o ejemplo, algunos eventos en que tengamos condiciones de juntar a las personas y trabajar cuestiones que cada grupo, cada organización está haciendo en su territorio de actuación. Un poco también este intercambio de experiencias que es muy importante, que vemos por ejemplo, que en el tema de la infancia, la niñez indígena, no hay todavía una articulación de este tipo en América Latina. Ya conocemos articulaciones, por ejemplo de etnia, que es de mujeres indígenas, de la red de juventud indígena de América Latina y Caribe, entonces la temática de juventud también tiene una fuerte articulación regional, pero en la temática de la niñez,

estamos un poco deficitarios de este proceso de articulación y ojalá sea este un proceso que posibilite construir este punto de contacto permanente. Entonces decirte esto ya invitarte caso sea posible para tengamos condiciones del próximo momento es seguramente vamos a enviar el diagnóstico, el robatorio para que puedas conocer, vamos a enviar también la autorización de utilización de esta entrevista que estás dando, pero más allá de esto, enviar también este compromiso, continuar este compromiso de mantener este proceso de articulación, porque a nosotros nos interesa muchísimo este apoyo tanto para Venezuela como también las contribuciones que desde Venezuela sea posible tener para nuestro país, en nuestros países que están también con nosotros y otros más que van a asomar con nosotros seguramente para la continuación de esta de esta investigación y articulación que ocurre simultáneamente. No tengo más de ninguna pregunta, solo decirte esto y más que una pregunta, una invitación, entonces un poco dejar la puerta abierta para otras posibilidades de acción conjuntas, es esto que para mí es importante en este momento en que estamos abriendo este contacto contigo y tu organización, que es muy importante y por favor se tenga ahí. No sé si Karol ya tiene un sitio de tu organización con donde sea posible obtener otros datos. Bueno, Carol tener, pero yo no tengo, entonces Caro después pasa para nosotros todo bien y Caro si tiene más preguntas, oca Luisa, no sé si Karen también, todo quería decir esto para ti Daniel.

00:38:05

Gracias.

00:38:07

Bueno, eso yo hablé desde el primer momento con Daniel, cuando yo vi el perfil más o menos de la asociación, lo que hacen, lo tanto que les gusta para hacer su trabajo, entonces contar con nosotros, ustedes no están solos, estamos todos con Venezuela en ese momento también hay de política, quería solo escuchar un poquito más de Daniel, de la esperanza política para Venezuela. ¿Entonces ahora te parece que hay así posibilidades positivas para la niñez indígena en su país? Solo para cerrar con pensamientos ahí para el futuro.

00:38:57

Bueno, a ver, nosotros siempre estamos con las puertas abiertas, la esperanza como dice refrán, es lo último que se pierde, siempre estamos tocando puertas, siempre estamos a

la expectativa de ver de qué manera se puede mejorar la calidad de vida de las comunidades indígenas, del niño, de las niñas y de los adolescentes. Entonces nosotros no nos rendimos, estamos aquí, vamos a seguir estando y esperamos que en algún momento esta situación pueda mejorar y vamos a seguir prestando nuestro granito de arena, apoyando a las comunidades desde nuestros espacios, haciendo lo mejor que podemos y bueno, tratando siempre de que existan más organizaciones como como la nuestra que pueda ayudarnos, porque decir que somos una de las pocas organizaciones, a mí me gustaría que en Venezuela hubiesen más organizaciones que pudiesen hacer este trabajo, que pudiesen ayudar a las comunidades indígenas, porque también nos restaría trabajo, podríamos llevar esa carga un poco mejor. Pero bueno, aunque sea que hayan organizaciones que aunque su objetivo no sea principalmente de las comunidades indígenas, sí puedan prestarnos el apoyo. Yo creo que en materia gubernamental o en estado, es un pendiente que está allí por parte de la legislación, ponerle la lupa a este tema, no solamente a las comunidades indígenas, sino a lo que está ocurriendo allí, al arco minero, a la situación de derechos humanos, a los derechos de los niños y de las niñas como tal. Entonces yo creo que es un pendiente que se tiene que trabajar. Nosotros ahí siempre estamos a la disposición de poder dar información a organismos, instituciones, que sepamos que de verdad van a hacer algo, que de verdad nos van a apoyar o que ni siquiera que nos vayan a apoyar a nosotros, porque para nosotros es transparente. Si yo te doy, o sea, si tú me solicitas información porque quieres ayudar a las comunidades indígenas y directamente no me quieres ayudar a mí como organización, sino que con información vas a ayudar a las comunidades, para mí es transparente. Lo importante es que el trabajo se haga.

00:41:22

Nosotros no buscamos un papel protagónico de ir ahí con la banderita de la fundación. Para mí lo importante es que se ayuden a las comunidades indígenas, indistintamente de la bandera que se lleve, sea nativo, sea ONU, sea Unicef, la bandera que sea, con tal de que se haga el trabajo, para mí es transparente que se haga. Lo que a nosotros realmente nos importa, lo que a nosotros realmente nos vale es que las comunidades indígenas puedan mejorar su calidad de vida. No me importa. De hecho, yo cuando voy a las comunidades indígenas no llevo nada que diga Fundación nativo, cuando muchas veces me llevo una gorra y es por el tema del sol, pero no voy con la banderita de Fundación nativo. Ya la gente ya en las comunidades nos conocen, me conocen a mí, conocen a

nuestro equipo, entonces no tienes que ir con una bandera, con un color, con una imagen para que te relacionen y te asocian con que bueno, estas medicinas o esta ayuda me la está dando esta organización, para mí es transparente la organización que vaya, para mí realmente no nos importa, lo que me importa es la ayuda, porque tampoco quiero que la gente se quede simplemente con la imagen de que el día de mañana Fundación Nativo fue los únicos que nos ayudaron o son los que están aquí. No, el día de mañana si hay otra organización que a través de Fundación Nativo puede llegar, perfecto, para mí, de verdad, sin ningún inconveniente, sin ningún problema.

00:42:57

Así. ¿Ana Carol, puedo hacerte a Daniel una pregunta más? Daniel, me quedé muy impresionada con su información sobre los varados del tiempo que estuvo allá, y para decirte que estuvo con la ONU ahí en Venezuela, perdona por esta mala impresión que está dejando la ONU. Y yo incluso abrí una oficina pequeñita cuando estaba terminando mi termo con onno mujeres, abrimos una oficina pequeñita en Venezuela, estábamos tratando de llevar algo allá para para apoyar lo que estaba pasando en este momento, pero luego me retiré, me jubilé y no, no sé cómo está el trabajo hoy, pero espero que no estén haciendo una mala, una mala figura. ¿Pero para preguntarte sobre los varones, los varones, al tiempo que estuve en Venezuela, nosotros los teníamos como un pueblo muy, como se dice, como se dice, una una nación muy, como se dice, muy orgullosa, pero en el buen sentido, muy cómo se dice eso? En de su propia existencia, de sus tradiciones y también muy concentrada cerca de Maracaibo, no así en la región al norte de Venezuela. Y tú me dijiste que están bajando, están migrando dentro de Venezuela y son los que más están llegando a Brasil. Es impresionante esto.

00:44:34

Impresionante. Los varaos tienen la tradición de ser un pueblo muy, como se dice, muy bravos, se dice así, muy fuertes. ¿Y verdad? ¿Sí, son fuertes, confrontan, no? Y están bajando. Y quisiera saber un poco más por qué hay esta mística alrededor de ellos, porque son así como que rejetado, así estigmatizados por otros. ¿Por qué tiene este sentimiento en contra de los varados? Yo creo que para nosotros es importante.

00:45:16

A ver, quizás porque a ver, las comunidades indígenas, los pueblos indígenas, cada uno

tiene su territorio. Ok. Al igual como Brasil, Venezuela, Colombia, Perú. Y aunque muchas veces los territorios de los pueblos indígenas no tienen frontera, no hay no hay una frontera, como podemos decir, llego a Santa Elena de Guairén y es la frontera con Brasil, sino que, por ejemplo, en el caso de los yanomamis, Venezuela tiene yanomames y Brasil también, entonces puede Exacto. No hay una frontera política. Entonces los yanomamis de Brasil pueden pasar a Venezuela y los de Venezuela pueden pasar a Brasil sin ningún inconveniente. Pueden haber algunas diferencias y pasan. Exacto, pasa.

00:46:07

Pero cuando están cuando se refiere a comunidades indígenas dentro de Venezuela, cada etnia tiene su característica, cada etnia defiende su cultura, sus tradiciones y su territorio por encima de cualquier cosa. Entonces, cuando uno trata con las comunidades indígenas, con las etnias, se da cuenta de estos matices que tienen cada una. Por ejemplo, los pemones tienen un sentido de la pertenencia de la tierra muy fuerte y son el pueblo que es capaz de decirte Yo doy mi vida y doy mi sangre por defender la tierra en donde yo nací. Y lo hacen. O sea, hemos llegado a ser testigos de la fuerza con las que pemones pueden defender su tierra. Los yekuana, que aunque están en el mismo estado, están un poco más arriba, defienden igual su tierra, pero tienen costumbres distintas. Entonces, quizás cuando llega una etnia distinta y atraviesa un pueblo, un sector o una etnia indígena y quiere, quizás por su característica propia, por su manera de ser, imponer algo o tratar de doblegar a otra etnia porque yo estoy aquí, es donde hay el choque. Porque, por ejemplo, cuando le dices a los Mira, este, yo voy a colocar aquí mi chinchorro y voy a construir aquí mi casa.

00:47:35

Hay etnias que te dicen la tierra es de todos. Los hibis, por ejemplo, te dice la tierra es de todos y al mismo tiempo no es de nadie. Tú puedes llegar a un territorio heebie y tú puedes colocar tu chinchorro, tú puedes hacer tu casa, siempre y cuando tú pidas permiso. Si tú pides permiso en el territorio Egipto y dices mira, yo puedo colocar aquí mi casa, puedo construir aquí, ellos te van a dar el permiso, porque la tierra tanto es de ellos, pero al mismo tiempo no lo es. Entonces es como Vale, perfecto. Ahora, si tú te colocas de buenas a primeras y tú dices aquí estoy, yo me pongo, ahí es donde hay el conflicto. Entonces, lo que puede ocurrir muchas veces es que el pueblo guarao, por su

naturaleza, por supuesto, carácter fuerte, cuando trata de establecerse en algún otro territorio que no sea el de ellos y trate de imponerse, va a generar esa rencilla, va a generar ese conflicto entre las comunidades.

00:48:31

Sí, porque la característica de ellos sí, sí. Ay, Daniel, qué sufrimiento que uno siente con esta experiencia tuya. Qué pena que siento tanta. ¿Me quedo muy apenada con todo este protagonismo así tan, tan, tan, tan falso, no? De otros organismos de Naciones Unidas y de otros organismos internacionales. Quisiera mucho que todos estuvieran apoyando las organizaciones de base. Y puede creerte que no son todos de la ONU, que son así.

00:49:10

Por lo menos yo espero que mi.

00:49:12

Trabajo no haya dado esta impresión.

00:49:16

No, no, no, a ver.

00:49:20

Yo comprendo lo que estás diciendo porque se hay de muchos amigos y otras organizaciones que son así, no se preocupen.

00:49:30

A ver, Luisa, hay partes buenas como también hay partes malas. ¿Quizás cuál es el problema acá? Que cuando hay organizaciones tan grandes, o sea, cuando estamos hablando de una organización como la ONU, las Naciones Unidas, que tiene bajo su falda a organizaciones que son igual de grandes, International Medical Corps, UNICEF y demás agencias internacionales que tienen protocolos muy grandes a la hora de actuar en determinada región, esos protocolos están muy bien, pero cuando esos protocolos no siempre se adaptan a una realidad y a un tiempo determinado. Entonces, cuando hay un protocolo muy grande donde la organización te dice bueno, pero es que para poder llevar asistencia médica o kits de higiene a determinada población se tiene que hacer un

censo previamente. Luego que se hace el censo, se tiene que evaluar cuál, cuáles son los elementos que lleva el kit, y entonces se tiene que hacer un presupuesto por cada elemento del kit. Entonces, bueno, se tiene primero que organizar cuál es el kit que se va a hacer, qué va a llevar el kit, chinchorro, lámpara, tabletas potabilizadoras. Entonces después de que se arma el kit completo, por poner un ejemplo, ok, entonces ahora se tiene que hacer un presupuesto por cada cosa, evaluar dónde se consigue el chinchorro más barato, entonces hay que buscar tres o cuatro cotizaciones, o sea, es todo un protocolo. ¿Entonces, qué pasa cuando finalmente se termina todo ese proceso para tener el kit de higiene final?

00:51:14

¿Pues ya tienes 40, 50,60 personas que se han muerto, no? Entonces uno se queda como el tiempo que estamos perdiendo entre discutir cuál chinchorro es mejor o cuál linterna es mejor, hay vidas que están esperando, por eso no tenemos ese tiempo. Entonces uno como una organización más pequeña, digamos que es más fácil uno siendo una organización pequeña, moverse y actuar de manera rápida. Y al no tener esos protocolos tan grandes, yo me permito, yo me puedo sentar con un capitán de una comunidad y el capitán de la comunidad me puede decir a mí cuáles son sus problemas, o la mujer o la partera de la comunidad me puede decir a mí cuáles son sus problemas, porque ya es un trato más humano, ya es un trato que yo tengo la trazabilidad de todas las comunidades. Pero cuando hay un protocolo muy grande, deshumanizas ese trato, deshumanizas esa ayuda y pasas a ser un toma, dame, firma me aquí. Es un control, se sabe que todas las organizaciones lo tienen que tener, pero cuando se está tratando de salvar vidas, esos protocolos tan largos, tan extendidos en el tiempo pueden perjudicar muchas veces. Entonces cuando quieren utilizar organizaciones más pequeñas, perfecto, yo te puedo dar toda la plataforma, yo te puedo abrir las puertas, tú me dices mira Daniel, quiero llevar 20 toneladas de medicina, quiero montar 10 ambulatorios en las comunidades, perfecto, yo hago un par de llamadas y en un mes lo podemos hacer. Pero si hacer eso en una organización más grande toma dos años, pues ahí el plan de respuesta humanitaria y asistencia médica tiene un fallo, porque en dos años se me van a morir más personas que en un mes.

00:53:08

Comprendo y estoy de acuerdo, perfecto, pero no quiere decir que todas las

organizaciones son malas, nosotros trabajamos muy buenas, pero hay otras que es como Mira, tu nivel de burocracia es tan grande que si voy a trabajar contigo se me va a ser mucho más difícil el trabajo. Y aparte, una cosa es que yo trabaje con una organización y otra cosa es que trabaje para una organización. Entonces muchas veces las organizaciones dicen si queremos trabajar juntos, perfecto, trabajamos juntos, yo trabajo contigo y no para ti. Pero entonces, cuando quieren intercambiar los papeles, es decir, imponerme determinadas cosas, ahí es donde entramos en conflicto, porque una vez más, yo trabajo contigo, trabajamos juntos, pero usted no es mi jefe. Y si usted quiere entrar a una comunidad en donde para entrar es muy difícil, y no digo difícil por el acceso, puede tomarte una semana, puede tomarte cuatro días, puede tomarte media hora, pero ganarte la confianza de la comunidad, permitir que tú puedas colgar tu chinchorro y dejar, como me ha pasado, yo he dejado en una comunidad mi laptop, mi teléfono, mi cámara, o sea, estamos hablando de equipos de 1002, 1003 \$1000 en una mesa. Me voy al comuco con la comunidad, regreso y mis cosas siguen allí, nadie las toca. O por ejemplo, que una comunidad, el capitán te diga a ti Daniel, vamos a ir a casar juntos en la noche, cosa que no invitan a nadie, humaniza ese trato. Entonces, si tú quieres llegar a donde yo he llegado y que te reciban así, debes seguir, así como tú me pides un protocolo, tú tienes que seguir mi protocolo, porque como no lo sigas, como no lleves a cabo los pasos que yo te estoy diciendo que debes hacer como organización o como persona, lo peor que te puede pasar es que te como un tigre.

00:55:00

Y no lo digo en broma, o sea, hay comunidades y pongo este ejemplo, una vez fuimos a una comunidad 1 de las médicas, la ginecóloga, a ella le gustaba practicar natación, pero en mar abierto. Entonces claro, teníamos enfrente un río y del otro lado había un tepuy gigantesco, la vista era espectacular. Y ella agarró en la mañana a las 6:00 a.m. antes de empezar las consultas, dijo Mira, voy a nadar. Se puso su traje de baño y empezó a nadar atravesando el río. La comunidad enloqueció, o sea, se alarmó mucho. ¿Fueron a buscar, o sea, se montaron en una de las curiagras pequeñas que tenía y fueron a buscarla y la regresaron y ella estaba como pero por qué? Si simplemente estoy nadando, o sea, no pasa nada.

00:55:47

Y cuando regresaron, el capitán le dijo es que del otro lado del río, uno es territorio

sagrado, 2 hay jaguares, si tú llegas al otro lado, corres el riesgo que te ataque un jaguar. ¿Y eso nosotros lo sabemos, dice el capitán, si tú no haces caso a lo que te dice una comunidad, algo tan simple como ir al baño, porque cuando nosotros vamos a las comunidades, una de las primeras cosas que nos dicen es y dónde está el baño? Y decimos todo eso es la selva. ¿Pero si tú no preguntas en qué dirección? Y tú dices bueno, voy a ir en la dirección que yo quiera. De repente te estás yendo hacia una dirección en donde las comunidades dice Mira, no te puedes ir por allá porque ya hay culebras, serpientes, está el tigre, está cualquier otro animal. Entonces, si tú primero consultas con las comunidades, tú no tienes ningún problema. Entonces, cuando trabajamos con este tipo de organizaciones, siempre le decimos Ustedes hagan su trabajo y nosotros hacemos el nuestro.

00:56:45

Si quieres introducirte en una comunidad tan difícil como esta, haz lo que te digo, cómo te lo digo y cuánto te lo digo. Porque también trabajamos con comunidades en donde abunda la malaria. Entonces lo que yo siempre les digo a los médicos cuando los llevo es nadie puede entrar a una comunidad sin chichorro, con mosquitero y repelente. ¿Si usted no se lleva el repelente, qué es lo que va a pasar? Lo más probable es que cuando regrese a la ciudad tenga malaria y no te vas a enterar sino 15 días después, porque los síntomas de la malaria atacan 15 días después. Entonces, lo que buscamos es justamente que las organizaciones con las que trabajamos, trabajemos en conjunto. Tú tienes una información, tú tienes unos recursos, yo tengo una información y yo tengo unos recursos que juntos la podemos pegar del techo. Pero si tú quieres llevarla de una manera, va a haber conflictos con las comunidades.

00:57:40

Perfecto. Claro, totalmente de acuerdo. Son una última cuestión. ¿Está erradicada el oncocercosis? Daniel.

00:57:50

La oncocercosis no está radicada. De hecho, hace poco no hablé con uno de los especialistas en malaria en cosarcosis aquí en Venezuela, para que nos donara tratamiento para poderlo llevar dentro de un mes a las comunidades.

00:58:11

Trabajamos mucho en esto cuando estuvo ahí. ¿Ok, esto es todo? No es todo, es el comercio el inicio.

00:58:19

Gracias por todo.

00:58:24

No, Luisa, muy importante su pregunta, porque eso también figura en todos los países. Entonces me parece que ya una costumbre y son problemas que tenemos que abordar en el estudio. No da para hacer un estudio internacional y no ver las cosas también que no están tan buenas. ¿Tenemos academia o cine? Quería dar un saludo para cerrar la entrevista. Pienso que ya tenemos, tenemos lo más importante, pero si siguen otras situaciones vamos a estar en contacto. Tal Daniel al cine.

00:59:05

Claro, seguro.

00:59:06

Hablar un poco en español, en portugués, cómo te gusta más en tu canal.

00:59:13

En español.

00:59:17

Queremos verte al cine.

00:59:48

Daniel no intente portuguese. Comprendo. Professor students, internationalized president venezuelanos y am familias también con crianzador y cuanto moradora también está siendo muy importante, favorable para mi. Cuanto pues como pose de mierda está ayudando para la superficie, está haciendo.

01:01:50

Daniel para nosotros, como ya bueno, no sé si comprendiste bien lo que platicó Oscilatorio. No mucho, un poco, pero ella agradeció hasta por ser una estudiante de mascarabato en Brasil, de Relaciones Internacionales, agradeció esta oportunidad para aprender más y también debido a que ya vive un pueblo que está en la frontera del Estado de Amazonia, Amazonas en Brasil, entonces pasa mucho también este proceso de intercambio con los otros países, esa situación que es importante también conocer mejor de Venezuela y para ella también es muy importante este espacio de intercambio y de conocimiento. Entonces es más para nosotros es este agradecimiento que posibilitaste este espacio de intercambio y de comprensión mejor de las situaciones de Venezuela en Brasil teníamos informaciones que muchas veces no son muy confiables lo que realmente pasa en Venezuela, entonces mejor, nada mejor que una persona que está en el territorio para nos traer estas informaciones. Entonces muchísimas gracias y mantenemos para nosotros lo importante mantener este contacto y continuar ahí algunas tareas para para pensar esta cuenta constitución de una red que es tal vez nuestro principal objetivo a medio plazo. Entonces muchas, muchas gracias Daniel y quedamos seguramente en contacto. ¿Carol, quieres hablar más algo?

01:03:33

¿No, solo dejar la puerta abierta acá en la Universidad de Brasil, yo voy a pasar un enlace y preguntaste la cosa, cómo es el proceso para venir de Venezuela para acá? Yo voy a dar algunas opciones, algunas ideas y lo que necesite estamos acá.

01:03:48

Daniel, muchísimas gracias por la invitación.

01:03:54

Gracias, hasta luego.

01:03:57

Gracias, gracias y felicitaciones por el trabajo, muy impresionante.

01:04:04

Gracias, gracias.

6. RECOMENDAÇÕES

Internacional

1. Assegurar a difusão nos Estados partes, em especial no Brasil, dos parâmetros internacionais dos direitos das crianças indígenas, em especial das medidas estabelecidas no Comentário Geral n. 11/2009 - CDC e da Resolução n. 39/2022 - Comitê CEDAW, ressaltando o monitoramento do cumprimento e a consolidação da aplicação dos direitos em perspectiva intercultural, de gênero, interseccional e observando a consulta e a participação de crianças e povos indígenas;

Regional

2. Fortalecer o intercâmbio entre países do Sul Global, em especial da América Latina, sobre os direitos, as políticas públicas e as resistências de povos indígenas e suas infâncias, com a institucionalização de uma rede de especialistas indígenas e não-indígenas para o desenvolvimento de atividades de advocacy, ensino, pesquisa e extensão em conjunto;

3. Reconhecer os avanços realizados pelo Estado Plurinacional da Bolívia com o estabelecimento do Sistema Plurinacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, em que as instâncias indígenas são expressamente reconhecidas como parte da estrutura organizacional do sistema, em igualdade de condições, e com a produção de normas de base intercultural para discutir o trabalho infantil e adolescente, a educação, a saúde e a resolução de conflitos envolvendo as crianças indígenas, os quais devem servir de subsídios para o contexto dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil;

Nacional

4. Necessidade de difusão e monitoramento do cumprimento das garantias definidas nas Resoluções ns. 181/2016 e 214/2018 do Conanda e demais resoluções formuladas pelo CNJ, CNAS, CNE e CNMP, pois contém, na atualidade, as bases vanguardista dos direitos das crianças indígenas, sendo importante o amplo conhecimento e aplicação

pelo SGDCA, além da garantia da elaboração de novas resoluções, como as minutas propostas e discutidas no Conanda;

5. Promover o cumprimento dos direitos estabelecidos na legislação estadual aplicáveis às crianças indígenas, enfatizando o caráter positivo das normativas presentes nos Estados, em especial do Amazonas, do Mato Grosso e de Roraima, e indicando a preocupação com a ausência de direitos específicos para os povos indígenas nas Constituições de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, e na Lei Orgânica do Distrito Federal, o que deve ser revisto por meio de reformas constitucionais que busquem incorporar, minimamente, os direitos indígenas estabelecidos na Constituição Federal de 1988, sobretudo nos artigos 231 e 232.

7. ANEXOS

ANEXO 01

RESOLUÇÃO DO CONANDA SOBRE OS PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DA CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA PELO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA), no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 2º da Lei nº. 8.242, de 12 de outubro de 1991, no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, e no art. 35 do Regimento Interno do Conanda, em conformidade com o deliberado pela XXX Assembleia Ordinária, realizada nos dias XX e XX de xxxxxxxxxxxx de 2024;

CONSIDERANDO os artigos 216, 227, 231 e 232 da Constituição da República Federativa do Brasil, e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);

CONSIDERANDO os artigos 3º, parágrafo único, e 28, § 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO o artigo 30 da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 91, de 23 de junho de 2003, do CONANDA;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003;

CONSIDERANDO o artigo 6º da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e consolidada pelo Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do CONANDA;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;

CONSIDERANDO a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007;

CONSIDERANDO a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de outubro 2007;

CONSIDERANDO o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010;

CONSIDERANDO o Comentário Geral nº 11/2009 do Comitê das Nações Unidas dos Direitos da Criança;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.123, de 20 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.257, de 8 de março de 2016;

CONSIDERANDO a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 180, de 20 de outubro de 2016, do CONANDA

CONSIDERANDO a Resolução nº. 181, de 10 de novembro de 2016, do CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 214, de 22 de novembro de 2018, do CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 230, de 8 de junho de 2021, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO a Resolução nº. 454, de 22 de abril de 2022, do CNJ;

CONSIDERANDO a Recomendação Geral nº. 39, de 31 de outubro de 2022, do Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação contra a Mulher;

CONSIDERANDO os Protocolos Comunitários de Consulta elaborados por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Art. 1º. Esta resolução estabelece os parâmetros para a adoção do direito à consulta e ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Para fins da presente Resolução, considera-se:

a) Povos indígenas: povos que descendem de população que habitavam o país na época da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras do Estado, reconhecidos segundo o critério de autoidentificação, e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas instituições sociais, econômicas, culturais, políticas e jurídicas, ou parte delas, conforme estabelecido no art. 1º, 1, “b”, da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e consolidada pelo Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019;

b) Comunidades quilombolas: grupos étnico-raciais, segundo critério de autoidentificação, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, em acordo com o estabelecido no art. 2º do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003;

c) Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais por autoidentificação, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, *vide* art. 3º, I, do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007;

d) Consulta: procedimento realizado pelo Estado junto às instâncias representativas de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais sempre que alguma medida administrativa ou legislativa vier a afetar os seus direitos ou interesses, *vide* art. 6º, 1, a, da Convenção nº. 169 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e consolidada pelo Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019;

e) Consentimento: ato decisório consensuado em que os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os povos e comunidades tradicionais, após consulta livre, prévia e informada, de forma coletiva, autorizam ou consentem que alguma medida administrativa ou legislativa estatal ou iniciativa não-governamental seja realizada e efetivada com seus membros ou em seus territórios tradicionais;

f) Livre: o procedimento da consulta deve ser livre de qualquer tipo de pressão política, econômica ou moral, de modo a que os povos indígenas, comunidades quilombolas e

povos e comunidades tradicionais tenham liberdade de expressar suas opiniões, sem estar sujeitos a coerção e ao racismo étnico-racial, respeitando seus regimes de conhecimentos e relações, garantindo o respeito à decisão autônoma;

g) Prévias: caráter temporal relacionado a antecedência do procedimento da consulta à qualquer iniciativa administrativa ou legislativa que afete os direitos e os interesses de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, garantindo que estes sejam previamente informados e consultados sobre quaisquer atos de caráter governamental ou não-governamental que afetem alguma área de suas vidas ou de seus territórios tradicionais;

h) Informada: assegurar que todas as informações pertinentes sejam repassadas aos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais em linguagem culturalmente acessível, quando necessário realizando a tradução para suas línguas próprias, e respeitando as especificidades de idade e de gênero;

i) Boa-fé: a consulta deve ser realizada de boa fé, com a disponibilização de informações verídicas e a manifestação da vontade do Estado de chegar a um acordo ou obter o consentimento dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;

j) Instâncias representativas: formas próprias de representação e de tomada de decisão de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, as quais o Estado deve respeitar, compreendendo um conjunto de instâncias, dentre as quais associações, cooperativas, federações, sindicatos, coletivos, fóruns, conselhos e grupos, legitimamente referendadas pelos membros internos, que representam coletivamente os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;

l) Participação: direito fundamental que abrange o direito à consulta, por meio de mecanismos de participação livre de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais interessados na adoção de decisões junto a órgãos governamentais ou não-governamentais, com vistas a exercerem seus direitos e garantir o respeito a suas identidades, línguas, costumes, tradições, organização social e sistemas jurídicos;

m) Protocolo comunitário de consulta: instrumento normativo próprio do povo ou comunidade em que são estabelecidos os princípios e regras, na forma oral ou escrita, com base em suas organizações sociais e representativas e seus respectivos meios de tomada de decisão coletiva e tradicional, para as boas práticas na condução do processo de consulta e consentimento livre, prévio e informado e de boa fé, dispendo sobre etapas informativas, etapas de internalização e etapas de deliberação coletiva, com respeito aos costumes, línguas e tradições e sua observância nos processos de consulta possui caráter vinculante para as instituições do Estado, que possuam competência e atribuição para realizar os processos de consulta;

n) Plano de consulta: instrumento a ser pactuado entre os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais e as autoridades estatais responsáveis

pelo processo de consulta a fim de estabelecer o cronograma e locais para as etapas da consulta, conforme escolha das comunidades diretamente afetadas, levando em conta o objeto da consulta, os casos específicos de afetação de seus direitos e interesses, respeitando todos os princípios estabelecidos ao direito à consulta e sendo executados de boa-fé.

§ 1º. Para os fins da presente Resolução, considera-se a aplicação dos parâmetros de consulta e consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé, para as iniciativas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) que tenham potencial de afetar os direitos ou interesses de povos e comunidades tradicionais.

§ 2º. O SGDCA compreende as instâncias governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com atuação nas áreas de promoção, defesa e controle dos direitos de crianças e adolescentes, conforme disposto no artigo 86 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no artigo 2º da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e no artigo 1º da Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Art. 3º. O direito à consulta e ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé é um direito fundamental e uma garantia coletiva de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais ao exercício da livre determinação sobre suas vidas e territórios a que pertencem, incluindo suas crianças e adolescentes, sendo indispensável a sua observância e cumprimento no planejamento, implementação e avaliação das iniciativas desenvolvidas pelo SGDCA, de modo a assegurar a qualidade e a legitimidade da atuação governamental ou não-governamental com crianças e adolescentes.

§1º. No caso de atuação não-governamental que afete os direitos ou interesses de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a execução do procedimento de consulta deve ficar a cargo de instância governamental, preferencialmente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ou o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, este último com a participação, quando houver, de representantes do grupo de trabalho ou comissão aludido pelo Art. 2º, *caput*, da Resolução nº 214, de 22 de novembro de 2018, do CONANDA.

§2º. Deve o SGDCA observar as regras de consulta presentes nos Protocolos Comunitários de Consulta dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais do território de atuação, quando houver, a fim de complementar os parâmetros estabelecidos na presente Resolução.

§3º. Quando os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais não tiverem elaborado seus próprios Protocolos Comunitários de Consulta, deve o SGDCA propor e observar um Plano de Consulta elaborado em conjunto com o grupo étnico em questão, para fins de condução do processo de consulta e a definição da forma de atendimento de crianças e adolescentes, com respeito às etapas informativas e

deliberativas internas, conforme organização social e sistema jurídico de cada grupo étnico.

Art. 4º. O direito à consulta e ao consentimento livre, prévio, informado e de boa-fé deve ser cumprido de forma complementar e interdependente à obrigação do SGDCA de assegurar o direito à participação nos espaços de tomada de decisão sobre a elaboração e a execução de leis, políticas públicas, programas, planos e ações relacionados com os assuntos de crianças e adolescentes pertencente a povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

II - CONSULTA NAS ETAPAS DE PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DO SGDCA

Art. 5º. Nas etapas de planejamento, implementação e avaliação dos serviços do SGDCA, a consulta aos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no território de atuação pode ser materializada por meio da realização de reuniões, oficinas ou outra atividade de diálogo intercultural com as suas instâncias representativas, preferencialmente no território étnico, com local, horário e temporalidade previamente acordados, utilizando linguagem culturalmente acessível e, quando necessário, traduzido para a língua do povo ou comunidade tradicional com o apoio de tradutor ou tradutora indicado pelo respectivo grupo étnico, respeitando as deliberações coletivas, com base nas organizações sociais, costumes e tradições, visando pactuar a forma como se dará a atuação do serviço junto ao povo indígena, comunidade quilombola, povo ou comunidade tradicional no atendimento às crianças e adolescentes.

§1º. As etapas de planejamento e implementação do serviço do SGDCA são momentos oportunos para o compartilhamento de percepções interculturais sobre os temas e públicos de atendimento do serviço, assim como a estruturação de fluxo de atendimento com a participação das instâncias internas de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

§2º. A etapa de avaliação do serviço do SGDCA necessita considerar as avaliações de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais sobre a qualidade do atendimento prestado às crianças e adolescentes e as proposições para a sua melhoria, de modo a levar em consideração para o novo planejamento organizacional do serviço.

Art. 6º. De forma alternativa ao disposto no *caput* do artigo 5º da presente Resolução, o serviço do SGDCA ou os próprios povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais podem propor a realização de reunião informativa, visando unicamente o repasse de informações relativas ao serviço, sem deliberação a ser tomada junto ao povo ou comunidade e preferencialmente realizada no território étnico, com data e local previamente acordados com suas instâncias representativas.

Parágrafo Único. O intuito da iniciativa indicada no *caput* do artigo é criar condições para que os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades consigam debater de forma livre e autônoma as informações e/ou propostas apresentadas, e, quando necessário, assegurado que as reuniões internas da comunidade sejam realizadas sem a presença de pessoas externas à comunidade.

Art. 7º. A presença de crianças e adolescentes nas atividades definidas nos artigos 5º e 6º ocorrerá segundo os costumes e as tradições de cada povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, sendo preferível, quando estiverem presentes, a adoção de metodologias diferenciadas, lúdicas e linguagem culturalmente acessível aos seus aspectos etários, culturais e de gênero.

Art. 8º. Recomenda-se que o conteúdo discutido e pactuado nas atividades definidas nos artigos 5º e 6º seja registrado de forma escrita e, quando necessário, audiovisual, com o repasse de cópia aos membros do povo ou comunidade tradicional, e o uso de gravações deve ser previamente autorizado pelas instâncias representativas do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, incluindo o registro de imagem e voz.

Art. 9º. Orienta-se a elaboração de materiais informativos contendo informações sobre os direitos de crianças e adolescentes e sobre as funções, competências, localização, formas de acionamento e equipe do serviço em linguagem culturalmente acessível e, quando necessário, traduzido para a língua do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional com o apoio de tradutor ou tradutora indicado pelo respectivo povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional.

§ 1º A distribuição dos materiais informativos deve ocorrer em colaboração com as instâncias representativas dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais e disponibilizado previamente ao procedimento da consulta definido no *caput* do artigo 5º da presente Resolução e de forma continuada pelo serviço em seu local de atendimento.

§ 2º A elaboração de materiais informativos deve ocorrer com o apoio de intérprete, profissional da Antropologia ou profissional oriundo de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional.

III - DO ATENDIMENTO

Art. 10º. No atendimento de criança ou adolescente de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, considera-se necessário que o órgão do SGDCA assegure a participação de representantes do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional da pertença do sujeito no processo de planejamento e realização do atendimento, assegurando o diálogo intercultural para a definição das medidas institucionais.

§1º. Consideram-se representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, conforme dispõe o artigo 3º, Parágrafo Único, alínea “a”, da Resolução n. 181, de 10 de novembro de 2016, do CONANDA, podendo ser lideranças, organizações, comunidades, famílias e outras instâncias representativas da organização social, respeitando a igualdade de gênero e representatividade intergeracional.

§2º. Especialmente em casos de violência contra meninas no contexto intracomunitário, recomenda-se que a representação do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional possa ser realizada garantindo a presença de representantes de organização interna de mulheres ou de lideranças mulheres que possam acompanhar e colaborar com o serviço.

§3º. Durante o planejamento e a condução do atendimento, deve-se garantir a participação de representantes do povo e comunidade tradicional a fim de que sejam oferecidas informações sobre as práticas de atendimento desenvolvidas pelo próprio povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, garantindo a condição complementar da medida, conforme definido no artigo 17, Parágrafo Único, do Decreto n. 9.603, de 22 de novembro de 2018.

§4º. Qualquer situação de ameaça ou violação de direito à criança ou adolescente de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional que requeira a retirada da família deve assegurar que sua colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia, conforme o disposto no artigo 28, § 6º, II, da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

§5º. A colocação em acolhimento ou em família substituta deve ser discutida e acordada previamente com representantes do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional da pertença do sujeito, sob pena de incorrer em prática de assimilação forçada, racismo e violência institucional.

Art. 11. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 02

RESOLUÇÃO DO CONANDA SOBRE OS PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DO DO ARTIGO 17, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO Nº. 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA), no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 2º da Lei n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991, no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, e no art. 35 do Regimento Interno do Conanda, em conformidade com o

deliberado pela XXX Assembleia Ordinária, realizada nos dias XX e XX de xxxxxxxxx de 2024;

CONSIDERANDO os artigos 216, 227, 231 e 232 da Constituição da República Federativa do Brasil, e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);

CONSIDERANDO os artigos 3º, parágrafo único, 28, § 6º, 70, 70-A, 70-B e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO os artigos 12 e 30 da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 91, de 23 de junho de 2003, do CONANDA;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003;

CONSIDERANDO os artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º e 12 Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e consolidada pelo Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO os artigos 4º, 8º, b, 14, 15 e 16 da Resolução nº. 20, de 2005, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do CONANDA;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;

CONSIDERANDO a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, em especial os artigos 21 e 22;

CONSIDERANDO a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de outubro 2007;

CONSIDERANDO o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010;

CONSIDERANDO o Comentário Geral nº 11/2009 do Comitê das Nações Unidas dos Direitos da Criança;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.257, de 8 de março de 2016;

CONSIDERANDO a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 180, de 20 de outubro de 2016, do CONANDA

CONSIDERANDO a Resolução nº. 181, de 10 de novembro de 2016, do CONANDA;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.431, de 4 de abril de 2017,

CONSIDERANDO a Resolução nº. 214, de 22 de novembro de 2018, do CONANDA;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 9.603, de 10 de dezembro de 2018, em especial os artigos 17, *caput* e parágrafo único, e 18;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 299, de 5 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial os artigos 18, § 2º, e 21;

CONSIDERANDO a Recomendação Geral nº. 39, de 31 de outubro de 2022, do Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação contra a Mulher;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 287, de 25 de junho de 2019, do CNJ;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 230, de 8 de junho de 2021, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO a Resolução nº. 454, de 22 de abril de 2022, do CNJ;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 235, de 12 de maio de 2023, do CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 524, de 27 de novembro de 2023, do CNJ;

CONSIDERANDO os Protocolos Comunitários de Consulta elaborados por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Art. 1º. A presente Resolução objetiva estabelecer os parâmetros para a aplicação do conteúdo normativo contido no artigo 17, Parágrafo Único, do Decreto nº. 9.603, de 10 de dezembro de 2018, com base nas garantias estabelecidas nos artigos 1º e 2º da Resolução nº. 181, de 10 de novembro de 2016, do CONANDA, de modo a complementar os parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Art. 2º. Povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais são definidos conforme os preceitos normativos contidos no artigo 1º, 1, “a” e “b” da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº. 5.051, de 19 de abril de 2004, e consolidada pelo Decreto nº. 10.088, de 5 de novembro de 2019, no artigo 3º, III, do Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 e no artigo 2º do do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Parágrafo único. O direito à autodeclaração assegura o reconhecimento da identidade étnica dos sujeitos pertencentes a povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, cabendo aos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) zelar pelo seu cumprimento no procedimento de

cadastro de informações de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Art. 3º. Consideram-se práticas de atendimento desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais todas as formas autodeterminadas e autônomas de cuidado, atenção e proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, realizadas por instâncias internas de suas organizações sociais, segundo seus costumes, tradições e sistemas jurídicos próprios.

§1º. Orienta-se que as práticas realizadas por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais evitem a repetição dos relatos de violência por parte da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, de modo a garantir que não seja revitimizada.

§2º. Em caso de revelação de situação de violência sofrida ou testemunhada por criança ou adolescentes durante a realização das práticas de atendimento por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, recomenda-se que estabeleçam a comunicação com o Conselho Tutelar ou o Ministério Público do município de competência para a definição de medidas institucionais a serem adotadas em apoio ao atendimento interno e no encaminhamento da denúncia.

§3º. A definição contida no §2º deste artigo, quando envolvendo povos indígenas, necessita de comunicação e apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), conforme estabelecido no artigo 18 do Decreto nº. 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e no artigo 4º da Instrução Normativa nº. 01, de 13 de maio de 2016, da FUNAI.

§4º. As práticas de atendimento desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência podem ocorrer antes, durante e depois das medidas institucionais, cabendo ao SGDCA o respeito para com suas realizações e o cuidado de não gerar sobreposição de medidas de atendimento, a fim de evitar e erradicar a prática da violência e do racismo institucional.

Art. 4º. O SGDCA deve assegurar o reconhecimento das práticas de atendimento desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência como integrante do próprio SGDCA, em igualdade de condições com as medidas de atendimento institucional e definindo a forma de coordenação entre as diferentes medidas de atendimento.

§1º. Deve-se garantir a participação de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais nos espaços de construção e monitoramento de fluxos de atendimento, protocolos e planos setoriais e intersetoriais, com base nas garantias presentes no artigo 6º da Convenção nº. 169 da OIT, no artigo 3º, Parágrafo Único, alíneas “a”, “c” e “d” da Resolução nº. 181, de 10 de novembro de

2016, do CONANDA, e no artigo 1º, III e IV, da Resolução nº. 214, de 22 de novembro de 2018, do CONANDA.

§2º. Os fluxos de atendimento construídos ou revisados sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência necessitam garantir a inclusão das instâncias internas da organização social dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais como parte do SGDCA, em desenho organizacional a ser pactuado com seus representantes e com a definição da forma de coordenação entre as medidas.

Art. 5º. Para a realização de depoimento especial e escuta especializada de crianças ou adolescente pertencente a povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, recomenda-se que os órgãos de referência para a realização dos procedimentos conduzam o seu planejamento com a participação de representantes do povo ou comunidade de pertença do sujeito, incluindo a avaliação sobre as medidas necessárias para a adequação cultural do ambiente, da linguagem e do procedimento.

Parágrafo Único: Recomenda-se que a participação de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais inclua a busca ativa de representantes de família extensa da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

Art. 6º. A formação continuada de profissionais do SGDCA sobre a temática do atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência necessita incluir conteúdos curriculares que oportunizem o diálogo intercultural com povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais sobre suas práticas de atendimento.

Parágrafo Único. Sempre que possível, recomenda-se a inclusão de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais na função de professor(a) formador(a) ou ministrante da atividade formativa relacionada ao conteúdo curricular objeto do *caput* deste artigo.

Art. 7º. Os Comitês de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecidos pela Resolução n. 235, de 12 de maio de 2023, do CONANDA, devem assegurar a participação de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais em sua composição, na qualidade de organizações da sociedade civil da localidade afetas à pauta do enfrentamento às violências, conforme prescrito no artigo 6º povos indígenas, comunidades quilombolas e , §2º, da Resolução.

Parágrafo Único. A garantia contida no *caput* do artigo 7º deve ser observada por outras instâncias colegiadas que atuam com a mesma finalidade nos órgãos de controle social ou na sociedade civil.

Art. 8º. Sempre que for do interesse do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, o SGDCA deverá garantir formas de apoio técnico e financeiro para o fortalecimento das práticas de atendimento realizadas pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Art.9º. Nos processos criminais que realizem a verificação da responsabilização de autores de violência sofrida por criança ou adolescente de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, recomenda-se que a perícia antropológica possa oferecer subsídios sobre os mecanismos próprios de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência ofertados pelo povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional.

Parágrafo Único. No caso de autores de violência que sejam membros de povos indígenas, recomenda-se que a realização da perícia antropológica prevista no artigo 6º da Resolução nº. 287, de 25 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e no artigo 8º da Resolução nº. 524, de 27 de novembro de 2023, do CNJ, possa incluir o entendimento dos mecanismos próprios do povo indígena de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, enquadrando-a como informação adicional recepcionada no inciso V dos artigos 6 e 8º, das referidas Resoluções.

Art. 10º. Recomenda-se que os serviços do SGDCA procedam com o cadastro de intérpretes dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais que tenham necessidade de tradução de informações para suas línguas próprias, de modo a oportunizar o atendimento institucional com apoio destes profissionais.

§1º. Para a definição da coordenação entre as medidas institucionais e as práticas desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência deverá ser priorizada a presença do intérprete para melhoria da comunicação entre as partes envolvidas.

§2º. Aos intérpretes é necessário assegurar a inserção em atividades de formação continuada que possibilitem o entendimento sobre os direitos de crianças e adolescentes, assim como das competências, procedimentos e atribuições do serviço do SGDCA de atuação.

§3º. Os serviços do SGDCA necessitam assegurar a valorização dos intérpretes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, incluindo a previsão orçamentária para pagamento dos serviços prestados.

§4º. Nas localidades e nos serviços do SGDCA com quantidade relevante de atendimento de crianças e adolescentes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais que exigem a tradução intercultural do atendimento prestado, recomenda-se a vinculação de intérpretes como parte da equipe permanente.

Art. 11. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 3

Ofício n. 001/2024

Brasília, 22 de maio de 2024.

**À Exma. Presidenta
Marina de Pol Poniwas
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente**

Assunto: apresentação de minutas de resoluções e solicitação de reunião.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) possui uma história recente e relevante de tratamento das especificidades dos direitos de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais.

Desde a publicação da Resolução n. 91/2003, depois passando pelas Resoluções ns. 181/2016 e 214/2018, a proposta do CONANDA é a de ampliar os parâmetros de aplicação dos direitos de crianças e adolescentes, e de organização do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD), para o desenvolvimento de práticas de atendimento pautadas na interculturalidade, no enfrentamento do racismo e na articulação com os direitos coletivos dos grupos étnicos.

Em 2022, o referido Conselho estruturou o Grupo de Trabalho (GT) de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, por meio da Resolução n. 228, e cujo relatório final apontava, entre outras recomendações, a proposição de ação voltada à:

“(17) [...] g. *Elaborar diretrizes e estratégias para o trabalho integrado - políticas públicas, serviços, ações e atores envolvidos, do governo e das organizações da sociedade civil - no território com foco na prevenção e enfrentamento a violência* contra crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, bem como suas famílias;”¹ (Itálicos nossos)

Ademais, no âmbito dos desafios e estratégias propostos no documento por eixo do SGD, constam, nos eixos de Promoção e Defesa e Controle, a mesma recomendação:

“*Promover a participação* de lideranças, organizações, comunidades, famílias, crianças e adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais nos espaços de planejamento, nos processos de tomada de decisões e na fiscalização dos serviços.”² (Itálicos nossos)

¹ Cf. Brasil. *Relatório Final do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes de Povos Originários e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Conanda, 2022, p. 12.

² Cf. *Idem*, p. 17.

Agora, em 2024, alguns(mas) dos(as) participantes do referido GT e outras pessoas convidadas na condição de especialistas e/ou de representantes de povos e comunidades tradicionais, se reuniram para elaborar duas minutas de resoluções que se voltem para as recomendações definidas pelo GT, de modo a avançar na melhoria do atendimento intercultural de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, com escopo no artigo 1º da Resolução n. 181/2016, do CONANDA.

O referido grupo é formado pelas seguintes pessoas e instituições, incluindo o contato de correio eletrônico, conforme consta no quadro abaixo:

Nome	Instituição	E-mail
Ana Radig Denne Morais	NEIJ/UnB e IPDMS	anaradig@yahoo.com.br
Assis da Costa Oliveira	NEIJ/UnB	assis.oliveira@unb.br
Benedito Rodrigues dos Santos	NEIJ/UnB e INDICA	benedito.santos.br@gmail.com
Bruno Kanela	CONANDA e MPI	bruno.kanela@povosindigenas.gov.br
Elisa Costa	AMSK/Brasil	contato@amsk.org ; elisa@amsk.org.br
Ivo Macuxi	CIR	ivoaurelino@hotmail.com
Jardilene Gualberto Pereira Folha	Rede Colaboração Tocantins	jard.educa@gmail.com
Johny Giffoni	DPE/PA	johny.giffoni@icj.ufpa.br
Jucirlei Barbosa Rodrigues	Conselho Tutelar – Zona Rural de Abaetetuba/PA	jucirleimat@yahoo.com.br
Leticia Moraes	CNS	leticiaparaensemoraes@gmail.com
Liana Amin Lima da Silva	Observatório de Protocolos Comunitários OPCPLI/ UFGD	lianasilva@ufgd.edu.br
Maria Páscoa Sarmiento de Sousa	Coletivo de Educação da CONAQ e UFPA	marpasc@ufpa.br
Paulo Thadeu	CONANDA e FENAJ	paulothadeufdasn@gmail.com
Renato César Ribeiro Bonfim	CONANDA e Casa de Cultura CCIAO	casadeculturaaxe@hotmail.com
Silvana Nascimento	RAIS/MS	sjesusn@gmail.com

Importante considerar que entre as pessoas que participaram/participam da elaboração das minutas das resoluções têm-se a presença de conselheiros do CONANDA e representantes de povos indígenas, povos de matriz africana, povos romani/ciganos, comunidades quilombolas, extrativistas e ribeirinhas.

De forma pragmática, o conteúdo proposto nas minutas visa definir parâmetros para: (1) aplicação do direito à consulta e ao consentimento nas práticas de atendimento

do SGD junto aos povos e comunidades tradicionais; e, (2) adoção do artigo 17, Parágrafo Único, do Decreto n. 9.603/2018, referente ao atendimento prestado por povos e comunidades tradicionais às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Trata-se de propostas que ainda estão na fase inicial de estruturação, ainda que com um escopo bem definido, estando abertas para serem melhoradas e ajustadas a partir dos trâmites definidos pelo CONANDA.

Porém, necessário reforçar que ambas as propostas advêm de demandas históricas e atuais de povos e comunidades tradicionais, recepcionadas pelo GT instituído pela Resolução n. 228/2022 do CONANDA, e que não foram contempladas nas resoluções vigentes do referido órgão, com fundamento em diversos marcos jurídicos do campo dos direitos de crianças e adolescentes e dos direitos de povos e comunidades tradicionais.


Assim, **solicita-se que o CONANDA possa:**

1. **Recepcionar as minutas das duas resoluções (Anexos 1 e 2)**, vendo os trâmites internos para análise e encaminhamento institucional;
2. Proceder com a **realização de uma reunião virtual** com a participação das pessoas informadas da equipe de elaboração das minutas, **com sugestão da data de 04 de junho de 2023**, para discutir o contexto e o conteúdo das propostas de resoluções, além do diálogo sobre os próximos passos a serem tomados para continuidade do trabalho nos documentos.

Desde já, agradecemos a atenção prestada.

Atenciosamente,

Assis da Costa Oliveira
Universidade de Brasília

Documento assinado digitalmente
 **ELISA MACIEL COSTA**
Data: 22/05/2024 13:42:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elisa Costa
Associação Mayle Sara Kali



Renato César Ribeiro Bonfim
Casa de Cultura CCIAO

ANEXO 4

15/07/2024, 16:06

SEI/MDHC - 4414413 - Ofício Circular



4414413



00135.214023/2024-50



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

OFÍCIO CIRCULAR Nº 43/2024/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MDHC

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor e Senhora

ANA RADIG DENNE MORAIS
NEIJ/Universidade de Brasília e IPDMS

ASSIS DA COSTA OLIVEIRA
NEIJ/Universidade de Brasília

ELISA COSTA
Associação Mayle Sara Kalí - AMSK/Brasil

IVO MACUXI
CIR

JARDILENE GUALBERTO PEREIRA FOLHA
Rede Colaboração Tocantins

JOHNY GIFFONI
Defensoria Pública do Estado do Pará -DPE/PA

JUCIRLEI BARBOSA RODRIGUES
Conselho Tutelar – Zona Rural de Abaetetuba/PA

LETÍCIA MORAES
Conselho Nacional de Saúde - CNS

MARIA PÁSCOA SARMENTO DE SOUSA
Coletivo de Educação da CONAQ

SILVANA NASCIMENTO
RAIS/Mato Grosso do Sul

Assunto: Convite para reunião ampliada sobre os direitos de crianças e adolescentes pertencentes a povos originários, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais

Senhor e Senhora,

1. Cumprimentando-o(a), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de sua Secretaria Executiva, atendendo a deliberação do colegiado na 326ª Assembleia Ordinária realizada no mês de junho de 2024 tem a honra de convidar para participar da reunião ampliada que tratará dos direitos das crianças e dos adolescente representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.
2. O objetivo desta reunião é apresentar para as instituições representantes que atuam com o tema as duas propostas de Resoluções do Conanda elaborada pelo grupo de trabalho que visam o aprimoramento do atendimento intercultural de crianças e adolescentes pertencentes a povos originários, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.
3. Após a apresentação das minutas de resolução, haverá um espaço para troca de informações e esclarecimento de dúvidas. Em seguida, as duas resoluções serão colocadas em consulta pública, visando permitir que o maior número possível de representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais possam sugerir aprimoramentos que considerem suas particularidades. Assim, daremos ampla divulgação ao endereço em data apropriada.
4. A reunião ocorrerá no dia 03 de julho de 2024, quarta-feira, às 14h30, na modalidade virtual por meio do Teams. Pedimos a confirmação até o dia 2 de julho de 2024 (terça-feira), por meio do endereço eletrônico conanda@mdh.gov.br. O link será encaminhado após confirmação.
5. Acreditamos que a contribuição será extremamente valiosa para enriquecer o debate e fortalecer nossos esforços coletivos na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
6. Certa de Vossa colaboração, colocamo-nos à disposição para qualquer dúvidas.

Atenciosamente,

VERENA MARTINS DE CARVALHO
Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Verena Martins de Carvalho, Coordenador(a)-Geral**, em 01/07/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4414413** e o código CRC **A41A7E23**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 00135.214023/2024-50

SEI nº 4414413

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívico-Administrativa CEP 70054-906 - Brasília/DF

Página GOV.BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/protocolo>

Telefones: (61) 2027 3302/ 3332 / 3913 / 3620